O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 9 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47259
estadão.com.br

INÊS249

FELIPE RAU / ESTADÃO

Colisão a 15 metros de altura paralisa o monotrilho

Um choque entre trens antes da operação comercial parou a Linha 15-Prata do Monotrilho de SP ontem. O MP incluirá o caso em investigação sobre acidentes. __ A14

E&N **Desigualdade no mercado de trabalho** __B1 e B2

Projeto obriga empresas a dar transparência a salário de homens e mulheres

__ Texto enviado pelo governo ao Congresso prevê multa de até 10 vezes o maior salário pago em casos de remuneração diferente

O governo Lula apresentou ontem projeto de lei que aumenta a multa a empresas com diferentes remunerações entre homens e mulheres. Caso o texto encaminhado ao Congresso seja aprovado, a punição passará a ser de até 10 vezes o maior salário pago pela empresa. A fiscalização será feita com base em denúncias e a autuação estará a cargo do Ministério do Trabalho. O projeto também obriga empresas com mais de 20 funcionários a produzir relatórios de "transparência salarial e remuneratória". Especialistas ouvidos pelo **Estadão** ressaltaram a dificuldade de aplicação das medidas e o risco de judicialização.

"Será um desafio imenso aplicar a lei"
Margareth Goldenberg, executiva

R$ 3.753,75
é o valor hoje da multa a empresas que não remuneraram com equidade homens e mulheres, o equivalente a 50% do maior benefício pago pela Previdência Social

BRUNO RUAS / ISHOOT

Temporal em SP __A16

Inundação mata em Moema

Mulher morreu submersa em veículo no bairro da zona sul. Bombeiros registraram desabamentos e queda de árvores.

Carros danificados __A16

Parte do teto de shopping desaba em Osasco

C2 A fundo __C6 e C7

Segredos da dieta dos centenários

Congresso __A6

Planalto oferece cargos para barrar CPI sobre atos golpistas

Operação para convencer congressistas a retirar apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados. Governo Lula alega que CPI tumultuaria ambiente político e atrapalharia votações importantes.

Recorrente __A8

Quarto ministro de Lula emplaca a própria mulher em tribunal de contas

Aline Peixoto, casada com o ministro da Casa Civil do governo Lula, Rui Costa (PT), ganhará, com benefícios, R$ 41 mil.

Caso dos Diamantes __A10

Ex-chefe da Receita pressionou com mensagens e áudios para liberar joias

Julio Cesar Vieira Gomes, ex-secretário da Receita Federal, recorreu a atos extraoficiais para constranger subordinados.

Notas e Informações __A3

Lula e os ditadores 'companheiros'

William Waack __A8

'Frente ampla' de Lula é Arca de Noé política

Adriana Fernandes __B5

Haddad, pressionado a surpreender

Tempo em SP
19° Mín. 32° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER, GUSTAVO CÔRTES E BEATRIZ BULLA
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO/

Coluna do Estadão

Valdemar libera Ricardo Salles para testar viabilidade de candidatura em SP

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, combinou com Ricardo Salles (PL-SP) na semana passada liberá-lo para que ele tente se viabilizar como candidato à Prefeitura de São Paulo contra Ricardo Nunes (MDB). Até o fim do ano, o cacique vai avaliar quem dos dois tem mais condições de chegar ao segundo turno contra o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), representante de Lula na eleição municipal. O apoio formal do PL, segundo disse Valdemar, será dado ao candidato que se mostrar mais competitivo. O obstáculo à candidatura de Salles é a crença do cacique de que, para desbancar Boulos, será preciso um moderado, a exemplo de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

● **FLEX.** Em sua defesa, o ex-ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro tem lembrado sua passagem pela Secretaria de Meio Ambiente na gestão de Geraldo Alckmin no governo de São Paulo.

● **QUEM?** Já em relação a Ricardo Nunes, a dúvida de Valdemar é sobre a capacidade do prefeito em se fazer conhecido. O PL é parte da base de apoio e controla a Secretaria de Meio Ambiente, por meio de Eduardo de Castro, além das subprefeituras do Butantã e do Campo Limpo.

● **SOFT.** O governo Lula tenta suavizar o texto que deve ser votado no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a Nicarágua. O Itamaraty sugere um documento com tom mais aberto ao diálogo. Nesta quinta-feira, em Genebra, acontece a primeira reunião para debater a resolução. Na semana passada, o País não quis aderir à declaração de 54 países contra o regime do ditador Daniel Ortega.

● **ESTEIRA.** Dois novos pedidos de abertura de CPI agitam a Câmara e, com isso, concorrem em atenção com a CPMI dos Atos Antidemocráticos, que o governo deseja esvaziar. São elas a CPI das Americanas, proposta por André Fufuca (PP-MA), e a CPI das Joias, por Rogério Correia (PT-MG), para esmiuçar o caso dos presentes oferecidos pela Arábia Saudita a Jair Bolsonaro.

● **OUTRA.** Líder do União, Elmar Nascimento (União-BA) diz que a CPI das Americanas recebeu apoio do governo. Petistas não escondem a torcida de que os dois colegiados solapem a iniciativa da oposição de usar os atos de 8 de janeiro contra o governo.

● **MÁGOA.** Eunício Oliveira (MDB-CE) se queixou, em reunião da executiva nesta quarta (8), da liderança do MDB na Câmara, conduzida por Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Reclamou da falta de espaços para a sigla na Casa e no governo.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Ricardo Nunes,
prefeito de São Paulo (MDB)

● **ESQUECI.** A demora do governo em trocar o presidente da Finep inviabilizou a operação para destituir do Sebrae os nomes de Jair Bolsonaro. A Finep é uma das cinco entidades do Executivo com representantes no conselho do Sebrae e seu voto seria decisivo, mas a entidade ainda é dirigida pelo general Waldemar Barroso Magno Neto, indicado por Bolsonaro. Nos próximos dias, o ex-ministro da Ciência Celso Pansera assume o posto.

● **NORMA.** Enquanto isso, Paulo Okamoto tenta emplacar como regra a troca no Sebrae em todo abril do 1.º ano de governo.

PRONTO, FALEI!

Aguinaldo Ribeiro
Relator da ref. tributária (PP-PB)

"Eu só acredito que isso (aprovação) aconteça num 1º semestre de um 1º ano de um governo novo que tenha a disposição de tocar uma reforma tributária."

CLICK

Instagram/@estherdweck_ - 08/03/2023

Esther Dweck
Ministra da Gestão

Promoveu encontro com as funcionárias do 'chão de fábrica' do ministério, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, nesta quarta-feira (8).

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula e os ditadores ‘companheiros’

Brasil se nega a endossar denúncia de crimes contra a humanidade na Nicarágua de Ortega; se quer que o País seja levado a sério, Lula não deve igualar opressores a oprimidos

Há poucos dias, durante reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, o Brasil se recusou a acompanhar os mais de 50 países que denunciaram a prática de crimes contra a humanidade pela tirania de Daniel Ortega na Nicarágua.

É compreensível. Como é que o presidente Lula da Silva pode endossar uma denúncia grave como essa contra um amigão que o chama de “irmão e companheiro”? As profundas afinidades entre Lula e Ortega passam pela devoção a Fidel Castro e pelo cacoete de culpar os EUA por todo o mal da América Latina. Para muitos petistas, censurar Ortega (ou o ditador Nicolás Maduro, ou o comandante Fidel) equivaleria a fazer o jogo dos imperialistas americanos e, pior, trair a esquerda.

Pouco importa que governos esquerdistas acima de qualquer suspeita, como os do Chile e da Colômbia, firmaram o documento crítico ao regime de Ortega. Quando o esquerdismo se torna “doença infantil”, patologia desse lulopetismo de grêmio estudantil, qualquer manifestação de racionalidade é desde logo denunciada como “desvio”.

Quem sentiu isso na pele foi Alberto Cantalice, membro do Diretório Nacional do PT, que ousou criticar os ditadores Ortega e Maduro. No Twitter, escreveu que o nicaraguense “enxovalha a esquerda latino-americana” e que os petistas não podem criticar o autoritarismo de Jair Bolsonaro enquanto fazem vista grossa às barbaridades cometidas pelos ditadores “companheiros”. Foi o bastante para que Cantalice fosse qualificado como traidor do “campo democrático popular” em favor do “campo imperialista”.

É claro que qualquer presidente brasileiro deve adotar a prudência, sobretudo em temas espinhosos, em que os interesses do País estejam em risco. Não é, no entanto, o caso da condenação da ditadura nicaraguense. Abster-se de denunciar essa ditadura e seus crimes contra a humanidade equivale a insultar as vítimas dessa tirania. Não cabe, aqui, falar em respeito à “soberania”, como habitualmente dizem os petistas, pois nenhum governo é soberano para massacrar seu próprio povo; também não cabe falar em respeito à “autodeterminação” dos nicaraguenses, pois nenhum povo submetido a uma ditadura é capaz de determinar seu próprio futuro.

A defesa dos direitos humanos é, por definição, uma questão que está além das fronteiras nacionais. É um imperativo da comunidade internacional demandar que os direitos básicos dos cidadãos em qualquer país sejam respeitados. Não é por outra razão que governantes autoritários menosprezam os direitos humanos e consideram sua defesa uma interferência indevida em assuntos internos.

Por isso, o Brasil não podia se abster no caso da Nicarágua, ainda que fosse sob o argumento, invocado pelo Itamaraty, de que a declaração conjunta não abria “canais de diálogo” com a Nicarágua. Ora, não se pode falar em “diálogo” sem que haja antes, da parte de quem agride, a iniciativa de interromper a agressão. Não há como igualar algozes e vítimas, como faz o Brasil sob Lula.

Depois da reação negativa ante o posicionamento brasileiro, o Brasil, numa manifestação em separado no Conselho de Direitos Humanos, expressou “extrema preocupação com os relatos de sérias violações de direitos humanos e restrições de direitos democráticos” na Nicarágua e se ofereceu para receber os cidadãos nicaraguenses degredados por serem considerados opositores do regime. No entanto, em nenhum momento o Brasil condenou a ditadura de Ortega com a firmeza e a veemência que as incontestáveis violações de direitos humanos – atestadas por um grupo de peritos independentes a serviço da ONU – impõem.

Se Lula da Silva tem a pretensão de reposicionar o Brasil no mundo, depois de quatro anos de ostracismo voluntário determinado pelo bolsonarismo, precisa livrar-se urgentemente das amarras ideológicas que o impedem de se alinhar ao mundo civilizado quando isso é tão flagrantemente necessário. Para voltar, de fato, a ser um país relevante em áreas outras que não apenas a ambiental, como deseja Lula, o Brasil deve perfilar com os países que definem suas políticas externas a partir de um patamar mínimo de civilização.●

Um CNJ capturado pelo corporativismo

Juiz não pode receber presente de ente privado. Regulamentação do CNJ sobre evento acadêmico precisa ser revista. Escândalos afetam imagem e imparcialidade do Judiciário

A Constituição de 1988 proíbe que juízes exerçam, ainda que tenham disponibilidade de horário, “outro cargo ou função, salvo uma de magistério” (art. 95, § único, I). Para ser efetiva na proteção da imparcialidade dos magistrados, a regra constitucional precisava ser regulamentada de maneira estável e segura. Como órgão de controle do Judiciário, cabia ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fazer a regulamentação. No entanto, o que parecia funcionar no início vem ganhando limites assustadoramente frouxos.

Em 2007, o CNJ instituiu a Resolução 34/2007, regulamentando o exercício da docência por juízes. Estabeleceu diretrizes e parâmetros. Seis anos depois, na Resolução 170/2013, sobre algumas modalidades de eventos acadêmicos, o órgão lembrou que “ao magistrado é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei”. A menção não foi gratuita. Havia casos de abusos.

Em 2016, o CNJ inovou no tema. A Resolução 226/16 estabeleceu que qualquer participação de magistrados, “na condição de palestrante, conferencista, presidente de mesa, moderador, debatedor ou membro de comissão organizadora”, deveria ser considerada “atividade docente”. Na prática, era uma autorização geral para juízes participarem dos mais diversos eventos.

Na ocasião, como contraponto à liberação irrestrita, foi instituída a obrigação de informar “ao órgão competente do Tribunal respectivo” a participação nesses simpósios, indicando, entre outros detalhes, a entidade promotora do evento. A Resolução 226/2016 também estabeleceu que cabia ao CNJ e à Corregedoria Nacional de Justiça promoverem “o acompanhamento e a avaliação periódica” das informações sobre os eventos.

No entanto, toda essa dinâmica foi alterada em 2021. Por meio da Resolução 373/21, o CNJ revogou o dever de informar sobre a participação nos eventos, bem como o acompanhamento pelo CNJ dessas informações. Ao mesmo tempo, manteve a liberação geral, ratificando a atribuição de caráter acadêmico a todos esses eventos.

Como mostrou o **Estadão**, sob pretexto de participação em eventos “acadêmicos”, magistrados têm recebido generosas benesses bancadas por alguns dos maiores litigantes do País. Entre outras, há shows exclusivos com artistas renomados, jantar em cassino, baladas, estadia em hotéis cinco-estrelas e aluguel de lanchas com direito a espumante de brinde.

Fundado por dirigentes de um fundo de investimentos em ativos de insolvências, o Instituto Brasileiro da Insolvência (Ibajud) levou, no ano passado, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de juízes de recuperação judicial, para o Algarve, em Portugal. O congresso terminou com show em um cassino. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Direito da Empresa (IBDE) promoveu um encontro em resort na cidade do Porto. Aos olhos do CNJ, tudo isso é evento acadêmico.

Por óbvio, não basta alegar o “caráter acadêmico” para que a concessão de mimos e benefícios a juízes esteja liberada. Segundo Rafael Mafei, professor de Direito da USP, há uma enorme diferença entre custear uma palestra e “a oferta de uma viagem de luxo”. Além disso, considera problemática a situação em que o promotor do evento, “diretamente ou por meio de associações que despistam o vínculo, é parte interessada em casos julgados pelo magistrado”.

É preciso resgatar a função de controle do CNJ. Criado em 2004, no âmbito da reforma do Judiciário, ele foi uma tentativa de moralizar o funcionamento da Justiça. Ao longo desses anos, o CNJ tomou medidas importantes. Suas inspeções e correições expuseram problemas graves de nepotismo e corporativismo existentes em tribunais pelo País. No entanto, como se vê no tema dos eventos acadêmicos, o próprio CNJ parece ter sido capturado pelo corporativismo.

Além de afetar a imagem do Judiciário e tornar uma ficção a imparcialidade do magistrado, tudo isso representa descumprimento direto da Constituição.●

ESPAÇO ABERTO

Saneamento ambiental contra tragédias anunciadas

José Serra

As chuvas que têm provocado tragédias sucessivas em vários Estados do País não podem ser as únicas culpadas pelas vidas perdidas, sofrimento dos desabrigados e desalojados, bem como destruição rotineira de bens e equipamentos urbanos. Grandes enchentes e extremos climáticos intensos, como o que ceifou a vida de 65 pessoas no litoral norte de São Paulo no carnaval, são cada vez mais frequentes no Brasil e no mundo. A ausência de um verdadeiro sistema de saneamento ambiental explica grande parcela da falta de resiliência diante de tais fenômenos associados às mudanças climáticas.

O saneamento básico, conforme reforçado pela Lei n.º 14.026/20, do novo marco do setor, compreende não apenas água e esgotamento sanitário, mas também resíduos sólidos e drenagem. Há lacunas gigantescas nos quatro segmentos que compõem aquilo que a engenharia sanitária entende como saneamento ambiental. Mais de 30 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada e as perdas na distribuição de água chegam a cerca de 40% do volume produzido. Outros 100 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto e há espalhados pelo País cerca de 2.100 unidades de disposição final de resíduos sólidos inadequadas, constituindo lixões ou aterros controlados – na verdade, lixões disfarçados.

As carências em drenagem explicam uma boa parte das razões pelas quais o Brasil sofre tantas tragédias anunciadas. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), 66,2% dos municípios não têm um mapeamento de áreas de risco de inundação; apenas 43,5% têm sistema de drenagem fluvial; e 2 milhões de domicílios estão sujeitos a riscos de inundações e deslizamentos.

Para enfrentar tal situação será necessário dar um salto no investimento no saneamento. O sucesso nessa empreitada depende de grande volume de inversões públicas e privadas, o que, por sua vez, requer uma regulação simples, clara e independente, que garanta a segurança jurídica ao prestador. Daí a importância do novo marco do setor, que estimula o investimento e busca a universalização de água e esgoto até 2033.

> *Brasil não pode perder mais tempo repetindo erros que custam vidas e é imperativo que o assunto seja tratado com a importância que merece*

Um dos aspectos importantes do marco foi conferir à Agência Nacional de Águas (ANA) o papel de supervisão regulatória, de forma a contribuir com as agências infranacionais na construção institucional e padronização das normas de referência em prol da excelência técnica e da independência. Para tanto, é fundamental harmonizar a regulação num setor no qual há nada menos do que 86 agências infranacionais – 26 estaduais, 19 intermunicipais e 41 municipais.

Dados do BNDES, da Caixa Econômica Federal e da B3 apontam que, após a promulgação do novo marco do saneamento, foram realizados 13 grandes leilões, somando R$ 65,5 bilhões em investimentos contratados para os próximos 35 anos, beneficiando 31,2 milhões de pessoas. O sucesso desses pregões é apenas o início de um longo caminho, pois serão necessários vultosos investimentos no saneamento básico. Para ter uma ideia, o investimento médio em água e esgotamento sanitário do período de 2015-2021 foi de R$ 17 bilhões, ante R$ 36,2 bilhões anuais necessários para universalização de água e esgoto até 2033.

O desafio é ainda maior quando se considera que este valor de investimento anual necessário para universalização não inclui as inversões necessárias em manejo de resíduos sólidos e drenagem. Estima-se que seriam precisos R$ 70 bilhões e R$ 250 bilhões nestas duas áreas, respectivamente, para garantir atendimento universal.

Boa regulação e competição viabilizam investimentos sem onerar excessivamente a população, sobretudo os mais pobres e os que mais sofrem com a falta de saneamento pela exposição a doenças e por habitar em áreas de risco, degradadas pela poluição dos cursos d'água e sujeitas a enchentes e deslizamentos. Aliados à boa gestão, podem promover estruturas tarifárias mais justas nas quais as famílias em vulnerabilidade acessem uma tarifa social compatível com a sua capacidade de pagamento.

O novo marco não está restrito a água e esgotamento sanitário. A Norma de Referência n.º 1/2021 da ANA dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

O caminho é desafiador, mas os benefícios são enormes. Estudo da GO Associados para o Instituto Trata Brasil revelou que um investimento anual de R$ 36,2 bilhões para universalização dos serviços apenas de água e esgoto até 2033 acarreta efeitos multiplicadores expressivos, com a geração de 851 mil empregos; R$ 117 bilhões de produção; e R$ 2 bilhões de arrecadação de impostos.

As perspectivas de mudanças trazidas pelo novo marco devem ser mantidas apesar de trocas de governo. O Brasil não pode perder mais tempo repetindo erros que custam vidas e é imperativo que o saneamento ambiental seja tratado com a importância que merece. Parafraseando o escritor peruano Mario Vargas Llosa, "o objeto que representa a civilização e o progresso não é o livro, o telefone, a internet ou a bomba atômica. É a privada". ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Juros globais

Má notícia do Fed

São preocupantes as declarações do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, sobre a possibilidade de acelerar o aumento das taxas de juros dos Estados Unidos para conter a inflação. Lula tem a solução: derrubem o dito-cujo o quanto antes.

Jorge Alberto Nurkin
jorge.nurkin@gmail.com
São Paulo

Juros mais altos

Se a tendência de alta nos juros na economia norte-americana e na zona do euro se consolidar, a Selic precisará ser reajustada para cima. Neste caso, o presidente Lula da Silva e os brilhantes economistas do PT deveriam louvar, e não apedrejar, a política de juros defendida pelo presidente do Banco Central. Economia não é assunto para curioso.

João Israel Neiva
jneiva@uol.com.br
Cabo Frio (RJ)

Congresso Nacional

Emendas por apoio

Governo quer condicionar pagamento de emendas a apoio no Congresso (*Coluna do Estadão*, 8/3, A2). Como é, mesmo, o nome disso?

Luiz Frid
fridluiz@gmail.com
São Paulo

Baita desafio

Um banho de realismo e pragmatismo é como eu defino o editorial *A fragilidade do governo no Congresso* (**Estado**, 8/3, A3). Um chamado à reflexão de quem se preocupa com os destinos do País e deseja a transformação e a reconstrução das instituições nacionais, inclusive da distorcida Casa Legislativa. Ao expor o nó górdio da "construção de uma maioria estável no Congresso, sem a qual qualquer governo fracassa", o **Estadão** me faz lembrar que, em setembro de 1993, o então presidente nacional do PT declarou que havia no Congresso "uma minoria de parlamentares que se preocupa e trabalha pelo País, mas há uma maioria de uns 300 picaretas que defende apenas seus próprios interesses". A polêmica declaração provocou tumulto no Congresso e na imprensa, principalmente depois que foi transformada em música gravada pelos Paralamas do Sucesso. Duas décadas depois, a maldição de Sísifo precisa ser superada e desatado o nó górdio da "dinâmica das relações entre Executivo e Legislativo". Um baita desafio a ser enfrentado com serenidade e firmeza, em tempos de democracia representativa capenga.

João Pedro da Fonseca
fonsecaj@usp.br
São Paulo

Governo Lula

Melhor engolir

Para aqueles que estão indignados com a decisão do presidente Lula da Silva (PT) de *engolir* as travessuras do seu ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), e mantê-lo no governo, basta recordar o que aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) quando resolveu *peitar* o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Deu no que deu. Assim é a política.

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Comunicações

Pelo visto o presidente Lula foi muito feliz na composição do seu atual Ministério. Vejam, por exemplo, o fantástico desempenho de Juscelino Filho nas Comunicações: apesar de não fazer nenhuma questão de mostrar a que veio, não consegue sair da mídia.

Frederico Fontoura Leinz
fredy1943@gmail.com
São Paulo

Caso Juscelino Filho

Senhor presidente Lula, onde foi parar sua palavra em discurso na posse, de que quem não agisse corretamente seria demitido?

Maria do Carmo Z. Leme Cardoso
zaffalon@uol.com.br
Bauru

Joias apreendidas

Já vimos esse filme

O presidente Lula fez história por sempre dizer que não sabia de nada, quando acusado de algum malfeito. Caminho idêntico segue o ex-presidente Jair Bolsonaro, que pretendeu dar um passa-moleque na sua "Pátria Amada" no caso das joias sauditas. Não é a primeira vez que repete as palavras chulas de Lula. Com a maior cara de pau, disse que nunca pediu nem recebeu as joias. Afinal, se não fosse mais uma mentira medíocre, por que movimentou três ministérios, o diretor da Receita Federal, avião da FAB e vários ofícios para que a Receita Federal liberasse para si as peças? Esse filme é antigo e os brasileiros já o viram.

Júlio Roberto Ayres Brisola
jrobrisola@uol.com.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

O jornalismo além da objetividade

Eugênio Bucci

Para a exígua parcela do improvável leitorado que ainda se interessa pelos estudos de jornalismo, acaba de sair um documento de leitura obrigatória: *Além da objetividade – produzindo noticiário confiável nas redações atuais* (*Beyond objectivity – producing trustworthy news in today's newsrooms*). Publicado pela Escola de Jornalismo e Comunicações Walter Cronkite (Walter Cronkite School of Journalism and Mass Communication), da Universidade do Estado do Arizona (Arizona State University), em parceria com a Stanton Foundation, o livreto mostra que o conceito que tínhamos de relato objetivo entrou em crise.

Os dois autores são nomes consagrados na profissão. Leonard Downie Jr., professor da Escola Walter Cronkite, fez carreira no *Washington Post*, onde chegou a editor executivo. Andrew Heyward, docente na mesma faculdade, foi presidente da CBS News entre 1996 e 2005. Depois de consultarem uma respeitável bibliografia, a dupla entrevistou 76 pessoas que exercem cargos-chave na imprensa dos Estados Unidos e chegou a uma conclusão nada trivial: a palavra "objetividade", tão cara à tradição dos jornais, anda fora de moda (*outmoded*). Repórteres e editores não têm mais o mesmo gosto em pronunciá-la. O termo já não nomeia o requisito central da credibilidade, pois "perdeu seu poder de definir os padrões mais altos da excelência jornalística".

É claro que Leonard Downie Jr. e Andrew Heyward não recomendam desprezar os fatos. O projeto deles é ir além – não aquém – da objetividade. As novas gerações de jornalistas, que desconfiam desse substantivo, jogam suas melhores energias em outros, como "acurácia" e "verdade".

O ponto de partida continuam sendo os fatos verificáveis – nesse ponto, nada de novo sob o sol –, mas ninguém dá conta de contar a verdade apenas arrolando fatos. Mais do que investigar o que aconteceu, o jornalismo precisa iluminar o contexto escondido sob a superfície e levar em conta as múltiplas perspectivas de análise, sem cair na armadilha das narrativas enviesadas.

Sim, ficou mais difícil. A função jornalística, que já não era simples, agora é mais complexa. A cobertura deve reportar os eventos, é lógico, mas não pode parar por aí; precisa fugir da atitude burocrática de somente anotar o que se passou e, depois, coletar um depoimento contra e outro a favor.

> ***O texto jornalístico só é bom de verdade quando, além de narrar o acontecido, transpira pensamento. Só assim vai refletir o real e refletir sobre o real***

Downey Jr. e Hayward são categóricos: "Evite a abordagem preguiçosa do 'outroladismo' (*both-sides-ism*)".

Não se trata de negligenciar a realidade, de jeito nenhum, mas de olhar mais longe. Trata-se de examinar o pano de fundo e de decifrar as opiniões fundamentadas que entram em conflito. O texto jornalístico só é bom de verdade quando, além de narrar o acontecido, transpira pensamento. Só assim vai refletir o real e refletir sobre o real.

Para resumir, o que entrou em crise não é a tentativa de captar os dados objetivos da realidade, mas a empáfia com que muitos desfraldavam a bandeira da objetividade. Não dá para continuar assim. Já não tem serventia o repórter que descreve olimpicamente um episódio qualquer, ouve uma fonte favorável e outra contrária e, com isso, dá o trabalho por encerrado – o cidadão que se vire para encontrar a conclusão. A imprensa responsável não tem parte com a indiferença. Ou ela vibra junto com a audiência ou ficará isolada.

É nesse sentido que a boa redação jornalística procura desvelar as forças que se batem para fazer prevalecer uma interpretação ou outra, deixa claro seu método de trabalho, abre os olhos para a diversidade e compartilha com o público os valores e princípios que a orientam. Tudo se resume a uma questão de honestidade, em três frentes simultâneas: honestidade para relatar o que aconteceu, para esmiuçar o contexto e, em terceiro lugar, para não esconder seus próprios compromissos.

O ideal da precisão fria – que sempre foi uma forma de impostura positivista – caducou. Acima dele deve estar a relação franca com a audiência. O jornalismo digno de confiança respeita as expectativas de veracidade das suas fontes e de seus públicos, igualmente, do mesmo modo que respeita sua coerência interna. Assim, tece o diálogo entre sujeitos ativos num padrão civilizado e pacífico. Em outras palavras, o jornalismo se faz na intersubjetividade racional.

Num livro publicado no ano 2000, *Sobre Ética e Imprensa* (Companhia das Letras), eu mesmo tratei do tema. Cito uma única frase: "Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam e os que do fato tomam conhecimento". A ideia continua valendo.

A objetividade na imprensa se traduz em intersubjetividade ativa. Nada de discurso militante, longe disso. O bom jornalismo tende a ser mais caloroso – mais engajado, se quisermos –, mas não há de se confundir com propaganda, com panfleto ou com proselitismo partidário. O primado da verdade factual segue vivo, muito mais que objetivo. O que ele quer de nós é independência e inteligência. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Equidade de gênero

'Vai doer no bolso', avisa Tebet a quem pagar salário menor a mulher na mesma função

Lula anunciou projeto de lei que aumenta multa de empresas sem igualdade salarial para homem e mulher. Governo também divulgou um pacote de medidas, como crédito especial às mulheres nos bancos públicos. ●

19.154 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Precisamos de licença-paternidade. As empresas não querem empregar mulheres por se tornarem mães. Se o pai também sair de licença, essa palhaçada acaba."
MARIA CLARA TAVARES

● "Precisa doer mesmo. É um absurdo."
ANTONIA ROSA MACIEL

● "Competências devem prevalecer. Essa militância precisa parar."
TALITA HOCKMULLER

● "Um avanço para reduzir a desigualdade entre gêneros no mundo do trabalho."
ROSEMEIRE MORAES

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

JIM ROWAN/VOLVO

Jornal do Carro

Os 10 carros de luxo mais vendidos no começo de 2023. ●
https://bit.ly/3YppdVQ

The New York Times

Karol G já cantou até com Shakira; conheça artista. ●
https://bit.ly/3JfZR8q

Aplicativo do Estadão

Personalize o app, salve conteúdos e siga colunistas. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estadao@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Planalto oferece cargos de 2º escalão para barrar CPI sobre atos golpistas

Governo Lula vê comissão parlamentar de inquérito no Congresso agora como um obstáculo a votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da reforma tributária

VERA ROSA
LEVY TELES
BRASÍLIA

O Palácio do Planalto deflagrou uma operação para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas do requerimento que pede a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A ofensiva inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados, como diretorias do Banco do Nordeste (BNB), além de superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

O governo também pressiona ministros de partidos aliados, principalmente do União Brasil, para ajudar na missão "abafa CPI". Há três dias, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, apesar das acusações contra ele, avisou que exigiria apoio no Congresso.

Na avaliação do Planalto, criar uma comissão parlamentar agora atrapalharia votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da reforma tributária. "CPIs mobilizadas por quem passou pano nos atos terroristas não são os melhores instrumentos para fazer apuração", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Nós estamos indo atrás de quem financiou a tentativa de golpe de Estado."

Autor do pedido de investigação dos atos do dia 8, o deputado André Fernandes (PL-CE) afirmou que três colegas – Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), Célio Silveira (MDB-GO) e Pastor Gil (PL-MA) – retiraram as assinaturas do requerimento. "Eles estão retirando, mas a gente está colocando mais", minimizou. Fernandes disse que outros cinco deputados – Milton Vieira (Republicanos-SP), Luiz Nishimori (PSD-PR), Junior Lourenço (PL-MA), Celso Russomanno (Republicanos-SP) e Luciano Vieira (PL-RJ) – aderiram. Hoje, o requerimento tem apoio de 191 deputados e 35 senadores.

Na sessão de ontem na Câmara, Fernandes reproduziu um áudio antigo de Lula defendendo CPIs. As discussões foram acaloradas. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), protestou e houve bate-boca. Miguel Ângelo (PT-PR) afirmou ter sido agredido pelo colega José Medeiros (PL-MT). "Ele me empurrou e pisou no meu pé", acusou. "Estávamos próximos. Se pisei, peço desculpas", respondeu Medeiros.

Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Fernandes está na mira da Procuradoria-Geral da República, que pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar sua participação em convocações para invadir a Corte, o Planalto e o Congresso.

FATURA. Lula deixou a distribuição de cargos de segundo escalão para março e abril justamente para avaliar o tamanho de cada força política no Congresso. No mês passado, por exemplo, o governo entrou em campo para ajudar a reeleger o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na disputa contra o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN). Agora, age para que deputados e senadores retirem assinaturas da CPMI, acompanha quem dará as cartas nas comissões da Câmara e do Senado e monitora o painel de votações.

A fatura, porém, é cada vez mais cobrada por partidos que, mesmo tendo ministérios, prometem independência na relação com o Planalto. "Fomos nós que entregamos a PEC da Transição ao governo. Se tem alguém devendo algo, é o governo a nós, não o contrário", afirmou o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA). O deputado foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitiu a Lula aumentar gastos para pagamento de despesas, como o novo Bolsa Família.

CENTRÃO. O União Brasil controla os ministérios das Comunicações, do Turismo e da Integração. Juscelino Filho ganhou sobrevida após Lula ter sido informado de que sua demissão tinha potencial para unificar o Centrão contra o governo. Como mostrou o **Estadão**, o ministro usou avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e diárias pagas com dinheiro público, em janeiro, para uma viagem a São Paulo, na qual passou a maior parte do tempo em compromissos particulares, como leilões de cavalos.

Dos 59 deputados do União Brasil, 28 foram favoráveis à criação da CPMI. Até agora, só um parlamentar da legenda – que tem a terceira maior bancada na Câmara – removeu o nome do requerimento. Doze congressistas do MDB e outros oito do PSD endossaram o pedido. Os dois partidos integram a base e, a exemplo do União Brasil, comandam três pastas cada.

"Estou trabalhando para que aliados retirem as assinaturas, sim. Quem é governo não pode querer essa CPI", argumentou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Para que a CPMI seja instalada é necessário o apoio de 171 deputados e 27 senadores.

O **Estadão** apurou que a presidência da Codevasf continuará sob controle do engenheiro Marcelo Moreira, aliado do líder do União Brasil. A empresa ficou conhecida por servir como duto das emendas do orçamento secreto. Superintendências do Dnocs são disputadas por Avante, União Brasil e PP. Mesmo tendo integrantes de seu grupo no governo, Elmar disse que os votos da sigla dependerão do tema das votações.

"Se for tratar de imposto, não vou votar. Reforma tributária, desde que não aumente imposto, a gente vota. Quer tratar reforma administrativa? A gente vota. Quer tratar invasão de terra? Vamos ser contra", avisou. Elmar declarou, ainda, que não pedirá para quem assinou o requerimento da CPMI voltar atrás. "Manteremos a postura independente."

O deputado Sanderson (PL-RS) disse ter ouvido uma tentativa de suborno do governo para enterrar a CPMI. Não apresentou provas, mas, mesmo assim, publicou a denúncia nas redes sociais. "Ouvi, da boca de um deputado que recebeu a mensagem de um emissário de Lula, que quem retirar a assinatura terá R$ 60 milhões de emendas RP-2", afirmou Sanderson ao **Estadão**. Questionado pelo deputado Padovani (União Brasil-PR), Padilha disse se tratar de "fake news".

"Quem falou isso para o deputado Sanderson mentiu", afirmou o titular das Relações Institucionais. O Planalto avalia que bolsonaristas insistem na CPMI para pressionar pela libertação dos presos após as ações de vandalismo.

"Vamos abrir essa CPMI e deixar a verdade aparecer. Por que o medo?", perguntou a deputada Bia Kicis (PL-DF). Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) disse não estar preocupado com a queda de braço. "Sou vítima e não tenho motivo para ter medo. Mas isso só pode ser para a oposição ter um palanque." ●

Embate

"CPIs mobilizadas por quem passou pano nos atos terroristas não são os melhores instrumentos"
Alexandre Padilha
Ministro das Relações Institucionais

"Eles estão retirando (apoios), mas a gente está colocando mais"
André Fernandes (PL-CE)
Deputado

"Fomos nós que entregamos a PEC da Transição ao governo. Se tem alguém devendo algo, é o governo a nós, não o contrário"
Elmar Nascimento (BA)
Líder do União Brasil na Câmara

"Vamos abrir essa CPMI. Por que o medo?"
Bia Kicis (PL-DF)
Deputada

Adesão
Até agora, pedido de criação da CPMI tem o apoio de 191 deputados e de 35 senadores

Moraes manda soltar 149 presas por ataques de 8/1

PEPITA ORTEGA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a liberação de 149 denunciadas pelos ataques de 8 de janeiro em Brasília. A avaliação do ministro foi a de que o grupo pode responder às acusações em liberdade, uma vez que não inclui executoras ou financiadoras dos atos.

Todas as acusadas devem cumprir uma série de medidas cautelares alternativas, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de deixar o local onde moram e recolhimento domiciliar durante a noite e aos fins de semana. Além disso, elas não podem usar redes sociais nem se comunicar com outros investigados.

CRIMES. A maior parte do grupo beneficiado pela decisão de Moraes foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de incitação ao crime e associação criminosa.

De acordo com o Supremo, 407 presas pela destruição na Praça dos Três Poderes estão em liberdade provisória com medidas cautelares. Outras 82 seguem custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia. ●

Governo

TV Brasil transmite live de Janja em canal no YouTube; opositores reagem

Deputados acusam primeira-dama de usar estrutura pública para autopromoção; petista diz que fará mais entrevistas

ISABELLA ALONSO PANHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Parlamentares de oposição ao governo criticaram uma live feita pela primeira-dama Janja Lula da Silva na noite anteontem, no canal do YouTube "TV Brasil Gov", administrado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A transmissão, chamada "Papo de Respeito", teve como assunto a violência contra as mulheres, na véspera do 8 de março.

A live teve como entrevistada a ministra da Mulher, Cida Gonçalves. A apresentadora Luana Xavier também participou. Segundo a assessoria de Janja, ela programou mais lives em formato semelhante, com entrevistas de ministros e outras autoridades do governo.

O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e os deputados estaduais Felipe Camozzato (Novo-RS) e Daniel José (Podemos-SP) disseram que a socióloga criou a "TV Janja" e estaria usando a estrutura pública para autopromoção. Kataguiri afirmou que entrou com ação popular para questionar judicialmente a live.

O vereador Rubinho Nunes (União Brasil-SP) comparou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Janja a Nicolás Maduro e Cilia Flores. A primeira-dama venezuelana ganhou um programa do marido em canal estatal. Ao **Estadão**, a assessoria de Janja disse que a primeira-dama não comentaria.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Janja com a ministra Cida Gonçalves (Mulher) durante programa

ESTRUTURAS. O ponto central da crítica à live está na licitude do uso de estruturas da TV Brasil pela primeira-dama. Até 2019, a EBC possuía um programa exclusivo para a veiculação de conteúdos governamentais, a TV NBR (TV Nacional do Brasil), enquanto a TV Brasil veiculava assuntos de interesse público-educativo.

Portaria da EBC, assinada em 9 de abril de 2019, unificou os dois programas e todo o conteúdo televisivo – incluindo o material institucional – passou a ser transmitido na TV Brasil. A medida, firmada no governo de Jair Bolsonaro (PL), foi um tema sensível ao longo da gestão. Em 2020, a TV Brasil transmitiu um jogo entre Brasil e Peru e o narrador mandou um "abraço especial" ao então presidente. Por outro lado, as tradicionais lives feitas por Bolsonaro eram sempre transmitidas nas suas próprias redes sociais.

Doutor em Direito Público e professor da USP, Floriano de Azevedo Marques classificou a live como "mensagem institucional, cabível no contexto do dia da mulher e compatível com a função de primeira-dama". Para ele, o que tornaria a live ilícita seria Janja usar o espaço para fazer "alguma propaganda imprópria".

A socióloga não tem cargo oficial no governo. Ela ficará no Gabinete de Ações Estratégias em Políticas Públicas, vinculado ao Gabinete da Presidência. A repartição ainda não foi publicada no *Diário Oficial* da União, o que, segundo a assessoria de Janja, deve ocorrer nos próximos dias.

Apesar da inexistência de crime ou ato de improbidade na live, o caso acende o debate em relação à separação dos canais televisivos da EBC. "A fusão da TV Brasil com a NBR é um retrocesso histórico a 1808, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* informava sobre temas gerais e publicava sobre os atos da coroa", disse o professor da USP Eugênio Bucci, doutor em Comunicação e presidente da Radiobrás de 2003 a 2007. "Os dois canais devem funcionar separadamente."

Presidente da EBC, Hélio Doyle, nomeado por Lula no dia 14, compartilha dessa posição. Segundo ele, a live foi demanda da Secretaria de Comunicação, com quem a empresa tem contrato. "Sou contra essa junção (*TV Brasil e NBR*). Vamos dividir os canais." ●

William Waack
A arca do Lula

Lula exibe dificuldades para extrair vantagens decisivas de dois presentes políticos que deveriam beneficiá-lo muito mais. O primeiro foi a insurreição bolsonarista do 8 de janeiro que, supõe-se, destruiria a essência de uma corrente política. O segundo foi o escândalo das joias das Arábias, que destruiria a essência da pessoa de seu adversário político.

Parte das dificuldades de Lula vem de fatores de grande abrangência. Um deles é aquilo que os profissionais de pesquisas chamam de "calcificação", ou seja, as duas metades que saíram das urnas em 2022 continuam mais ou menos iguais, com o mesmo teor de polarização. E minimizam, ignoram ou absorvem qualquer fato "negativo" dentro da própria corrente.

Outro fator abrangente é de caráter "antropológico" – e deprimente. É a maneira como vastas parcelas da população lidam com o uso do dinheiro público (que milhões nem entendem que é o dinheiro dos impostos que pagam). No ambiente "calcificado", a indignação com o uso privado de recursos públicos é ainda mais seletiva. Perdoa-se sem muitos rodeios se o ocorrido for no lado "certo", ou se há "necessidade política de votos no Congresso.

Mas parte das dificuldades políticas de Lula vem dele mesmo. Colocar um monte de gente a bordo de uma espécie de arca de Noé política e batizá-la de "frente ampla" não fazem dela um governo de ampla coligação. Nem criam automaticamente um conjunto de denominadores comuns entre forças e personalidades políticas antagônicas – ainda mais quando o capitão do barco não manda sozinho e pretende achar um rumo a partir de cacofonia de opiniões.

> ***Com dificuldades para governar com uma frente ampla, o presidente ajuda os adversários***

A montagem até aqui do próprio Executivo é exemplo de desarticulação de uma pretendida "frente ampla". Os ministérios "fortes" ficaram com o PT e têm escalões hierárquicos definidos. Mas o segundo escalão de pastas entregues a outros partidos permanece desocupado (emperrando uma máquina já lenta e custosa) à espera de definições no Legislativo, por sua vez dependendo de distribuição de cargos no Executivo e estatais. E do que dirigentes do PT possam achar das nomeações feitas por ministros de outros partidos.

Lula demonstra pressa e angústia em exibir o mais rápido possível "resultados positivos", sobretudo na economia. Sua evidente ansiedade, que traduz um "sentir-se cercado", tem uma razão objetiva: não é só o "bolsonarismo" ou a "extrema direita" que aguardam "fracassos" do Lula 3. É enorme a parcela dos que precisam ser convencidos de que o atual governo seria capaz de tirar o País da estagnação (ou sequer pacificá-lo).

Se continuar sendo o PT, Lula vai devolver aos adversários o presente político. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ex-primeira-dama

Quarto ministro de Lula emplaca mulher em tribunal de contas

Aline Peixoto, casada com chefe da Casa Civil, Rui Costa, é enfermeira e receberá até R$ 41 mil entre salário e benefícios

REGINA BOCHICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
SALVADOR

Aline Peixoto, de 40 anos, mulher do ministro-chefe da Casa Civil do governo Luiz Inácio Lula da Silva e ex-governador da Bahia, Rui Costa (PT), foi aprovada ontem pela Assembleia Legislativa do Estado para ocupar uma vaga de conselheira no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Com isso, ela ficará no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 75 anos, com salário de R$ 35 mil, mais benefícios que, juntos, chegam a R$ 41 mil.

Ela obteve 40 votos contra 19 dados ao ex-deputado oposicionista Tom Araújo (União Brasil). Houve quatro votos nulos. A votação foi secreta. Com isso, Costa passa a ser o quarto ministro de Lula que tem a mulher como conselheira em tribunais de contas.

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT), emplacou sua esposa, Rejane Dias, para o Tribunal de Contas do Estado do Piauí em janeiro deste ano. Outros dois ministros e ex-governadores já tinham suas mulheres como conselheiras antes de tomar posse: Renan Filho (MDB), cuja mulher, Renata Calheiros, foi escolhida para o TCE de Alagoas em dezembro de 2022; e Waldez Góes (PDT), do Desenvolvimento Regional, teve a mulher eleita em fevereiro de 2022 para o TCE do Amapá.

A escolha de Aline implica, ainda, que, na divisão de forças do PT baiano, Costa levou a melhor. O próprio senador Jaques Wagner (PT), muito influente na legenda estadual, chegou a dizer publicamente que era contra a indicação.

GOVBA

Aline será a primeira mulher a ocupar uma cadeira no TCM-BA

Aline não foi à Assembleia acompanhar a votação e informou, por meio do líder do governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), que falará com a imprensa somente quando for empossada no TCM. A Corte tem sete conselheiros. A principal função do TCM é a de apreciar as contas anuais dos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais. Na Bahia, são 417 municípios.

PIONEIRA. A mulher de Costa será a primeira mulher a ocupar uma cadeira do TCM da Bahia. O presidente da Assembleia baiana, deputado Adolfo Menezes (PSD), em entrevista após o final da sessão, disse, sobre indicação da esposa de Rui Costa para o conselho de contas, que, "no Brasil, sempre foi assim". "Não adianta querer ser diferente, que as coisas no Brasil funcionam assim", afirmou.

A indicação da mulher do ministro como conselheira foi alvo de críticas da oposição pelo fato de ela não ter experiência na área. Aline é enfermeira e presidiu as Voluntárias Sociais da Bahia, enquanto era primeira-dama, foi assessora especial da Secretaria de Saúde da Bahia e diretora do Hospital Geral do município de Ipiaú. ●

Questão fundiária

Fracassa tentativa do governo para acordo entre MST e Suzano

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Fracassou a primeira tentativa do governo Lula de resolver o conflito agrário no sul da Bahia que envolve o Movimento dos Sem Terra (MST) e a empresa de celulose Suzano. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, reuniu ontem representantes da empresa e do movimento. Ao fim do encontro, o petista disse apenas que a pasta retomou o diálogo entre as partes e estabelecerá uma "mesa de negociações". Nova reunião foi marcada para o dia 28 deste mês.

"Foi retomado o diálogo. Esse diálogo aconteceu até 2016 e foi interrompido. Hoje ele foi retomado e nós termos uma mesa de negociação", disse Teixeira. "Queremos reafirmar os termos do acordo feito em 2011 e atualizado em 2015. Evidentemente, agora ele precisa ser atualizado", prosseguiu. Questionado pelo **Estadão**, o ministro não explicou por que o acerto foi interrompido.

A empresa e o MST firmaram um acordo em 2011 que previa, entre outras medidas, a compra de parte das terras em disputa pelo Incra para assentar as famílias do movimento. As empresas envolvidas no conflito – incorporadas pela Suzano – cederiam outra parte. O primeiro assentamento fruto desse acordo foi instalado em 2015. Mas, ainda durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o Incra deixou de dar a contrapartida para a aquisição de novas áreas. De acordo com o MST, 450 famílias ficaram sem receber o lote de 10 hectares.

"As partes querem cumprir (*o acordo*) e todos nós vamos trabalhar pelo cumprimento daquele acordo. Queremos uma relação de diálogo para solução dos eventuais conflitos", disse Teixeira. "O respeito ao direito de propriedade será uma tônica desses atores aqui. A Suzano reconhece as obrigações assumidas naqueles acordos e agora vai discutir os modos e os meios de execução, juntamente com o governo federal", afirmou o ministro.

> **Tratativas**
> **Mesa de negociações foi criada e nova reunião está marcada para o dia 28 deste mês**

A Suzano estabeleceu como condição para o início do diálogo a reintegração das terras invadidas pelo MST. Anteontem, a Polícia Militar da Bahia deu início ao despejo dos sem-terra. Não houve conflito.

PREOCUPAÇÃO. A retomada das invasões pelo MST, até mesmo em áreas produtivas, se tornou uma preocupação para o setor agrário. As ações contrariam o discurso de Lula durante campanha, que chegou a dizer que o MST não entrava em propriedades produtivas, como as áreas da Suzano. ●

Legendas

PSB e PDT articulam federação para fugir da 'órbita' do PT

Partidos que têm ministérios na gestão Lula discutem acordo para formar bloco de centro-esquerda no Congresso Nacional

PEDRO VENCESLAU

Dois partidos que integram a base de apoio do Palácio do Planalto abriram negociações para formar um bloco fora da órbita do PT. PSB e PDT articulam uma federação de centro-esquerda para fugir do que chamam de "hegemonismo" petista. O assunto já foi tratado em conversas reservadas pelo presidente interino do PDT, André Figueiredo, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, e o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

As federações partidárias foram criadas na reforma eleitoral aprovada pelo Congresso em setembro de 2021 e já valeram para as disputas do ano passado. O modelo prevê que dois ou mais partidos atuem de forma unificada nas eleições e na legislatura seguinte. Pela legislação, essa união deve se sustentar por no mínimo quatro anos. A federação atua no Legislativo como uma única bancada, sem que os partidos tenham a obrigação de se fundir.

No caso das negociações entre PDT e PSB, divulgadas pelo jornal *O Globo*, Siqueira também já foi procurado pelo presidente do Solidariedade, Paulinho da Força. O dirigente do PSB vai apresentar a ideia à Executiva Nacional do partido em reunião marcada para hoje.

'ESPAÇO PRÓPRIO'. "Já tivemos uma experiência boa com o PSB na legislatura anterior, quando formamos um bloco. A federação seria importante para valorizar nossa atuação no Congresso e organizar um espaço próprio para chegarmos nas eleições municipais sem sermos satélites do PT", disse ao **Estadão** o sindicalista Antonio Neto, vice-presidente do PDT.

Na disputa presidencial de 2022, o PDT lançou Ciro Gomes, candidato que adotou uma narrativa antipetista e crítica a Lula, enquanto o PSB – partido ao qual se filiou o agora vice-presidente Geraldo Alckmin – apoiou o petista. Depois do pleito, porém, o PDT entrou na base governista após receber a pasta da Previdência.

> Hegemonia
> **Duas legendas reconhecem papel atual de 'satélites' do PT e querem barrar hegemonia na esquerda**

"Nossa motivação não é estar contra ninguém, mas ser uma nova força na centro-esquerda. A nova legislação tende a levar a um afunilamento (*do número de partidos*) sob pena do desaparecimento. A federação é uma exigência da realidade", disse Siqueira. "A federação com o PT travou porque eles tinham uma visão hegemônica", disse em relação à tentativa de parceria com petistas em 2022. Tanto PSB quanto PDT saíram menores das urnas. O PSB caiu de 32 para 14 deputados federais eleitos e o PDT, de 28 para 9.

PP e UNIÃO BRASIL. Em outro movimento partidário, PP e União Brasil chegaram a um impasse na articulação para formar uma federação de centro-direita. O PP estava na coligação de Jair Bolsonaro (PL), e o União Brasil comanda três ministérios no governo petista. As negociações agora enfrentam divergências regionais. Os dois partidos esperavam bater o martelo até meados deste mês. ●

Filho do ex-presidente

Jair Renan ganha cargo em gabinete de senador

Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, vai ocupar o cargo de auxiliar administrativo pleno, com salário mensal bruto de R$ 9,5 mil, no gabinete do senador Jorge Seif (PL-SC). A informação foi publicada no boletim administrativo e confirmada pelo **Estadão**.

O filho do ex-presidente vai trabalhar sob a chefia do ex-secretário da Pesca do governo Bolsonaro. O vencimento líquido de Jair Renan deve ficar em R$ 7,6 mil.

INVESTIGAÇÃO. Em abril de 2021, o Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito para investigar Jair Renan por supostos crimes de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. O caso acabou sendo arquivado pela Polícia Federal porque não foram encontrados indícios de crime. ● ANA LUIZA ANTUNES, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Presentes sob investigação

Pressão na Receita por joias incluiu mensagens e áudios de WhatsApp

Ex-chefe do órgão, Julio Cesar Gomes acionou servidores de vários setores para liberar diamantes e enviá-los a Bolsonaro

ADRIANA FERNANDES
ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

A pressão que o ex-chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes exerceu sobre os servidores públicos para liberar as joias detidas na alfândega de Guarulhos (SP) em favor do governo de Jair Bolsonaro (PL) envolveu atos extraoficiais que, no cargo de comando do órgão, jamais poderiam ter sido utilizados.

O **Estadão** apurou que, para conseguir reaver as joias estimadas em R$ 16,5 milhões e enviá-las ao então presidente Jair Bolsonaro e à primeira-dama Michelle Bolsonaro, Gomes pressionou servidores de diversos departamentos, por meio de mensagens de texto enviadas por aplicativos como WhatsApp, áudios, telefonemas e e-mails sobre o assunto. A ofensiva alcançou também subsecretários do órgão.

Sem rastro
Ex-secretário usava aplicativo para evitar deixar digitais em sistemas oficiais, dizem servidores

Em um dos áudios aos quais o **Estadão** teve acesso, Gomes pede que um servidor acesse outro departamento da Receita – a Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) – e passe o contato dele para o responsável da área, sob o argumento de que precisa explicar o caso da retenção e que se trata de item que "faz parte do gabinete pessoal" da Presidência da República. "Existe um gabinete pessoal, é um órgão que ele criou", diz.

Na ocasião, Gomes tentava driblar a primeira negativa a sua tentativa de liberar os diamantes dados pelo regime saudita. Na mensagem em áudio, ele afirma: "Eu te liguei agora, não precisa me retornar, não. Mas passa meu telefone, por favor, para o... Pô, eu sei que o sobrenome dele é (*Gomes diz o sobrenome do servidor*), que é da Copol, e que passou a informação lá para o (*Gomes cita o nome do delegado da Receita*), lá de São Paulo, dizendo que tem que ser o secretário de Administração da Presidência para assinar o ofício no caso de doação. Eu preciso explicar para ele que não é isso. Que é outra coisa", diz Gomes.

Ele prossegue na mensagem: "É um outro órgão, outra unidade separada da Presidência da República como um todo. É um outro órgão chamado acervo histórico e pessoal. Faz parte do gabinete pessoal da Presidência da República. É um órgão lá dentro que ele criou. Tem um decreto, que ele criou. E o responsável por isso daí é quem assinou o ofício eu vou mandar o decreto".

ACERVO. Gomes faz referência na mensagem a um decreto editado há 21 anos – e argumenta que seu pedido para recuperar as joias se baseia neste texto. Trata-se do Decreto 4.344, de 26 de agosto 2002, que trata de regras sobre "preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República".

Servidores denunciam ex-secretário do órgão à corregedoria da Fazenda

Os atos de coação que o ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes praticou contra servidores para conseguir a liberação de joias avaliadas em R$ 16,5 milhões e enviá-las à família Bolsonaro resultaram em denúncias à corregedoria do Ministério da Fazenda.

O Estadão apurou que, por meio da Superintendência da Receita Federal de São Paulo, funcionários da Receita que sofreram pressão do ex-chefe decidiram registrar uma representação para que os atos sejam investigados. A denúncia é assinada pelo comando da superintendência e pelos delegados da alfândega de Guarulhos.

Como prova, foram enviados à corregedoria diversos tipos de documentos, além de mensagens de texto, áudios e e-mails, entre outros itens. A representação foi entregue nesta semana, após o Estadão revelar o caso.

Os servidores também avaliam a possibilidade de entrar com representações individuais contra Gomes. Eles ainda relataram temor em relação à corregedoria da Receita, que era ocupada até anteontem por João José Tafner, indicado pela família Bolsonaro e uma das razões da demissão de José Tostes, o antecessor de Gomes, do comando da Receita.

João José Tafner pediu demissão ontem, depois que servidores da corregedoria ameaçaram com uma saída coletiva caso ele não deixasse o cargo. ● A.F. e A.B.

Segundo servidores da Receita, no entanto, Gomes adotou uma interpretação equivocada das regras para tentar convencer os funcionários a liberar os diamantes e, portanto, cometeu um ato irregular. Por esse "entendimento" mencionado pelo então secretário da Receita, os presentes recebidos pelos mandatários só devem ser incorporados ao patrimônio público se tiverem sido dados em solenidade de troca de presentes. "Os documentos que constituem o acervo presidencial privado são, na sua origem, de propriedade do presidente da República, inclusive para fins de herança, doação ou venda", afirma a lei.

Em 2016, porém, o Tribunal de Contas da União (TCU) validou esse tipo de interpretação ao preencher uma lacuna legal e fixar que ex-presidentes só podem ficar com "itens de uso pessoal ou de caráter personalíssimo". O órgão, inclusive, determinou a devolução de 434 presentes recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e 117 dados para Dilma Rousseff (2011-2016).

O **Estadão** apurou que a Copol, após ser provocada pelo ex-secretário, respondeu ao chefe da Receita, por meio de um ofício formal, negando a entrega do conjunto de joias.

APLICATIVO. Em outra frente, Gomes enviava documentos por WhatsApp e usava a ferramenta para dar ordens e orientar funcionários. Na avaliação dos servidores, era um ato calculado para evitar deixar suas digitais em sistemas oficiais.

Além da mensagem enviada em áudio para a chefia de seu gabinete, um tipo de atitude que foge do rito interno da Receita, o ex-secretário disparou diversas mensagens a diferentes servidores nos meses que antecederam o fim do mandato de Bolsonaro, na tentativa de retirar o presente dado pela Arábia Saudita dos cofres da Receita, em Guarulhos.

Como revelou o **Estadão**, seu ato final, depois de recorrer a todas essas pressões, se deu no dia 29 de dezembro do ano passado, quando ele ligou para o primeiro-sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva, que tinha acabado de desembarcar no aeroporto de Guarulhos. A mando do gabinete pessoal de Bolsonaro, o militar viajou para São Paulo para tentar levar as joias.

Na noite daquela quinta-feira, Gomes ligou para o primeiro-sargento e tentou interceder em favor do governo Bolsonaro. Em mais uma ofensiva, buscou convencer o auditor fiscal que estava no aeroporto a liberar o estojo com as joias de diamantes, sem êxito.

PARIS. Em 30 de dezembro de 2022, a um dia de acabar o mandato de Bolsonaro, ele foi indicado pelo ainda presidente para assumir um cargo na embaixada brasileira em Paris, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reverteu a nomeação no início do governo Lula.

Por meio de nota, Gomes afirmou que, quando acionou, por telefone, o emissário de Bolsonaro no dia 29 de dezembro, no aeroporto de Guarulhos, seu objetivo não era autorizar a liberação dos itens, mas informar o militar sobre a situação em que os bens apreendidos se encontravam.

"Em relação à conversa telefônica no dia 29 de dezembro, apenas informei ao servidor designado que a incorporação dos itens ainda estava em análise e, portanto, não ocorreria naquela data", disse. ●

Ajudante de ordens de Bolsonaro agiu para reaver diamantes

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

Ajudante de ordens e "faz-tudo" do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel do Exército Mauro Cid foi o primeiro a ser escalado para resgatar pessoalmente joias e relógio de diamantes trazidos ilegalmente para o País. Ele assinou ofício enviado à Receita, e obtido pelo **Estadão**, informando que um auxiliar de Bolsonaro pegaria as joias em São Paulo. Filho de um amigo do ex-presidente, o coronel era o oficial mais próximo de Bolsonaro.

O ofício, datado de 28 de dezembro de 2022, é endereçado ao então secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes. "Autorizo que os bens sejam retirados pelo representante: Mauro Cesar Barbosa Cid", afirma o ofício da Ajudância de Ordens da Presidência da República.

Auxiliares do coronel Cid afirmaram, contudo, se tratar de um erro e que não havia viagem prevista do militar a São Paulo. Em seu lugar, foi designado para a missão o primeiro-sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva. Ele voou em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) no dia seguinte.

Conforme o **Estadão** revelou, o governo de Jair Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o País um conjunto de joias, incluindo colar, brincos, anel e relógio de pulso da marca Chopard, além da miniatura de um cavalo ornamental, avaliados em € 3 milhões, o equivalente a R$ 16,5 milhões. Os itens estão retidos até hoje no Aeroporto de Guarulhos. Segundo o ofício da Ajudância de Ordens, os bens foram ofertados a Bolsonaro pela Arábia Saudita.

O governo Bolsonaro fez oito tentativas de reaver as joias. Ele usou três ministérios – Minas e Energia, Economia e Relações Exteriores –, além de militares. Registro do Portal da Transparência revela que a demanda partiu do próprio presidente da República.

SEGUNDO PACOTE. O **Estadão** revelou anteontem que Bolsonaro recebeu pessoalmente um segundo estojo de joias, composto por relógio, abotoaduras, caneta, anel e um masbaha (uma espécie de rosário islâmico) rosé gold, todos da marca suíça Chopard, avaliados em, no mínimo, R$ 400 mil. Esses itens estão no acervo privado do ex-presidente e não foram declarados à Receita, o que configura crime alfandegário.

Ontem, à CNN Brasil, Bolsonaro admitiu que ficou com o segundo pacote de joias da Arábia Saudita. Ele afirmou que seguiu a lei, "como sempre", e que não houve "ilegalidade".

Antes da revelação do segundo estojo, o ex-presidente havia dito que "não pediu nem recebeu" os presentes do regime saudita, referindo-se ao primeiro pacote.●

● A Guerra de Putin

UE promete mais R$ 10 bi para repor arsenal da Ucrânia

Bloco europeu promete enviar R$ 5 bilhões em munições aos ucranianos; outra metade será investida na produção de novos estoques

EVGENIY MALOLETKA/AP

Tanque ucraniano em Bakhmut; forças da Ucrânia têm racionado disparos por falta de munição

ESTOCOLMO

A União Europeia prometeu ontem desembolsar mais € 2 bilhões (R$ 10 bilhões) para aumentar a produção e entrega de munição à Ucrânia. O anúncio foi feito pelo chefe da diplomacia do bloco, Josep Borrell, após reunião dos ministros da Defesa da UE, em Estocolmo, na Suécia. Além de reabastecer os ucranianos, o investimento na indústria bélica pretende também ampliar os estoques esgotados de países europeus.

A Ucrânia está tão desesperada por munição que está racionando os disparos, segundo seu ministro da Defesa. Mesmo assim, está gastando projéteis mais rápido do que o Ocidente pode produzi-los ou fornecê-los. Fabricar mais munição é um processo caro e as empresas do setor trabalham com encomendas com depósitos antecipados. Na esperança de resolver esses problemas, os ministros da Defesa da UE se reuniram ontem para avaliar algumas propostas para encomendar até 1 milhão de projéteis para a Ucrânia.

ESTRATÉGIA. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, comparou o projeto à estratégia usada pela Europa para garantir vacinas no início da pandemia – reunindo recursos para oferecer mais dinheiro antecipadamente para incentivar os fabricantes "a investir em novas linhas de produção".

A Estônia compareceu à reunião com o próprio plano para um fundo voluntário de € 4 bilhões, enquanto Borrell disse que € 1 bilhão do Fundo Europeu para a Paz – fora do orçamento que os Estados-membros podem usar para obter parte do que forneceram à Ucrânia – poderia ser colocado à disposição.

Os € 2 bilhões foram acertados pelos ministros para que os Estados-membros forneçam € 1 bilhão em munição de seus estoques e façam pedidos de € 1 bilhão adicionais. Esses pedidos, segundo Borrell, seriam feitos coletivamente, com os países apresentando suas propostas na esperança de que isso leve a preços mais baixos e prazos de entrega mais rápidos.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, disse aos governos que não se preocupem com a redução dos próprios estoques por enquanto, pois poderão reabastecê-los mais tarde. Mas ele alertou, no mês passado, que "o tempo de espera por munição de grosso calibre aumentou de 12 para 28 meses".

Inicialmente, o desafio da Ucrânia era encontrar munição suficiente da era soviética para satisfazer o antiquado arsenal que possuía. Mas os países europeus recentemente enviaram armas ocidentais modernas. Elas exigem munição de tamanho diferente, de 155 milímetros.

Argumentando que seus esforços para conter os atuais ataques russos em Donbas estão sendo prejudicados pela falta de munição, o ministro da Defesa da Ucrânia, Oleksii Reznikov, disse aos ministros da UE, em uma carta obtida pelo *Financial Times*, que Kiev precisava, no mínimo, de 250 mil projéteis de artilharia por mês.

LIMITAÇÃO. Mas um funcionário europeu, que falou sob condição de anonimato, disse que as 12 empresas em 10 países da UE que fabricam tais projéteis podem produzir apenas 650 mil por ano – e isso inclui outros tipos de munição que estão em falta, incluindo cartuchos de 120 milímetros necessários para os tanques alemães Leopard 2 e cartuchos de 105 milímetros para os tanques Leopard 1, mais antigos.

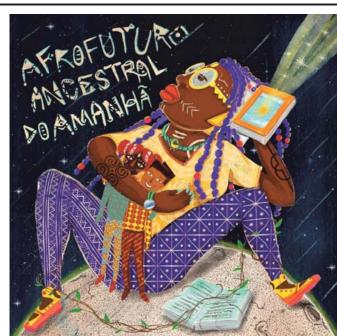
Os EUA já enviaram à Ucrânia cerca de 1 milhão de projéteis de artilharia de 155 milímetros de seus estoques e os estão reabastecendo em parte com compras da Coreia do Sul, que rejeita vender diretamente para a Ucrânia.

Mas os EUA também não fabricam muitos projéteis de 155 milímetros e estão tentando aumentar sua produção. O país está ampliando de 14,4 mil rodadas por mês para 20 mil mensais nos próximos meses, com planos de fazer 90 mil rodadas mensais até 2025.

Todos esses números são insignificantes em comparação com as necessidades da Ucrânia, sem falar no número de projéteis que a Rússia está disparando contra o território ucraniano, estimado em 10 mil por dia, embora às vezes o dobro disso, segundo Borrell.

Urgência
Ministro ucraniano diz que seu país necessita de 250 mil projéteis de artilharia por mês, no mínimo

A Rússia também enfrenta escassez de munição e suas fábricas estão trabalhando em alta velocidade. Mas os russos também reduziram o número de projéteis disparados. No meio do ano passado, em Donbas, eles disparavam de 40 mil a 50 mil tiros de artilharia por dia, enquanto os ucranianos disparavam de 6 mil a 7 mil por dia.

François Heisbourg, analista francês, alertou que, mesmo que o dinheiro chegue, a Ucrânia ou seus fornecedores ocidentais podem não ter a munição de que precisam em breve. Para Christian Mölling, que dirige o Centro de Segurança e Defesa do Conselho Alemão de Relações Exteriores, os países da UE poderiam ajudar mais livrando-se de restrições políticas, o que poderia levar os banqueiros a investir em fábricas de armas. ● NYT

Vida urbana e teorias conspiratórias

Direita vê conspirações esquerdistas em regulações para tornar regiões mais habitáveis

ARTIGO

Paul Krugman
The New York Times
É colunista e ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008

Tenho um apartamento no Upper West Side, em Nova York. É uma região densamente povoada – segundo o censo, a área ao redor da minha residência possui aproximadamente 24 mil habitantes por cada quilômetro quadrado. Esta densa (e, sendo sincero, rica) população sustenta uma variedade de negócios: restaurantes, supermercados, lojas de ferramentas e comércios de todo tipo. A maioria das coisas que alguém pode querer fazer ou comprar fica a uma curta caminhada.

Portanto, eu vivo realmente em um tipo de comunidade que alguns europeus – mais famosamente Anne Hidalgo, a prefeita de Paris – chamam de "cidade de 15 minutos". É um nome cativante, apesar de levemente incorreto, para um conceito defendido há muito por urbanistas: cidades em que se pode caminhar se valem das possibilidades da densidade.

Mas, estando a política moderna no ponto em que está, trata-se também de um conceito encurralado pelas guerras culturais, que se tornou tema de teorias conspiratórias. E as pessoas que normalmente gritam "liberdade" mais alto são, na verdade, as que querem praticar coerção, impedindo outros americanos de viver de um jeito que elas desaprovam.

Antes de chegarmos à política, algumas poucas palavras a respeito da vida real em uma "cidade de 15 minutos" – e em Nova York, em geral. O que as pessoas que não experimentaram um estilo de vida verdadeiramente urbano não entendem é a facilidade dessa vida. As tarefas são realizadas em um estalo; por ir caminhando para a maioria dos lugares, não temos de nos preocupar com congestionamentos nem estacionamentos.

Talvez você pense que o preço seja conviver com o barulho constante e multidões fervilhantes de desconhecidos. Mas, ainda que a maioria das avenidas que atravessam a cidade de norte a sul – perto de mim, a Broadway, a Amsterdam e a Columbus – seja bem barulhenta, com bastante tráfego, tanto de veículos quanto de pedestres, as ruas laterais são muito mais silenciosas do que a maioria imagina.

CRIMINALIDADE. E a criminalidade? Existe uma percepção generalizada de que Nova York é um lugar perigoso. Em seu discurso, no sábado, na Conferência de Ação Política Conservadora, Donald Trump afirmou que "assassinatos estão ocorrendo em um número nunca visto, bem em Manhattan".

Mas, na realidade, Nova York é um dos lugares mais seguros dos Estados Unidos. Não há dúvida de que os nova-iorquinos se incomodaram enormemente com o aumento nos índices de criminalidade durante a pandemia, mas essa tendência pode estar em reversão, com a taxa de homicídios, em particular, em seu menor nível desde 2019.

E a segurança comprovada por estatísticas reflete a experiência vivida em muitas regiões da cidade, em que os nova-iorquinos não agem como se estivessem assustados o tempo todo. Recentemente, à noite, eu caminhei para casa depois de um evento que terminou à 0h30: tinha gente na rua e não pairava nenhuma sensação de ameaça.

ANDREW KELLY/REUTERS

Festa de ano-novo em Times Square; facilidades em Manhattan

> *As pessoas que não experimentaram um estilo de vida urbano não entendem a facilidade dessa vida*

Virei pregador? Bem, sim. A maioria dos americanos – mesmo aqueles que já visitaram Nova York, mas viram pouco além das multidões na Times Square – tem uma noção distorcida a respeito de como a vida urbana pode ser. Mas poucos defensores das "cidades de 15 minutos" sugeririam impor esse estilo de vida à população em geral. É mais uma questão de tornar essa vida possível para as pessoas, caso elas escolham viver assim.

E aí entram as guerras culturais e as teorias conspiratórias. Eu notei anteriormente que existe uma regra não escrita na política americana, de que políticos podem falar mal de cidades grandes e seus habitantes de maneiras que seriam consideradas imperdoáveis se qualquer um fizesse o mesmo em relação a áreas rurais.

As afirmações falsas de Trump a respeito da criminalidade não foram algo tão incomum. Parece haver uma sensação disseminada de que somente pessoas vivendo vidas centradas em carros, ou picapes, são americanos de verdade.

E isso, por sua vez, alimenta teorias conspiratórias. Tornar possíveis cidades em que se pode caminhar requer tanto abrandar quanto enrijecer restrições sobre desenvolvimento urbano: as localidades teriam de permitir mais construções coabitadas por múltiplas famílias e edifícios com muitos andares, ao mesmo tempo em que restringem o tráfego de veículos em certas regiões.

CONSPIRAÇÕES. Notavelmente, a direita consegue ver conspirações esquerdistas em regulações tanto mais brandas quanto mais rígidas. O grande documento orçamentário atualmente popular entre os deputados republicanos reserva várias linhas para apoiar banimento de prédios de construções coabitadas, argumentando que as medidas ajudam a preservar nossos "lindos subúrbios" (hoje, até documentos fiscais soam como discursos de Trump).

Em relação às restrições ao tráfego veicular, alguns na direita conseguiram se convencer de que elas são uma conspiração para trancar as pessoas em seus bairros, sem permissão para sair. Os custos impostos a outras pessoas ao circular de carro em uma área urbana e, portanto, piorar congestionamentos, são reais, mas de alguma forma colocar limites ao tráfego veicular equivale a uma tirania.

Mas, evidentemente, nada disso trata de argumentação racional. Veja bem, não sei quantos americanos escolheriam o estilo de vida de cidades em que se pode caminhar se elas estivessem amplamente disponíveis – certamente muito mais do que hoje.

Infelizmente, o planejamento urbano – pois cidades sempre são planejadas, de uma maneira ou de outra – é mais uma baixa provocada pela política de ressentimento e paranoia. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

México

Forças Armadas espionaram civis que queriam denunciar crimes

CIDADE DO MÉXICO

As Forças Armadas do México espionaram um defensor dos direitos humanos e jornalistas que investigavam alegações de que soldados haviam baleado pessoas inocentes. Documentos oficiais publicados ontem pelo *New York Times* fornecem evidências claras do uso ilegal de ferramentas de vigilância pelos militares contra civis.

O governo está envolvido em escândalos sobre o uso de spyware contra opositores, mas especialistas dizem que esta é a primeira vez que documentos provam que os militares espionaram cidadãos que tentavam expor seus crimes.

Documentos e entrevistas mostram como a espionagem que manchou o governo anterior continuou sob o presidente Andrés Manuel López Obrador, que havia prometido não se envolver com uma vigilância que ele chamou de "ilegal" e "imoral".

As Forças Armadas do México não estão autorizadas a espionar, mas os militares há muito usam a tecnologia de espionagem e se tornaram mais poderosos sob o comando de López Obrador. Em relatório do Ministério da Defesa, de 2020, descoberto em 2022 e revisado pelo *New York Times*, oficiais militares descreveram os detalhes de conversas privadas entre um defensor dos direitos humanos e três jornalistas discutindo alegações de que soldados haviam executado três civis em confronto com um cartel.

EXPOSIÇÃO. O relatório afirmava que o advogado Raymundo Ramos estava tentando "desacreditar as Forças Armadas" ao discutir alegações de homicídios cometidos por militares com repórteres.

Ele recomendou que os militares coletassem informações de suas conversas privadas, mas não as incluíssem nos arquivos oficiais do caso, talvez em uma tentativa de manter seu segredo de espionagem.

Testes forenses mostram que o celular de Ramos foi infectado pelo Pegasus – spyware poderoso – na mesma época em que os militares produziram o relatório de suas conversas, segundo o Citizen Lab, instituto de pesquisa da Universidade de Toronto. A evidência indica que López Obrador, como chefe das Forças Armadas, sabia da vigilância ou seus subordinados o desobedeceram. ● NYT

Chile

Deputados rejeitam reforma tributária do governo Boric

SANTIAGO

A Câmara dos Deputados do Chile rejeitou ontem a ambiciosa reforma tributária apresentada pelo governo de Gabriel Boric, uma de suas promessas de campanha que buscava arrecadar 3,6% do PIB em quatro anos.

O plenário rejeitou por pouca margem a iniciativa, que não atingiu o mínimo de 78 votos para avançar, contando com 73 votos a favor, 71 contra e 3 abstenções, com um total de oito parlamentares que não compareceram para votar, incluindo vários do grupo governista que apoia o presidente.

Em declarações à imprensa, após saber da decisão, o ministro das Finanças, Mario Marcel, destacou que se trata de "uma notícia muito ruim" para os aposentados e mulheres, uma vez que as vias para financiar melhores condições sociais estão fechadas.

O projeto de lei, fundamental para o financiar o programa do governo, incluía a reestruturação do imposto de renda, a redução de isenções fiscais, a aplicação de um novo royalty da mineração e correções tributárias que visam promover a preservação do meio ambiente, além de outras medidas de caráter social.

Com esse resultado, o projeto encerra sua tramitação e o governo não poderá apresentar iniciativas semelhantes pelo prazo de um ano na Câmara, embora possa insistir em avançar o tema no Senado – onde também não tem maioria –, introduzindo algumas mudanças.

A arrecadação de impostos no Chile representou 19,3% do PIB em 2020, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bem abaixo da média da América Latina, de 21,9%. Segundo seus cálculos, a reforma obrigaria "3% da população" a pagar mais impostos em um país com os maiores índices de desigualdade da OCDE. ● EFE

Japão

'Terrorismo do sushi' ameaça tradição japonesa

EMILY HEIL

A ameaça do "terrorismo do sushi" – praticado por quem cospe na comida dos outros – causou mudanças nos populares restaurantes kaitenzushi no Japão, onde os clientes escolhem o que vão comer entre pratos que passeiam sobre esteiras rolantes.

A rede Choshimaru mudou o serviço para um sistema no qual os clientes escolhem o sushi com um funcionário ou em um monitor sensível ao toque. A mudança foi impulsionada por um vídeo no qual um homem põe uma bituca de cigarro em uma porção de picles de gengibre quando o prato passa por ele. Em vídeos compartilhados em redes sociais, pessoas aparecem cuspindo na comida ou tocando em pratos. "A perda de confiança na higiene dos restaurantes ameaça uma parte singular da cultura japonesa moderna", noticiou o website Sora News 24.

A decisão da Choshimaru de acabar com as esteiras é similar a uma ação do grupo Sushiro, após a publicação do vídeo de um garoto lambendo cumbucas e garrafinhas de shoyu. O incidente afastou clientes e fez com que as ações da empresa caíssem 5%. As cenas desencadearam uma onda de repugnância no país, conhecido por seus padrões de higiene.

KIM KYUNG-HOON/REUTERS–21/1/2020

Sushi na esteira rolante: tradição vítima da falta de higiene

O grupo Sushiro disse que os clientes terão de fazer os pedidos, entregues por uma "faixa expressa", uma esteira que transportará os pratos rapidamente, para evitar os engraçadinhos. A rede Kura, também bastante popular, adotou outra estratégia. Na semana passada, a empresa atualizou suas câmeras assistidas por inteligência artificial para detectar atividades suspeitas. ● WP

São Paulo

Colisão de trens paralisa monotrilho na zona leste; falhas viram alvo do MP

Veículos da Linha 15-Prata se chocaram pela manhã, antes do início da operação ao público. Acidente vai integrar inquérito aberto por promotoria para apurar problemas

GONÇALO JUNIOR

A Linha 15-Prata do Monotrilho de São Paulo foi paralisada na manhã de ontem devido a uma colisão frontal de trens entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto, na zona leste da capital paulista. O acidente aconteceu antes do início da operação comercial, segundo o Metrô, durante o posicionamento dos trens e não havia passageiros.

O acidente vai fazer parte de um inquérito do Ministério Público de São Paulo, aberto em janeiro, para investigar os seguidos acidentes na Linha 15-Prata. O parecer técnico do MP, de janeiro, não encontrou grandes riscos nos reparos feitos após as ocorrências dos últimos meses, mas observa irregularidades que prejudicam a durabilidade da estrutura.

Dois operadores estavam nos trens na ocorrência de ontem e não tiveram ferimentos graves. Um deles teve uma luxação no braço e foi encaminhado para atendimento médico, de acordo com o Metrô. O Sindicato dos Metroviários informou que eles estão abalados emocionalmente. Diariamente, cerca de 115 mil passageiros utilizam a linha.

O Metrô informou que iniciou investigação para definir a causa da colisão, que ocorreu a 15 metros de altura. As imagens mostram que um dos trens estava na "contramão", no sentido centro. O outro, que havia saído da estação Sapopemba, estava no sentido correto. "Por volta das 4h30, fora da operação comercial, durante o posicionamento dos trens ao longo da Linha 15 -Prata, duas composições se chocaram levemente entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto. O Metrô já iniciou apuração para saber o motivo desta colisão", disse a companhia.

A operação foi interrompida entre 4h40 e 6h50 entre as estações Vila União e Jardim Colonial. A partir das 6h59, a operação foi totalmente interrompida por iniciativa do Sindicato dos Metroviários, que considerou insuficiente o atendimento aos operadores feridos na colisão. As estações foram fechadas e os trens chegaram a ser recolhidos para o Pátio Oratório. Por volta das 11h, houve retomada parcial, segundo o Metrô, entre a Vila Prudente e a Vila Tolstoi. O trecho entre as estações Vila Tolstoi e Jardim Colonial seguiu atendido exclusivamente por ônibus gratuitos, afirmou à tarde.

Investigação
MP quer saber se falhas representam riscos a passageiros ou a pedestres da região

Representantes do Sindicato dos Metroviários que tiveram com os operadores envolvidos com a colisão trabalham, inicialmente, com duas hipóteses para o acidente. Uma delas se refere a dificuldade de comunicação entre os aparelhos chamados transceptores. Segundo os operadores, o aparelho produz muito ruído, o que dificulta o entendimento das mensagens.

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Choque causou estragos na estrutura de trens do Monotrilho

Outro fator que está sendo investigado é o sistema de reconhecimento dos trens diante da aproximação de outros vagões quando se encontra no modo automático. Um dos trens não reconheceu a presença do outro a ponto de impedir a colisão. Uma questão importante que será respondida na investigação é a seguinte: por que o sistema falhou?

O fechamento das estações provocou caos no trânsito da região. O trânsito de veículos se complicou devido à interdições na Avenida Sapopemba por risco de queda de alguma peça dos trens na via.

APURAÇÃO. Com o inquérito, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social pretende avaliar a existência de risco aos usuários da linha e aos pedestres que passam sob a estrutura do monotrilho. Agora o órgão vai questionar o Metrô sobre a colisão de ontem.

Dois episódios mais recentes justificaram a abertura da investigação. Em setembro do ano passado, um pedaço de concreto da viga do monotrilho se destacou entre as estações Oratório e São Lucas e caiu na ciclovia da Avenida Professor Luís Ignácio de Anhaia Mello – o Metrô alegou que se tratava de um serviço de manutenção. Em janeiro deste ano, outro detrito de concreto em uma das vigas se soltou, entre as estações Vila Prudente e Oratório, causando a interrupção do trecho entre as estações Vila Prudente e Vila União.

"Não se observou risco iminente de desplacamento de reparos estruturais nesses locais, foram constatadas irregularidades que prejudicam sua durabilidade e a segurança do local, caso não sejam tomadas medidas de correção ou a substituição dos reparos", diz a conclusão do documento assinado pelo Centro de Apoio Operacional à Execução (Caex). As vistorias foram feitas no dia 18 de janeiro com a presença de representantes do Metrô.

Por outro lado, os engenheiros criticam a composição de materiais – três tipos de concreto – no reparo da altura do n.º 4.951 na Anhaia Melo. "Há necessidade de se revisar os métodos empregados nos reparos e reconstituições nas estruturas de concreto do monotrilho da Linha 15 – Prata", diz outro trecho. Sobre a manutenção de via elevada, característica do monotrilho, os especialistas citam ainda que "deverão ser tomadas todas as medidas tecnológicas para assegurar a vida útil mínima de 100 anos". ●

Metrô apura acidente e diz lamentar transtornos

O Metrô não se pronunciou ontem sobre o inquérito aberto pelo Ministério Público para apurar as falhas na Linha 15 - Prata. Sobre o acidente, ao longo do dia, a companhia divulgou vários comunicados informando a retomada da operação por volta das 10h50 entre Vila Prudente e São Lucas e o atendimento dos passageiros, em todo o trecho, por 50 ônibus do sistema Paese.

Sobre a colisão, o Metrô informou que "já iniciou apuração para saber o motivo desta colisão". "O Metrô lamenta o ocorrido e os transtornos causados aos clientes. Ainda reforça que equipes trabalham incansavelmente para a retirada dos trens e a normalização da linha o mais breve possível", disse em outro trecho, ainda pela manhã.

O bloqueio na via atraiu a atenção de pessoas que passavam pela região. Da rua, eram visíveis os efeitos da colisão sobre os veículos, que ficaram danificados. ●

Violência

Um a cada 5 brasileiros presenciou assédio a mulheres

CAIO POSSATI

Um a cada cinco brasileiros afirma ter visto alguma mulher sendo assediada sexualmente em 2022, aponta o levantamento International Women's Day, realizado pelo instituto de pesquisa de mercado Ipsos em conjunto com a Universidade King College, de Londres.

O estudo, direcionado ao Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, entrevistou 22.508 pessoas entre 16 e 74 anos de 32 países diferentes sobre assuntos que envolvem igualdade de gênero, violência contra a mulher e percepções sobre a discriminação contra o público feminino.

ONLINE. Mil brasileiros participaram da pesquisa, que foi feita de forma online entre os dias 22 de dezembro de 2022 e 6 de janeiro deste ano. O grupo de 21% de entrevistados do Brasil que afirmou ter visto, de forma próxima, uma mulher sendo vítima de assédio sexual no ano passado colocou o País na 8.ª colocação do ranking na categoria, cuja média de respostas positivas foi de 14%.

O país que mais reuniu testemunhas deste tipo de violência foi a Tailândia, com 30%, seguido de Peru (29%), Índia (28%), Indonésia (25%), África do Sul (23%), Colômbia (22%) e Malásia (21%).

As três últimas nações do ranking foram a Hungria e a Polônia (as duas com 6%), e o Japão, onde só 4% disseram ter visto alguma mulher sendo vítima de violência sexual. ●

Machismo

Um terço tem amigo ou familiar que fez observação sexista

O estudo mostra ainda que o Brasil ficou na oitava posição quando a pergunta foi se, no ano passado, o entrevistado ou a entrevistada teria ouvido um amigo ou membro da família fazer um comentário sexista sobre uma mulher. Dos brasileiros abordados, 36% disseram que sim.

A média do levantamento foi de 27%. Quem encabeça o ranking nesta categoria da pesquisa é o Chile, com 45% dos participantes respondendo sim à pergunta. Dos outros quatro que estão no top 5, três são países sul-americanos: Argentina (44%), Peru (40%) e Colômbia (39%) – Portugal também aparece como um dos líderes do ranking com 41%.

Também para esse questionamento os japoneses foram os que menos presenciaram um amigo ou membro da família fazendo um comentário sexista sobre uma mulher: 4%.

A International Women's Day também revelou que, apesar de as pessoas presenciarem essas cenas, não são todos que intercedem ou repreendem os agressores.

No Brasil, apenas 14% afirmam confrontar o assediador, sendo que a iniciativa do embate, na maior parte das vezes, é feita pelas mulheres (15%), do que os homens (12%).

Apenas 27% responderam na pesquisa que alertaram, no último ano, algum amigo ou parente sobre algum comentário machista feito sobre uma mulher.

Em contrapartida, somente 5% dos brasileiros entrevistados afirmaram que o assunto sobre violência contra a mulher não foi importante para elas no ano passado. ● /CAIO POSSATI

Grande São Paulo

Parte de teto de shopping em Osasco desaba e engole carros do estacionamento

ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA

Causas do desabamento serão investigadas pela polícia e pelo Crea. Veículos ficaram danificados

Acidente não deixou feridos, mas assustou clientes que andavam no local. Em 1996, explosão matou 42 no mesmo estabelecimento

CAIO POSSATI
ÍTALO LO RE

Parte da laje do Osasco Plaza Shopping, na Grande São Paulo, desabou na tarde de ontem, assustando clientes e danificando veículos que estavam estacionados no piso superior. O acidente não deixou feridos e terá as causas investigadas pela polícia. Trata-se do mesmo estabelecimento onde em 1996 uma explosão deixou 42 pessoas mortas.

O Corpo de Bombeiros foi acionados por volta de 14h30 para atender a ocorrência no shopping, localizado na Rua Tenente Avelar Pires de Azevedo, em Osasco. O desabamento da laje, segundo a corporação, atingiu principalmente veículos que estavam no estacionamento do local. Vídeos de testemunhas mostram o momento em que funcionários interditam uma área com rachaduras expostas e vazamentos. Na sequência, parte do teto cede, causando correria entre os presentes.

A Polícia Civil, por meio do 5.º Distrito Policial (Osasco), afirmou que a parte da laje que desabou ficava entre o cinema e uma loja. “Foi evacuada a área”, disse.

Quatro veículos caíram no buraco formado pelo desabamento. “Ouviu-se um estalo antes da queda e imediatamente isolaram o local, motivo pelo qual aparentemente não há vítimas de lesão”, afirmou a polícia.

O prefeito de Osasco, Rogério Lins (Podemos), confirmou a informação de que não houve vítimas, “nem graves ou leves”, e afirmou que o prédio está totalmente interditado por tempo indeterminado.

Ele disse que a prefeitura levantou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e do alvará do shopping, e afirmou que os documentos tinham validade para julho de 2024. “Obviamente houve problema estrutural. Agora, polícia científica, Crea São Paulo e uma força-tarefa de vários órgãos estaduais municipais vão juntos providenciar e solicitar documentações”.

Sobre a causa do acidente, Lins afirmou ser precoce identificar os motivos que levaram o teto a ceder. “Tem um corpo colegiado de várias frentes que está fazendo o estudo. Mas está cedo fazer essa manifestação”, disse o prefeito. O shopping não comentou o caso.

SUSTO E MEMÓRIA. Maria Vitória dos Santos, de 43 anos, estava varrendo a rua da loja onde trabalha, nos entornos do shopping, quando aconteceu a queda do teto. “Deu para ouvir o barulho e ver a fumaça de longe”, disse à reportagem do **Estadão**.

O carro da professora Lucilene da Costa, de 54 anos, estava no estacionamento do shopping na hora do acidente. No fim da tarde, ela esperava a perícia liberar a retirada do veículo. A mulher não chegou a ver o teto ceder, mas estava na praça de alimentação momentos antes de acontecer a queda. “A gente viu que a área estava interditada. Inclusive algumas lojas e o cinema já estavam fechados”, disse.

Documento
Auto de vistoria emitido pelos bombeiros para o local estava em dia, segundo prefeito

“Quando aconteceu, eu já lembrei do que aconteceu em 1996”, disse em referência ao acidente com vazamento de gás que vitimou 42 pessoas e deixou centenas de feridos. Ela trabalhava nos arredores do shopping e lembra que o irmão mais novo costumava almoçar por lá depois de sair da escola. “Quem é daqui não consegue esquecer.”

Diferentes moradores da cidade e comerciantes da região lembraram o que estavam fazendo no dia da explosão e como vivenciaram o caso de quase 30 anos atrás. E disseram que o que aconteceu nesta quarta automaticamente despertou neles a lembrança da tragédia da década de 90.

Paulo Santos, de 50 anos, já trabalhava como comerciante no centro da cidade, perto da shopping, quando aconteceu o trágico acidente 96. Ele lembrou do barulho da explosão “que fez tremer todo o quarteirão”. Mesmo assim, ele não se intimidou e correu até o lugar para ajudar no socorro às vítimas. “Aquela parede ali”, diz apontando para a parte de trás do shopping, “abriu um buraco enorme”, diz. “Eram escombros por todos os lados e muita gente ferida”, conta.

O comerciante Rui Tobias, de 65 anos, que administra uma loja de doces a metros de distância do shopping, também lembra do buraco que abriu na parede do centro comercial por conta da explosão de 96. “Eu lembro do shopping deixando as janelas e algumas portas abertas para sair o cheiro de gás.”

LOJAS. Até 18h, os lojistas não tinham informações sobre que horas poderiam entrar no shopping para retirar objetos e conferir, de perto, a situação dos estabelecimentos onde trabalham. Funcionários de uma loja de cosméticos, que não quiseram se identificar, disseram que local onde parte do teto caiu é muito próximo do comércio onde atuam.

“A loja estava toda abastecida para o final de semana. Hoje (8 de março, dia Internacional da Mulher) é uma data importante para nós”, comentou um dos funcionários.

Além de não saberem se os produtos foram muito danificados, eles também têm a dúvida de como serão os próximos dias com a interdição total do shopping. “Não sabemos como vai ser. Temos produtos lá dentro, funcionários para pagar”, comentou o lojista. ●

Temporal

Chuva alaga ruas e mata mulher dentro de carro em Moema

O temporal que caiu em São Paulo na tarde de ontem alagou ruas e provocou pelo menos uma morte na cidade. A vítima era uma mulher, que foi encontrada dentro de um carro que ficou submerso por causa da enchente em Moema, na zona sul da capital. Até 18h15, segundo o Corpo de Bombeiros, houve 13 desabamentos, 66 árvores caídas e 61 enchentes. As rajadas de vento superaram os 70 quilômetros por hora.

BRUNO RUAS/ISHOOT

Carros ficaram submersos nas Ruas Tuim e Inhambu, em Moema

A identidade da vítima, que teve parada cardiorrespiratório, não foi informada pelos bombeiros. Segundo o portal de notícias G1, ela tinha uma deficiência física.

Os transtornos causados pela chuva também fizeram a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) suspender o rodízio entre 17 horas e 20 horas. Por volta das 19h30, as regiões com os maiores congestionamentos eram as regiões leste (274 km) e oeste (249 km).

PREVISÃO. De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura (CGE), as maiores precipitações na cidade foram registradas nos distritos de Itaquera (50mm), na zona leste, Santo Amaro (45mm), e Ipiranga (41,5 mm), ambas na zona sul.

Ainda conforme o órgão municipal, a instabilidade vinda do interior perdeu força e não há previsão de novos temporais na manhã de hoje.

“A partir do meio da tarde (*desta quinta-feira*), a propagação de áreas de instabilidade provoca chuva generalizada em forma de pancadas com intensidade moderada a forte. Há potencial para rajadas de vento, formação de alagamentos e transbordamento de pequenos rios e córregos”, afirmou o CGE. ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 19° | TARDE 32° | NOITE 22° | VOLUME DE CHUVA 30MM | UMIDADE RELATIVA 45%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
20°/ 28°	20°/ 27°	19°/ 27°	18°/ 28°

SOL

NASCENTE: 6H05
POENTE: 18H28

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	14/3	9H42
NOVA	21/3	14H26
CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34

Estado de SP

● **Sol forte e tempo abafado. Risco para temporais na maior parte do estado, incluindo a capital.**

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 19 nós, SE — Onda: 0,7 m

HOJE		
3h26	↑	1,3
9h27	↓	0,4
15h14	↑	1,5
21h35	↓	0,3

SEXTA, 10		
3h52	↑	1,1
9h52	↓	0,4
15h51	↑	1,3
21h57	↓	0,4

SÁBADO, 11		
4h16	↑	1,0
10h17	↓	0,5
16h34	↑	1,2
22h17	↓	0,6

DOMINGO, 12		
4h36	↑	0,8
10h42	↓	0,5
17h35	↑	1,0
22h28	↓	0,7

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	26°/31°	MACEIÓ	24°/30°
BELÉM	23°/31°	MANAUS	22°/29°
BELO HORIZONTE	19°/30°	NATAL	25°/30°
BOA VISTA	23°/33°	PALMAS	21°/31°
BRASÍLIA	17°/29°	PORTO ALEGRE	22°/34°
CAMPO GRANDE	22°/30°	PORTO VELHO	22°/33°
CUIABÁ	24°/34°	RECIFE	26°/30°
CURITIBA	18°/29°	RIO BRANCO	23°/34°
FLORIANÓPOLIS	22°/32°	RIO DE JANEIRO	21°/35°
FORTALEZA	25°/29°	SALVADOR	25°/31°
GOIÂNIA	21°/30°	SÃO LUÍS	25°/30°
JOÃO PESSOA	25°/30°	TERESINA	24°/32°
MACAPÁ	24°/28°	VITÓRIA	23°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	24°/35°	MÉXICO	-3	16°/26°
ATENAS	5	11°/16°	MIAMI	-2	20°/29°
BARCELONA	4	13°/19°	MONTEVIDÉU	0	18°/25°
BERLIM	4	0°/2°	MOSCOU	5	-5°/-1°
BRUXELAS	4	1°/12°	NOVA YORK	-2	0°/8°
BUENOS AIRES	0	23°/30°	PARIS	4	10°/13°
CARACAS	-1	19°/28°	ROMA	4	12°/15°
CHICAGO	-3	1°/3°	SANTIAGO	0	14°/27°
ESTOCOLMO	4	-10°/-1°	SYDNEY	14	14°/28°
GENEBRA	4	1°/8°	TEL-AVIV	5	10°/18°
JOHANNESBURGO	3	19°/32°	TÓQUIO	12	14°/19°
LIMA	-2	22°/23°	TORONTO	-2	-3°/1°
LISBOA	3	13°/19°	WASHINGTON	-2	0°/11°
LONDRES	3	2°/10°			
LOS ANGELES	-5	11°/19°			
MADRID	4	11°/17°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Saúde

Vacina contra varíola dos macacos começa a ser aplicada no dia 13

Ministério tem 46 mil doses à disposição, que serão repassadas para Estados e municípios. Casos da doença estão em queda no País

LEON FERRARI

Com 46 mil doses à disposição do Programa Nacional de Imunizações, o Ministério da Saúde se prepara para dar o pontapé inicial da campanha de vacinação contra a mpox (varíola dos macacos). A aplicação do imunizante começa na próxima segunda-feira, 13, conforme informou a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel.

Para a vacinação pré-exposição, estarão elegíveis pessoas que vivem com HIV/Aids que tenham "contagem de linfócitos T CD4 inferior a 200 células", e profissionais que trabalham diretamente com orthopoxvírus em laboratórios. Para a pós-exposição, entram no grupo contatos de pacientes com suspeita ou confirmação da doença, classificados como exposição de risco alto ou médio.

Como não há mais disponibilidade de imunizante (o ministério havia comprado 49 mil, mas só recebeu 46 mil), a estratégia de vacinação segue enquanto durarem os estoques.

O esquema de vacinação é de duas doses (com 0,5 ml cada), com quatro semanas de intervalo (28 dias).

Alvo

Estarão elegíveis pessoas que vivem com HIV/Aids, além das que tiveram contato com pacientes

A primeira remessa de imunizantes, com 9,8 mil unidades, foi recebida pelo Brasil ainda em outubro. Por unanimidade, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia aprovado a utilização das vacinas Jynneos/Imvanex ainda em agosto, prorrogando a dispensa de registro por mais seis meses em fevereiro deste ano.

CASOS. O informe técnico enviado a Estados e Municípios traz dados do surto no País até a semana 7 de 2023 (12 a 18 de fevereiro). No total, houve notificação de 50.803 casos suspeitos para mpox: 10.301 (20,3%) foram confirmados; 339 (0,7%) classificados como prováveis; 3.665 (7,2%), suspeitos e 36.498 (71,8%), descartados. No período, foram registradas 15 mortes.

A curva de casos mostra um crescimento a partir de julho e pico em agosto. Depois, a partir de setembro, tendência de queda, embora casos sigam sendo notificados.

"Felizmente o cenário epidemiológico é de declínio", afirma Ethel. "Como o vírus ainda está circulando – não há eliminação, mas controle – é importante vacinarmos para maior proteção dos mais vulneráveis ao desenvolvimento de quadros clínicos mais graves ou mais expostos ao vírus."

Questionada sobre o porquê de a vacinação começar só agora, Ethel disse que "recebemos (*o governo*) com as doses sem uso e pedimos à Anvisa autorização para utilizar as vacinas". O ex-ministro Marcelo Queiroga disse que a área técnica recomendou uma pesquisa, mas até o final da gestão o protocolo não havia sido aprovado. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora reclama de falta de auxílio para enchente

Reclamação de Rejane Passos: "Minha residência foi vítima de uma enchente, após o transbordamento do rio que beira a Jacu-Pêssego, na zona leste de São Paulo. Foi no fim de semana do dia 5 de fevereiro. Soube por moradores que teria direito a uma ajuda financeira, mas a mesma não me foi concedida até agora. A água atingiu mais de 1,5 m em 5 minutos. Perdi vários móveis, sofá, coisas das crianças, geladeira quebrou, assim como a máquina de lavar que até tombou."

Resposta: "A Secretaria Municipal das Subprefeituras, por meio da Subprefeitura São Miguel, afirma que o trabalho preventivo contra as enchentes é realizado diariamente. Na região de São Miguel Paulista, em 2022, foram realizadas limpezas de 5.621 bocas de lobo, 551 poços de visita e mais de 17.569,60 metros de galerias. Quanto à possível isenção de IPTU, é necessário que os atingidos solicitem o benefício, na Praça de Atendimento da Subprefeitura da área em que eles residem, comprovando danos ao imóvel. As solicitações serão verificadas." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

HEITOR VILLA-LOBOS

Está em São Paulo o compositor Villa-Lobos. O notavel artista brasileiro vem a convite de alguns admiradores que resolveram promover em São Paulo varios concertos com peças de sua composição. O nosso admiravel musicista veio ao Brasil attender o convite, nos dictames do seu patriotismo, pois o governo passado lhe havia confiado a missão de executar a musica brasileira por toda a Europa.

CORREÇÕES

Frota de veículos. Em 2022, existiam no Estado de São Paulo 32.293.191 veículos, e não 115 milhões como informado na reportagem *Números que revelam a dimensão do transporte público em São Paulo*, publicada em 8/3/2023 no *Caderno Mobilidade*. A informação foi corrigida na versão digital do **Estadão.**

Enauta. A engenheira de produção e fiscal de operação Josiane Gagno é funcionária da petroleira Enauta, assim como é da Enauta a plataforma mostrada na foto do texto-legenda *Abrindo portas nas plataformas da Petrobras*, publicado na capa da edição de 8/3/2023.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Antonia Grosvenor Breakwell – Dia 4, aos 82 anos. Filha de Nicolau Fanelli e Valentina de Oliveira. Era casada com Peter Grosvenor Breakwell. Deixa os filhos Paulo, Ricardo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Maria Paula Pejon Gomes – Aos 43 anos. Era viúva de Andre Gomes. Deixa os filhos Julia, Lorenzo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Wilson Maldonado – Aos 82 anos. Era casado com Vilma Guerra Maldonado. Deixa a filha Rosangela, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Paulo Fernando Jeronymo – Dia 6, aos 79 anos. Era casado com Rosali Henaut Jeronymo. Deixa os filhos Luis, Sergio, Luis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Alexandre Osmar Sanches – Aos 77 anos. Era viúvo de Maria Etelvina Mendes. Deixa os filhos Alexandre, Claudia, Erika, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Jandira Carolina Nazareth – Aos 75 anos. Era solteira. Deixa os filhos Alexandra, Alexandre, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Aurelino José Duraes – Dia 8, aos 72 anos. Filha de Nasiozeno José Duraes e Noberto Maria Duraes. Era casado com Ivete Alves Duraes. Deixa os filhos Marco, Simone, Gabriela, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

José Miguel Kfouri – Aos 67 anos. Filho de José Fuad Kfouri e Maria Aparecida Muchaque. Era casado com Maria Paula Chicareli Kfouri. Deixa os filhos José Miguel, Michelle, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

IN MEMORIAM

Laércio Borba – Dia 11, às 15 horas, na Catedral Basílica de Nsa. Sra. da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31.

MISSAS

Maria Claudia de Aguiar Destri – Hoje, às 19h30, na Paróquia Maria Madalena e São Miguel Arcanjo, na R. Girassol, 795, Vila Madalena (7º dia).

Pedro Bordin Netto – Amanhã, às 19 horas, na Igreja Matriz São José, na Av. Seis, 870, Centro, Orlândia (7º dia).

Estudo diz que músicas sobre Piqué rendem R$ 155 mil por dia a Shakira

Liga dos Campeões

PSG amarga outra eliminação e segue longe do título inédito

Equipe francesa cai pela quarta vez nas oitavas de final desde a chegada de Neymar

Com a derrota para o Bayern de Munique por 2 a 0, ontem, o Paris Saint-Germain foi eliminado da Liga dos Campeões ainda nas oitavas de final pela quarta vez nas últimas seis temporadas – período em que Neymar defende o clube. Contratação mais cara na história do futebol (R$ 880 milhões em 2017), o brasileiro chegou como a peça que faltava ao elenco, que sonhava com a conquista, mas não conseguiu alcançar o patamar esperado.

Comprado em 2011 pelo QSI, grupo de acionistas do Catar, o PSG trouxe diversos nomes para elevar o nível. Desde 2017, gastou quase € 900 milhões (R$ 4,9 bilhões) para tentar atingir a meta de conquistar a Liga dos Campeões.

Além de Neymar, Beckham, Ibrahimovic, Cavani, Buffon, Donnarumma, Lionel Messi, Daniel Alves e Mbappé foram contratados e falharam. Apesar de ter ficado fora da partida decisiva de ontem por contusão, o desempenho do brasileiro em campo reflete o insucesso esportivo do PSG nas últimas temporadas.

Ao lado de Kylian Mbappé, que se tornou o maior artilheiro da história do PSG na última semana com 201 gols, desde 2017, o clube enfrentou 11 confrontos de mata-mata no torneio; foi eliminado em seis, sendo quatro nas oitavas, um na semifinal e um na decisão (amargou o vice em 2019/2020, justamente para o Bayern de Munique).

Nas derrotas, Neymar esteve fora em três: 2017/2018 para o Real Madrid; 2018/2019 diante do Manchester United; e ontem, contra o Bayern.

A comissão técnica também foi uma questão central no PSG. Nas últimas seis temporadas, quatro nomes comandaram o clube: Unai Emery, entre 2016 e 2018, Thomas Tuchel, de 2018 a 2020, Mauricio Pochettino, na temporada 2020/2021 e 2021/2022, e atualmente Christophe Galtier. Ex-treinador do Lille, campeão francês na temporada 2020/2021, ele desperdiçou a chance de conquistar o título inédito para o clube.

KAI PFAFFENBACH/REUTERS

Messi era esperança do PSG, mas foi figura apagada ontem

Próximas partidas
Os últimos quatro jogos das oitavas de final serão disputados na terça e na quarta da semana que vem

ELIMINAÇÕES. Em 2018, com Neymar contratado a peso de ouro, o PSG foi eliminado pelo Real Madrid nas oitavas de final, que venceu as duas partidas. Um ano depois, novamente nas oitavas e sem o brasileiro, o time francês foi superado pelo Manchester United, que perdeu o primeiro jogo, em casa, por 2 a 0, mas conseguiu vencer por 3 a 1 em Paris e avançou.

Em 2020, no seu melhor resultado da história, a equipe chegou à final, mas com Neymar em campo foi superada pelo Bayern de Munique por 1 a 0. Em 2021, o time parou no Manchester City do técnico Pep Guardiola na semifinal. No ano passado, já com Messi na equipe, o Real Madrid mais uma vez eliminou o PSG nas oitavas de final. ●

Em campo, Bayern vence sem muita dificuldade

O Paris Saint-Germain foi para Munique com a missão de reverter a desvantagem da derrota sofrida na França, mas o time sentiu a falta de Neymar, pouco produziu e perdeu para o Bayern por 2 a 0

Choupo-Moting e Gnabry, ambos na segunda etapa, anotaram os gols do triunfo dos bávaros. Coman havia definido a vitória por 1 a 0 no Parque dos Príncipes, dia 14 de fevereiro. Desde o tropeço naquele jogo de ida, foram três aparições do PSG e 11 gols marcados, retrospecto que reanimava a equipe francesa e buscar uma reviravolta na série. Todos diziam que o time buscaria sobressair mesmo após perder Neymar, com lesão grave no tornozelo.

Mas a boa marcação dos alemães, a falta do habilidoso atacante brasileiro, e a apresentação abaixo do esperado dos astros Messi e Mbappé foram fatores decisivos para os donos da casa em uma Allianz Arena com 75 mil vozes empurrando o Bayern de Munique.

MILAN AVANÇA. Depois de nove anos amargando decepções na Europa e sem chegar às oitavas de final da Liga dos Campeões, o Milan não apenas quebrou o jejum como se garantiu entre os oito melhores, posição na qual não chega desde 2012. A equipe italiana visitou o Tottenham e segurou o 0 a 0, avançando às quartas graças ao 1 a 0 na ida.

O jogo foi duro até os 31 do segundo tempo, quando o Tottenham perdeu Cristian Romero, expulso. Mesmo um a menos, os ingleses ainda tiveram forças para quase anotar nos acréscimos. Porro cabeceou e Maignan fez milagre. ●

Copa do Brasil

Santos recebe novato cearense na Vila Belmiro e tenta aproveitar a chance de amenizar crise

SANTOS   IGUATU-CE

RAUL BARETTA/ SANTOS FC

Santos: João Paulo; João Lucas, Messias, Eduardo Bauermann e Felipe Jonatan; Rodrigo Fernández, Dodi e Lucas Lima; Lucas Barbosa, Lucas Braga e Marcos Leonardo. **Técnico:** Odair Hellmann. **Iguatu:** Marcelo; Talisson Calcinha, Regineldo, Max Oliveira e Wender (Júlio/João Antônio); Guidio, Dedeco e Thiaguinho; Pedrinho, Luís Soares e Caxito. **Técnico:** Washington Luiz. **Árbitro:** Wilton Pereira Sampaio (GO). **Horário:** 21h30. **Local:** Vila Belmiro. **TV:** SporTV e Premiere.

Eliminado do Paulistão após uma dolorosa derrota por 3 a 0 para o Ituano, o Santos agora tenta usar a Copa do Brasil para aplacar a crise. Hoje, recebe na Vila Belmiro o Iguatu-CE, às 21h30, em jogo único da segunda fase. Mendoza não joga e sua vaga deve ser preenchida por Lucas Braga. Eduardo Bauermann deve formar a dupla de zaga com Maicon. Em caso de igualdade esta noite, a vaga será definida nos pênaltis. ●

Acusação

Técnico da Ponte Preta diz ter sido vítima de racismo no Sul, mas agressor não é identificado

O técnico da Ponte Preta, Hélio dos Anjos, disse ter sido vítima de racismo anteontem, no jogo em que seu time foi eliminado da Copa do Brasil ao perder por 2 a 0 para o Brasil, em Pelotas. Ele relatou ao árbitro ter sido chamado de "negrão". Ninguém foi preso. "Ninguém aqui está fazendo onda. Eu sou um treinador negro e é a primeira vez na minha vida, em 38 anos de bola, que eu fui chamado da palavra que fui chamado hoje (terça)", disse Hélio, que completou 65 anos anteontem. ●

Intolerância

Torcedores da Lazio serão investigados por gritos antissemitas pela Federação Italiana

A Federação Italiana de Futebol (FIGC) abriu ontem uma investigação sobre gritos antissemitas proferidos por torcedores da Lazio no jogo contra o Napoli pelo Campeonato Italiano – vitória da Lazio por 1 a 0. O clube romano já havia sido punido por cânticos racistas nas arquibancadas. Antissemitismo é o preconceito contra qualquer pessoa de origem semita, o que inclui árabes, assírios e judeus. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Liga Europa
Roma x Real Sociedad
14h 45/ ESPN 4
Sevilla x Fenerbahçe
17h/ ESPN 4
Manchester United x Bétis
17h / ESPN e TV Cultura
● Copa Libertadores
Fortaleza x Cerro Porteño
19h / Paramount +
● Copa do Brasil
Náutico x Vila Nova-GO
19h / SporTV e Premiere
Santos x Iguatu-CE
21h30 / SporTV ePremiere

TÊNIS
● Masters 1000 de Indian Wells
16h / ESPN 2

BASQUETE
● NBB
Bauru x Corinthians
19h30 / SporTV 2
● Liga das Américas
Flamengo x Universidad de Concepción
20h / ESPN 4
● NBA
Brooklyn Nets x Milwaukee Bucks
21h30 / Prime
Golden State Warriors x Memphis Grizzlies
0h / Prime

Palmeiras

Leila Pereira é criticada por ceder Allianz ao São Paulo

A Mancha Alvi Verde, principal torcida organizada do Palmeiras, criticou ontem a presidente do Palmeiras, Leila Pereira, pela "inaceitável" cessão do Allianz Parque ao São Paulo para o jogo com o Água Santa. O Tricolor não pode jogar no Morumbi por causa de shows da banda inglesa Coldplay e vai usar a arena palmeirense na segunda-feira, após um acordo entre as diretorias.

Os organizados usam o termo "inimigo" para se referir ao São Paulo na nota de repúdio ao empréstimo do estádio divulgada nas redes sociais.

"O empréstimo do Allianz Parque a um clube inimigo desconsidera uma série de fatores: o entorno do estádio, com a presença de incontáveis sedes de torcida, lojas, bares e estabelecimentos que respiram Palmeiras; o direito de ir e vir dos associados do clube social; e mesmo a segurança dos moradores de um bairro alviverde como nenhum outro", diz um trecho da nota.

Para justificar o posicionamento, a organizada do time também cita uma carta aberta assinada por 34 conselheiros que se posicionaram contra o acordo com o São Paulo. O texto ainda lembra o desentendimento que houve entre os dois times sobre as datas da final do Paulistão do ano passado, quando o Palmeiras correu o risco de não poder jogar no Allianz Parque.

> *"A realização desta partida no Allianz Parque é uma afronta à nossa história"*
> **Mancha Alvi Verde, em nota**

Na ocasião, a diretoria alviverde tentou mudar a data da partida em razão de um show do Maroon 5 que seria realizado no Allianz, mas não houve consenso com os dirigentes são-paulinos. Depois disso, conseguiu uma liberação para jogar no estádio mesmo com os preparativos para o show e a data foi mantida.

As diretorias de Palmeiras e São Paulo têm se aproximado. No mês passado, o tricolor cedeu o Morumbi para os palmeirenses disputarem clássico com o Santos pelo Paulistão. ●

Surfe

Marta, Bia Haddad e Rayssa Leal são homenageadas no Circuito Mundial

A etapa de Portugal do Circuito Mundial de surfe vai ser marcada por homenagens ao Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem. A WLS, a Liga Mundial de Surfe, pediu aos competidores, tanto da disputa masculina quanto da feminina, que escolhessem o nome de uma mulher para ser estampando às costas de suas lycras.

O brasileiro Gabriel Medina, tricampeão mundial e atual oitavo colocado do ranking, escolheu o nome da atacante Marta. "A Marta é nosso orgulho brasileiro. É uma mulher poderosa, influencia muitas mulheres e inspira não só as mulheres como os homens também. É um orgulho usar seu nome na minha lycra. A gente no Brasil é apaixonado por futebol desde pequeno e a Marta é a nossa camisa 10, então fico feliz em representar ela aqui", afirmou.

Tatiana Weston-Webb optou pela tenista Beatriz Haddad Maia, que viveu uma temporada histórica ao longo de 2022 e alcançou, em fevereiro deste ano, a inédita 12ª colocação do ranking da WTA. Outro surfista que decidiu homenagear uma atleta do tênis foi Miguel Pupo, que competirá com o nome da medalhista olímpica Luisa Stefani às costas.

As homenagens se estenderam a mais mulheres que subiram em pódios durante os Jogos Olímpicos. Samuel Pupo ficou com o nome da skatista Rayssa Leal, medalhista de prata no street de Tóquio-2020, e Yago Dora com o de Hortência, prata com a seleção feminina de basquete na Olimpíada de Atlanta, em 1996.

Já João Chianca se ateve ao surfe e optou por carregar o nome da própria Tati Weston-Webb. Atual campeão do circuito, Filipe Toledo, o Filipinho, também escolheu uma surfista: a australiana Stephanie Gilmore, campeã da temporada passada. Michael Rodrigues vai homenagear Tita Tavares, tetracampeã brasileira de surfe, e Caio Ibelli a médica e surfista Taliê Hanada.

Hoje, será realizada nova chamada em Peniche. Ontem, as ondas não colaboraram. ●

Lazer

Balada que acaba cedo vira moda entre britânicos

Irlandesa cria festa dançante que funciona entre 19 h e 24 h para quem adora a noite, mas não é da madrugada

LAUREN FLEISHMAN / THE NY TIMES

Noitada promovida por Annie Macmanus: alegria até a meia-noite

ANNA CODREA-RADO
THE NEW YORK TIMES

Era sexta-feira à noite em Londres. Em uma boate com capacidade para duas mil pessoas, a pista de dança estava lotada. Um sistema de som enorme tocava house music e um imenso globo espelhado girava no teto. Só uma coisa estava errada: eram 21h30. Uma mulher na multidão gritou alegremente para as pessoas ao seu redor: "Estou na 15.ª semana pós-parto e estou no clube!"

A festa, chamada Before Midnight, é organizada pela DJ irlandesa Annie Macmanus, cujo pseudônimo é Annie Mac: promete todas as emoções de uma boate – só que acaba mais cedo. Começando às 19h e acabando à meia-noite, a Before Midnight é uma das muitas variações recentes das baladas que duram a noite toda – geralmente destinadas a pessoas mais velhas que fazem malabarismos para cuidar dos filhos e da carreira. "Existe uma crença inerente de que a balada é para os jovens. Tem agora uma geração de pessoas que experimentou o clubbing em sua versão mais popular e ainda quer isso, mas acha que não é mais para ela", disse Macmanus recentemente por telefone.

NOITE TODA. A Before Midnight nasceu do desejo de Macmanus de incluir uma carreira musical entre seus deveres como mãe de dois filhos, de seis e nove anos: "Ser DJ a noite toda não era uma coisa que casava com minhas atividades de fim de semana. Parecia que eu tinha jet lag", ponderou. Essa percepção coincidiu com sua decisão, em 2021, de deixar o cargo de apresentadora do principal programa de música de dança da BBC, na BBC Radio 1 – que ela apresentou durante 17 anos e que cimentou seu nome como formadora de opinião musical no Reino Unido.

"Before Midnight foi meu ato seguinte – um projeto para restaurar algum equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional. A premissa era simples: 'Uma noitada normal, só que mais cedo.'"

A primeira noite, no ano passado no Islington Assembly Hall, casa de shows de Londres, foi uma experiência única. Os ingressos se esgotaram e, no fim do ano passado, Macmanus anunciou uma turnê de dez datas da Before Midnight pela Grã-Bretanha e Irlanda. As duas datas restantes da turnê em Londres serão na Outernet, boate subterrânea no West End.

A Before Midnight é particularmente popular entre as mulheres, que Macmanus calcula serem 75% da multidão. Jodie Brooks, 44 anos, que participou de todas as Before Midnight em Londres, resumiu, ao telefone: "Eu só não queria mais que a noite começasse à uma da manhã".

Os lockdowns do coronavírus, que cancelaram muitas baladas, levaram muita gente na faixa dos 30 e 40 anos a reavaliar o modo de passar os fins de semana. Como resume Brooks, "com a Before Midnight você pode jantar muito bem às seis da tarde. Às oito está no clube. E à meia-noite vai para casa". ●

B24 **Montadoras.**

Chinesa GWM busca fornecedores locais de itens para carros eletrificados

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

Mercado de trabalho Desigualdade de gênero

Multa de até 10 vezes o maior salário

Projeto de lei do governo aumenta valor da autuação para empresas que mantiverem vencimentos diferentes entre homens e mulheres; Congresso precisa aprovar proposta

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem, Dia Internacional da Mulher, um projeto de lei que prevê uma multa de até dez vezes o maior salário pago pela companhia a empresários que mantiverem diferentes remunerações entre homens e mulheres.

Pela legislação atual, a multa é de 50% do maior benefício pago pela Previdência Social, o que equivale a R$ 3.753,75. Caso a proposta divulgada ontem passe pelo Congresso, a autuação será feita pelo Ministério do Trabalho. A fiscalização vai ocorrer com base em denúncias. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o governo exigirá de empresários averiguados um "relatório de transparência" sobre os salários pagos pela empresa.

DIFERENÇA. Dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a diferença dos vencimentos de homens e mulheres está em 22%. Isso significa que uma trabalhadora brasileira recebe, em média, 78% do que ganha um homem desempenhando a mesma função.

"(*O presidente Lula*) Entende ser esse (*o pagamento de salários iguais*), entre os vários programas apresentados (*no projeto de lei*), (*como*) o mais importante, porque nós estamos falando de igualdade na base", disse Tebet ontem na cerimônia de apresentação do projeto de lei, que teve a presença de todas as 11 ministras do governo, das presidentes dos bancos públicos federais e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

"Esta lei é para que, nos bancos, nas fábricas e nas lojas ninguém ganhe menos pelo fato de ser mulher", afirmou Lula. "Com a lei de equiparação salarial que apresentamos agora, fizemos a questão de colocar a palavra 'obrigatoriedade'." ●

TEXTO OBRIGA EMPRESAS A PRODUZIR RELATÓRIOS SOBRE SALÁRIOS. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

Investimento formiga e energia do sol

A energia de fonte solar acaba de ultrapassar os 26 gigawatts (GW) de capacidade instalada (veja o gráfico). Apenas para dar uma ideia mais clara dessas proporções, a maior usina hidrelétrica das Américas, a Itaipu Binacional, tem 14 GW de potência instalada. A capacidade de geração de energia de fonte fotovoltaica já ultrapassa a energia eólica, que hoje é de 25 GW.

Para além de produzir uma energia limpa e de apressar a transição energética, uma das grandes vantagens da energia solar ainda não devidamente compreendida é a de que vai sendo construída por inúmeros capitais formigas. Itaipu foi um megaprojeto, levou 10 anos para ser concluída, exigiu a assinatura de um complicado tratado internacional, sepultou as maravilhas das Sete Quedas do Rio Paraná, exigiu a inundação de 135 mil hectares de terras férteis e custou nada menos que US$ 63,5 bilhões em dívidas, que só agora acabaram de se pagar. Nada disso vem sendo exigido pelas instalações de energia solar. Os capitais vão fluindo de empresas e de famílias, parte das quais encontra financiamento bancário.

Desses 26 GW de potência, apenas 8 GW são gerados por usinas de grande porte (fazendas solares). Os outros 18 GW, distribuídos em mais de 1,7 milhão de instalações, aproveitam telhados, coberturas de edifícios ou terrenos de condomínios.

Correspondem ao que se passou a chamar de geração distribuída (GD), aquela em que os consumidores produzem a energia, e a que não é utilizada é automaticamente despachada para a rede – garantindo um crédito em energia elétrica, que pode ser usado quando o respectivo sistema não produz o suficiente para o consumo, seja porque não há irradiação solar (como acontece à noite), seja porque o consumo se tornou mais alto.

As distribuidoras de energia elétrica não gostam do sistema GD. Alegam que esses consumidores usam a rede de graça e estão isentos de taxas extras que atingem o consumidor comum. Por isso, querem sobretaxar essa energia. A Lei 14.300 decidiu a retirada gradual dos incentivos tarifários, que deverá acabar em 2045. Como a retirada desses benefícios para novos consumidores começou apenas em 7 de janeiro deste ano, em 2022, houve uma corrida para novas instalações, que contribuiu para que a fonte solar crescesse desde julho, em média, 1 GW por mês.

O PL 2.703/2022 tramita no Congresso para prorrogar os incentivos anteriores, mas ainda não há decisão sobre isso.

No entanto, mesmo com a retirada escalonada das isenções, a demanda deve continuar alta porque o consumidor vai tomando conhecimento de que, apenas em geração própria, o investimento se paga em quatro a seis anos, dependendo da intensidade da insolação. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Mercado de trabalho Desigualdade de gênero

Texto obriga empresa a produzir relatórios sobre salários pagos

Projeto enviado ao Congresso fala em 'transparência remuneratória'; especialistas veem risco de judicialização

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA
LUCIANA DYNIEWICZ
SÃO PAULO

O projeto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ontem ao Congresso obriga empresas com mais de 20 funcionários a produzir relatórios de "transparência salarial e remuneratória" de homens e mulheres. Pela proposta, o Ministério do Trabalho e Emprego ficará responsável por regulamentar como deverão ser feitos esses relatórios – que devem seguir a legislação atual de proteção de dados pessoais.

Especialistas ouvidos pelo **Estadão** disseram que as medidas são importantes para ajudar a resolver a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, mas ressaltaram a dificuldade de para sua aplicação e o risco de judicialização.

Pelo texto, quando houver discrepância entre os salários do conjunto de mulheres e os do conjunto de homens, a empresa deverá apresentar um plano para reduzir a desigualdade, com metas e prazos. Só no caso de a empresa não reduzir as desigualdades é que seria aplicada multa – de cinco vezes o maior salário pago pela empresa, podendo chegar a dez vezes em caso de reincidência. Pela legislação atual, a multa é de 50% do maior benefício pago pela Previdência Social, o que equivale a R$ 3.753,75.

No Reino Unido, uma lei trabalhista de 2017 obriga empresas com mais de 250 empregados a publicar a diferença salarial no pagamento de homens e mulheres. Todos os dados são divulgados publicamente em um site do governo, e companhias que apontam defasagem salarial de gênero são encorajadas a divulgar planos de ação para a equiparação.

DIFICULDADES. A gestora executiva do Movimento Mulher 360 e CEO da Goldenberg Diversidade, Margareth Goldenberg, afirmou que será um desafio "imenso" aplicar a lei. "Das temáticas relacionadas à equidade de gênero, uma das mais difíceis é a equiparação salarial. As empresas sempre acham que não há desigualdade salarial, mas, quando se faz um diagnóstico, começam a perceber as diferenças."

A executiva afirma que há uma dificuldade em fazer a comparação da remuneração dos homens e das mulheres, mas que já há algumas metodologias desenvolvidas por multinacionais para isso. Elas levam em conta critérios como cargo do profissional, tempo de empresa e resultado em avaliações. Margareth reconhece, porém, que, em caso de ações trabalhistas, haverá várias formas para justificar a diferença salarial, dado que será possível usar diferentes indicadores.

Na visão da advogada trabalhista Paula Boschesi Barros, do Gasparini, Nogueira de Lima e Barbosa Advogados, diante da complexidade de aplicação da lei, é possível que, em um primeiro momento, haja um aumento da judicialização do tema. Entre os pontos de complexidade que ela vê na aplicação da lei, está o fato de na esfera administrativa – a do Ministério Público do Trabalho – não haver muito espaço para usar testemunhas como prova. Ela acredita que empresas que forem autuadas deverão levar a questão para o Judiciário para poderem produzir provas testemunhais.

Já a advogada Fernanda Perregil, responsável pela área trabalhista do escritório DSA Advogados, vê mais despesas para pequenas empresas, dado que elas terão de produzir os relatórios. "Será um custo de gestão a mais." ●

Propostas

Veja algumas medidas anunciadas pelo governo

● **Equiparação salarial**
Lula enviará para análise de deputados e senadores um projeto de lei para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função, ponto já previsto na legislação atual. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a multa para quem descumprir, caso a proposta seja aprovada, será de dez vezes o maior salário da empresa. Segundo o governo, o texto prevê medidas para que empresas sejam mais transparentes e para fortalecer a fiscalização e o combate à discriminação salarial

● **Segurança**
Investimento de R$ 372 milhões na implantação de 40 unidades da Casa da Mulher Brasileira, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo recriará o programa Mulher Viver Sem Violência, que prevê a doação de 270 carros para a Patrulha Maria da Penha nos 26 Estados e no Distrito Federal

● **Vítimas de violência**
O governo anunciou um decreto que regulamenta a cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autarquias e fundações

● **Trabalho sem violência e assédio**
O governo vai ratificar a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero

● **Assédio no serviço público**
O governo anunciou a criação de uma política de enfrentamento ao assédio sexual e moral e discriminação na administração pública federal

● **Equidade no SUS**
O governo criou o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União ontem

● **Construção de creches**
O governo anunciou a retomada das obras de 1.189 creches que estavam paralisadas

● **Formação**
O governo informou a abertura de vagas em cursos e programas de educação profissional e tecnológica para 20 mil mulheres em vulnerabilidade

● **Ciência e pesquisa**
O governo anunciou a Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas e Mulheres na Ciência, Tecnologia e Inovação. A previsão é de que o CNPq disponibilize R$ 100 milhões para financiar projetos de mulheres nas ciências exatas, engenharia e computação

● **Dia Marielle Franco**
O governo anunciou o Dia Nacional Marielle Franco, lembrado a cada 14 de março, data em que a vereadora do Rio Marielle Franco e o motorista dela, Anderson Gomes, foram assassinados

● **Dignidade menstrual**
O governo anunciou um decreto com o compromisso de distribuição gratuita de absorventes no SUS

Produtos Alimentícios Orlândia S/A Comércio e Indústria

CNPJ - 53.309.845/0001-20

Às vésperas de completar 80 anos de história, a Brejeiro celebra mais um Balanço Patrimonial anual de sucesso, fruto da gestão responsável e comprometida com o crescimento sustentável da empresa. Que sigamos firmes em nossa trajetória de prosperidade e contribuição ao desenvolvimento econômico do país.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo/Circulante	**1.148.409.901**	**923.098.389**	**1.173.376.562**	**923.098.389**
Caixa e equivalentes de caixa	639.786.146	584.142.907	721.343.522	584.142.907
Contas a receber	231.650.487	115.671.820	175.059.772	115.671.820
Estoques	233.365.711	170.749.630	233.365.711	170.749.630
Impostos a recuperar	43.565.431	52.510.155	43.565.431	52.510.155
Outros valores a receber	42.126	23.877	42.126	23.877
Não Circulante	**368.913.495**	**269.452.477**	**368.177.832**	**269.452.477**
Outras contas a receber longo prazo	2.311.400	2.297.751	2.311.400	2.297.751
Investimentos	1.219.764	484.101	484.101	484.101
Imobilizado	365.297.369	266.563.913	365.297.369	266.563.913
Intangível	84.962	106.712	84.962	106.712
Total do Ativo	**1.517.323.396**	**1.192.550.866**	**1.541.554.394**	**1.192.550.866**
Passivo/Circulante	**777.299.941**	**655.424.290**	**801.530.939**	**655.424.290**
Fornecedores	344.292.567	313.241.176	368.523.565	313.241.176
Empréstimos a pagar	406.564.153	328.004.992	406.564.153	328.004.992
Impostos e contribuições a pagar	14.467.021	5.321.763	14.467.021	5.321.763
Salários e encargos sociais	8.592.680	7.080.066	8.592.680	7.080.066
Outras contas a pagar	3.383.520	1.776.293	3.383.520	1.776.293
Não Circulante	**102.091.018**	**59.670.595**	**102.091.018**	**59.670.595**
Empréstimos a pagar longo prazo	102.091.018	59.670.595	102.091.018	59.670.595
Patrimônio Líquido	**637.932.437**	**477.455.981**	**637.932.437**	**477.455.981**
Capital social	398.000.000	200.000.000	398.000.000	200.000.000
Reservas de incentivos fiscais	106.168.338	107.550.629	106.168.338	107.550.629
Reservas de lucros	69.092.931	103.195.621	69.092.931	103.195.621
Ajuste de avaliação patrimonial	64.671.168	66.709.731	64.671.168	66.709.731
Total do Passivo	**1.517.323.396**	**1.192.550.866**	**1.541.554.394**	**1.192.550.866**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita Operacional Líquida	**3.288.929.380**	**2.628.462.783**	**3.477.896.758**	**2.628.462.783**
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.864.426.816)	(2.298.320.961)	(3.052.501.456)	(2.298.320.961)
Lucro Bruto	**424.502.564**	**330.141.822**	**425.395.302**	**330.141.822**
Despesas(-) Receita Operacional	**(219.703.110)**	**(142.209.311)**	**(220.574.351)**	**(142.209.311)**
Despesas com vendas	(167.121.410)	(115.044.892)	(167.121.410)	(115.044.892)
Despesas gerais e administrativas	(53.187.997)	(46.278.379)	(53.584.461)	(46.278.379)
Resultado de equivalência patrimonial	474.777	-	-	-
Outras operações	131.520	19.113.960	131.520	19.113.960
Lucro Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**204.799.454**	**187.932.511**	**204.820.951**	**187.932.511**
Despesas / Receitas Financeiras	**(43.175.498)**	**(29.740.246)**	**(43.196.995)**	**(29.740.246)**
Receitas financeiras	50.262.288	22.033.728	50.262.288	22.033.728
Despesas financeiras	(93.437.786)	(51.773.974)	(93.459.283)	(51.773.974)
Resultado Operacional Antes Tributos	**161.623.956**	**158.192.265**	**161.623.956**	**158.192.265**
(-) Provisão para tributos sobre os lucros	(19.147.500)	(17.501.983)	(19.147.500)	(17.501.983)
Resultado do Exercício	**142.476.456**	**140.690.282**	**142.476.456**	**140.690.282**
Lucro líquido por ação	3,85072	3,93319	3,85072	3,93319

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas Capital	Reserva Incentivos Fiscal Subvenção	Reservas Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020	**100.000.000**	**135.934**	**90.362.150**	**76.452.959**	**69.814.656**	-	**336.765.699**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	140.690.282	140.690.282
Transferência para reserva legal	-	-	-	7.034.514	-	(7.034.514)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	29.708.148	-	(29.708.148)	-
Transf. para reserva incentivo fiscal subvenção	-	-	107.052.545	-	-	(107.052.545)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(3.104.925)	3.104.925	-
Aumento capital p/ incorporação de reservas	100.000.000	-	(90.000.000)	(10.000.000)	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	**200.000.000**	**135.934**	**107.414.695**	**103.195.621**	**66.709.731**	-	**477.455.981**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	142.476.456	142.476.456
Transferência para reserva legal	-	-	-	8.182.646	-	(8.182.646)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	30.714.664	-	(30.714.664)	-
Transf. para reserva incentivo fiscal subvenção	-	-	105.617.709	-	-	(105.617.709)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.038.563)	2.038.563	-
Aumento capital por aporte dos sócios	18.000.000	-	-	-	-	-	18.000.000
Aumento capital p/ incorporação de reservas	180.000.000	-	(107.000.000)	(73.000.000)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**398.000.000**	**135.934**	**106.032.404**	**69.092.931**	**64.671.168**	-	**637.932.437**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Atividade Operacional	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido	142.476.456	140.690.282	142.476.456	140.690.282
Ajustes				
Depreciação	10.953.329	9.070.297	10.953.329	9.070.297
Variações nos Ativos e Passivos				
Resultado na venda de ativos permanentes	(131.520)	636.830	(131.520)	636.830
Aumento em contas a receber de clientes	(115.978.667)	(18.899.763)	(115.978.667)	(18.899.763)
Aumento dos estoques	(62.616.081)	(6.132.126)	(62.616.081)	(6.132.126)
Redução/aumento em outros ativos	8.177.162	(29.693.669)	8.177.162	(29.693.669)
Aumento em fornecedores	31.051.392	158.838.939	31.051.392	158.838.939
Aumento/redução em tributos e contribuições	9.145.259	(9.947.506)	9.145.259	(9.947.506)
Aumento em salários e encargos	1.512.614	1.102.718	1.512.614	1.102.718
Aumento em outros passivos	1.607.227	1.776.292	1.607.227	1.776.292
Recursos Líquido Aplic. nas Atividades Operac.	**26.197.171**	**247.442.294**	**26.197.171**	**247.442.294**
Atividades de Financiamentos				
Integralização de Capital	18.000.000	-	18.000.000	-
Empréstimos e financiamentos líquidos	120.979.584	90.565.996	120.979.584	90.565.996
Recursos Líquido Ger. pelas Atividades de Financ.	**138.979.584**	**90.565.996**	**138.979.584**	**90.565.996**
Atividades de Investimentos				
Compra de imobilizado	(109.793.516)	(77.096.796)	(109.793.516)	(77.096.796)
Recebimento por venda de ativos permanentes	260.000	10.000	260.000	10.000
Recursos Líquidos Aplic. nas Ativ. de Invest.	**(109.533.516)**	**(77.086.796)**	**(109.533.516)**	**(77.086.796)**
Variação Líquida das Disponibilidades	**55.643.239**	**260.921.494**	**55.643.239**	**260.921.494**
Disponibilidades no início do exercício	584.142.907	323.221.413	584.142.907	323.221.413
Disponibilidades no fim do exercício	639.786.146	584.142.907	639.786.146	584.142.907
Variação	**55.643.239**	**260.921.494**	**55.643.239**	**260.921.494**

Diretoria Eduardo Define - Presidente Contador Rodrigo Gil Ruiz - Contador - CRC 1SP217263/O-6

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARTUR NOGUEIRA - SAEAN *"Estado de São Paulo"*

Aviso de Abertura de Licitação - Processo n° 356/2023 - Pregão Presencial nº 003/2023

Pregão Presencial, tipo menor valor por lote, para a aquisição de 5 (cinco) motocicletas do tipo "uso comum urbano", zero Km e 1 (uma) motocicleta de "uso misto", zero Km, originais de fábrica, para uso em serviços diversos pelo SAEAN, com as especificações mínimas conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência**.** Designa-se a entrega dos envelopes e documentos de credenciamento e abertura das Propostas para o dia 23 de março de 2023 às 10:00 horas no escritório do SAEAN, situado à Rua Adhemar de Barros, 1741, Jd Wada, Artur Nogueira – SP. Informações: e-mail compras@saean.sp.gov.br. Acesse o edital completo no site: <https://transparencia.betha.cloud/#/qB6IT7P95b8mP91Y1aMWPg==>.

Artur Nogueira/SP, 08 de março de 2023. **Gabriela Montoya Fernandes -** Presidente Superintendente do SAEAN

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

COMUNICADO AO MERCADO

A **Octante Securitizadora S.A.**, S/A, com sede na Rua Beatriz, n° 226, Alto de Pinheiros, na Cidade de São Paulo/SP, CEP: 05.445-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.139.922/0001-63 ("**Octante**"), na qualidade de emissora da 1ª Série da 16ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante ("**CRA**" e "**Emissão**", respectivamente), vem, por meio deste, nos termos da deliberação (ii. a) da "*Ata de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 16ª Emissão da Octante Securitizadora S.A., realizada em 12.12.2022*", comunicar aos Titulares de CRA que, na próxima Data de Pagamento de Valor Nominal Unitário, será constituído o fundo de reservas para fazer frente às despesas relacionadas à condução da defesa dos interesses dos Titulares de CRA, extrajudicialmente, judicialmente e em procedimento arbitral relacionados ao questionamento pela Schio e Fiadores da dívida vencida antecipadamente, conforme informado nos Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado publicados em 14.07.2022 e 30.09.2022. Conforme deliberado, o fundo de reservas será constituído no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), por meio da retenção de 30,89% (trinta inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário a ser amortizado em 10.03.2023, representando R$ 6,43 (seis reais e quarenta e três centavos) do Valor Nominal Unitário. Os termos indicados em letra maiúsculas e não definidos neste Comunicado ao Mercado terão os significados a eles atribuídos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio Para Emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Octante Securitizadora S.A.*" São Paulo, 09.03.2023. **Guilherme Antonio Muriano da Silva -** Diretor de Securitização **Octante Securitizadora S.A. -** Rua Beatriz, 226, São Paulo - SP, CEP 05445-040

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 286/2021. Objeto: Prestação de serviços relativos ao levantamento planialtimétrico cadastral para conhecimento e ao desmembramento de um terreno de 91.012,00 m², conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Abertura da sessão dia 21 de março de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 07 de março de 2023.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 11ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão*, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de março de 2023, às 14:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) declaração ou não do vencimento antecipado do CDCA nº 001/2022-FOR, nos termos da Cláusula 4.3. do CDCA, pelo descumprimento da obrigação de substituir a totalidade dos créditos cedidos fiduciariamente inadimplidos, vencidos durante os anos de 2020 e 2021, por créditos vincendos, cedidos fiduciariamente, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 09 de agosto de 2022; e (ii) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação, a celebração de eventuais aditamentos aos documentos da Oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 2ª convocação com Titulares de CRA que representem qualquer número dos CRA em Circulação, sendo as deliberações tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e ahg@vortx.com.br/agentefiduciário@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, outorgada em até 12 (doze) meses da data da presente convocação, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. São Paulo, 09 de março de 2023.**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo: **124.205/2022 - Modalidade:** Pregão Eletrônico **n° 78/2023** - Sistema Registro de Preço - **DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA ME'S E EPP'S** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** aquisição anual estimada de diversos materiais hospitalares e correlatos. A Data do Recebimento das Propostas será até dia **22/03/2023 às 09h00m** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **22/03/2023 às 09h00m - Pregoeiro: Otávio Guadagnucci Fontanari**. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site **www.bauru.sp.gov.br** ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002023OC00119 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME'S E EPP'S e a OC 820900801002023OC00139 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 08/03/2023 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Mariana Mendes Vilela Avallone - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 34/2023 - **Processo nº** 85.271/2020 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 591/2022 - **Tipo:** Menor Preço por Lote - Ampla Participação **Objeto: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL - Interessados:** Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Gabinete da Prefeita, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Economia e Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 22 (vinte e dois) de março de 2.023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 22 (vinte e dois) de março de 2.023, às 09h**. Informações na Divisão de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14, Pq. Vista Alegre, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00138**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.

Bauru, 08/03/2023 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 122/2023 - **Processo nº** 26.675/2023 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 89/2023 - **Tipo:** Menor Preço por Lote com COTA RESERVADA - CONTRATO - **Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE UNIFORME ESCOLAR PARA INVERNO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL - Interessada:** Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 22 de março de 2.023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 22 de março de 2.023, às 09h**. Informações na Divisão de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00135**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.

Bauru, 08/03/2023

Cássia Cristina Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

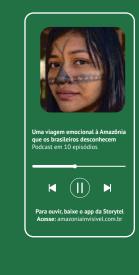
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

A **Câmara Municipal de Belo Horizonte** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, **a partir das 10:00 horas do dia 23 de março de 2023**, pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br/, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de suporte técnico-operacional, por meio de alocação de mão de obra de dedicação exclusiva para a CMBH. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados na Internet, nos sites www.comprasnet.gov.br, (utilizando-se para pesquisa o Código **UASG nº 926306**) e www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia>Licitacoes). Frisa-se que ao presente pregão aplica-se a Lei Federal nº 10.520/2022, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone da Seção de Apoio a Licitações da CMBH, (31) 3555-1249, no horário de 9:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 08 de março 2023.
FABIANA MIRANDA PRESTES
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 13/2023. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais do Lote 295: Casa do Albergado José de Alencar Rogêdo, CERESP Juiz de Fora – Centro de Remanejamento do Sistema Prisional, Penitenciária José Edson Cavalieri, Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires, Presídio de Bicas e Presídio de Matias Barbosa, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos e serviço nas unidades prisionais em epígrafe. Abertura dia 23/03/2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Tiago Maduro de Azevedo – Superintendente de Infraestrutura e Logística. Belo Horizonte, 07 de março de 2023.

Adriana Fernandes *adriana.fernandes@estadao.com*

Haddad precisa surpreender

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa surpreender na apresentação do novo arcabouço fiscal se quiser ter algum ganho a valor presente com o impacto da apresentação da nova regra de controle das contas públicas.

Ganho, nesse caso específico, está relacionado a um sinal firme do projeto da nova regra fiscal capaz de abrir caminho para o início da queda da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

A próxima reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central está marcada para os dias 21 e 22 deste mês.

Haddad antecipou a apresentação da nova regra para antes da reunião do Copom para, justamente, poder influenciar na decisão do BC.

A promessa do ministro da Fazenda animou o mercado do financeiro após todo o estresse provocado pela pressão generalizada no governo e do PT contra os juros elevados praticados pelo Banco Central num cenário de retração do crédito, que ameaça esfriar ainda mais a atividade econômica.

Os sinais de uma crise de crédito a caminho têm reforçado a posição do governo de que o BC precisa começar a antecipar o início do corte de juros.

Razão principal da artilharia do governo sobre o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

> ***Sinais de crise no crédito alimentaram posição do governo em defesa do corte dos juros***

O próprio presidente Lula alertou que o Brasil pode sofrer uma crise de crédito "logo, logo" se os juros não forem reduzidos pelo BC.

Mas o BC continua enxergando risco fiscal para controle da inflação. A preservação da arrecadação de R$ 29 bilhões com a reoneração da gasolina e do etanol, prevista no pacote de ajuste fiscal anunciado por Haddad em janeiro, garantiu uma vitória momentânea para a equipe econômica diante da tentativa de integrantes do PT de atrapalhar os seus planos de reverter o déficit das contas públicas.

Esse grupo não quer uma retomada do superávit tão cedo, em 2024, como acenou Haddad.

Para ganhar credibilidade para a aprovação do arcabouço fiscal, Haddad não pode ficar tomando bola nas costas de aliados a todo tempo.

Se o ministro perguntasse o que seria essa surpresa, a receita é uma trajetória para as contas públicas que sinalize pelo menos um déficit de 1% em 2023; de 0% a superávit de 1% em 2024; e de um superávit entre 1% e 2% em 2025. Não é tarefa fácil. Toda a atenção está voltada nos próximos dias ao que Haddad vai conseguir entregar. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Nível de atividade Parceria FGV e 'Estadão'

Seminário debate perspectivas para PIB em 2023

Os desafios para acelerar o crescimento do PIB neste ano serão debatidos hoje em seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) em parceria com o **Estadão**. Participam do encontro a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, publicação mensal do FGV Ibre, e os pesquisadores José Júlio Senna e Armando Castelar. A mediação dos debates ficará a cargo da jornalista Adriana Fernandes, do **Estadão**.

A equipe de economistas do FGV Ibre estima crescimento de apenas 0,3% para o PIB neste ano. Segundo Silvia Matos, o "aumento marginal" na estimativa (que antes era de 0,2%) se deveu à dinâmica dos serviços públicos. Ela ressalta, porém, que esse fator isoladamente será insuficiente para puxar a economia como um todo. ● VINICIUS NEDER/RIO

NOTAS E INFORMAÇÕES

A sombra da inflação nos EUA

Perspectiva de alta dos juros americanos deve fortalecer o dólar ante o real e tende a pressionar a inflação

A persistência da inflação continua a assombrar o mundo. Em sabatina no Comitê Bancário do Senado dos Estados Unidos nesta semana, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, reiterou o compromisso de conter a inflação e trazê-la de volta à meta de 2%. Segundo ele, o ritmo de aumento dos juros da economia norte-americana poderá ser intensificado caso a "totalidade dos dados" justifique tal decisão.

"A restauração da estabilidade de preços provavelmente exigirá que mantenhamos uma postura restritiva da política monetária por algum tempo", disse Powell. Seu recado foi compreendido pelos investidores, que se anteciparam à divulgação de novos dados sobre o mercado de trabalho e a inflação e ajustaram suas expectativas a um discurso mais austero.

Até então, o mercado acreditava em um aumento da ordem de 0,25 ponto porcentual na próxima reunião do Fed. Depois da sabatina, a maioria passou a esperar uma alta de 0,50 ponto porcentual. Assim, as estimativas sobre a taxa de juros ao fim do ciclo de aperto monetário subiram para um patamar entre 5,50% e 5,75%, e já há instituições projetando o pico dos juros em 6%.

Além da inflação, vários indicadores recentes, como os de produção e serviços, têm apontado para uma reversão na tendência de esfriamento da economia dos EUA – observada até o fim do ano passado. O comportamento do mercado de trabalho foi um dos que mais causaram surpresas em janeiro, com mais de 517 mil vagas criadas e uma taxa de desemprego de 3,4%, menor nível dos últimos 53 anos.

O discurso de Powell trouxe mais incertezas sobre a economia mundial, bem como novos desafios ao trabalho do Banco Central (BC) brasileiro. Na última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), quando os juros foram mantidos em 13,75% ao ano, o BC já havia destacado que a alta dos juros nos países avançados demandaria mais cautela dos países emergentes na condução de suas políticas econômicas.

Se, de um lado, o BC tem sido pressionado pelo governo a reduzir a Selic e evitar uma recessão, de outro, a inflação continua a demonstrar resiliência. A queda do Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre, aliada à inadimplência das pessoas físicas e às dificuldades financeiras de empresas, deu força aos que defendem mais flexibilidade na condução da política monetária, mas as avaliações sobre a necessidade de maior comedimento por parte do governo na política fiscal ainda são predominantes.

A esse cenário se soma agora a perspectiva de um aumento mais intenso da taxa de juros norte-americana, movimento que deve fortalecer o dólar perante outras moedas. Internamente, isso pode trazer novos elementos a serem considerados pelo BC, haja vista que a desvalorização do real tende a trazer ainda mais pressão sobre a inflação. Além disso, investidores estrangeiros em busca de maiores retornos financeiros podem migrar do País para outros mercados. Tudo isso reforça a necessidade de um arcabouço fiscal crível, melhor forma de ancorar as expectativas e facilitar a difícil tarefa do BC. ●

Impostos Projeto em discussão

Prefeitos apostam em aumento de arrecadação com reforma tributária

Confederação dos municípios diz, porém, que apoio a texto depende da inclusão de propostas apresentadas ao governo federal

ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

A reforma tributária irá aumentar a arrecadação dos municípios e proporcionar uma distribuição mais igualitária dos recursos entre as prefeituras, avalia o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ele afirma que o apoio da entidade à proposta está condicionado a alguns pontos que foram apresentados ao governo – sendo que, segundo ele, praticamente todos já foram incorporados no último relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110. Esse modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: um que reúne os impostos federais e outro que unifica o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). Os novos tributos seriam chamados, respectivamente, de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"Vamos aguardar o conteúdo da proposta para dizer se vamos apoiar, mas estamos fazendo sugestões para tentar construir um apoio à reforma, porque a gente entende que ela é necessária e importante para a própria estrutura da gestão pública do Brasil. E, seguramente, vai haver aumento de arrecadação para os municípios", afirma Ziulkoski. No ano passado, a arrecadação do ISS foi de R$ 101 bilhões.

Ele está acompanhando de perto as tratativas da proposta. Só ontem, ele se reuniu com o secretário extraordinário para a reforma tributária, Bernard Appy; com o relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Ziulkoski afirma que um ponto inegociável para a CNM é a mudança da incidência do tributo de consumo da origem – o local do estabelecimento – para o destino, onde está o consumidor. Segundo a confederação, essa mudança vai corrigir distorções tributárias e proporcionar uma redistribuição da arrecadação, hoje muito concentrada em grandes centros urbanos, como São Paulo. "Tem município que tem uma arrecadação per capita gigantesca, que tem de ser redistribuída. Vai ter mais justiça tributária, disso não há dúvida", afirma. "Além disso, o período de transição é muito lento, e isso dá mais tranquilidade. Por 20 anos, ninguém vai perder nada."

Pelo texto da PEC 110, a distribuição do novo tributo, o IBS, seguiria a seguinte regra: 60% repartido por critérios populacionais, 35% de acordo com regras estaduais e 5% por cota igualitária entre os municípios.

A CNM também defende uma gestão paritária do IBS entre Estados e municípios no Conselho Federativo, que ficará responsável pela operacionalização do imposto, além da autonomia para que os municípios definam suas próprias alíquotas no IBS.

Ele afirma que, apesar de as discussões sobre a reforma se arrastarem por décadas, agora há vontade política para levar a proposta adiante.

"Vejo que o momento é ímpar para aprovar pela primeira vez uma reforma tributária, porque está havendo um alinhamento principalmente na federação. O governo está interessado, o que é importantíssimo", diz ele, que defende o papel dos municípios nas discussões. "O município é um ente da federação e nós, aos poucos, estamos tentamos nos impor como um ente que está na Constituição, e não um ente subserviente."

FNP. Ziulkoski diz que a CNM tem um posicionamento divergente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que é contra a unificação de impostos e defende a manutenção do ISS da forma que é hoje.

A FNP defende a PEC 46, protocolada pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), chamada de "Simplifica Já". Ela propõe a simplificação das regras tributárias, mas sem unificação de impostos federais, estaduais e municipais.

Na terça-feira, porém, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira, admitiu que, com maior presença no debate, os municípios poderão encontrar uma solução a partir das PECs 110 e 45. ●

Pontos-chave

O que a CNM defende para apoiar a reforma tributária

● **Cobrança**
Cobrança do IBS no destino (do consumidor) e não na origem (do estabelecimento)

● **Igualdade**
Gestão paritária do IBS entre Estados e municípios

● **Alíquotas**
Autonomia para que os municípios definam suas próprias alíquotas no IBS

● **Passagem**
Transição lenta para o novo IBS

● **Fundo regional**
Participação dos municípios na distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, proporcional à contribuição

● **Imposto seletivo**
Participação dos municípios na distribuição da arrecadação do imposto sobre cigarro e bebida alcoólica

● **Imóveis**
Atualização do IPTU a cada quatro anos

Revisão pode elevar PIB em 12% em 15 anos, diz Appy

BRASÍLIA

O secretário extraordinário para a reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que a aprovação de uma proposta pelo Congresso tem potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12% em 15 anos, em um "cenário conservador".

Appy também declarou que o efeito da reforma tributária sobre finanças de Estados e municípios é muito diluído ao longo do tempo e que eles terão autonomia para fixar sua alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "A alíquota do IVA dos entes federativos pode ser maior ou menor que a alíquota de referência. Os entes teriam de aprovar nas assembleias aumento ou diminuição da alíquota do IVA", disse.

O secretário também afirmou que as convergências entre as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 são muito maiores que as divergências. Segundo Appy, a maior diferença é que a PEC 45 prevê a criação de um tributo que reúne cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e a 110 determina a criação de um IVA dual. De acordo com ele, as duas mantêm os benefícios para a Zona Franca de Manaus. ●

ANTONIO TEMÓTEO e IANDER PORCELLA

PAPO DE IRMÃO

Oi The Town,

Estou vendo que você já está a mil por hora, cabeça cheia de ideias, coisas pra resolver e, de repente, chego eu querendo assunto. Mas, por favor, não vem com papo que sou de outra geração, beeeeem mais velho que você, que nasci em outra cidade e tal. Se não quiser conversar tudo bem, mas grava aí o que vou dizer pois é importante. Irmão mais velho é assim, quem tem sabe. O público vem sempre em primeiro lugar. É claro que a gente busca os melhores artistas do mundo, mas o mais importante sempre vai ser o público. Quando montamos um esquema especial de transporte – você vai ter trem 24h! - é para que ele possa ir e vir numa boa. Quando fazemos questão de ter banheiros de verdade, ligados à rede pública, ou colocamos grama sintética no terreno é pra que ele aproveite cada minuto do evento com conforto. Vai se preparando pra receber algumas críticas, alguém pode até dizer que você devia se chamar Rock in Rio São Paulo, que somos iguaizinhos. Releva. Com o tempo vão ver que não somos iguais, só temos o mesmo DNA. Na Cidade do Rock ou na Cidade da Música, a gente busca excelência e qualidade em tudo. É genético. Como faço no Rio, você também vai movimentar São Paulo. Vai atrair turistas, encher hotéis, bares, restaurantes, o impacto econômico na cidade deve ser algo em torno de R$ 1.7 bilhão, e, nessa primeira edição, já soube que vai gerar 19 mil empregos. Você vai ser bom pra cidade e pra quem vive nela. Mesmo com esses números, muitas vezes você vai achar que faz muito pouco. Esquece isso! Você faz parte de uma cadeia produtiva que transforma alegria em recursos para o Estado, que transforma emoção em esperança. Falando em esperança, já soube que você vai revitalizar uma favela em parceria com a Gerando Falcões, a Gerdau e a Prefeitura de São Paulo. Sério, acredita em mim, isso vai te dar ânimo para realizar os próximos The Town. O problema é que você subiu o sarrafo tão alto com Bruno Mars, Foo Fighters, Maroon 5, Post Malone, que vai ser difícil superar. Mas, como a gente faz mais que música, quem sou eu pra duvidar. Fique firme no propósito de promover ações que constroem um mundo melhor, mais justo, solidário, que preserva a natureza e respeita a diversidade, um mundo com mais oportunidades para todos. E olha, constrói sua Cidade da Música para que cada cantinho surpreenda. Estou supercurioso com o jazz da São Paulo Square, com os ritmos e a arte urbana do Factory. Do Skyline e do The One nem vou falar. Acompanho as notícias na mídia e nas redes cheio de orgulho. Se conselho fosse bom, irmão mais velho vendia. Mas pode acreditar. Vai ter hora de querer desistir. Dá muito trabalho botar de pé um festival do seu tamanho, um monte de coisas pra resolver, questões que muitas vezes nem dependem de você. Então, vamos combinar. Quando achar que vai desanimar me liga, manda mensagem, sinal de fumaça, o que for. Mas vai em frente, acredita no sonho. Você já viu que vale a pena. E desculpe o spoiler, mas quando o público pisar no seu gramado, o cansaço vai sumir e você vai esquecer todos os perrengues. Já fiz 22 edições e até hoje abrir os portões ainda mexe comigo. Ver o público entrar correndo, feliz, sabendo que vai viver ali grandes momentos é um negócio que, enfim, melhor ficar calado. Em setembro você vai sentir como é bom saber que não sonhou sozinho.

Vai por mim e qualquer coisa estou aqui.

Abração,

Rock in Rio.

Rock in Rio THE TOWN SÃO PAULO

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR - SEIS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPI6-154/0043/22

O COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SEIS - CPI-6 torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL NAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SEIS - CPI6.** A realização da sessão será em 29/03/23 às 09h. As informações estarão disponíveis no sitio htpp//www.enegociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br. Outras informações contato com o Cap Eduardo Antonio Barbosa, telefone (13) 3227-5858 ramais 2086 e 2087.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0209.2022.PREG-VIII.PE.0142.SAD.SEDUC AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Objeto: Formação de Registro de preços para eventual fornecimento dos gêneros alimentícios, Leite em Pó Integral Instantâneo, Torrada, Biscoito Doce Tipo Maisena/Maria, Biscoito Salgado Cream Cracker e Café Torrado e Moído para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Valor estimado global: R$ 3.730.427,0402 (três milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quatro centavos). Data de abertura: 23/03/2023, às 09:30 horas (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183-7754. **Nelson Gueiros de Azevedo. Pregoeiro VIII.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0225.2022.PREG-IX.PE.0155.SAD OBJETO: Formação de Registro de Preços corporativo para contratação de prestação de serviços de locação de veículos administrativos, classificação VS-1, visando atender as necessidades dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, nos termos da legislação vigente e conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital. Valor máximo estimado dos itens: R$ 28.238.457,0300 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e três centavos). Entrega das Propostas até: 22/03/2023, às 13h15; Início da Disputa: 22/03/2023, às 13h30 Horário de Brasília. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: www.peintegrado.pe.gov.br. Outras informações: (81) 3183-7961. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. **Isabella Heráclio Bargetzi – Pregoeira IX.**

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA - SICOOB COOPERASO.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA – SEMIPRESENCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Mútuo de Livre Admissão de Sorocaba – Sicoob Cooperaso, inscrita no CNPJ sob o nº 10.175.348/0001-73 e no NIRE 35400093897, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca seus associados, que nesta data são em número de 6.993 (seis mil, novecentos e noventa e três) em condições de votar, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária – SEMIPRESENCIAL, no dia 13 de abril de 2023, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o estatuto social: 1) em primeira convocação às 17h00, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associadas; 2) em segunda convocação às 18h00, com a presença de metade mais um do número total de associadas; 3) em terceira convocação às 19h00, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA EXTRAORDINÁRIA: 1. Reforma ampla do Estatuto Social, destacando adequação a Lei Complementar 196/2022 e Resolução CMN nº 5051/2022 a as regras sistêmicas Sicoob. 2. Reforma ampla do regulamento eleitoral. ORDINÁRIA: 1. Prestação de Contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2022, compreendendo o Relatório Anual, Balanços Gerais, Demonstração da Conta de Sobras ou Perdas e os Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente; 2. Prestação de Contas do Fundo de Expansão do Exercício de 2022; 3. Destinação das sobras líquidas e a sua fórmula de cálculo; 4. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; 5. Ratificação do pagamento dos juros ao capital; 6. Aprovação da política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva; 7. Fixação do valor global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva; 8. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração; 9. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal; 10. Alienação de bem Imóvel da Cooperativa – Localizado na Av. Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes nº 3200 - Sorocaba SP 18013-280 (Sala 01 – Matrícula nº 164.124, Sala 02 – Matrícula nº 164.125, Sala 03 – Matrícula nº 164.126, Sala 04 – Matrícula nº 164.127) todos registrados no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Sorocaba – SP; 11. Eleição dos membros do Conselho de Administração; 12. Outros assuntos (sem deliberação). Sorocaba 09 de março de 2023. Carlos Augusto de Macedo Chiaraba Presidente do Conselho de Administração NOTA I: A Assembleia Geral ocorrerá de forma SEMIPRESENCIAL no Sorocaba Park Hotel, Av. Prof. Joaquim Silva, 205 - Alto da Boa Vista, Sorocaba - SP, 18085-000, por absoluta falta de espaço em sua sede social, e também, de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos associados, que poderão participar e votar. NOTA II: Após o download do aplicativo Sicoob Moob, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao SicoobNet (internet banking) para acesso ao sistema. NOTA III: Os votos serão acolhidos e apurados na assembleia, sendo o resultado da votação divulgado automaticamente para todos os associados através do aplicativo Sicoob Moob/Zoom e presencialmente. NOTA IV: Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio http://www.sicoobcooperaso.com.br/. NOTA V: As Pessoas Jurídicas associadas deverão nomear um único representante com poder de voto para participar da Assembleia, com até 03 dias de antecedência, por meio do e-mail atendimento.4445@sicoob.com.br. NOTA VI. Conforme determina a Resolução do CMN n° 5.051 de 25/11/2022 em seu artigo 40, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede da cooperativa, bem como através http://www.sicoobcooperaso.com.br/. NOTA VII: Em caso de empate serão aplicadas as regras do art. 46 realizando nova assembleia Geral no dia 15/05/2023. NOTA VIII: O Processo Eleitoral se dará nos termos do Regulamento Eleitoral aprovado em assembleia. K-09/03

Dexco

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta NIRE 35300154410

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: em 23 de janeiro de 2023, às 17h, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Alfredo Egydio Setubal (Presidente), Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Helio Seibel (Vice-Presidentes) e Guilherme Setubal Souza e Silva (Secretário). **QUORUM:** a totalidade dos membros efetivos, com manifestação por e-mail. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, com base na recomendação do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, deliberaram por: a) registrar que o Diretor Vice-Presidente, **Raul Guimarães Guaragna**, atualmente responsável pela divisão Madeira, assume a divisão Deca e Revestimentos a contar desta data; b) registrar que o Diretor Vice-Presidente, **Carlos Henrique Pinto Haddad**, atualmente responsável pela área de Administração, Finanças e Relações com Investidores, assume a divisão Madeira a contar desta data e mantém as atribuições de **Diretor de Relações com Investidores** até a posse de Francisco Augusto Semeraro Neto; c) eleger como Diretor, **Francisco Augusto Semeraro Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 29.561.540, CPF 224.998.878-18, residente e domiciliado na Avenida Paulista, 1938, 5º andar - Terraço, em São Paulo (SP), que será responsável pela Diretoria de Administração, Finanças e Relações com Investidores, sendo certo que as atribuições de Diretor de Relações com Investidores somente serão assumidas a partir de sua posse em 01.02.2023; d) eleger como Diretora, **Marina Crocomo**, brasileira, casada, administradora, RG-SSP/SP 15.434.055-8, CPF 218.118.118-76, residente e domiciliada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar - Terraço, em São Paulo (SP), que assumirá a Diretoria de Marketing e Design a contar de sua posse em 01.02.2023; e) apreciar e aceitar o pedido de renúncia do Diretor, **Marco Antonio Milleo**, que permanecerá no cargo até 31.01.2023, em razão de sua aposentadoria; f) redesignar **Marcelo José Teixeira Izzo** como Diretor da Companhia que cumprirá seu mandato até final de abril de 2023, apoiando Raul Guimarães Guaragna no processo de transição para suas novas responsabilidades; g) registrar os agradecimentos a Marco Antonio Milleo e Marcelo Izzo pelas relevantes contribuições durante o período dedicado à Companhia; e h) autorizar a divulgação dessas informações na Comissão de Valores Mobiliários, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no website da Companhia (https://ri.dex.co/). **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida e aprovada pelos Conselheiros com manifestação por e-mail. São Paulo (SP), 23 de janeiro de 2023. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho - Vice-Presidente; Helio Seibel - Vice-Presidente; Andrea Laserna Seibel - Conselheira; Juliana Rozenbaum Munemori - Conselheira; Márcio Fróes Torres - Conselheiro; Raul Calfat - Conselheiro; Ricardo Egydio Setubal - Conselheiro; Rodolfo Villela Marino - Conselheiro; Guilherme Setubal Souza e Silva - Secretário. JUCESP sob nº 96.306/23-3 em 02.03.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CAMBUCI S/A

STADIUM

Capital Aberto Autorizado
CNPJ 61.088.894/0001-08

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os acionistas da CAMBUCI S/A, convocados para participarem da AGOE que realizar-se-á no dia 12/04/2023, às 10:00 h em primeira convocação, de modo exclusivamente presencial, na sede administrativa da empresa, localizada na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, cuja pauta será a seguinte: AGO: a) exame, discussão e votação do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; b) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; d) eleição dos membros do conselho fiscal; e) fixação do montante global dos honorários dos administradores; f) eleição dos membros do Conselho de Administração. AGE: a) alteração da razão social da Companhia para Penalty S.A. e adequação do art. 1º do Estatuto Social; b) consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** Para tomar parte e votar na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o acionista deve provar a sua qualidade como tal. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir à Companhia as procurações por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante à utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) até o momento de abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 81/22, informamos que, para a adoção do processo de voto múltiplo, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante para eleição de membros do Conselho de Administração, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48h (quarenta e oito horas) antes da data marcada para a realização da Assembleia ora convocada. A Companhia, conforme previsto na Resolução CVM 81/22, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGO/E. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (a) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (b) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Unibanco S.A.; ou (c) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81/22 e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Dos Documentos: em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e à Resolução CVM 81/22, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede e no website da Companhia (www.cambuci.com.br), no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo a proposta da administração e o boletim de voto a distância. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

Roberto Estefano
Presidente do Conselho de Administração

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que requereu, em 17.02.2023, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Operação (RLO) nº 1451/2018, autorizando a operação do FPSO Cidade de Campos de Goytacazes no âmbito do desenvolvimento da produção da Jazida de Tartaruga Verde e Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça, Campo de Tartaruga Verde - Bacia de Campos.

PROCESSO IBAMA nº 02022.000776/2013-20.

WLLISSES MENEZES AFONSO
Gerente Geral da Unidade de Negócio da Bacia de Campos

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 07/2023
Processo nº 18773/2023/SES

Objeto: "Registro de Preços para eventual e futura aquisição de complementos alimentares para abastecimento do Programa do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica assistidos pela Superintendência Farmacêutica/SES, de acordo com a Portaria GM/MS n°1.554 de30 de julho de 2013 (Alterada pela Portaria GM/MS n° 1.996 de 11 de setembro de 2013) referente ao Grupo 2 e a Portaria Conjunta n° 12 de 10 de setembro de 2019, que define seus Protocolos Clínicos e suas Diretrizes Terapêuticas – PCDT (Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fenilcetonúria)". Abertura: 22/03/2023 às 09h00min (horário de Brasília); **Local:** Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e (csl.saude.ma.gov.br). **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; **E-mail:** csl.sesmaranhao@gmail.com e **Fones:** (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no site: www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 06 de março de 2023

Chrisane Oliveira Barros
Pregoeira da CSL/SES.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2019

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 01/2019 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" – CON8.

O PRESIDENTE DESTE CONSÓRCIO, com sede administrativa na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na **Rua Dr. José Alves, nº 403 – Centro**, no uso de suas atribuições legais, que homologou o resultado dos aprovados e classificados em processo seletivo, divulgado através do edital, o qual foi publicado nesta imprensa no dia 16 de Agosto de 2019, obedecendo a rigorosa ordem de classificação, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação. **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) no endereço mencionado, no prazo de **07 (sete) dias úteis** a contar desta convocação, no horário das **09h00** às **12h00**, para ***entrega*** dos documentos admissionais **(CTPS Original / 01 foto 3x4 / Cópias: CPF / RG / PIS /** Título de Eleitor / **Reservista / Comprovante de Endereço / Diploma / Histórico Escolar / Certidão de Nascimento ou Casamento / CNH / Carteira Funcional / Declaração de Bens / Certidão de Nascimento e CPF de Filhos menores de 14 anos)**. O candidato convocado para a contratação obriga-se a declarar no prazo mencionado acima se aceita ou não assumir o cargo para o qual foi selecionado. **O candidato que não comparecer no prazo acima estabelecido será considerado desistente, conforme previsto em Edital.**

RELAÇÃO DO(s) CONVOCADO(s) EFETIVO(s)

1- PARA O CARGO DE: TARM - TELEFONISTA

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
10	17903669	CAROLINA BEATRIZ CORREA	550163025

Mogi Mirim, 09 de março de 2023.
Paulo de Oliveira e Silva - Presidente

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 065/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO - HOSPITALAR (CURATIVOS I), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA- SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 09 de março de 2023 a 22 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 22 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 22 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 08 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 066/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS (ANTI-HIPERTENSIVOS, GRANDE VOLUME E OUTROS) PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**DO TIPO:** MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 09 de março de 2023 a 22 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 22 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 22 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 08 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pregão Eletrônico nº 1321127-07/2023 - Processo SEI 1320.01.0031159/2022-80. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão/Diretoria de Compras, torna pública a Licitação do Pregão Eletrônico nº 1321127-07/2023, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores, incluindo a reposição/substituição de peças e componentes originais. A sessão pública terá início no dia 23/3/2023, às 10h30. A cópia do Edital poderá ser obtida no site www.compras.mg.gov.br. Belo Horizonte, 6 de março de 2023. Laíse de Sofia Macedo Rodrigues - Superintendente de Gestão

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; https://ferreiragomesenergia.com.br/cvm/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante	**109.221**	**93.400**
Caixa e equivalentes de caixa	10.721	9.285
Investimentos de curto prazo	71.939	35.542
Contas a receber de clientes	22.431	44.597
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.689	1.481
Despesas pagas antecipadamente	2.374	2.455
Outros ativos	67	40
Não circulante	**1.402.422**	**1.431.708**
Títulos e valores mobiliários	60.512	47.322
Despesas pagas antecipadamente	6.655	7.922
Depósitos judiciais	17	56
Outros ativos	–	1.558
Imobilizado	1.309.529	1.348.087
Intangível	25.709	26.763
Total do ativo	**1.511.643**	**1.525.108**

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Circulante	**114.115**	**94.970**
Fornecedores	14.543	15.337
Empréstimos, financiamentos e debêntures	82.922	57.450
Arrendamentos	238	222
Salários e férias a pagar	731	528
Tributos e contribuições sociais a recolher	4.803	5.613
Dividendos declarados	6.328	7.376
Uso do bem público	1.909	1.566
Provisão para gastos ambientais	–	55
Provisão para constituição de ativos	153	2.730
Encargos setoriais	2.430	3.593
Credores diversos	58	500
Não circulante	**430.190**	**490.552**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	405.202	468.621
Arrendamentos	992	1.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.124	4.371
Uso do bem público	16.230	15.640
Provisão para constituição de ativos	2.577	–
Provisão para gastos ambientais	48	–
Provisão para contingências	17	20
Patrimônio líquido	**967.338**	**939.586**
Capital social	818.858	818.858
Reserva de lucros	148.480	120.728
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.511.643**	**1.525.108**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais)**

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**818.858**	**7.335**	**4.567**	**80.678**	–	**911.438**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	35.524	35.524
Reserva legal	–	1.776	–	–	(1.776)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	4.242	–	(4.242)	–
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	(7.376)	(7.376)
Reservas de lucros	–		–	22.130	(22.130)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**818.858**	**9.111**	**8.809**	**102.808**	**–**	**939.586**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	34.080	34.080
Reserva legal	–	1.704	–	–	(1.704)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	7.065	–	(7.065)	–
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	(6.328)	(6.328)
Reservas de lucros	–	–	–	18.983	(18.983)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**818.858**	**10.815**	**15.874**	**121.791**	**–**	**967.338**

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	188.840	242.004
Custos operacionais	**(97.473)**	**(127.030)**
Lucro bruto	**91.367**	**114.974**
Despesas (receitas) operacionais	**(4.962)**	**(2.130)**
Lucro antes do resultado financeiro	**86.405**	**112.844**
Resultado financeiro	**(47.108)**	**(69.020)**
Despesa financeira	(61.408)	(73.133)
Receita financeira	14.300	4.113
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**39.297**	**43.824**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.464)	(1.846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(753)	(6.454)
Lucro líquido do exercício	**34.080**	**35.524**
Lucro básico e diluído por ação- R$	**0,0422**	**0,0440**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**34.080**	**35.524**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**143.417**	**115.092**
Caixa líquido apicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	**(38.284)**	**16.124**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(103.697)**	**(130.744)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.436**	**472**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	9.285	8.813
Saldo no final do exercício	10.721	9.285
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.436**	**472**

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2022
Receitas	**211.066**	**269.833**
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(56.742)**	**(87.304)**
(–) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	**(39.575)**	**(39.304)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	15.039	4.368
Valor adicionado a distribuir	**129.788**	**147.593**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**3.140**	**2.563**
Impostos, taxas e contribuições	**30.624**	**36.026**
Remuneração de capitais de terceiros	**61.944**	**73.480**
Remuneração de capitais próprios	**34.080**	**35.524**
Valor Adicionado Distribuído	**129.788**	**147.593**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 — **(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

1. Contexto operacional: A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes ("Contrato de Concessão"), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo: Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 145,5 MW médios.

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (megawatts)	Garantia física (megawatts)
1ª	04/11/2014	30/12/2014	nº 4.297	84 MW	48,5 MW
2ª	17/12/2014	28/02/2015	nº 4.815	84 MW	48,5 MW
3ª	30/042015	30/04/2015	nº 1.271	84 MW	48,5 MW
				252 MW	145,5 MW

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise à redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco com probabilidade de resultar em ajustes às demonstrações contábeis futuras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); • Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda. **3 Práticas Contábeis Relevantes: 3.1 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativo:** ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.2 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.4 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021,conforme divulgado em nota explicativa 12, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.5 Tributação:** ***Tributos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; • Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e, • Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. ***Imposto de renda e contribuição social - correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 sendo alíquotas de 25% para imposto de renda, e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício. ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos***: Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa média considerando o período do beneficio fiscal Sudam. **3.6 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.8 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação às obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: a) Suprimento de energia - ambiente

continua ★

★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R$ 136,64 (R$ 124,39 em 2021) MW/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e, Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio, equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R$ 229,56 (R$ 209,70 em 2021) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015. II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.9 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4 Patrimônio líquido: 4.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 818.858. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	**807.080.529**

Reserva de Lucros: ***a. Reserva legal:*** • 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R$10.815 em 31 de dezembro de 2022 e R$9.111 em 31 de dezembro de 2021. ***b. Reserva especial para incentivos fiscais:*** • Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R$15.874 em 31 de dezembro de 2022 e R$8.809 em 31 de dezemro de 2021. ***c. Lucros retidos:*** • Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R$121.791 em 31 de dezembro de 2022 e R$102.808 em 31 de dezembro de 2021. ***d. Dividendos:*** • Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**34.080**	**35.524**
Reserva legal	(1.704)	(1.776)
Subtotal	**32.376**	**33.748**
Reserva para incentivo fiscal	(7.065)	(4.242)
Dividendo mínimo obrigatório	(6.328)	(7.376)
Reserva de lucros retidos	(18.983)	(22.130)
Saldo de lucros do exercício	–	–
Dividendo por ação	**0,0078**	**0,0091**

A Diretoria

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Extrato do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; https://ferreiragomesenergia.com.br/cvm/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 24 de fevereiro de 2023, sem modificações.

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de março de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**1.657.915.103**	**1.413.047.134**
Disponibilidades	**10.570.942**	**13.176.247**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**364.732.676**	**298.970.156**
Aplicações no Mercado Aberto	213.444.015	159.815.337
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	151.288.661	139.154.819
Títulos e Valores Mobiliários	**494.245.343**	**381.513.196**
Carteira Própria	242.033.879	191.981.791
Vinculados a Compromissos de Recompra	137.534.911	102.685.440
Vinculados a Prestação de Garantias	39.535.056	26.947.200
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	75.141.497	59.893.598
Vinculados ao Banco Central do Brasil	–.–	5.167
Instrumentos Financeiros Derivativos	**60.141.635**	**63.226.646**
Relações Interfinanceiras	**125.946.468**	**127.519.691**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10.168.309	17.092.838
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.747.503	110.391.977
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	12.317	20.601
Correspondentes	18.339	14.275
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	**424.013.645**	**381.374.503**
Operações com Características de Concessão de Crédito	450.106.167	404.836.308
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26.092.522)	(23.461.805)
Outros Créditos	**175.738.333**	**145.302.841**
Ativos Fiscais Correntes	1.961.044	1.629.157
Ativos Fiscais Diferidos	38.855.784	40.748.476
Diversos	134.921.505	102.925.208
Outros Valores e Bens	**2.526.061**	**1.963.854**
Despesas Antecipadas	2.379.381	1.798.415
Outros Valores e Bens	287.237	403.560
(Provisões para Desvalorizações)	(140.557)	(238.121)
Permanente	**138.019.190**	**122.783.250**
Investimentos	**119.827.859**	**107.349.541**
Investimentos em Controladas e Coligadas	119.703.831	107.194.444
Outros Investimentos	129.562	230.569
(Provisões para Perdas)	(5.534)	(75.472)
Imobilizado	**5.357.837**	**4.881.444**
Imóveis	3.875.376	3.614.922
Outras Imobilizações	12.909.708	12.454.884
(Depreciações Acumuladas)	(11.427.247)	(11.188.362)
Ágio e Intangível	**12.833.494**	**10.552.265**
Ativos Intangíveis	23.995.863	19.175.918
(Amortizações Acumuladas)	(11.162.369)	(8.623.653)
Total do Ativo	**1.795.934.293**	**1.535.830.384**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**1.666.435.746**	**1.420.321.881**
Depósitos	**752.478.383**	**758.715.836**
Depósitos à Vista	67.572.756	100.184.948
Depósitos de Poupança	157.345.739	167.023.583
Depósitos Interfinanceiros	49.949.274	65.859.536
Depósitos a Prazo	477.610.614	425.647.769
Captações no Mercado Aberto	**388.547.225**	**302.452.760**
Carteira Própria	136.064.299	101.867.837
Carteira de Terceiros	162.201.165	137.798.549
Carteira Livre Movimentação	90.281.761	62.786.374
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**199.413.182**	**90.910.857**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	181.579.578	79.420.177
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	13.512.637	10.733.279
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	4.320.967	757.401
Relações Interfinanceiras	**828.540**	**846.530**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	541.327	495.746
Correspondentes	287.213	350.784
Relações Interdependências	**11.532.125**	**8.798.358**
Recursos em Trânsito de Terceiros	11.530.605	8.797.514
Transferências Internas de Recursos	1.520	844
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**80.559.013**	**62.642.807**
Empréstimos	68.751.205	51.936.704
Repasses	11.807.808	10.706.103
Instrumentos Financeiros Derivativos	**68.745.617**	**63.202.882**
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	**2.472.640**	**2.785.981**
Provisões	**14.274.735**	**13.958.042**
Outras Obrigações	**147.584.286**	**116.007.828**
Obrigações Fiscais Correntes	3.351.377	3.897.564
Obrigações Fiscais Diferidas	1.739.734	1.196.055
Diversas	142.493.175	110.914.209
Patrimônio Líquido	**129.498.547**	**115.508.503**
Capital Social	69.783.971	69.783.971
Reservas de Capital	748.887	725.088
Reservas de Reavaliação	4.482	4.724
Reservas de Lucros	63.095.716	46.861.590
Outros Resultados Abrangentes	(4.134.509)	(1.866.870)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**1.795.934.293**	**1.535.830.384**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	**89.800.403**	**154.613.569**	**95.726.445**
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	37.449.280	68.486.294	46.749.605
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	46.321.292	75.906.178	44.972.482
Resultado de Operações de Câmbio	330.958	118.690	411.058
Resultado das Aplicações Compulsórias	5.698.873	10.102.407	3.593.300
Despesas da Intermediação Financeira	**(64.992.247)**	**(102.416.275)**	**(55.956.260)**
Operações de Captação no Mercado	(60.881.308)	(101.077.164)	(42.875.452)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.110.939)	(1.339.111)	(13.080.808)
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	**24.808.156**	**52.197.294**	**39.770.185**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	**(5.732.324)**	**(12.215.669)**	**(3.864.631)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.364.085)	(13.397.107)	(5.584.648)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	631.761	1.181.438	1.720.017
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**19.075.832**	**39.981.625**	**35.905.554**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(4.138.995)**	**(10.768.127)**	**(8.652.286)**
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.923.627	16.467.710	18.744.739
Despesas de Pessoal	(6.694.066)	(13.317.053)	(12.093.760)
Outras Despesas Administrativas	(7.617.924)	(14.173.195)	(13.073.605)
Despesas de Provisões	(1.127.060)	(2.683.753)	(2.890.095)
Provisões Cíveis	(143.509)	(299.411)	(346.844)
Provisões Trabalhistas	(1.102.042)	(2.268.968)	(2.468.411)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	118.491	(115.374)	(74.840)
Despesas Tributárias	(1.987.267)	(4.255.429)	(3.996.459)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	5.602.743	7.655.858	7.701.892
Outras Receitas Operacionais	284.049	700.803	760.790
Outras Despesas Operacionais	(523.097)	(1.163.068)	(3.805.788)
Resultado Operacional	**14.936.837**	**29.213.498**	**27.253.268**
Resultado não Operacional	**108.218**	**618.729**	**192.717**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**15.045.055**	**29.832.227**	**27.445.985**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**907.265**	**(2.290.256)**	**(6.472.223)**
Devidos sobre Operações do Período	789.157	(803.964)	(2.389.228)
Referentes a Diferenças Temporárias	118.108	(1.486.292)	(4.082.995)
Participações no Lucro	**(71.808)**	**(136.563)**	**(112.066)**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**15.880.512**	**27.405.408**	**20.861.696**
Lucro / (Prejuízo) por Ação - Básico e Diluído R$			
Ordinárias	2,39	4,12	3,13
Preferenciais	2,39	4,12	3,13
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias	3.390.407.265	3.390.407.265	3.390.407.265
Preferenciais	3.283.608.963	3.283.608.963	3.283.608.963

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**15.880.512**	**27.405.408**	**20.861.696**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	370.647	324.566	(2.035.065)
Variação de Valor Justo	868.268	769.515	(3.203.489)
Efeito Fiscal	(337.349)	(171.157)	1.464.678
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	52.387	657.699	941.404
Efeito Fiscal	(23.575)	(295.965)	(470.702)
Investidas	(189.084)	(635.526)	(766.956)
Hedge	298.708	54.044	68.452
Hedge de Fluxo de Caixa	297.834	74.692	469.327
Variação de Valor Justo	460.425	285.119	691.961
Efeito Fiscal	(218.966)	(135.595)	(329.079)
Investidas	56.375	(74.832)	106.445
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	874	(20.648)	(400.875)
Variação de Valor Justo	8.417	7.440	(678.849)
Efeito Fiscal	(4.058)	(3.901)	323.361
Investidas	(3.485)	(24.187)	(45.387)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	(25.807)	(31.644)	39.752
Remensurações	(45.743)	(52.713)	42.033
Efeito Fiscal	20.584	23.707	(16.785)
Investidas	(648)	(2.638)	14.504
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	(466.978)	(2.614.605)	37.557
Variação de Valor Justo	(577.706)	(969.626)	(257.037)
Investidas	110.728	(1.644.979)	294.594
Total de Outros Resultados Abrangentes	**176.570**	**(2.267.639)**	**(1.889.304)**
Total do Resultado Abrangente	**16.057.082**	**25.137.769**	**18.972.392**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**25.216.883**	**25.172.029**	**10.713.274**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	15.880.512	27.405.408	20.861.696
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	9.336.371	(2.233.379)	(10.148.422)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.364.085	13.397.107	5.584.648
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	109.274	643.956	916.963
Depreciações e Amortizações	1.844.824	3.682.930	3.128.878
Amortização de Ágio	70.845	206.250	135.068
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do *Hedge*)	2.556.550	4.742.480	6.921.408
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(37.979)	(358.352)	(170.377)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	397.148	862.335	463.660
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	986.080	2.525.487	2.904.850
Resultado de Participações em Investidas	(5.600.040)	(7.653.149)	(7.583.759)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	7.432.454	(13.406.140)	(16.747.815)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(4.839.509)	(6.962.654)	(5.946.971)
Constituição / (Reversão) de Provisões para Perdas de Bens Não Destinados a Uso	(10.775)	(99.307)	(134.919)
(Ganho) / Perda na Alienação de Investimentos	–.–	347	(60.705)
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens Não Destinados a Uso	(11.668)	33.132	(4.837)
(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado	(29.669)	(28.205)	(1.001)
Outros (Inclui Variação Cambial)	104.751	180.404	446.487
Variação de Ativos e Passivos	**17.943.868**	**56.005.457**	**50.237.881**
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(54.309.371)	(69.053.399)	72.757.278
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)	(20.220.356)	(29.563.887)	20.142.495
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(4.797.059)	(5.355.526)	(20.337.660)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	(3.773.584)	9.644.525	(3.838.724)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(25.408.981)	(56.036.249)	(71.557.103)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(9.871.749)	(32.731.130)	21.251.912
Aumento / (Redução) em Passivos			
Depósitos	22.065.681	(6.237.453)	36.707.528
Captações no Mercado Aberto	78.663.544	86.094.465	(6.647.190)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	45.862.581	108.502.325	4.752.845
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.845.465)	17.916.206	8.030.175
Provisões e Outras Obrigações	(2.219.991)	33.227.618	(10.732.907)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(201.382)	(402.038)	(290.768)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**43.160.751**	**81.177.486**	**60.951.155**
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	2.137.402	9.075.332	5.520.801
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	11.420.923	19.822.731	58.139.553
Recursos do Resgate de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	16.367.109	21.524.657	14.732.509
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(40.374.970)	(60.474.049)	(79.194.462)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(15.669.197)	(34.129.889)	(32.513.004)
Alienação de Investimentos	4.074.729	6.421.980	25.933.098
(Aquisição) de Investimentos	(17.267.042)	(26.454.634)	(38.301.698)
Alienação de Bens Não Destinados a Uso	130.018	233.515	236.621
(Aquisição) de Bens Não Destinados a Uso	(108.289)	(165.056)	(123.029)
Alienação de Imobilizado	449.634	450.160	115.802
(Aquisição) de Imobilizado	(1.430.805)	(1.929.928)	(996.639)
Alienação de Intangível	118	160	2.435
(Aquisição) de Intangível	(2.403.287)	(5.065.599)	(7.133.637)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(42.673.657)**	**(70.690.620)**	**(53.581.650)**
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada	(6.954.579)	(7.069.514)	(26.959)
(Redução) de Capital	–.–	–.–	(88.705)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(7.191.836)	(9.313.536)	(4.488.410)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(14.146.415)**	**(16.383.050)**	**(4.604.074)**
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	**(13.659.321)**	**(5.896.184)**	**2.765.431**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	66.204.240	58.441.103	55.675.672
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	52.544.919	52.544.919	58.441.103
Disponibilidades		10.570.942	13.176.247
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		15.143.289	7.670.805
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		26.830.688	37.594.051

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2022	**69.783.971**	**730.349**	**4.634**	**7.736.117**	**49.593.077**	**(4.311.079)**	–.–	**123.537.069**
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(152)	–.–	–.–	–.–	151	(1)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	18.538	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	18.538
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(870.000)	–.–	–.–	(870.000)
Outros	–.–	–.–	–.–	–.–	808.559	–.–	–.–	808.559
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	176.570	15.880.512	16.057.082
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.880.512	15.880.512
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	370.647	–.–	370.647
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(25.807)	–.–	(25.807)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(466.978)	–.–	(466.978)
Ganhos e Perdas - *Hedge* (1)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	298.708	–.–	298.708
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	797.197	5.030.766	–.–	(5.827.963)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.600.000)	(2.600.000)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(7.452.700)	(7.452.700)
Saldos em 31/12/2022	**69.783.971**	**748.887**	**4.482**	**8.533.314**	**54.562.402**	**(4.134.509)**	–.–	**129.498.547**
Mutações do Período	–.–	**18.538**	**(152)**	**797.197**	**4.969.325**	**176.570**	–.–	**5.961.478**
Saldos em 01/01/2021	**75.925.426**	**792.711**	**4.905**	**6.116.512**	**28.986.437**	**22.434**	–.–	**111.848.425**
Aumento / (Redução) de Capital	(88.705)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(88.705)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(181)	–.–	–.–	–.–	181	–.–
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	(67.623)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(67.623)
Cisão Parcial	(6.052.750)	–.–	–.–	–.–	(3.446.700)	–.–	–.–	(9.499.450)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.889.304)	20.861.696	18.972.392
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	20.861.696	20.861.696
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.035.065)	–.–	(2.035.065)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	39.752	–.–	39.752
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	37.557	–.–	37.557
Ganhos e Perdas - *Hedge* (1)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	68.452	–.–	68.452
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	1.043.070	14.162.271	–.–	(15.205.341)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(976.836)	(976.836)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.679.700)	(4.679.700)
Saldos em 31/12/2021	**69.783.971**	**725.088**	**4.724**	**7.159.582**	**39.702.008**	**(1.866.870)**	–.–	**115.508.503**
Mutações do Período	**(6.141.455)**	**(67.623)**	**(181)**	**1.043.070**	**10.715.571**	**(1.889.304)**	–.–	**3.660.078**
Saldos em 01/01/2022	**69.783.971**	**725.088**	**4.724**	**7.159.582**	**39.702.008**	**(1.866.870)**	–.–	**115.508.503**
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(242)	–.–	–.–	–.–	242	–.–
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	23.799	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	23.799
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(870.000)	–.–	–.–	(870.000)
Outros	–.–	–.–	–.–	–.–	196.176	–.–	–.–	196.176
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.267.639)	27.405.408	25.137.769
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	27.405.408	27.405.408
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	324.566	–.–	324.566
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(31.644)	–.–	(31.644)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.614.605)	–.–	(2.614.605)
Ganhos e Perdas - *Hedge* (1)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	54.044	–.–	54.044
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	1.373.732	15.534.218	–.–	(16.907.950)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.600.000)	(2.600.000)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(7.897.700)	(7.897.700)
Saldos em 31/12/2022	**69.783.971**	**748.887**	**4.482**	**8.533.314**	**54.562.402**	**(4.134.509)**	–.–	**129.498.547**
Mutações do Período	–.–	**23.799**	**(242)**	**1.373.732**	**14.860.394**	**(2.267.639)**	–.–	**13.990.044**

1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO ou empresa) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil financeiro.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determinado pelo BACEN, as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (ITAÚ UNIBANCO).

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, quando aplicável, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings* AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. Além dos seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Aplicações, Captações e Demais Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizados pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

II - Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda -** Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento -** Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

III - Operações de Crédito

Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

IV - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

V - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

NOTA 3 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2022 – Até 365 dias	31/12/2022 – Acima de 365 dias	31/12/2022 – Total	31/12/2021 – Total
Aplicações no Mercado Aberto	**213.393.767**	**50.248**	**213.444.015**	**159.815.337**
Posição Bancada	26.359.434	50.248	26.409.682	13.420.813
Posição Financiada	163.441.316	–.–	163.441.316	136.987.287
Posição Vendida	23.593.017	–.–	23.593.017	9.407.237
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**41.240.492**	**110.048.169**	**151.288.661**	**139.154.819**
Total	**254.634.259**	**110.098.417**	**364.732.676**	**298.970.156**
Total 31/12/2021	**202.821.905**	**96.148.251**	**298.970.156**	

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira, já ajustados aos respectivos valores justos.

	31/12/2022							31/12/2021
		Ajuste ao Valor Justo refletido no:						
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	**240.737.367**	**(190.546)**	**(876.571)**	**239.670.250**	**43,3%**	**96.051.661**	**143.618.589**	**186.130.722**
Letras Financeiras do Tesouro	8.585.770	(235)	(223)	8.585.312	1,6%	6.920.502	1.664.810	2.283.115
Letras do Tesouro Nacional	82.020.720	30.584	5.926	82.057.230	14,8%	39.704.333	42.352.897	61.284.628
Notas do Tesouro Nacional	95.775.539	(206.771)	(748.647)	94.820.121	17,1%	43.749.697	51.070.424	70.911.898
Tesouro Nacional / Securitização	90.429	(242)	21.208	111.395	–.–	–.–	111.395	139.984
Títulos da Dívida Externa Brasileira	54.264.909	(13.882)	(154.835)	54.096.192	9,8%	5.677.129	48.419.063	51.511.097
Títulos Públicos - Outros Países	**39.066.627**	**1.277**	**(83.747)**	**38.984.157**	**7,0%**	**26.132.977**	**12.851.180**	**24.400.190**
Títulos de Empresas	**215.201.981**	**(232.787)**	**621.742**	**215.590.936**	**38,9%**	**96.404.689**	**119.186.247**	**170.982.284**
Ações	12.296.998	(16.830)	(32.298)	12.247.870	2,2%	12.247.870	–.–	5.550.340
Cédula do Produtor Rural	28.981.803	–.–	287.431	29.269.234	5,3%	12.046.182	17.223.052	12.752.783
Certificados de Recebíveis Imobiliários	6.918.166	(18.930)	(119.280)	6.779.956	1,2%	2.321	6.777.635	4.689.150
Cotas de Fundos	71.257.528	(57.233)	1.455.158	72.655.453	13,1%	61.759.543	10.895.910	51.744.333
Direito Creditório	15.872.554	2	–.–	15.872.556	2,9%	4.976.646	10.895.910	10.828.910
Renda Variável no Exterior	1.011.754	(57.653)	–.–	954.101	0,2%	954.101	–.–	619.318
Renda Fixa	54.373.220	418	1.455.158	55.828.796	10,0%	55.828.796	–.–	40.296.105
Debêntures	75.112.271	(18.008)	(931.375)	74.162.888	13,4%	4.460.593	69.702.295	77.601.019
Eurobonds e Assemelhados	8.455.547	(91.141)	(123.607)	8.240.799	1,5%	1.472.334	6.768.465	8.669.652
Letras Financeiras	978.419	(114)	(678)	977.627	0,2%	862.595	115.032	1.139.362
Notas Promissórias e Comerciais	8.402.932	–.–	73.754	8.476.686	1,5%	3.333.545	5.143.141	7.257.098
Outros	2.798.317	(30.531)	12.637	2.780.423	0,5%	219.706	2.560.717	1.578.547
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	**495.005.975**	**(422.056)**	**(338.576)**	**494.245.343**	**89,2%**	**218.589.327**	**275.656.016**	**381.513.196**
Títulos para Negociação	138.094.268	(422.056)	–.–	137.672.212	24,9%	79.851.706	57.820.506	96.311.344
Títulos Disponíveis para Venda	205.421.767	–.–	(338.576)	205.083.191	37,0%	114.023.151	91.060.040	156.037.044
Títulos Mantidos até o Vencimento	151.489.940	–.–	–.–	151.489.940	27,3%	24.714.470	126.775.470	129.164.808
Instrumentos Financeiros Derivativos	**45.431.146**	**14.710.489**	–.–	**60.141.635**	**10,8%**	**35.114.490**	**25.027.145**	**63.226.646**
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	**540.437.121**	**14.288.433**	**(338.576)**	**554.386.978**	**100,0%**	**253.703.817**	**300.683.161**	**444.739.842**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	**(54.852.692)**	**(13.892.925)**	–.–	**(68.745.617)**	**100,0%**	**(44.792.568)**	**(23.953.049)**	**(63.202.882)**

NOTA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vincendas	–.–	–.–	**1.505.949**	**1.455.470**	**1.075.728**	**1.181.594**	**1.405.716**	**1.352.206**	**3.401.487**	**11.378.150**	**9.078.347**
01 a 60	–.–	–.–	106.480	124.047	108.345	122.378	153.458	147.949	391.125	1.153.782	838.230
61 a 90	–.–	–.–	43.396	51.625	45.516	52.360	66.114	63.223	164.311	486.545	427.949
91 a 180	–.–	–.–	118.350	138.530	122.697	142.728	180.072	176.720	450.925	1.330.022	1.026.017
181 a 365	–.–	–.–	183.535	218.360	192.407	225.453	285.971	273.045	710.957	2.089.728	1.722.043
Acima de 365 dias	–.–	–.–	1.054.188	922.908	606.763	638.675	720.101	691.269	1.684.169	6.318.073	5.064.108

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vencidas	–.–	–.–	**180.948**	**230.214**	**259.878**	**316.565**	**585.609**	**959.263**	**3.662.221**	**6.194.698**	**6.242.537**
01 a 60	–.–	–.–	180.948	215.544	139.589	180.553	327.648	275.255	502.533	1.822.070	1.337.928
61 a 90	–.–	–.–	–.–	10.472	107.915	43.250	104.734	185.665	272.978	725.014	495.033
91 a 180	–.–	–.–	–.–	4.198	12.374	90.167	148.377	473.209	990.907	1.719.232	2.553.162
181 a 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.595	4.850	25.134	1.842.728	1.875.307	1.697.318
Acima de 365 dias	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	53.075	53.075	159.096
Subtotal	–.–	–.–	**1.686.897**	**1.685.684**	**1.335.606**	**1.498.159**	**1.991.325**	**2.311.469**	**7.063.708**	**17.572.848**	**15.320.884**
Subtotal 31/12/2021	–.–	–.–	**1.005.429**	**1.320.505**	**1.334.858**	**1.172.899**	**1.463.162**	**3.038.218**	**5.985.813**	**15.320.884**	
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	**285.785.669**	**84.898.083**	**34.565.535**	**11.769.446**	**4.041.984**	**2.153.279**	**1.546.805**	**1.365.830**	**4.685.933**	**430.812.564**	**388.475.396**
01 a 60	40.545.252	17.239.583	8.409.715	1.889.500	711.124	295.138	318.515	152.592	756.517	70.317.936	61.424.408
61 a 90	15.181.424	3.445.823	1.532.736	517.653	185.155	96.949	53.115	49.307	504.153	21.566.315	20.681.378
91 a 180	28.730.389	10.016.518	4.026.484	1.419.393	504.504	305.413	153.311	91.709	1.559.148	46.806.869	41.687.563
181 a 365	37.638.443	14.951.164	5.964.683	2.246.083	734.250	477.398	240.330	429.228	761.344	63.442.923	57.870.927
Acima de 365 dias	163.690.161	39.244.995	14.631.917	5.696.817	1.906.951	978.381	781.534	642.994	1.104.771	228.678.521	206.811.120
Parcelas Vencidas até 14 dias	**1.179.733**	**179.933**	**95.891**	**66.167**	**44.459**	**37.807**	**52.810**	**33.981**	**29.974**	**1.720.755**	**1.040.028**
Subtotal	**286.965.402**	**85.078.016**	**34.661.426**	**11.835.613**	**4.086.443**	**2.191.086**	**1.599.615**	**1.399.811**	**4.715.907**	**432.533.319**	**389.515.424**
Subtotal 31/12/2021	**274.219.962**	**51.266.904**	**26.532.662**	**22.964.672**	**6.564.069**	**1.832.098**	**2.141.625**	**2.121.210**	**1.872.222**	**389.515.424**	
Total da Carteira	**286.965.402**	**85.078.016**	**36.348.323**	**13.521.297**	**5.422.049**	**3.689.245**	**3.590.940**	**3.711.280**	**11.779.615**	**450.106.167**	**404.836.308**
Provisão (2)	**(1.844.083)**	**(908.255)**	**(1.066.840)**	**(1.896.111)**	**(2.366.443)**	**(2.071.688)**	**(2.519.665)**	**(3.711.279)**	**(11.779.615)**	**(28.565.162)**	**(26.247.786)**
Provisão Circulante										**(11.010.214)**	**(9.984.347)**
Provisão Não Circulante										**(17.554.948)**	**(16.263.439)**
	31/12/2021										
Total da Carteira	**274.219.962**	**51.266.904**	**27.538.091**	**24.285.177**	**7.898.927**	**3.004.997**	**3.604.787**	**5.159.428**	**7.858.035**	**404.836.308**	
Provisão (2)	**(1.863.064)**	**(588.947)**	**(1.166.378)**	**(3.042.387)**	**(2.685.112)**	**(1.502.198)**	**(2.500.759)**	**(4.593.096)**	**(7.858.035)**	**(26.247.786)**	

1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou, quando aplicável, de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.
2) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**(26.247.786)**	**(28.638.805)**
Constituição Líquida do Período	**(13.397.107)**	**(5.584.648)**
Mínima	(11.826.623)	(5.937.607)
Garantias Financeiras Prestadas	46.628	(27.344)
Complementar	(1.617.112)	380.303
Write-Off	10.971.675	8.173.261
Outros	108.056	(197.594)
Saldo Final	**(28.565.162)**	**(26.247.786)**
Mínima	(16.737.348)	(15.990.456)
Garantias Financeiras Prestadas	(401.182)	(447.810)
Complementar	(11.426.632)	(9.809.520)

NOTA 6 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Resumo

	31/12/2022					31/12/2021
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos (1)	**253.841.591**	**46.116.832**	**48.280.794**	**404.239.166**	**752.478.383**	**758.715.836**
Captações no Mercado Aberto (1)	**335.452.864**	**8.969.725**	**22.079.910**	**22.044.726**	**388.547.225**	**302.452.760**
Carteira Própria	126.886.133	1.001.185	8.170.735	6.246	136.064.299	101.867.837
Carteira de Terceiros	162.201.165	–.–	–.–	–.–	162.201.165	137.798.549
Carteira de Livre Movimentação	46.365.566	7.968.540	13.909.175	22.038.480	90.281.761	62.786.374

	31/12/2022					31/12/2021
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	**7.275.628**	**21.756.001**	**32.525.113**	**137.856.440**	**199.413.182**	**90.910.857**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	7.055.690	21.134.590	31.380.632	122.008.666	181.579.578	79.420.177
Obrigações por TVM no Exterior	215.291	389.083	834.062	12.074.201	13.512.637	10.733.279
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	4.647	232.328	310.419	3.773.573	4.320.967	757.401
Obrigações por Empréstimos e Repasses (1)	**3.878.422**	**41.571.519**	**19.650.271**	**15.458.801**	**80.559.013**	**62.642.807**
Dívidas Subordinadas - Letras Financeiras (1)	–.–	–.–	–.–	**1.039.098**	**1.039.098**	**6.425.558**
Total	**600.448.505**	**118.414.077**	**122.536.088**	**580.638.231**	**1.422.036.901**	**1.221.147.818**
% por prazo de vencimento	**42,2%**	**8,3%**	**8,6%**	**40,9%**	**100,0%**	
Total 31/12/2021	**560.826.187**	**86.839.320**	**78.507.084**	**494.975.227**	**1.221.147.818**	
% por prazo de vencimento	**45,9%**	**7,1%**	**6,5%**	**40,5%**	**100,0%**	

1) O valor justo do total de Depósitos é de R$ 752.410.336 (R$ 758.621.022 em 31/12/2021), do total de Captações no Mercado Aberto é igual ao valor contábil, do total de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos é de R$ 200.041.672 (R$ 90.829.786 em 31/12/2021), do total de Obrigações por Empréstimos e Repasses é de R$ 80.544.795 (R$ 62.679.061 em 31/12/2021) e do total de Dívidas Subordinadas é igual ao valor contábil.

NOTA 7 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Evento Subsequente

O ITAÚ UNIBANCO reconheceu nas suas Demonstrações Contábeis os impactos provenientes de evento subsequente a data do relatório relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, mas cujas condições creditícias existiam em 31 de dezembro de 2022. Houve reforço na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para cobrir 100% da exposição, gerando um impacto adicional em resultado de R$ 1.306.485 (R$ 718.567, líquidos de impostos).

Banco Itaú Consignado S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022 CNPJ nº 33.885.724/0001-19

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de março de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**34.939.871**	**30.478.889**
Disponibilidades	**2**	**5**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**744.797**	**748.202**
Aplicações no Mercado Aberto	331.963	166.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	412.834	582.201
Títulos e Valores Mobiliários	**83**	**1.212**
Carteira Própria	83	1.212
Operações de Crédito	**33.150.434**	**28.919.247**
Operações com Características de Concessão de Crédito	34.241.483	30.606.475
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.091.049)	(1.687.228)
Outros Créditos	**1.038.728**	**735.240**
Ativos Fiscais Correntes	886	34.704
Ativos Fiscais Diferidos	931.073	521.169
Diversos	106.769	179.367
Outros Valores e Bens	**5.827**	**74.983**
Despesas Antecipadas	5.827	74.983
Permanente	**62.091**	**13.943**
Investimentos	**57.382**	**9.241**
Investimentos em Controladas	57.382	9.241
Imobilizado	**3.777**	**2.899**
Outras Imobilizações	6.554	6.780
(Depreciações Acumuladas)	(2.777)	(3.881)
Intangível	**932**	**1.803**
Ativos Intangíveis	4.366	4.366
(Amortizações Acumuladas)	(3.434)	(2.563)
Total do Ativo	**35.001.962**	**30.492.832**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**33.782.880**	**27.536.440**
Depósitos	**32.066.434**	**26.940.705**
Depósitos Interfinanceiros	32.066.434	26.940.705
Relações Interdependências	**–,–**	**1**
Provisões	**346.616**	**314.891**
Outras Obrigações	**1.369.830**	**280.843**
Obrigações Fiscais Correntes	19.785	69.999
Obrigações Fiscais Diferidas	949	402
Diversas	1.349.096	210.442
Patrimônio Líquido	**1.219.082**	**2.956.392**
Capital Social	1.511.850	1.511.850
Reservas de Lucros	–,–	1.444.542
Lucros / (Prejuízos) Acumulados	(292.768)	–,–
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**35.001.962**	**30.492.832**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	**2.135.428**	**4.289.533**	**4.613.589**
Operações de Crédito	2.088.083	4.209.966	4.556.677
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	47.345	79.567	56.912
Despesas da Intermediação Financeira	**(1.990.991)**	**(3.479.582)**	**(1.688.029)**
Operações de Captação no Mercado	(1.990.991)	(3.479.582)	(1.688.029)
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	**144.437**	**809.951**	**2.925.560**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	**42.652**	**(575.885)**	**(1.200.657)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.249	(624.220)	(1.255.170)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	26.403	48.335	54.513
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**187.089**	**234.066**	**1.724.903**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(653.334)**	**(1.170.047)**	**(1.038.779)**
Receitas de Prestação de Serviços	77	121	171
Despesas de Pessoal	(33.079)	(69.474)	(67.909)
Outras Despesas Administrativas	(312.094)	(599.461)	(566.374)
Despesas de Provisões	(203.243)	(311.403)	(283.208)
Provisões Cíveis	(198.982)	(308.139)	(252.693)
Provisões Trabalhistas	(4.261)	(4.324)	(30.515)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	–,–	1.060	–,–
Despesas Tributárias	(74.041)	(149.093)	(205.380)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	(169)	(859)	(739)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(30.785)	(39.878)	84.660
Resultado Operacional	**(466.245)**	**(935.981)**	**686.124**
Resultado não Operacional	**(10)**	**(11)**	**(464)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**(466.255)**	**(935.992)**	**685.660**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**201.278**	**403.897**	**(318.305)**
Devidos sobre Operações do Período	(4.756)	(5.460)	(337.711)
Referentes a Diferenças Temporárias	206.034	409.357	19.406
Participações no Lucro	**(267)**	**(215)**	**(1.245)**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(265.244)**	**(532.310)**	**366.110**
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações (Ordinárias) - Básico e Diluído R$	**(2,33)**	**(4,68)**	**3,22**
Média Ponderada da Quantidade de Ações (Ordinárias) em Circulação - Básica e Diluída	**113.771.351.874**	**113.771.351.874**	**113.771.351.874**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(265.244)**	**(532.310)**	**366.110**
Total de Outros Resultados Abrangentes	**–,–**	**–,–**	**–,–**
Total do Resultado Abrangente	**(265.244)**	**(532.310)**	**366.110**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2022	**1.511.850**	**–,–**	**–,–**	**(27.524)**	**1.484.326**
Total do Resultado Abrangente	–,–	–,–	–,–	(265.244)	(265.244)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–,–	–,–	–,–	(265.244)	(265.244)
Saldos em 31/12/2022	**1.511.850**	**–,–**	**–,–**	**(292.768)**	**1.219.082**
Mutações do Período	**–,–**	**–,–**	**–,–**	**(265.244)**	**(265.244)**
Saldos em 01/01/2021	**1.514.956**	**99.045**	**1.066.338**	**–,–**	**2.680.339**
Aumento / (Redução) de Capital	(3.106)	–,–	–,–	–,–	(3.106)
Total do Resultado Abrangente	–,–	–,–	–,–	366.110	366.110
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–,–	–,–	–,–	366.110	366.110
Destinações:					
Reservas	–,–	18.305	260.854	(279.159)	–,–
Dividendos	–,–	–,–	–,–	(86.951)	(86.951)
Saldos em 31/12/2021	**1.511.850**	**117.350**	**1.327.192**	**–,–**	**2.956.392**
Mutações do Período	**(3.106)**	**18.305**	**260.854**	**–,–**	**276.053**
Saldos em 01/01/2022	**1.511.850**	**117.350**	**1.327.192**	**–,–**	**2.956.392**
Dividendos	–,–	–,–	(1.205.000)	–,–	(1.205.000)
Total do Resultado Abrangente	–,–	–,–	–,–	(532.310)	(532.310)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–,–	–,–	–,–	(532.310)	(532.310)
Destinações:					
Absorção do Prejuízo	–,–	(117.350)	(122.192)	239.542	–,–
Saldos em 31/12/2022	**1.511.850**	**–,–**	**–,–**	**(292.768)**	**1.219.082**
Mutações do Período	**–,–**	**(117.350)**	**(1.327.192)**	**(292.768)**	**(1.737.310)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**(287.608)**	**9.297**	**1.910.781**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(265.244)	(532.310)	366.110
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	(22.364)	541.607	1.544.671
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.249)	624.220	1.255.170
Depreciações e Amortizações	(2.700)	69	3.503
Tributos Diferidos	(206.034)	(409.357)	(19.406)
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(1.093)	(1.824)	(709)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	1.687	16.563	22.166
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	201.856	311.077	283.208
Resultado de Participações em Investidas	169	859	739
Variação de Ativos e Passivos	**522.064**	**292.689**	**(1.735.615)**
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	112.816	169.367	38.888
Títulos e Valores Mobiliários	(4)	1.129	(41)
Relações Interdependências	(1)	(1)	–,–
Operações de Crédito	(551.463)	(4.855.407)	(957.159)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	181.216	177.396	13.138
Aumento / (Redução) em Passivos			
Depósitos	949.000	5.125.729	(617.521)
Provisões e Outras Obrigações	(169.500)	(270.719)	115.453
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	–,–	(54.805)	(328.373)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**234.456**	**301.986**	**175.166**
Alienação de Investimentos	–,–	–,–	4
(Aquisição) de Investimentos	–,–	(49.000)	(1.492)
(Aquisição) de Imobilizado	(44)	(76)	(93)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(44)**	**(49.076)**	**(1.581)**
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(86.951)	(86.951)	(123.826)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(86.951)**	**(86.951)**	**(123.826)**
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	**147.461**	**165.959**	**49.759**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	184.504	166.006	116.247
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	331.965	331.965	166.006
Disponibilidades		2	5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Posição Bancada		331.963	166.001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Itaú Consignado S.A. (ITAÚ CONSIGNADO ou empresa) tem por objeto a atividade bancária, inclusive a de operações de câmbio, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.

As operações do ITAÚ CONSIGNADO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhe serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings AA-H*), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. Além dos seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Operações de Crédito

As Operações de Crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

NOTA 3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vincendas	**–,–**	**–,–**	**83.916**	**120.857**	**87.198**	**61.610**	**40.625**	**87.127**	**313.196**	**794.529**	**1.325.324**
01 a 60	–,–	–,–	5.171	7.052	5.432	3.571	2.486	4.564	19.801	48.077	81.975
61 a 90	–,–	–,–	2.444	3.394	2.611	1.717	1.191	2.208	9.540	23.105	39.256
91 a 180	–,–	–,–	6.914	9.691	7.439	4.908	3.388	6.342	27.199	65.881	111.325
181 a 365	–,–	–,–	12.218	17.431	13.233	8.761	6.022	11.477	48.411	117.553	198.536
Acima de 365 dias	–,–	–,–	57.169	83.289	58.483	42.653	27.538	62.536	208.245	539.913	894.232
Parcelas Vencidas	**–,–**	**–,–**	**4.539**	**10.690**	**13.148**	**10.210**	**8.424**	**20.274**	**139.537**	**206.822**	**388.354**
01 a 60	–,–	–,–	4.539	7.086	5.629	3.690	2.596	4.754	20.799	49.093	84.698
61 a 90	–,–	–,–	–,–	2.712	2.958	1.559	1.319	2.441	10.871	21.860	40.313
91 a 180	–,–	–,–	–,–	892	4.561	3.670	2.715	6.809	32.168	50.815	104.665
181 a 365	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	1.291	1.794	6.270	56.637	65.992	122.708
Acima de 365 dias	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	–,–	19.062	19.062	35.970
Subtotal	**–,–**	**–,–**	**88.455**	**131.547**	**100.346**	**71.820**	**49.049**	**107.401**	**452.733**	**1.001.351**	**1.713.678**
Subtotal 31/12/2021	**–,–**	**–,–**	**79.910**	**166.104**	**190.821**	**199.271**	**195.312**	**240.366**	**641.894**	**1.713.678**	

Banco Itaú Consignado S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	**270.384**	**31.300.555**	**1.223.319**	**273.835**	**68.650**	**22.654**	**19.351**	**26.837**	**32.401**	**33.237.986**	**28.890.200**
01 a 60	32.118	1.766.287	57.479	14.135	3.858	1.247	1.012	1.374	1.905	1.879.415	1.481.329
61 a 90	1	853.580	28.106	6.900	1.877	609	496	674	932	893.175	734.093
91 a 180	28.305	2.469.988	81.700	19.971	5.366	1.757	1.438	1.962	2.691	2.613.178	2.149.247
181 a 365	44.136	4.461.433	152.172	36.750	9.578	3.174	2.629	3.647	4.890	4.718.409	3.933.479
Acima de 365 dias	165.824	21.749.267	903.862	196.079	47.971	15.867	13.776	19.180	21.983	23.133.809	20.592.052
Parcelas Vencidas até 14 dias	**–.–**	**1.940**	**83**	**55**	**28**	**11**	**6**	**12**	**11**	**2.146**	**2.597**
Subtotal	**270.384**	**31.302.495**	**1.223.402**	**273.890**	**68.678**	**22.665**	**19.357**	**26.849**	**32.412**	**33.240.132**	**28.892.797**
Subtotal 31/12/2021	**167**	**25.462.863**	**2.807.953**	**444.042**	**73.745**	**22.179**	**17.622**	**21.361**	**42.865**	**28.892.797**	
Total da Carteira	**270.384**	**31.302.495**	**1.311.857**	**405.437**	**169.024**	**94.485**	**68.406**	**134.250**	**485.145**	**34.241.483**	**30.606.475**
Provisão (2)	**–.–**	**(245.968)**	**(39.328)**	**(40.535)**	**(50.702)**	**(47.241)**	**(47.883)**	**(134.247)**	**(485.145)**	**(1.091.049)**	**(1.687.228)**
Provisão Circulante										**(448.947)**	**(734.273)**
Provisão Não Circulante										**(642.102)**	**(952.955)**
	31/12/2021										
Total da Carteira	**167**	**25.462.863**	**2.887.863**	**610.146**	**264.566**	**221.450**	**212.934**	**261.727**	**684.759**	**30.606.475**	
Provisão (2)	**(1)**	**(254.038)**	**(86.575)**	**(61.001)**	**(79.364)**	**(110.720)**	**(149.049)**	**(261.721)**	**(684.759)**	**(1.687.228)**	

1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou, quando aplicável, de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência. 2) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**(1.687.228)**	**(1.349.629)**
Constituição Líquida do Período	(624.220)	(1.255.170)
Mínima	(818.941)	(1.184.002)
Complementar	194.721	(71.168)
Write-Off	1.220.399	917.571
Saldo Final	**(1.091.049)**	**(1.687.228)**
Mínima	(840.366)	(1.241.824)
Complementar	(250.683)	(445.404)

Hipercard Banco Múltiplo S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022

CNPJ Nº 03.012.230/0001-69

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
• https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de março de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**15.127.850**	**18.004.127**
Disponibilidades	**1.753**	**1.894**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.721.680**	**5.571.413**
Aplicações no Mercado Aberto	1.721.680	5.571.413
Títulos e Valores Mobiliários	**3.887**	**22.906**
Carteira Própria	3.859	22.881
Vinculados a Prestação de Garantias	28	25
Relações Interfinanceiras	**56.619**	**53.017**
Depósitos no Banco Central do Brasil	364	322
Correspondentes	56.255	52.695
Operações de Crédito e Outros Créditos	**12.409.323**	**11.266.776**
Operações com Características de Concessão de Crédito	13.631.480	12.091.109
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.222.157)	(824.333)
Outros Créditos	**923.038**	**1.074.857**
Ativos Fiscais Correntes	99.038	146.739
Ativos Fiscais Diferidos	605.069	693.381
Diversos	218.931	234.737
Outros Valores e Bens	**11.550**	**13.264**
Despesas Antecipadas	11.550	13.264
Permanente	**215.198**	**199.744**
Investimentos	**213.314**	**197.275**
Investimentos em Coligadas	213.314	197.275
Outros Investimentos	–.–	1.135
(Provisões para Perdas)	–.–	(1.135)
Imobilizado	**1.566**	**2.025**
Outras Imobilizações	81.002	80.993
(Depreciações Acumuladas)	(79.436)	(78.968)
Intangível	**318**	**444**
Ativos Intangíveis	629	629
(Amortizações Acumuladas)	(311)	(185)
Total do Ativo	**15.343.048**	**18.203.871**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante	**12.354.483**	**13.194.621**
Depósitos	**1.260.644**	**3.314.313**
Depósitos à Vista	20.150	16.702
Depósitos Interfinanceiros	1.240.494	3.297.611
Relações Interdependências	**21**	–.–
Relações Interfinanceiras	**8.083.045**	**6.468.331**
Transações de Pagamentos	8.083.045	6.468.331
Provisões para Compromissos de Empréstimos	**89.890**	**352.715**
Provisões	**173.161**	**157.181**
Outras Obrigações	**2.747.722**	**2.902.081**
Obrigações Fiscais Correntes	46.964	20.614
Obrigações Fiscais Diferidas	10.620	9.088
Diversas	2.690.138	2.872.379
Patrimônio Líquido	**2.988.565**	**5.009.250**
Capital Social	2.453.835	2.953.835
Reservas de Capital	9.554	9.554
Reservas de Lucros	525.176	2.045.861
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**15.343.048**	**18.203.871**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	**850.049**	**1.754.729**	**1.208.081**
Operações de Crédito e Outros Créditos	651.722	1.242.741	960.379
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	198.327	511.988	247.702
Despesas da Intermediação Financeira	**(165.994)**	**(345.607)**	**(147.798)**
Operações de Captação no Mercado	(164.777)	(342.907)	(147.798)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.217)	(2.700)	–.–
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	**684.055**	**1.409.122**	**1.060.283**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	**(561.219)**	**(934.578)**	**(873.878)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(581.403)	(969.590)	(907.181)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	20.184	35.012	33.303
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**122.836**	**474.544**	**186.405**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**97.693**	**173.663**	**115.497**
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	495.566	975.036	887.504
Despesas de Pessoal	(19)	(124)	(73)
Outras Despesas Administrativas	(205.515)	(348.786)	(366.430)
Despesas de Provisões	(13.051)	(22.141)	(19.103)
Provisões Cíveis	(8.285)	(14.411)	(11.829)
Provisões Trabalhistas	(5.763)	(8.518)	(6.910)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	997	788	(364)
Despesas Tributárias	(71.687)	(142.996)	(116.674)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	7.966	16.193	30.333
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(115.567)	(303.519)	(300.060)
Resultado Operacional	**220.529**	**648.207**	**301.902**
Resultado não Operacional	**(8)**	**(24)**	**(12)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**220.521**	**648.183**	**301.890**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.335)**	**(188.703)**	**(110.662)**
Devidos sobre Operações do Período	(49.570)	(98.860)	(6.723)
Referentes a Diferenças Temporárias	47.235	(89.843)	(103.939)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**218.186**	**459.480**	**191.228**
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações - Básico e Diluído R$			
Ordinárias	0,38	0,80	0,33
Preferenciais	0,38	0,80	0,33
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias	429.911.320.728	429.911.320.728	429.911.320.728
Preferenciais	143.618.967.706	143.618.967.706	143.618.967.706

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**218.186**	**459.480**	**191.228**
Total de Outros Resultados Abrangentes	–.–	–.–	–.–
Total do Resultado Abrangente	**218.186**	**459.480**	**191.228**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2022	**2.453.835**	**9.554**	**270.345**	**237.810**	–.–	**2.971.544**
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	218.186	218.186
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	218.186	218.186
Destinações:						
Reservas	–.–	–.–	10.909	6.112	(17.021)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(201.165)	(201.165)
Saldos em 31/12/2022	**2.453.835**	**9.554**	**281.254**	**243.922**	–.–	**2.988.565**
Mutações do Período	–.–	–.–	**10.909**	**6.112**	–.–	**17.021**
Saldos em 01/01/2021	**2.953.835**	**9.554**	**248.719**	**1.607.731**	–.–	**4.819.839**
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	191.228	191.228
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	191.228	191.228
Destinações:						
Reservas	–.–	–.–	9.561	179.850	(189.411)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.817)	(1.817)
Saldos em 31/12/2021	**2.953.835**	**9.554**	**258.280**	**1.787.581**	–.–	**5.009.250**
Mutações do Período	–.–	–.–	**9.561**	**179.850**	–.–	**189.411**
Saldos em 01/01/2022	**2.953.835**	**9.554**	**258.280**	**1.787.581**	–.–	**5.009.250**
Aumento / (Redução) de Capital	(500.000)	–.–	–.–	–.–	–.–	(500.000)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	(1.779.000)	–.–	(1.779.000)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	459.480	459.480
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	459.480	459.480
Destinações:						
Reservas	–.–	–.–	22.974	235.341	(258.315)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(201.165)	(201.165)
Saldos em 31/12/2022	**2.453.835**	**9.554**	**281.254**	**243.922**	–.–	**2.988.565**
Mutações do Período	**(500.000)**	–.–	**22.974**	**(1.543.659)**	–.–	**(2.020.685)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**760.609**	**1.530.674**	**1.187.738**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	218.186	459.480	191.228
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	542.423	1.071.194	996.510
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	581.403	969.590	907.181
Depreciações e Amortizações	287	594	626
Tributos Diferidos	(47.235)	89.843	103.939
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(2.514)	(4.571)	(2.096)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	6.964	11.566	3.435
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	11.484	20.365	19.675
Resultado de Participações em Investidas	(7.966)	(16.193)	(30.333)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	–.–	–.–	(5.917)
Variação de Ativos e Passivos	**(2.645.646)**	**(3.100.010)**	**(1.265.595)**
(Aumento) / Redução em Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	1.721	19.019	(924)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(34)	(42)	(37)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	952.127	1.611.175	2.096.704
Operações de Crédito e Outros Créditos	(856.088)	(2.112.137)	(2.155.980)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	27.127	69.659	(67.198)
Aumento / (Redução) em Passivos			
Depósitos	(2.234.768)	(2.053.669)	139.936
Provisões e Outras Obrigações	(448.584)	(529.662)	(1.239.697)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(87.147)	(104.353)	(38.399)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(1.885.037)**	**(1.569.336)**	**(77.857)**
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	288	288	–.–
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	–.–	–.–	5.917
(Aquisição) de Imobilizado	–.–	(9)	(157)
(Aquisição) de Intangível	–.–	–.–	(255)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**288**	**279**	**5.505**
(Redução) de Capital	(500.000)	(500.000)	–.–
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.780.817)	(1.780.817)	(1.389)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(2.280.817)**	**(2.280.817)**	**(1.389)**
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.165.566)**	**(3.849.874)**	**(73.741)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5.888.999	5.573.307	5.647.048
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.723.433	1.723.433	5.573.307
Disponibilidades	–.–	1.753	1.894
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	–.–	1.721.680	5.571.413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Hipercard Banco Múltiplo S.A. (HIPERCARD ou empresa) é uma sociedade anônima que tem por objeto a prática de operações e serviços bancários em geral, inclusive câmbio, permitidas aos bancos múltiplos, podendo, também, participar de outras sociedades, bem como prestar serviços de gestão de pagamentos por meio da emissão e administração de cartão de crédito.

As operações do HIPERCARD são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (*Ratings* AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. Além dos seguintes aspectos:

• Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.
• Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Operações de Crédito

As Operações de Crédito e Outros Créditos são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

II - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

• As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.
• Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

III - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os produtos ou serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses produtos ou serviços. As principais receitas referem-se a Cartões de Crédito, que correspondem (i) às taxas cobradas pelo processamento das operações realizadas com cartões; às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito, reconhecidas quando tais serviços são prestados; e (ii) administração de Programas de Recompensas, reconhecida no resgate ou expiração dos pontos.

NOTA 3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vincendas	–.–	–.–	**351**	**2.676**	**6.354**	**4.951**	**3.450**	**5.463**	**27.493**	**50.738**	**25.127**
01 a 60	–.–	–.–	75	485	657	491	311	434	3.156	5.609	3.060
61 a 90	–.–	–.–	26	202	293	222	139	197	1.364	2.443	1.756
91 a 180	–.–	–.–	57	500	761	575	378	542	3.548	6.361	3.679
181 a 365	–.–	–.–	69	648	1.181	933	614	889	5.304	9.638	5.585
Acima de 365 dias	–.–	–.–	124	841	3.462	2.730	2.008	3.401	14.121	26.687	11.047
Parcelas Vencidas	–.–	–.–	**46.006**	**60.307**	**94.981**	**110.981**	**72.690**	**83.345**	**760.143**	**1.228.453**	**796.045**
01 a 60	–.–	–.–	46.006	60.307	3.463	16.553	3.558	1.957	9.641	141.485	101.976
61 a 90	–.–	–.–	–.–	–.–	91.518	3.731	28.142	3.870	9.114	136.375	95.576
91 a 180	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	90.697	40.990	77.518	181.403	390.608	245.862
181 a 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	559.985	559.985	352.615
Acima de 365 dias	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	16
Subtotal	–.–	–.–	**46.357**	**62.983**	**101.335**	**115.932**	**76.140**	**88.808**	**787.636**	**1.279.191**	**821.172**
Subtotal 31/12/2021	–.–	–.–	**32.238**	**50.673**	**75.444**	**96.539**	**75.408**	**88.898**	**401.972**	**821.172**	

Hipercard Banco Múltiplo S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

	31/12/2022										31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	**708**	**10.581.632**	**1.187.955**	**151.558**	**71.114**	**67.287**	**46.170**	**41.968**	**135.137**	**12.283.529**	**11.215.285**
01 a 60	565	5.608.072	563.612	64.523	19.762	24.928	13.823	11.714	58.072	6.365.071	5.736.921
61 a 90	35	1.332.316	142.377	13.971	5.372	5.257	3.588	2.891	12.757	1.518.564	1.361.741
91 a 180	63	2.316.686	276.595	26.930	11.245	10.334	7.189	5.996	22.326	2.677.364	2.432.551
181 a 365	38	1.243.720	175.814	23.387	11.489	9.150	6.608	6.128	15.955	1.492.289	1.482.997
Acima de 365 dias	7	80.838	29.557	22.747	23.246	17.618	14.962	15.239	26.027	230.241	201.075
Parcelas Vencidas até 14 dias	**3**	**55.600**	**8.256**	**1.078**	**673**	**637**	**558**	**350**	**1.605**	**68.760**	**54.652**
Subtotal	**711**	**10.637.232**	**1.196.211**	**152.636**	**71.787**	**67.924**	**46.728**	**42.318**	**136.742**	**12.352.289**	**11.269.937**
Subtotal 31/12/2021	**910**	**10.153.800**	**731.337**	**142.407**	**48.205**	**40.738**	**23.805**	**19.868**	**108.867**	**11.269.937**	
Total da Carteira	**711**	**10.637.232**	**1.242.568**	**215.619**	**173.122**	**183.856**	**122.868**	**131.126**	**924.378**	**13.631.480**	**12.091.109**
Provisão (2)		**(137.598)**	**(12.486)**	**(6.548)**	**(17.322)**	**(60.348)**	**(61.434)**	**(91.933)**	**(924.378)**	**(1.312.047)**	**(1.177.048)**
Provisão Circulante										**(1.241.460)**	**(1.145.373)**
Provisão Não Circulante										**(70.587)**	**(31.675)**
	31/12/2021										
Total da Carteira	**910**	**10.153.800**	**763.575**	**193.080**	**123.649**	**137.277**	**99.213**	**108.766**	**510.839**	**12.091.109**	
Provisão (2)	**(82)**	**(50.964)**	**(326.681)**	**(16.201)**	**(16.493)**	**(69.820)**	**(77.213)**	**(108.755)**	**(510.839)**	**(1.177.048)**	

1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou, quando aplicável, de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.
2) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**(1.177.048)**	**(1.017.754)**
Constituição Líquida do Período	(969.590)	(907.181)
Mínima	(1.302.421)	(704.267)
Complementar	332.831	(202.914)
Write-Off	834.591	747.887
Saldo Final	**(1.312.047)**	**(1.177.048)**
Mínima	(1.222.157)	(754.327)
Complementar	(89.890)	(422.721)

FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO NOSSA SENHORA DA PENHA S.A.

CNPJ/MF nº 49.912.199/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que determinam os Estatutos e de conformidade com a exigência legal, esta administração tem a satisfação de apresentar aos Senhores Acionistas, para o necessário exame e consequente deliberação, o **Balanço Patrimonial** e as **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas,** relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Itapira, 03/03/2023

A Administração

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.830	33.265	109.789	47.709
Clientes	5	268.277	218.308	350.815	306.669
Bens a venda		–	889	–	889
Impostos antecipados a compensar	6	17.264	20.470	30.745	31.257
Estoques	7	86.444	68.696	164.647	144.120
Outros (adiantamentos diversos)	8	10.400	28.504	14.774	34.401
		473.215	**370.132**	**670.770**	**565.045**
Não circulante					
Depósitos judiciais		5.106	6.739	9.957	10.766
Outros		–	175	–	175
		5.106	**6.914**	**9.957**	**10.941**
Imobilizado	9	96.777	108.459	284.454	222.097
Intangível	10	27.583	27.343	28.171	23.847
Investimentos	11	988.219	709.575	79	50
		1.112.579	**845.377**	**312.704**	**245.994**
Total do ativo		**1.590.900**	**1.222.423**	**993.431**	**821.980**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		130.935	96.558	122.130	85.976
Encargos sociais e de previdência		11.556	10.602	21.537	19.391
Tributos	12	14.935	15.599	30.934	31.809
Empréstimos contratuais	13	2.861	19.898	22.988	67.237
Financiamento máquinas	13	11.952	13.162	12.104	14.602
Títulos e contas		2.350	3.994	7.089	5.559
Dividendos obrigatórios		60.394	30.562	60.394	30.562
Outros (outras contas a pagar)		6.539	5.570	7.662	6.716
		241.522	**195.945**	**284.838**	**261.852**
Não circulante					
Empréstimos contratuais	13	–	2.857	–	21.025
Financiamento máquinas	13	12.221	24.971	12.221	25.123
Tributos	12	23.105	26.708	26.891	30.722
Provisões		1.712	201	5.977	2.455
Títulos e contas		641.496	487.273	–	–
Outros (empréstimos acionistas)		20.688	15.180	20.688	15.180
		699.222	**557.190**	**65.777**	**94.505**
Patrimônio líquido	14				
Capital social		350.000	210.000	350.000	209.997
Reserva de lucros		300.156	259.288	292.816	255.626
		650.156	**469.288**	**642.816**	**465.623**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.590.900**	**1.222.423**	**993.431**	**821.980**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

			Reservas				
	Capital	**Resultado do Exercício**	**Reserva Legal**	**Reserva Lucros**	**Reserva Subvenção**	**Ações em Tesouraria**	**Total**
Saldos em 31.12.2020	**190.000**	**–**	**18.536**	**163.849**	**12.572**	**(205)**	**384.752**
Aumento de capital	20.000	–	–	(20.000)	–	–	–
Ações em tesouraria	–	–	–	–	–	(70)	(70)
Dividendos obrigatórios	–	(30.562)	–	–	–	–	(30.562)
Reversão de dividendos	–	–	–	(10.001)	–	–	(10.001)
Reserva legal	–	(6.113)	6.113	–	–	–	–
Reserva subvenção	–	(2.920)	–	–	2.920	–	–
Reserva de lucros	–	(85.574)	–	85.574	–	–	–
Resultado do exercício	–	125.169	–	–	–	–	125.169
Saldos em 31.12.2021	**210.000**	**–**	**24.649**	**219.422**	**15.492**	**(275)**	**469.288**
Aumento de capital	140.000	–	–	(140.000)	–	–	–
Ações em tesouraria	–	–	–	–	–	(20)	(20)
Dividendos obrigatórios	–	(60.394)	–	–	–	–	(60.394)
Reversão de dividendos	–	–	–	(293)	–	–	(293)
Reserva legal	–	(12.079)	12.079	–	–	–	–
Reserva subvenção	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucros	–	(169.102)	–	169.102	–	–	–
Resultado do exercício	–	241.575	–	–	–	–	241.575
Saldos em 31.12.2022	**350.000**	**–**	**36.728**	**248.231**	**15.492**	**(295)**	**650.156**

*** Não possui acionistas não controladores**

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas líquidas de vendas	15	1.045.511	988.646	1.393.528	1.340.225
Custo dos produtos vendidos	16	(951.970)	(919.190)	(1.061.232)	(1.020.734)
Lucro bruto		**93.541**	**69.456**	**332.296**	**319.491**
Administrativas		(52.941)	(53.714)	(109.608)	(95.633)
Vendas		(36.514)	(32.526)	(45.162)	(39.923)
Despesas tributárias		(1.911)	(1.954)	(6.579)	(6.151)
Demais despesas		(4.732)	(3.927)	(7.001)	(7.557)
Demais receitas	17	5.302	4.873	107.917	105.455
Despesas e receitas operacionais		**(90.796)**	**(87.248)**	**(60.433)**	**(43.809)**
Lucro operacional		**2.745**	**(17.792)**	**271.863**	**275.682**
Despesas financeiras		(12.462)	(10.989)	(24.181)	(23.663)
Receitas financeiras		21.020	6.263	22.001	6.865
Equivalência patrimonial	11	204.951	188.548	–	–
Outros resultados operacionais		37.877	772	41.612	1.316
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**254.131**	**166.802**	**311.295**	**260.200**
Imposto de renda e contribuição social	18	(12.556)	(41.633)	(76.951)	(138.584)
Lucro do exercício		**241.575**	**125.169**	**234.344**	**121.616**
Lucro (lote 1000 ações)		**10.154**	**5.261**	**9.850**	**5.112**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	241.575	125.169	234.344	121.616
Ajustes por:				
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	2.023
Depreciação/Amortização	12.603	10.825	38.626	20.887
Baixas líquidas do ativo permanente	31.849	1.658	40.186	1.897
Resultado de equivalência patrimonial	(204.951)	(188.548)	–	–
	81.076	**(50.896)**	**313.156**	**146.423**
Variação nas contas a receber de clientes e outros	(29.319)	(75.574)	(22.978)	(122.413)
Variação impostos a compensar	3.206	79.405	512	97.207
Variação nos encargos sociais e previdência	954	(563)	2.146	1.836
Variação em tributos a recolher	(4.267)	4.028	(4.706)	5.449
Encargos financeiros s/empréstimos	980	4.069	6.767	9.874
Variação nos estoques	(17.748)	(17.271)	(20.527)	(58.425)
Variação em contas a pagar - fornecedores	194.944	157.352	47.660	18.963
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**229.826**	**100.550**	**322.030**	**98.914**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimento em controladas/Terceiros consolidado	(73.541)	(16.308)	(27)	–
Compra de ativo imobilizado	(33.010)	(26.979)	(141.606)	(50.114)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(106.551)**	**(43.287)**	**(141.633)**	**(50.114)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			–	–
Recebimento por empréstimos	–	34.079	–	158.579
Pagamento de empréstimos	(34.835)	(48.832)	(87.442)	(175.632)
Aquisição de ações em tesouraria	(20)	(70)	(20)	(70)
Dividendos pagos	(30.855)	(17.015)	(30.855)	(17.015)
Aumento de capital	–	–	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(65.710)**	**(31.838)**	**(118.317)**	**(34.138)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**57.565**	**25.425**	**62.080**	**14.662**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.265	7.840	47.709	33.047
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	90.830	33.265	109.789	47.709
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**57.565**	**25.425**	**62.080**	**14.662**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional: A Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A. ("Companhia") e suas controladas tem como atividade, a produção de embalagens de papelão ondulado, folhas de papelão ondulado, papel miolo, papel capa, papel testliner, papeis especiais e transporte de cargas. As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da empresa e apresentadas de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e regulamentadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **2. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram: **(a) Moeda Funcional:** A moeda funcional adotada pela Companhia e de apresentação das demonstrações contábeis é o real. **(b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência. **(c) Ativos circulantes e não circulantes:** Os saldos de clientes são demonstrados pelo valor atualizado, quando aplicável, até a data do balanço, com base em variações monetárias ou cambiais. Estes saldos, quando aplicável, são ajustados a valor presente com base na taxa média do CDI. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização dos créditos. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **(d) Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados de acordo com o método de equivalência patrimonial, e com as disposições da Deliberação CVM nº 118, de 03 de junho de 2022. **(e) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações de bens do imobilizado foram calculadas com base no método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9 as quais levam em consideração o prazo de vida útil fiscal dos bens. **(f) Empréstimos e financiamentos:** Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício. (Nota Explicativa 13). **(g) Demais passivos circulantes e não circulantes (exceto contingências):** Os demais passivos circulantes e não circulantes (exceto contingências) são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas. **(h) Provisões para contingências:** Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço de acordo com o CPC 25. **(i) Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor junto no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados na categoria de "Recebíveis". São incluídos nessa categoria as aplicações financeiras e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se com taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação. Passivos financeiros; Os passivos financeiros estão classificados na categoria de "Empréstimos e financiamentos". Os empréstimos e financiamentos são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. **(j) Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Receita da Companhia é oriunda da venda de embalagens e folhas de papelão ondulado, sendo contabilizada de acordo com as especificidades do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **(k) Mensuração do valor justo:** Valor Justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Companhia utilizou o valor justo nos instrumentos financeiros e no reconhecimento de receitas. **(l) Uso de estimativas, julgamentos e premissas contábeis:** Na preparação dessas demonstrações financeiras a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis que afetam a aplicação de suas políticas contábeis, e valores reportados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua e são reconhecidas prospectivamente. A Companhia efetua estimativas para: 1) provisão para demandas judiciais e administrativas; 2) perdas esperadas de contas a receber; 3) perdas com estoques obsoletos; 4) imposto de renda e contribuição social diferida; etc. **3. Consolidação:** Controladas são todas as entidades nas quais, a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Os valores são registrados pelos seus valores nominais e acrescidos de juros quando aplicável. As aplicações financeiras têm liquidez diária e são remuneradas pelo CDI entre 96% a 105%.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e Bancos	6.554	10.168	25.512	24.612
Aplicações Financeiras	84.276	23.097	84.277	23.097
	90.830	**33.265**	**109.789**	**47.709**

5. Clientes

A conta de clientes está registrando a totalidade dos valores a receber pelo fornecimento de mercadoria, esses valores foram registrados de acordo com as notas emitidas até 31/12/2022. A Provisão para Devedores Duvidosos é constituída com base em análise individual dos créditos em abertos e é considerada suficiente pela Administração. Em 2022 a Administração julgou não ser necessário gerar uma provisão.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Duplicatas a receber	268.277	218.523	350.815	306.884
Provisão devedores duvidosos	–	(215)	–	(215)
	268.277	**218.308**	**350.815**	**306.669**

Clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Vencidos até 30 dias	4.641	6.415	6.374	12.767
Vencidos de 31 a 90 dias	813	1.252	1.157	1.722
Vencidos de 91 a 180 dias	68	199	68	297
Vencidos de 181 a 360 dias	86	3	86	3
Vencidos há mais de 360 dias	1.058	–	1.433	86
	6.666	7.869	9.118	14.875
A vencer	261.611	210.654	341.697	292.009
	268.277	**218.523**	**350.815**	**306.884**

6. Impostos a compensar: O saldo de Pis/Cofins e ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com os valores a recolher dos mesmos tributos no curto prazo. O Crédito Habilitado da Cofins foi utilizado para compensação com outros impostos Federais. Os valores de IR e CS são oriundos de base negativa e estão previstos para compensação com outros impostos federais.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
ICMS	1.234	942	10.040	7.788
PIS/COFINS	9.435	5.322	12.887	7.817
IR/CS	6.450	6.741	7.638	8.152
Crédito Habilitado - COFINS	–	7.320	–	7.320
OUTROS	145	145	180	180
	17.264	**20.470**	**30.745**	**31.257**

7. Estoques: Os produtos Acabados e em Elaboração, são avaliados pelo custo de produção, o de matéria prima pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização ou reposição. No demonstrativo consolidado está sendo excluído o lucro não realizado nas operações intercompany.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Matéria-Prima	52.131	35.830	89.808	69.702
Produtos Acabados	3.776	9.588	10.300	19.352
Produtos em Elaboração	4.751	2.773	5.436	4.036
Almoxarifado	25.786	20.819	66.356	54.575
Revenda	–	–	90	395
Lucro Não Realizado sobre Estoque	–	–	(7.343)	(3.553)
Margem Negativa sobre Estoques	–	(314)	–	(387)
	86.444	**68.696**	**164.647**	**144.120**

8. Adiantamentos diversos: Conta representa por adiantamentos feitos a terceiros, sendo que R$ 3,609 MI é derivado de adiantamento para fornecedor estrangeiro e despachantes aduaneiros, especificamente a importação em andamento de novo equipamento pela Controladora. Processo previsto de encerramento no quarto trimestre de 2023, sendo seu valor distribuído adequadamente as contas contábeis vinculadas ao projeto.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Adiantamentos Fornecedores Nacionais	4.696	661	7.637	3.289
Adiantamentos de Importação	3.609	25.686	3.609	25.736
Outros	2.095	2.157	3.528	5.376
	10.400	**28.504**	**14.774**	**34.401**

9. Imobilizado:

Controladora

Descrição	**31/12/2020**	**Adições**	**Depreciações**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2021**
Terrenos	1.827	10.316	–	(1.146)	–	10.997
Prédios	8.735	–	(681)	–	2.546	10.600
Benfeitorias	268	–	(27)	–	411	652
Ferramentas	286	68	(33)	–	–	321
Instalações	2.961	4	(364)	–	2.890	5.491
Máquinas, aparelhos e equipamentos	55.765	491	(8.148)	(213)	11.916	59.811
Móveis e utensílios	747	129	(127)	–	192	941
Veículos	2.320	169	(487)	(103)	1.159	3.058
Imobilizações em andamento	18.921	14.499	–	–	(16.832)	16.588
Floresta de bambu	**91.830**	**25.676**	**(9.867)**	**(1.462)**	**2.282**	**108.459**

Descrição	**31/12/2021**	**Adições**	**Depreciações**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Terrenos	10.997	322	–	(317)	–	11.002
Prédios	10.600	750	(811)	(3.335)	–	7.204
Benfeitorias	652	–	(30)	(498)	22	146
Ferramentas	321	127	(29)	(165)	–	254
Instalações	5.491	–	(622)	(2.660)	5.359	7.568
Máquinas, aparelhos e equipamentos	59.811	1.005	(9.666)	(21.732)	35.103	64.521
Móveis e utensílios	941	332	(127)	(271)	146	1.021
Veículos	3.058	–	(432)	(1.978)	526	1.174
Imobilizações em andamento	16.588	29.578	–	(762)	(41.517)	3.887
Floresta de bambu	–	–	–	–	–	–
	108.459	**32.114**	**(11.717)**	**(31.718)**	**(361)**	**96.777**

Consolidado

Descrição	**31/12/2020**	**Adições**	**Depreciações**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2021**
Terrenos	11.971	10.316	–	(1.146)	–	21.141
Prédios	20.155	–	(1.441)	–	2.548	21.262
Benfeitorias	3.395	–	(233)	–	4.604	7.766
Ferramentas	477	156	(68)	–	–	565
Instalações	4.679	–	(668)	–	3.858	7.869
Máquinas, aparelhos e equipamentos	90.243	745	(15.857)	(222)	16.440	91.349
Móveis e utensílios	1.362	523	(257)	(35)	193	1.786
Veículos	4.360	169	(1.182)	(103)	2.750	5.994
Imobilizações em andamento	43.936	34.849	–	(35)	(28.291)	50.459
Floresta de bambu	12.313	8.179	–	(6.586)	–	13.906
	192.891	**54.937**	**(19.706)**	**(8.127)**	**2.102**	**222.097**

Descrição	**31/12/2021**	**Adições**	**Depreciações**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Terrenos	21.141	673	–	(317)	–	21.497
Prédios	21.262	11.903	(2.613)	(3.418)	240	27.374
Benfeitorias	7.766	40	(706)	(498)	4.449	11.051
Ferramentas	565	647	(145)	(175)	135	1.027
Instalações	7.869	689	(1.394)	(2.763)	12.183	16.584
Máquinas, aparelhos e equipamentos	91.349	46.347	(28.989)	(21.736)	52.556	139.527
Móveis e utensílios	1.786	1.731	(449)	(328)	273	3.013
Veículos	5.994	3.853	(2.991)	(2.954)	7.805	11.707
Imobilizações em andamento	50.459	61.877	–	(762)	(78.198)	33.376
Floresta de bambu	13.906	12.496	–	(7.104)	–	19.298
	222.097	**140.256**	**(37.287)**	**(40.055)**	**(557)**	**284.454**

10. Ativo intangível: A empresa possuía registrado na conta de investimento um saldo de R$ 26.300 oriundo de Ágio na aquisição da Penha Papéis e Embalagens Ltda. no decorrer de 2021 esse valor foi reclassificado para a conta de ativo intangível.

Controladora

Descrição	**31/12/2020**	**Adições**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2021**
Software	790	1.106	(957)	–	104	1.043
Ágio Investimento	–	26.300	–	–	–	26.300
	790	**27.406**	**(957)**	–	**104**	**27.343**

Descrição	**31/12/2021**	**Adições**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Software	1.043	896	(886)	(131)	361	1.283
Ágio Investimento	26.300	–	–	–	–	26.300
	27.343	**896**	**(886)**	**(131)**	**361**	**27.583**

Consolidado

Descrição	**31/12/2020**	**Adições**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2021**
Software	924	1.396	(1.173)	–	287	1.434
Ágio Investimento	–	26.300	–	–	(3.887)	22.413
	924	**27.696**	**(1.173)**	–	**(3.600)**	**23.847**

Descrição	**31/12/2021**	**Adições**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Software	1.434	1.350	(1.339)	(131)	557	1.871
Ágio Investimento	22.413	–	–	–	3.887	26.300
	23.847	**1.350**	**(1.339)**	**(131)**	4.444	**28.171**

11. Investimentos: A empresa mantém investimentos nas empresas relacionadas abaixo mantendo o controle direta ou indiretamente, sobre as quais foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	**Atividade**	**Participação**	**%**	**PL Controlada**	**Participação**	**Equivalência**
Penha Papeis Ltda.	Fabricação de Papel	Direta	99,95%	886.416	886.006	206.254
Depósito de Aparas Ltda.	Comércio de Aparas	Direta	99,92%	8.844	8.837	(777)
Penha Agro Florestal Ltda.	Produção de Bambu	Direta	100,00%	3.447	3.447	(3.421)
Penhapar Participações Ltda.	Sociedade Participação	Direta	100,00%	(2.854)	(2.854)	2.988
Penha Transportes Bahia Ltda.	Transporte Carga	Direta	100,00%	4.621	4.621	129
Penha Papéis Vivida Ltda.	Fabricação de Papel	Direta	100,00%	82.793	82.793	(162)
Penha Papéis e Embalagens Minas Ltda.	Fabr. Embalagens Papelão	Direta	100,00%	5.319	5.319	(60)
Penha Embalagens Bahia Ltda.	Fabr. Embalagens Papelão	**Indireta (Penhapar)**		–	–	–
Total				**988.586**	**988.169**	**204.951**
Outros Investimentos não controlados com participação irrelevante					50	
Total					**988.219**	

12. Tributos:

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
IPI a Recolher	2.490	3.174	5.773	7.282
Pis/Cofins a Recolher	–	–	3.834	3.747
ICMS a Recolher	5.423	7.942	11.168	13.121
Parcelamentos Refis Lei 11941/2009 (A)	–	306	–	306
Parcelamentos Refis Lei 12.996/2014 (B)	3.118	2.903	3.118	2.903
Parcelamentos Refis Lei 13.496/2017 (C)	–	–	623	567
Outras	3.904	1.274	6.418	3.883
	14.935	**15.599**	**30.934**	**31.809**

Passivo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Outras	4.654	6.144	4.654	6.144
Parcelamentos Refis Lei 11941/2009 (A)	–	485	–	485
Parcelamentos Refis Lei 12.996/2014 (B)	18.451	20.079	18.451	20.079
Parcelamentos Refis Lei 13.496/2017 (C)	–	–	3.786	4.014
	23.105	**26.708**	**26.891**	**30.722**

continua→

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$) **da FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO NOSSA SENHORA DA PENHA S.A.**

A) A empresa aderiu em 2009 ao programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários instituído pela Lei 11.941/2009 renunciando a ações judiciais que questionavam o tributo. Os débitos previdenciários foram quitados durante o ano de 2014 e os demais tributos estavam previstos para quitação até 2024 com encargos previstos de acordo com a variação da taxa SELIC, porém como houve compensação de oficio no decorrer do parcelamento, o mesmo foi quitado antecipadamente, sendo finalizado em 2022. B) Em 2014 através da Lei 11.996/2014 houve a reabertura do programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários instituídos inicialmente pela Lei 11.941/2009, a empresa aderiu novamente ao parcelamento, renunciando a ações judiciais e/ou administrativas que questionavam o tributo. Os débitos incluídos são decorrentes de PIS, COFINS E IPI e serão quitados até o ano de 2029 com encargos previstos de acordo com a variação da taxa SELIC. C) A controlada Penha Papéis e Embalagens Ltda. aderiu em 2017 ao programa de regularização tributária PERT Lei 13.946/2017, renunciando a ações judiciais e/ou administrativas que questionavam os tributos. Os débitos serão quitados até o ano de 2030 com encargos previstos de acordo com a variação da taxa SELIC.

13. Empréstimos e financiamentos: A companhia possui empréstimos e financiamentos registrado pelo valor de contratação, e atualizados de acordo com as taxas contratuais.

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Tipo/taxa - %
					Empréstimos - CP
BCO. BRASIL S/A.	–	11.217	14.153	25.016	CDI 165%
BCO. SAFRA S/A.	2.861	8.681	2.861	8.681	CDI 100% + 2,795183%
BCO.ABC BRASIL S/A	–	–	4.082	21.766	CDI 100% + 3,54% a.a. / 6,20% a.a
BCO.VOTORANTIM S/A	–	–	–	3.694	
BCO. UNIPRIME	–	–	1.150	6.296	CDI 100¨% + 2,70 a.a.
BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	–	–	742	1.784	TJLP + 2,13% a.a.
	2.861	**19.898**	**22.988**	**67.237**	
Financiamentos - CP					
BCO. BRASIL S/A.	–	134	–	801	
BANCO BRADESCO S/A.	1.605	876	1.757	1.649	2,5% a 11,60% a.a.
BANCO DEUTSCHE LEASING	2.861	4.712	2.861	4.712	4,25% a.a.
AYMORE CREDITO, FINANC E INVEST S/A	309	274	309	274	13,76% a.a.
BANCO SANTANDER BRASIL S/A	7.177	7.166	7.177	7.166	CDI 100% + 3,13 a.a.
	11.952	**13.162**	**12.104**	**14.602**	
Empréstimos - LP					
BCO. BRASIL S/A.	–	–	–	12.250	
BANCO SAFRA S/A	–	2.857	–	2.857	
BCO.ABC BRASIL S/A	–	–	–	4.042	
BCO UNIPRIME	–	–	–	1.139	
BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	–	–	–	737	
	–	**2.857**	**–**	**21.025**	
Financiamentos - LP					
BANCO BRADESCO S/A.	2.533	3.595	2.533	3.747	2,5% a 11,60% a.a.
BANCO DEUTSCHE LEASING	2.859	7.576	2.859	7.576	4,25%
AYMORE CREDITO, FINANC E INVEST S/A	162	467	162	467	13,76% a.a.
BANCO SANTANDER BRASIL S/A	6.667	13.333	6.667	13.333	CDI 100% + 3,13 a.a.
	12.221	**24.971**	**12.221**	**25.123**	

• Informado as taxas de acordo com os saldos em aberto em 31/12/2022.**14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O Capital Social da empresa é representado por 23.790.080 ações ordinárias sem valor nominal, que compõem o capital social da controladora. **(b) Distribuição de lucros:** A distribuição dos lucros é reconhecida como um passivo no momento em que os acionistas aprovam a distribuição. Conforme definido no estatuto social, através de votação da maioria dos acionistas e da Ata de Reunião dos Acionistas datada em 23 de abril de 2022, foram deliberadas as distribuições de lucros dos exercícios de 2021 e 2019 no valor de R$ 19.865 e R$ 10.990, respectivamente. No exercício de 2022, foi provisionado o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, de R$ 60.394, referente a 25% do lucro do exercício.

15. Receita líquida de vendas:

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa de Papelão Ondulado	1.260.213	1.116.465	1.596.676	1.419.368
Chapa de Papelão Ondulado	98.853	163.700	127.255	212.535
Bobinas de Papel	485	1.421	52.987	92.003
Aparas de Papelão	28.412	38.173	39.036	32.847
Outras	1.061	1.285	805	4.895
	1.389.024	**1.321.044**	**1.816.759**	**1.761.648**
Devoluções e Recusas	(19.204)	(30.094)	(27.025)	(48.083)
Impostos	(324.309)	(302.304)	(396.206)	(373.340)
	1.045.511	**988.646**	**1.393.528**	**1.340.225**

16. Custos:

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Insumos	763.692	747.268	608.601	761.165
Gastos com pessoal	74.608	68.721	145.012	76.201
Serviços	65.203	49.861	106.010	51.486
Reparos	21.864	20.003	59.707	30.361
Depreciação	11.011	9.366	33.301	11.152
Revenda	952	8.323	36.891	41.667
Energia	5.882	7.617	40.408	31.647
Aluguel	1.388	1.435	3.362	1.985
Outras	7.370	6.596	27.940	15.070
	951.970	**919.190**	**1.061.232**	**1.020.734**

17. Demais receitas: As empresas controladas possuem benefícios fiscais vigentes que compõem, em sua maior parte, o total do grupo de Outras Receitas Operacionais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Outras	5.302	1.953	13.204	3.808
Subvenção p/investimento Desenvolve/SUDENE	–	–	81.161	87.006
Crédito Presumido ICMS	–	2.920	13.552	14.641
	5.302	**4.873**	**107.917**	**105.455**

18. Imposto de Renda/Contribuição Social:

Descrição	Controladora 2022 IRPJ/CSLL	Controladora 2021 IRPJ/CSLL	Consolidado 2022 IRPJ/CSLL	Consolidado 2021 IRPJ/CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**254.131**	**166.802**	**311.295**	**260.200**
Adições/(exclusões)				
Despesas/Receitas não dedutíveis	5.023	1.924	9.757	5.986
Provisão para contingência administrativa	22	1.689	1.240	4.736
Ajustes Cut OFF - Clientes/Estoques	(1.367)	1.367	(1.877)	1.877
Subvenção investimento/Receita Servidão	–	(2.920)	(95.673)	(101.647)
Equivalência Patrimonial positiva	(209.508)	(233.372)	–	–
Equivalência Patrimonial negativa	4.557	44.824	–	–
Total das adições/(exclusões)	**(201.273)**	**(186.488)**	**(86.553)**	**(89.048)**
Lucro Real	**52.858**	**(19.686)**	**224.742**	**171.152**
Compensação Prejuízo Fiscal 30%	**(15.857)**	**–**	**(15.865)**	**(292)**
Prejuízo fiscal do exercício controladas	**–**	**–**	**17.639**	**40.565**
Base de cálculo	**37.001**	**–**	**226.516**	**211.425**
Alíquotas	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Imposto de renda 15%	5.550	–	33.977	31.713
Adicional do imposto de renda - 10%	3.676	–	22.588	21.095
Contribuição Social 9%	3.330	–	20.386	19.028
IRPJ/CSLL Diferido Períodos Anteriores	–	41.633	–	66.748
Total IRPJ/CSLL DRE	**12.556**	**41.633**	**76.951**	**138.584**
Doações, incentivos e PAT	(187)	–	(38.151)	(42.156)
Imposto devido sem diferido	**12.369**	**–**	**38.800**	**29.680**
Recolhimentos e compensações	(10.039)	–	(34.994)	(27.786)
Valor a recolher em 31 de dezembro	**2.330**	**–**	**3.806**	**1.894**
Alíquota Efetiva sem diferido	**4,94%**	**0,00%**	**24,72%**	**27,61%**

A Companhia mantinha registrado em seu Ativo o IRPJ/CSLL diferido com expectativa de realização vinculada à geração de lucros tributáveis futuros. A Administração reavaliou esta provisão e considerou sua reversão, devido à baixa expectativa de geração de lucros tributáveis, sendo a mesma revertida no ano de 2021.

Empresas	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	Imposto de Renda e Contribuição Social 2021	Total
Fábrica de Papel N.S. da Penha S.A.	41.633	–	41.633
Penha Papeis Ltda.	–	71.629	71.629
Depósito de Aparas Ltda.	883	207	1.090
Penha Agro Florestal Ltda.	1.795	–	1.795
Penhapar Participações Ltda.	572	–	572
Penha Embalagens Bahia Ltda.	21.865	–	21.865
	66.748	**71.836**	**138.584**

19. Ações em tesouraria: A empresa possui em tesouraria 37.272 ações ordinárias de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento.

20. Seguros: A empresa adota política de manutenção de seguros em níveis que a administração considera suficientes para a cobertura de eventuais riscos de sinistros ou responsabilidades sobre os seus ativos.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado destas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras (Nota 21c). Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito, consistem nos saldos de "Contas a receber". A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como não possui instrumentos derivativos nestas datas. **b) Gestão de riscos:** Risco de Mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças de taxas de juros e índices de correção monetária. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem os empréstimos e financiamentos a pagar, os quais estão atrelados basicamente ao índice de CDI. A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indicadores financeiros, conforme demonstrada no tópico abaixo. Análise da sensibilidade dos passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionada aos juros divulgados na Nota 13 para empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Controladora	%	Consolidado	%
CDI	16.810	62%	35.358	75%
Outros	10.224	38%	11.955	25%
Total Nota 13	27.034	100%	47.313	100%

Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a clientes). Risco de liquidez; isco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Valor justo:** Substancialmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que foram divulgados na nota explicativa nº 13 a custo amortizado. Do total de contas a receber, 100% referem-se à venda dos ativos operacionais da Companhia, cujos créditos serão realizados nos prazos previstos em notas fiscais, dentro das especificações de cada contrato com os clientes.

Diretoria

Carlos Edson Shiguematsu
Diretor Presidente

Contador

Rafael Francisco Beghini
CRC 1SP271840/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas. e) até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. f) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 03 de março 2023.

Confiance Auditores Independentes
CRC nº 2SP022750/O-8

José Julio de Sousa Pereira
Contador - CRC nº 1SP094178/O-3

IGA Participações S.A.

CNPJ nº 04.238.150/0001-99 - NIRE 35300154860

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
• https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de março de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1	1
Ativos Financeiros	**275.684**	**108.061**
Ao Custo Amortizado	**275.684**	**108.061**
Aplicações no Mercado Aberto	**–.–**	6.014
Títulos e Valores Mobiliários	247.739	25.324
Outros Ativos Financeiros	27.945	76.723
Ativos Fiscais	**17.226**	**11.890**
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar	11.753	11.879
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	5.461	–
Outros	12	11
Outros Ativos	72	18
Investimentos em Coligadas	**–.–**	407.856
Total do Ativo	**292.983**	**527.826**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros	**78**	**–.–**
Ao Custo Amortizado	**78**	**–.–**
Outros Passivos Financeiros	78	–.–
Provisões	23.981	–.–
Obrigações Fiscais	**136**	**12**
Outras	136	12
Outros Passivos	3.064	2.430
Total do Passivo	**27.259**	**2.442**
Total do Patrimônio Líquido	**265.724**	**525.384**
Capital Social	1.173	183.850
Reservas de Capital	4.006	4.006
Reservas de Lucros	260.545	337.528
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**292.983**	**527.826**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

			Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Lucros a Realizar	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021	**510.000**	**4.006**	**59.337**	**412.344**	**190.154**	**–.–**	**1.175.841**
Aumento / (Redução) de Capital	(326.150)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(326.150)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	(355.718)	(190.154)	–.–	(545.872)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	223.803	223.803
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	223.803	223.803
Destinações:							
Reservas	–.–	–.–	–.–	221.565	–.–	(221.565)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.238)	(2.238)
Saldos em 31/12/2021	**183.850**	**4.006**	**59.337**	**278.191**	**–.–**	**–.–**	**525.384**
Mutações do Período	**(326.150)**	**–.–**	**–.–**	**(134.153)**	**(190.154)**	**–.–**	**(650.457)**
Saldos em 01/01/2022	**183.850**	**4.006**	**59.337**	**278.191**	**–.–**	**–.–**	**525.384**
Aumento / (Redução) de Capital	(182.677)	–.–	(59.337)	(278.191)	–.–	–.–	(520.205)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	263.176	263.176
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	263.176	263.176
Destinações:							
Reservas	–.–	–.–	–.–	260.545	–.–	(260.545)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.631)	(2.631)
Saldos em 31/12/2022	**1.173**	**4.006**	**–.–**	**260.545**	**–.–**	**–.–**	**265.724**
Mutações do Período	**(182.677)**	**–.–**	**(59.337)**	**(17.646)**	**–.–**	**–.–**	**(259.660)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A IGA Participações S.A. (IGA PART ou empresa) é uma sociedade anônima fechada, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e tem por objeto a prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e comercialização de ativos não financeiros, prestação de serviços em geral no segmento imobiliário, atividades em geral do setor de tecnologia, intermediação de negócios, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e participação em outras sociedades.
As operações da IGA PART são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.
Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período.
a) Base de Preparação
As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3 - INVESTIMENTOS

Política Contábil - São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em controladas e coligadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

		Movimentação de 01/01 a 31/12/2022				
Empresa	Investimentos em 31/12/2021	Dividendos Pagos / Provisionados (1)	Outros Eventos (2)	Resultado de Participações	Investimento em 31/12/2022	Resultado de Participações 01/01 a 31/12/2021
Itaú Corretora de Seguros S.A.	407.856	(3.964)	(626.329)	222.437	–.–	220.949

1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Outros Ativos Financeiros.
2) Contempla eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes, se aplicável.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas de Juros e Similares	12.572	5.230
Receita de Prestação de Serviços	9	–.–
Outras Receitas	51.247	1
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**196.030**	**220.029**
Despesas Gerais e Administrativas	(25.994)	(695)
Despesas Tributárias	(413)	(225)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	222.437	220.949
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**259.858**	**225.260**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(2.143)	(1.457)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.461	–.–
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**263.176**	**223.803**
Lucro / (Prejuízo) por Ação - Básico e Diluído R$		
Ordinárias	0,63	0,54
Preferenciais	0,63	0,54
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída		
Ordinárias	203.986.222	203.986.222
Preferenciais	211.376.509	211.376.509

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**263.176**	**223.803**
Total de Outros Resultados Abrangentes	**–.–**	**–.–**
Total do Resultado Abrangente	**263.176**	**223.803**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**56.764**	**2.854**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	263.176	223.803
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(206.412)**	**(220.949)**
Resultado de Participações em Investidas	(222.437)	(220.949)
Tributos Diferidos	(5.461)	–.–
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	18.549	–.–
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingência	5.432	–.–
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(2.495)	–.–
Variação de Ativos e Passivos	**(215.887)**	**273.758**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(216.401)	275.516
Ativos Fiscais	125	(1.813)
Outros Ativos	(54)	52
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais	823	504
Outros Passivos	319	17
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(699)	(518)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(159.123)**	**276.612**
Dividendos Recebidos	55.237	430.464
Alienação de Investimentos	106.124	–.–
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**161.361**	**430.464**
(Redução) de Capital	–.–	(113.124)
Dividendos Pagos	(2.238)	(593.952)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(2.238)**	**(707.076)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	**–.–**	**–.–**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1	1
Disponibilidades	**1**	**1**

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ nº 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

AVISO DE ADIAMENTO

EXPEDIENTE Nº 0611/21
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/22
OBJETO: Prestação de serviços de limpeza de sinalização vertical, incluso os serviços de reposicionamento e/ou refixação de placas.
A Companhia de Engenharia de Tráfego-CET informa o adiamento da abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2022** para o dia 21 de março de 2023 às 10h30min.
A proposta comercial das empresas interessadas deverá ser inserida até as 10h29min do dia 21 de março de 2023 no site www.gov.br/compras/pt-br.
Esclarecemos que o adiamento foi necessário para correções na Plataforma ComprasNet para que a licitação corra sob número **38/22,** conforme numeração do edital publicado. Ressaltamos que a licitação não correrá sob numero **38/23.**

São Paulo, 07 de março de 2023
Diretor Administrativo e Financeiro

CONDOMINIO EDIFÍCIO PALACIO DAS AMERICAS E VITRINE IGUATEMY
CNPJ: 54.239.389/0001-51
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por determinação do Sr. Síndico, servimo-nos da presente para convocar V.Sas. para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Edifício **PALACIO DAS AMERICAS E VITRINE IGUATEMY**, situado nesta Capital à Av. Brig. Faria Lima 1811, a realizar-se na Sobreloja 26 do próprio edifício, no dia **31/03/2023**, às **17h30** com quórum legal em primeira chamada ou às **18h30** com qualquer número de condôminos presentes para deliberarem sobre os itens da ordem do dia: **1** – Aprovação das contas do período de 01/03/2022 até 28/02/2023; **2** – Aprovação da Previsão Orçamentária para o exercício de 03/2023 até 02/2024; **3** – Eleição de Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo para o período de 01/04/2023 até 31/03/2024; **4** – Aprovação de multa por trânsito de cachorro na praça de alimentação; **5** – Aprovação de baixa do debito unidade loja externa 05, ação judicial; **6** – Aprovação para proibição de marmitas na praça de alimentação; **7** – Aprovação para implantação de sistema de segurança, com identificação facial; **8** – Ratificação de locação por comodato da laje do 16º andar; 9 - Assuntos Gerais. Atenciosamente, Condomínio Edifício. Palacio das Américas e Vitrine Iguatemi - **Marília Macêdo** - Gerente de Condomínios.

Itaú Corretora de Valores S.A.

CNPJ 61.194.353/0001-64 NIRE 35300017625

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 23 DE JANEIRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 23.01.2023, às 10h, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, parte, em São Paulo (SP). **MESA:** Renato da Silva Carvalho - Presidente; e Carlos Fernando Rossi Constantini - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Eleito ao cargo de Diretor **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 52.635.293-0, CPF 024.311.796-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para o mandato trienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. 2. Registrado que o diretor eleito (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.970/2021 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") incluindo a declaração de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) será investido após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 3. Registrada a atribuição da responsabilidade por sistemas de controles internos à Diretora Rita Rodrigues Ferreira Carvalho - Resol. CMN 4.968/21, desde 01.01.2023. 4. Registrado, por fim, que os demais cargos e responsabilidades da Diretoria não sofreram alterações. **ENCERRAMENTO**: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 23 de janeiro de 2023. (aa) Renato da Silva Carvalho - Presidente; e Carlos Fernando Rossi Constantini - Secretário. **Acionistas**: Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini - Diretor; e Itaú Unibanco S.A. (aa) Renato da Silva Carvalho - Diretor. JUCESP sob nº 84.754/23-0 em 24.02.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/ME nº 61.099.834/0001-90 - NIRE 35.300.033.451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas de **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 17/03/2023, às 10h00, na sede da companhia à Rua da Consolação, 2.411, 8º andar, em São Paulo, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: · Tomar ciência de pedido de renúncia de membro do Conselho Consultivo da Companhia e eleger o respectivo substituto. O acionista que desejar comparecer à Assembleia ora convocada deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, encaminhando para o e-mail governanca.corporativa@pernambucanas.com.br, até 15/03/2023, os documentos que o legitimem como acionista ou representante legal de acionista.
São Paulo, 8 de março de 2023. Martin Mitteldorf - Diretor Presidente

Baalbek Cooperativa Habitacional

CNPJ 10.333.593/0001-61 - NIRE nº 35400111593

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

No uso de minhas atribuições, convoco na forma do art. 52 do estatuto social, os senhores Cooperados da **Baalbek Cooperativa Habitacional,** para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** que será realizada no Salão Nobre do Clube Atlético Juventus, à rua Juventus, 680 - Mooca, na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 2023. A primeira convocação será realizada às 13 horas, com 2/3 (dois terços) de seus cooperados presentes, caso esse número não seja atingido, se reunirá em segunda convocação, às 14 horas, com metade mais um de seus cooperados presentes, ou em terceira convocação, às 15 horas com o mínimo de 10 cooperados presentes, sendo 8.767 o número de cooperados convocados. Será tratada a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Deliberação do relatório de administração e contas do exercício fiscal de 2022; b) Previsão orçamentária para 2023; c) Eleição e posse do Conselho Fiscal. **Extraordinária:** a) Distribuição das Unidades Habitacionais. São Paulo, 09 de março de 2023. **Conselheiro Presidente -** Robinson de Souza Santos.

ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA - Em cumprimento ao edital publicado no dia 19 de fevereiro de 2023, faço saber que para as eleições a serem realizadas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bauru e Região, nos dias 18 e 19 de maio de 2023, foi registrada uma única chapa denominada " CHAPA SINDICATO FORTE E DE LUTA", cuja composição é a seguinte: Presidente - Claudio da Silva Gomes; Secretário Geral- Aloisio Costa; Tesoureiro- Valdemir Oliveira; Diretor Social- Paulo Henrique Caldas; Diretor de Patrimônio--Eder Ferreira Martins Batista;Diretor de Imprensa-; Juneide Rocha Da Conceição; Diretor de Esporte-André Luís de Oliveira; Diretor de org. e mobilização-Josefino Candido de Oliveira; Diretor de Segurança no Trabalho-Cristiano Donizeti dos Santos; suplentes da direção: Luciano Luiz Da Silva; Paulo Consolmano; Valdemar Martins Batista; Conselho Fiscal - Titular: Generoso Lopes de Queiroz; Jose Marinho Alves; Alcides Fernandes da Silva; Conselho Fiscal - Suplente: Raimundo da Costa, Sergio Aparecido Ribeiro; Jose Carlos Borges da Conceição. Em cumprimento ao Art. 29 do Estatuto Social, conforme dispõe o Artigo 12 § 1º, da Portaria Ministerial nº 3.150, de 30/04/86, O prazo para impugnação de candidaturas em conformidade com a norma legal acima, é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Edital. Claudio da Silva Gomes-Presidente, Bauru, 09 de março de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS. Disputa: dia 22/03/2023 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 08 de março de 2023

E D I T A L - DESMEMBRAMENTO SEM DENOMINAÇÃO – MATRÍCULA 22.947

A Oficial Delegatária HELENA SAYOKO ENJOJI, do Registro de Imóveis da cidade, município e comarca de BROTAS, Estado de São Paulo, FAZ PÚBLICO, que foram apresentados na Serventia, por DIEGO DANIEL ALVAREDO, brasileiro, solteiro, administrador, RG.40.033.335-1/SSP-SP, CPF.423.362.268-71, residente e domiciliado em Brotas/SP, na Avenida Péricles de Albuquerque Pinheiro nº 198, Jardim Planalto, requerimento instruído dos documentos previstos na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, para Registro Especial de Desmembramento (desdobro) do imóvel situado no município de BROTAS, consistente em: UM TERRENO URBANO sem benfeitorias, situado na Rua Edson Marrega, sem número, esquina com a Rua Napoleão Prata, compreendido pelo LOTE 07 e 08 da QUADRA F, do loteamento CAMPOS ELISEOS II, nesta cidade e comarca de Brotas, com a área de 10.157,71 metros quadrados, com a descrição constante da matrícula nº 22.947 deste Registro de Imóveis, com memorial descritivo e mapa elaborados pelo engenheiro civil Angelo Vicente Bissoli – CREA nº 5069916706-SP, O plano do DESMEMBRAMENTO SEM DENOMINAÇÃO – MATRÍCULA 22.947 é formado por 08 lotes abrangendo toda a área disponível, observados os padrões urbanísticos estabelecidos pela municipalidade de Brotas, bem como as cláusulas restritivas indicadas no Contrato-Padrão. Possui toda infraestrutura de rede distribuidora de água, rede coletora de esgotos, pavimentação asfáltica, guias e sarjetas e galeria de águas pluviais. A presente publicação é para efeito de, decorrido o prazo de quinze 15 dias da última publicação do presente edital sem qualquer impugnação de terceiros ou deste ofício, proceder-se ao registro de que trata o artigo 19, parágrafo 1º da Lei Federal 6766/79. Dado e passado em cartório do Oficial do Registro de Imóveis, etc., aos 06 de Março de 2023. A Oficial Delegatária, (a) (Helena Sayoko Enjoji).

Existe lei forte. Só falta cumprir

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

Volto ao tema da minha coluna de janeiro, que tratou do caminho para a retomada do crescimento e do emprego.

Considerando apenas a União, e juntando a despesa assistencial a seu gasto previdenciário – em que, por si só, e no tocante ao INSS, já há bastante transferência de renda embutida –, esta última a incontestável prioridade orçamentária do novo governo, entre 1987 e 2021, o gasto resultante dessa junção terá passado, ao que se estima, de 28% para quase 70% do total. E tende a continuar subindo, mesmo se considerássemos apenas a parcela efetivamente classificável como previdenciária. Chocante.

E que abacaxi Fernando Haddad herdou, pois é muito difícil, nesse quadro, medidas ou regras gerais de austeridade fiscal tipo teto de gastos, que a maioria não tira da cabeça, serem capazes de "ancorar", ou manter equilibrado do automaticamente o lado fiscal, como tanto reclamam os mercados financeiros.

É de tal dimensão o peso do gasto público obrigatório hoje em dia (que ainda inclui saúde, educação, pessoal ativo, etc., atingindo cerca de 97% do total), que o investimento e as demais despesas discricionárias simplesmente deixariam de existir, pois hoje já tendem a zero. Ressalte-se que os investimentos em infraestrutura no setor público como um todo caíram nove vezes dos anos 1980 até hoje, mesmo quando medidos em porcentagem do PIB, impedindo que este cresça a taxas mínimas.

Um plano de equacionamento previdenciário tem de ser posto em prática antes da regra fiscal

Como assistência social é a prioridade número um, área em que o novo ministro promete fazer mais gastando menos, isso significa que um plano abrangente de equacionamento previdenciário tem de ser posto em prática antes de se pôr em ação uma regra geral capaz de manter as finanças equilibradas. (Ou seja, para se ter uma meta concreta, o peso do item previdência no gasto de todas as esferas teria de voltar aos níveis vigentes anteriormente à Carta de 1988.)

A propósito, a União precisa "arrumar a casa" do seu regime próprio, no qual seguer conseguiu criar uma unidade gestora única, sem falar no seu déficit atuarial de R$ 1,3 trilhão e o déficit financeiro anual da ordem de R$ 50 bilhões, mesmo sem considerar os militares.

Já o Piauí, que coordena o Fórum de Governadores – conselho que deveria ser formalizado por Lula da Silva – e talvez seja o ente subnacional que mais avançou até hoje na tarefa de equacionamento previdenciário, deveria assumir a coordenação dessa gigantesca missão nas demais esferas. Tarefa essa que, aliás, virou obrigação constitucional de todos pelo que está previsto no parágrafo primeiro do artigo nono da Emenda Constitucional n.º 103/2019. Daí o título desta coluna. ●

Tarifas públicas Estudo da Abraceel

Menos imposto e mais chuva reduziram conta de luz

BRASÍLIA

A redução de impostos e o maior volume de chuvas, fatores que impactam diretamente na produção de energia mais barata no País, levaram a um alívio no bolso dos consumidores de energia em 2022.

Dados da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) apontam que a tarifa residencial teve uma redução média de 20%, considerando preços até outubro ante uma variação do IPCA (inflação) de 4,7% no mesmo período.

Após os brasileiros amargarem os impactos da grave crise hídrica nas contas de luz em 2021, uma série de fatores contribuiu para atenuar as tarifas no ano passado, entre os quais a Abraceel destaca a redução da carga tributária e a melhora no cenário hidrológico.

Com os reservatórios cheios, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mantém a bandeira verde, ou seja, sem cobrança adicional nas contas, desde abril do ano passado. Antes, por causa da dificuldade para gerar energia, estava vigente a chamada bandeira escassez hídrica, que representava custo de R$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kWh).

TRIBUTAÇÃO. Medidas discutidas no Congresso também trouxeram alívio. A pressão dos parlamentares para conter os altos reajustes das tarifas em ano eleitoral resultou na aprovação de uma lei que previa a devolução integral dos créditos de PIS/Cofins aos consumidores, o que já vinha sendo feito pela agência reguladora. Também foi aprovada pelo Congresso uma lei que reduz a alíquota de ICMS, imposto estadual, aplicado sobre o serviço de energia.

No entanto, de acordo com o estudo, sem a desoneração tributária e a manutenção da bandeira verde, a tarifa residencial teria não uma redução, mas uma elevação de 9% em 2022 e aumento de 131% entre 2015 e 2022, mais que o dobro da inflação do período, de 58%. ● MARLLA SABINO

HOSPITAL PAULISTA LTDA. CNPJ: 43.901.701/0001-04

Pelo presente e nos termos das clausula 14º do estatuto social, torna-se público e a quem deva interessar, que o(a) sócio(a) quotista Sr.(a) Noria Abdala Caruí, não compareceu a reunião de Diretoria realizada em 06/mar/23, promovida através de convocação de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 06/fev/23, a fim de tratar de assuntos pertinentes a aprovação de contas, eleição de diretoria e demais deliberações registrada em ATA.

São Paulo, 06 de março de 2023.

Braz Nicodemo Neto - Diretor. Luiz Augusto Pereira Barretto - Diretor. Cristiane Passos Dias Levy – Diretora.

COHAB-RP

COMPANHIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - COHAB-RP

CNPJ 56 015 167/0001-80

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 02/2023 – Processo nº. 60 0000151/2023

A Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto - COHAB-RP, sediada na Avenida Treze de Maio, nº 157, Pavimento Térreo, bairro Jardim Paulistano, CEP 14090-270, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, torna público a REVOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 02/2023, conforme permissivo do art. 49, da Lei nº 8666/93, c/c o art. 62, da Lei nº. 13303/2016, por razões de interesse público expostas no Processo Administrativo nº. 600000151/2023. Ribeirão Preto, 08 de março de 2023. NILSON ROGÉRIO BARONI - Diretor-Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 08/2023

Processo nº 15355/2023/SES

Objeto: "Aquisição de FÓRMULAS ALIMENTARES – LEITE ESPECIAL para atender as necessidades da Superintendência de Assistência Farmacêutica (SUAF), de acordo com o Decreto Estadual n° 20.261 de julho de 2004, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e Edital"; **Abertura:** 22/03/2023 às 09:00hs (horário de Brasília); **Local:** Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e (csl.saude.ma.gov.br). **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; **E-mail**: csl.sesmaranhao@gmail.com e Fones: (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no site: www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 06 de março de 2022.

Luís Flávio Vale de Carvalho
Pregoeiro da SES / MA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 013/23 – CONDER

Abertura: 30/03/2023, às 09h:30m.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PTS DE PÓS OCUPAÇÃO E REASSENTAMENTO EM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL PARAGUARI I, PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA.**

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (http://www.conder.ba.gov.br) no campo licitações, a partir do dia 09/03/2023.

Salvador - BA, 07 de março de 2023.

Maria Helena de Oliveira Weber
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONDER
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSA/DESERTA PARA ITENS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 430/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NUCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO - HOSPITALARES PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que os ITENS 26, 27, 33 e 34 foram declarados FRACASSADOS, bem com, o ITEM 12 foi declarado DESERTO. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 08 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 016/2023

NOMEIA "ASSESSOR TÉCNICO" QUE ESPECIFICA
MARICE COSTA PORTO DE MORAES, Coordenadora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Nomear o Sr. RAFAEL HENRIQUE FERREIRA MIRANDA, para exercer o cargo de ASSESSOR TÉCNICO na Secretaria Municipal de Saúde de Araras a partir de 09/03/2023, recebendo a remuneração mensal de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), conforme ofício de solicitação do Sr. Secretário Municipal de Saúde de Araras.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 09 de março de 2023.

CLARA A. F. A. CARVALHO – Secretária Executiva
MARICE C. P. DE MORAES – Coordenadora Geral do CON8

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
UNIDADE DE NEGÓCIO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA BACIA DE CAMPOS – UN-BC

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que requereu, em 17/02/2023, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Operação (RLO) nº 596/2007, autorizando a operação do Sistema de Escoamento correspondente à Ampliação da Malha de Escoamento de Gás – AMEG / PNA-1 / PGP / Ponto A / Cabiúnas, na Bacia de Campos.
PROCESSO IBAMA nº 02022.001538/2002-89.

WLLISSES MENEZES AFONSO
Gerente Geral da Unidade de Negócio da Bacia de Campos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 27/2023 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** aquisição de concreto **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 22/03/2023 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 22/03/2023 **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 08 de março de 2023 - Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001/0708/002.712/2022. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023. OFERTA DE COMPRA:** 895000801002023OC00029. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ E PLATAFORMA,** cuja abertura está marcada para o dia 21/03/2023 às 09h30min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 08/03/2023, site www.bec.sp.gov.br. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/pregao-eletronico.

UNIMED LESTE PAULISTA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

C.N.P.J. nº 53.678.264/0001-65 / NIRE 35.400.001-879

C O N V O C A Ç Ã O

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (FORMATO HÍBRIDO)

Por meio deste Edital e de acordo com os Artigos 27, 28 e 29 do Estatuto Social da Unimed Leste Paulista e Artigo 44 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ficam convocados os 285 (duzentos e oitenta e cinco) Médicos Cooperados da **UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO,** com sede na Rua Cel. Ernesto de Oliveira, nº 735, em São João da Boa Vista/SP, em condições de votar, a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** que será realizada de forma **híbrida**, permitindo-se a participação **presencial** e **digital**, esta última através da **Plataforma *ZOOM***, no dia **21 de MARÇO de 2023 (TERÇA- FEIRA)**, às 18h00, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados, às 19h00, em segunda convocação, com a presença da metade e mais um dos cooperados, e, às 20h00, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

1) Análise e deliberação acerca da Prestação de Contas do Exercício de 2022, compreendendo:

1.1) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;

1.2) Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022, com os Demonstrativos das Sobras ou Perdas apuradas e pareceres do Conselho Fiscal e Auditoria Independente;

2) Destinação das Sobras ou Perdas do Exercício de 2022;

3) Destinação de Juros sobre Capital;

4) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o Mandato Exercício 2023;

5) Fixação dos valores a serem pagos aos ocupantes de Cargos Sociais;

6) Fixação do valor do CVC (Coeficiente de Valorização da Carteira de Clientes) para efeito de admissão de novos cooperados;

Observações

- Todas as orientações para **acesso, participação e votação** aos cooperados que optarem pela participação digital, bem como o **RELATÓRIO DE GESTÃO** e demais informações pertinentes a esta AGO estarão disponíveis através do **Portal AGO 2023**, o qual poderá ser acessado pelos cooperados no seguinte endereço eletrônico http://www2.unimedlestepaulista.com.br/assembleia/adm/, mediante a utilização de **usuário/senha** específicos que serão fornecidos aos cooperados via **e-mail** e **Whatsapp**.
- Para as eleições previstas no ***item 4*** da ordem do dia, as chapas deverão ser inscritas **até** às **17h00 do dia 17/MARÇO/2023 (sexta-feira),** de acordo com o artigo 70, parágrafo único do Estatuto Social vigente, observados os requisitos dos artigos subsequentes;
- Os Cooperados poderão apresentar impugnação ao presente edital até o prazo limite de 05 (cinco) dias corridos a contar da data da publicação deste edital.

São João da Boa Vista, 09 de março de 2023.
DR. LUIS ANTÔNIO ESTEVAM
DIRETOR PRESIDENTE

Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.585.865/0001-51 - NIRE 35.300.035.844

Ata da Reunião do Conselho de Administração de 07 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 07 de março de 2023, às 09h00, na sede social da Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, n° 3.097. **2. Convocação e Presenças**: Presentes a totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração ("Conselheiros"), sendo dispensada, portanto, a convocação. Presentes, também, os membros efetivos do Conselho Fiscal e a Sra. Patrícia Nakano, representante da Ernst & Young Auditores Independentes. **3. Mesa**: Presidente: Antonio Carlos Pipponzi; Secretário: Elton Flávio Silva de Oliveira. **4. Ordem do Dia**: (i) Relatório da Administração, Contas da Diretoria, Demonstrações Financeiras e proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Proposta de aumento do capital social mediante bonificação de ações; (iii) Proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023; (iv) Convocação da Assembleia Geral de Acionistas. **5. Deliberações**: **5.1** Apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foram discutidas com os membros do Comitê de Auditoria, Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e representantes da Ernst & Young Auditores Independentes (que não apresentaram ressalvas) e, nos termos do artigo 8º, "c" e "e" do Estatuto Social da companhia, os membros do Conselho de Administração, considerando a opinião favorável do Conselho Fiscal, aprovaram o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e a proposta de destinação do resultado relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, os quais serão submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral. **5.1.1. Destinação do Resultado:** Aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 8º "e" do Estatuto Social da Companhia, a proposta a ser submetida à apreciação e aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor R$996.112.461,74 que, somado ao valor decorrente da realização da reserva de reavaliação no montante R$161.336,96 e aos dividendos prescritos de 2022 no montante de R$613.826,06, totaliza o valor de R$996.887.624,76 a destinar, nos termos do Relatório da Administração e considerando as previsões legais e estatutárias conforme segue: **(i)** R$49.805.623,09, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a reserva legal; **(ii)** R$312.000.000,00, equivalente ao montante total bruto de juros sobre o capital próprio apropriados em 2022 nas Reuniões do Conselho de Administração de **(a)** 30 de março de 2022, no valor bruto de R$66.000.000,00, correspondente à R$0,040054682 por ação ordinária, conforme aplicável; **(b)** 30 de junho de 2022, no valor bruto de R$74.000.000,00, correspondente à R$0,0449097953 por ação ordinária; **(c)** 30 de setembro de 2022, no valor bruto de R$82.000.000,00, correspondente à R$0,0497649084 por ação ordinária; **(d)** 02 de dezembro de 2022, no valor bruto de R$90.000.000,00, correspondente à R$0,054619930 por ação ordinária da Companhia; e **(iii)** a distribuição de dividendos intermediários previamente deliberada pelo Conselho de Administração em **(a)** 30 de setembro de 2022, no valor de R$107.500.000,00, correspondente à R$0,0652405811 por ação, com base no lucro líquido ajustado apurado no balanço patrimonial levantado em 30/06/2022; e **(b)** a distribuição de dividendos adicionais no montante total de R$79.000.000,00, sendo R$0,047923965 por ação ordinária, com base no lucro líquido ajustado apurado no balanço patrimonial levantado em 31/12/2022; **(iv)** R$224.900.960,43, equivalente a 22,5% do lucro líquido do exercício, para a reserva estatutária de lucros; e **(v)** R$223.681.041,24, para a Reserva de Subvenção de Investimentos. **5.1.2. Aumento do Capital Social mediante Bonificação de ações:** Aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 8º "e" do Estatuto Social da Companhia, a proposta a ser submetida à apreciação e aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, de aumento do capital social em R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), mediante a capitalização de parte da reserva de lucros com a emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações, na data de corte a ser fixada, de 66.080.000 (sessenta e seis milhões e oitenta mil) ações ordinárias, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas a título de bonificação, o que corresponde a 1 ação nova para cada 25 ações de emissão da Companhia em circulação, tudo de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 8 "e" do Estatuto Social da Companhia, a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022, a ser submetida à Assembleia Geral. **5.3.** Aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas e nos termos do artigo 8º "e" e "k" do Estatuto Social da Companhia, a convocação e Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas prevista para ser realizada no dia 19 de abril de 2023, cuja ordem do dia será oportunamente divulgada. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos os membros do Conselho de Administração presentes assinada. São Paulo, 07 de março de 2023. **Mesa:** Antonio Carlos Pipponzi - Presidente, Elton Flávio Silva de Oliveira - Secretário. **Conselheiros:** Antonio Carlos Pipponzi, Renato Pires Oliveira Dias.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMOTA - SICOOBCREDIMOTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Credimota - SICOOB CREDIMOTA, CNPJ 66.788.142/0001-73, NIRE 354.000.219-51, com sede localizada na Rua Henrique Vasques 262, Centro de Cândido Mota (SP), CEP 19880-039, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados que nesta data são em número de 110 delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se por meio eletrônico, adotando-se o APP SICOOB MOOB como meio de participação e deliberação, a ser realizada no dia 20 de março de 2023: 1) Em primeira convocação às 16h00min, com acesso remoto de no mínimo 2/3 dos delegados; 2) Em segunda convocação às 17h00min, com acesso remoto de metade mais um dos delegados; e 3) Em terceira e última convocação às 18h00min, com acesso remoto de no mínimo 10 (dez) delegados para deliberar sobre os seguintes assuntos: **1.** Reforma ampla e geral do Estatuto Social da Cooperativa; **2.** Reforma do Regulamento Eleitoral; **3.** Aprovação da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob; **4.** Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa. **Nota 1:** Para participação na votação dos assuntos da ordem do dia, os delegados deverão realizar o download do aplicativo SICOOB MOOB em seu celular (smartphone) ou tablet, disponível gratuitamente nas lojas Apple Store e Google Play, ou através do QR CODE disponível no site https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredimota/normativos-relatorios. Após o download, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao SicoobNet (internet banking). Mais informações estão disponibilizadas no site da Cooperativa. **Nota 2:** Recomenda-se aos delegados efetuarem o download do aplicativo previamente, evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da assembleia. A Cooperativa contará com suporte on-line no e-mail governanca@sicoobcredimota.com.br ou diretamente nas agências, para a instalação do aplicativo SICOOB MOOB. **Nota 3:** O aplicativo SICOOB MOOB, que será utilizado para as votações, atende os requisitos de participação a distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência nos assuntos a serem tratados e registro de presença dos delegados. **Nota 4:** Dúvidas relacionadas à ordem do dia podem ser esclarecidas por meio do aplicativo WhatsApp que será disponibilizado durante a assembleia. Seu acesso estará disponível por meio do número (18) 3341-9190. **Nota 5:** Os associados que não sejam delegados, poderão assistir à assembleia geral, sem direito a voz e voto. **Nota 6:** Os documentos a serem aprovados na Assembleia, estarão disponíveis no sítio eletrônico https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredimota/normativos-relatorios. **Nota 7:** A transmissão ao vivo será através do canal do Sicoob Credimota no YouTube conforme link https://www.youtube.com/watch?v=ygWTx6xi84c.

Cândido Mota, 08 de março de 2023
Valdir Martins - Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 015/2023.**

ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento – PROINFRA, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 25/04/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 25/04/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 25/04/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021 e pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 08 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SICOOBCREDICERIPA
Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA- SICOOB CREDICERIPA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DIGITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA - SICOOB CREDICERIPA, CNPJ: 00.966.246/0001-12 e NIRE n° 35400037121, com sede instalada na Rua Salvador de Freitas nº 1.243 – Centro – na cidade de Itaí, Estado de São Paulo – CEP: 18.730-027 no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são de número 36.715 (Trinta e Seis Mil Setecentos e Quinze), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a realizar-se por meio eletrônico, adotando-se o APP SICOOB MOOB como meio de participação e de deliberação, a ser realizada no dia **28 de março de 2023,** às 17h30, com acesso remoto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 18h30 com acesso remoto de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 19h30, com acesso remoto de no mínimo 10 (dez) associados em terceira e última convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

I. Assembleia Geral Extraordinária

1. Reforma Ampla do Estatuto Social.
2. Atualização do Regulamento das Atividades de Auditoria Interna;
3. Atualização da Política de Sucessão de Administradores;
4. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa.

II. Assembleia Geral Ordinária

1. Prestação de contas dos órgãos de administração, referente ao exercício findo de 2022;
2. Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração, para mandato de 04 (quatro) anos;
4. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal.

NOTA 1: Nos termos do Regulamento Eleitoral, o registro de chapas para o Conselho de Administração ocorreu no período de 27 de janeiro de 2023 a 17 de fevereiro de 2023, conforme Comunicado do Calendário Eleitoral publicado no sítio do Sicoob Crediceripa, envio de SMS e anexado nos Postos de Atendimento no dia 27/01/2023.

NOTA 2: Para participação na votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão realizar o download do aplicativo SICOOB MOOB, em seu celular (smartphone) ou tablet, disponível gratuitamente, nas lojas Apple Store e Google Play, ou por meio do QR CODE ao lado, ou ainda poderá o associado acessar pelo sítio eletrônico https://www.sicoob.com.br/web/moobweb. Após o download ou acesso ao sítio eletrônico, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao SicoobNet (internet banking). Mais informações estão disponíveis no sítio eletrônico da cooperativa www.crediceripa.com.br/assembleia2023.

NOTA 3: O aplicativo SICOOB MOOB, que será utilizado para as votações, atende aos requisitos de participação à distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência dos assuntos a serem tratados e o registro de presença dos associados.

NOTA 4: A cooperativa contará com suporte on-line antes e durante a assembleia, porém recomenda-se aos associados efetuarem o download do aplicativo previamente, QR CODE ao lado evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da assembleia.

NOTA 5: Os associados poderão esclarecer suas dúvidas de instalação do aplicativo e acesso ao APP SICOOB MOOB diretamente no Postos de Atendimento – PA's.

NOTA 6: As demonstrações financeiras de encerramento do exercício de 2022, devidamente acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, estarão à disposição dos associados no sítio eletrônico da cooperativa www.crediceripa.com.br/assembleia2023, a partir da data de 09/03/2023.

NOTA 7: A transmissão ao vivo será através do canal oficial do Sicoob Crediceripa no YouTube conforme link https://www.youtube.com/sicoobcrediceripa

Itaí/SP, 09 de março de 2023
Hugo Ferraz da Silveira
Presidente Conselho de Administração

Indústria automotiva Nova empresa

Chinesa GWM busca fornecedores locais de itens para carros eletrificados

Grupo vai iniciar produção de híbridos flex em Iracemápolis (SP) na primeira metade de 2024, e no futuro fará também modelos elétricos; investimento soma R$ 10 bi até 2032

CLEIDE SILVA

A chinesa Great Wall Motor (GWM) iniciou negociações com fabricantes de autopeças do Brasil para o fornecimento de itens eletrônicos para sistemas de motor elétrico, de conexão, freios regenerativos (que recuperam energia da frenagem) e outros componentes mais complexos para não depender só de importações.

Peças mais comuns, como estamparia e pneus, já estão garantidas, pois o País dispõe de grande parque produtivo, embora a montadora ainda não tenha fechado contrato com nenhum fornecedor.

O grupo vai produzir apenas carros elétricos e híbridos plug-in (de recarregamento na tomada) e convencionais nas instalações que comprou da Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP) em 2021, depois que a companhia alemã decidiu interromper a produção de automóveis no Brasil.

A fábrica passa por adaptações para fabricar os modelos eletrificados e entrará em operação no primeiro semestre de 2024. Nessa primeira fase, vai produzir uma picape e um utilitário-esportivo, mas com praticamente 100% das peças importadas. A nacionalização deverá se intensificar após dois anos, informa o diretor de relações institucionais e governamentais da empresa no Brasil, Ricardo Bastos.

GWM -16/2/2023

Haval H6, da GWM, tem opção plug-in, de carregamento na tomada

"Queremos ter fornecedores locais para a maior parte dos componentes, incluindo os mais tecnológicos, pois as peças mais comuns sabemos que têm aqui", afirma Bastos.

Segundo ele, a GWM tem produção própria de várias peças, mas só pretende importar as que realmente não tiverem condições de produção local. O processo de busca de fornecedores será conduzido pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

FLEX PARA EXPORTAÇÃO. Com plano de investimentos de R$ 10 bilhões(por volta de R$ 52 bilhões) no País, sendo R$ 4 bilhões (R$ 20,5 bilhões) até 2025 e o restante até 2032, a GWM desenvolveu na China, com ajuda de profissionais brasileiros, a tecnologia flex que vai equipar modelos híbridos e híbridos plug-in de produção nacional.

"Só o Brasil terá carros flex da marca e, se outro país quiser essa tecnologia, como a Índia, nós que vamos fornecer", afirma Bastos. Futuramente, o grupo também deve exportar veículos feitos no País para a América Latina.

PRÉ-VENDA. A GWM iniciou a pré-venda de três versões do SUV Haval H6, os primeiros importados da marca. O H6 Premium, com propulsão híbrida (eletricidade e gasolina) sem opção de carregamento na tomada, custa R$ 209 mil, preço que o coloca na mesma faixa de preço de automóveis como o Corolla Cross, SUV derivado do sedã Corolla, que tem sistema híbrido flex. Já o híbrido plug-in da GMW sai por R$ 269 mil enquanto o H6 GT, mais esportivo, custa R$ 299 mil.

TECNOLOGIA. Responsável pela área comercial da GWM, Oswaldo Ramos ressalta que os modelos eletrificados da marca chegam ao Brasil com elevado índice tecnológico, incluindo itens de auxílio ao motorista na condução. É o caso das cinco câmeras com nove modos de visualização, dos 12 sensores e dos comandos de voz em português. O Haval H6 dispõe de sistemas de centralização em faixas, de frenagem automática para pedestres, de ajuste de velocidade ao ritmo do trânsito (freia sozinho se o carro da frente diminuir a velocidade) e de reconhecimento de placas de trânsito, entre outros.

CONCESSIONÁRIOS. O grupo está formando sua rede de concessionárias, mas terá um sistema de entrega em domicílio em todo o País. "Cada modelo da marca terá preço único – ou seja, o consumidor não terá de passar pela situação de negociar descontos –, as vendas serão diretas (*da empresa para o consumidor*) e os concessionários prestarão os serviços."

A fabricante também vai importar – e futuramente produzir localmente – carros 100% elétricos. O grupo, segundo Bastos, defende que o Imposto sobre Importação (II) de modelos elétricos continue zerado por mais tempo, até que a tecnologia esteja mais difundida no Brasil.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) defende que seja determinado um prazo de transição, em que o imposto volte a ser cobrado gradativamente para não afugentar investimentos na produção local. Carros importados a combustão recolhem atualmente 35% de II. ●

Os planos da marca

R$ 4 bi deverão ser investidos nas operações até 2025

R$ 10 bi é o total do investimento previsto pelo grupo chinês no País até 2032

R$ 209 mil é o preço da versão mais barata do Haval H6, primeiro modelo da marca no Brasil, que está em regime de pré-venda

R$ 299 mil é o preço da versão mais cara

Incentivo Papéis têm 15% de desconto

Carrefour cria programa de venda de ações para seus funcionários

TALITA NASCIMENTO

O Carrefour lançou um programa de venda de ações da companhia para todos os seus funcionários. A compra pode ser realizada com até 50% dos recursos provenientes da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e a rede concede 15% de desconto sobre o valor do papel no mercado. Quem optar por se tornar acionista deve manter os papéis pelo prazo mínimo de um ano, mas não perde nada caso saia da companhia nesse período. A empresa já tinha um plano do gênero voltado a funcionários de cargos executivos, porém com regras diferentes, e que segue inalterado.

"Queremos que todos se sintam donos, e não apenas a liderança ou quem avaliamos como talento", diz a responsável pela área de recursos humanos do Grupo Carrefour Brasil, Cátia Porto.

ALTA ROTATIVIDADE. Os cargos na operação varejista são caracterizados pela alta rotatividade. Em média, por ano, o Carrefour vê suas equipes de operação mudarem de 35% a 40%. Esse número é alto em todo o varejo, dado que as rotinas de trabalho em lojas são intensas. "Não é que tinha algo que não estava legal na nossa cultura antes. A estrutura que tínhamos levou o Carrefour a chegar até aqui e a que o Big tinha, levou a empresa a chegar até aqui também. No entanto, vimos que era hora de fazer algo novo", afirma Porto.

Ela acrescenta, porém, que a retenção de talentos não é o foco do novo programa e que ele tem o intuito de implementar uma nova cultura proposta pela companhia após a compra do Grupo Big.

O Carrefour tem hoje 150 mil funcionários e pretende usar a metade dos valores obtidos com a iniciativa para promover ações ligadas às área de meio ambiente, social e governança (ESG, na sigla em inglês). Questionada sobre como o novo programa deve beneficiar a companhia e seus atuais investidores, ela não especificou as vantagens. "Isso não é um plano de negócios, é um plano de gente." ●

Ampliação
Empresa já oferecia plano semelhante para os cargos executivos, mas com regras próprias

LEILÕES

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

 VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

LEILÕES DIÁRIOS SOMENTE ONLINE
13 A 18/03/23 - 09h30
VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

BANCO PAN
LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE
14/03/23 - 16h
VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE
14/03/23 - 14h
VEÍCULOS PEQUENA MONTA
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco
LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE
15/03/23 - 14h
VEÍCULOS GRUPO BRADESCO
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE
16/03/23 - 14h
VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE
13/03/23 - 13h30
CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE
13 A 17/03 - 15h
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, TELEFONIA, ELETRODOMÉSTICOS, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.

bradesco
LEILÃO EXCLUSIVO DO GRUPO BRADESCO SOMENTE ONLINE
É HOJE!
09/03/23 - 15h
MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, MÁQ. AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, TELEFONIA, ELETRODOMÉSTICOS, SUCATAS DIV. E OUTROS.
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE IMÓVEL

CAMPO BELO - SÃO PAULO - SP
APARTAMENTO AMPLO COM VARANDA GOURMET
ÁREA ÚTIL DE APROX. 363,06 m² | ÁREA DE LAZER • 4 VAGAS DE GARAGEM
ÓTIMA LOCALIZAÇÃO, PRÓXIMO AO SHOPPING IBIRAPUERA
É AMANHÃ!

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 10/03/23 - 15h
LANCE INICIAL: R$ 1.700.000,00

São Paulo/SP. Campo Belo. Rua República do Iraque, 1391. Edifício Piazza Venetto. Apartamento nº 4 (4º andar), c/ direito ao uso de 04 vagas de garagem indeterminadas (1º e 2º subsolos do edifício) e sujeitas ao auxílio de manobrista. Área útil de aprox. 363,06 m², área de garagem de aprox. 144,54 m², área comum de aprox. 138,92 m² e área total de aprox. 646,34 m². Insc. municipal 086.175.0136-7. Matrícula 137.473 do 15º RI local. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Sr. Orlando Costa, tel.: (11) 98474-8888, ou com o Sr. Leonardo Costa, tel.: (11) 98800-4343. Mais informações: (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

SOMENTE ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1ª PRAÇA: 29/03/23 - 15h
APTO. PQ. REBOUÇAS - SÃO PAULO - SP
São Paulo/SP. Pq. Rebouças. Apartamento 94, 9º pavimento do Condomínio Start Jardim Sul, Rua João Simões de Souza, 360 e Rua Cascado, na Vila Andrade, 29º Subdistrito - Santo Amaro. Área privativa de 57,039 m² e área comum de 52,294 m², nesta já incluída a área referente a 01 vaga de garagem no subsolo, com área total de 109,333 m². Matrícula 421.138 no 11º RI da comarca de São Paulo. Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607. 1ª praça: 29/03/2023, às 15h. Lance mínimo R$ 420.727,84. 2ª praça: 05/04/2023, às 15h. Lance mínimo: R$ 553.906,84.

SOMENTE ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1ª PRAÇA: 30/03/23 - 15h
TERRENO - PROJETO JARDIM - COTIA - SP
Cotia/SP. Projeto Jardim. Rodovia Raposo Tavares, Km. 39,5 (lt. 09 da qd. G) Terreno urbano. Área total de terreno: 1.592,70 m². Matr. 118.304 do RI local. DESOCUPADO Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607. 1ª praça: 30/03/2023, às 15h. Lance mínimo R$ 675.671,12. 2ª praça: 06/04/2023, às 15h. Lance mínimo: R$ 460.581,94.

As visitações aos lotes serão das 08h as 09h30, segunda à sábado, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas temporariamente. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

 SODRESANTORO SODRESANTORO LEILAOSODRESANTORO (11) 2464-6464 (11) 97777-1244 WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$450.000 Frente,50util, 1ds, gar. Px.metrô. F:2198.5555 creci8767

2 DORMITÓRIOS

ITAIM
R$690.000 Urgente,75uteis, 2ds, sacada, 1vaga, lazer. 2198.5555

MOEMA
R$650.000 75 úteis, 2dts. (1ste), varanda, 1gar. Lazer. 2198.5555

SUL | VD | 2DOR

VL CLEMENTINO
R$785.000 S.novo,75 út,2ds.varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$990.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MOEMA
R$1.280.000 Urgente, 210 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 3grs.+ dep. Lazer. F: 2198.5555 creci 8767

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

S JUDAS
R$990.000 Próx. metrô, cobertura duplex, 240 úteis, 4dts, (2 sts) 3vgs,pisc.,churr. 11 2198.5555

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

VL MADALENA
R$650.000 Rua Girassol 964, ap 13, 2ds., dep.empr., 1vg., 77m². Tratar Lilian ☎(11)3740-1126 hc

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

HIGIENÓPOLIS
R$3.450.000 290m²au, 4dt (1st) 3vgs+depós., 2qe, acad., amplo jd CRECI 30955 ☎(11)99556 3105

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

PQ NV MUNDO
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM
R$299.000 Conj. 45 úteis. Urgente, px. F. Lima, 2 wcs., gar. + rotativo. F: 11 2198.5555 creci 8767

ITAIM BIBI
Sala, Av. 9 de Julho x R. Urimonduba, 4ºe 9ºand., 365m²áú+3 vgs Direto propr. ☎(16)99607-5455

Alugam-se

APARTAMENTOS

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CONSOLAÇÃO
1 dorm c/suíte e armários, ampla sala, coz.americana, banh., área de serv. R. Consolação, 2.346 Ap 72, ao lado do metrô. CRECI 06169-J ☎(11)98672-2110 José Carlos.

3 DORMITÓRIOS

CONSOLAÇÃO
3ds c/arms,totalmente reformado 1ªlocação,sala,coz.aberta c/arms 2 banh., á.serv c/arms, ar cond em todos ambientes, cortina blackout, janelas antirruídos, pintura, pisos, elétrica, hidráulica, metais e louças novos.! Rua da Consolação, 2346 apt.71. Tr.(11)98672-2110 José Carlos - CRECI 06169-J

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA

Alugo andar corporativo, 500mts, 7 vagas na garag. Px. à Brigadeiro. Tratar direto c/propriet. Sr. Pierre ☎(11)95758-9745

SUL | AL | COM

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

BELA VISTA
Escr.reform, 90m² áú, 2vg, finam. mobil. Av Brig.L.Antônio, 300, 12ºan, lado OAB (11)3628-2566

CAMPO BELO
Sala de Alto Padrão - Alugo horários em clínica montada, para médico, psicólogo ou fonoaudiólogo. c/estacionamento. Ótimo local. Tratar ☎(11)5538-0099

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

VL ANDRADE
Salas comerciais, Morumbi, 44m², 2 banhs., copa, 1 vg, vaga visitantes e sala reuniões no térreo. R$2.800(Aluguel incluindo condomínio e IPTU) Av. Dr. Guilherme Dumont Villares, 2450. Tratar com Lilian (11)3740-1126 hc

---

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 1 DORMITÓRIO RUA ARMANDO FERRENTINI, 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, lavanderia. **R$ 1.950,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ACLIMAÇÃO – 1 DORMITÓRIO RUA CONSELHEIRO FURTADO, 1 dormitório, sala, cozinha e banheiro. **R$ 1.300,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

CENTRO - KITCH PRAÇA ROOSEVELT Aluguel **R$ 1.000,00**+ condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

CONSOLAÇÃO RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banheiro, e área de serviço. Aluguel: **R$ 750,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

JARDIM DAS BANDEIRAS RUA PATÁPIO SILVA, 4 dts, (1 ste.) + 3 banhs, sala dupla, copa/coz., armts, dep. empr., 2 vgs, 190m² úteis. Aluguel: **R$ 8.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, PRÓX. METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha, banheiro, armários. Aluguel: **R$ 1.200.00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, 160, AP. 76-B, c/ 1 dormitório, sala, cozinha, banh., e área de serviço. Aluguel: **R$ 1.100,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

POMPÉIA RUA BARÃO DO BANANAL (PROXIMO HOSPITAL SÃO CAMILO), 1 dormitório, sala, vaga de garagem. Aluguel: **R$ 2.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA 1 dormitório, andar alto, face Norte, próx: Shopping e Hosp. Sírio, vaga de garagem. **R$ 350mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

CERQUEIRA CESAR HADDOCK LOBO px, AL. Franca, 2 dormitórios, 99m² úteis., andar alto, sol da manhã, dep., de empregada completa, vaga. **R$ 1.150.000,00.**
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sala ampla, coz, depends. de emp., 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes, **R$ 1.850.000,00.**
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

JARDIM PAULISTA RUA PAMPLONA, 1 dormitório, 50m² úteis, vaga de garagem livre, sol da manhã, andar alto, ótima vista, lazer. **R$ 550 mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

LIBERDADE RUA DR. SIQUEIRA CAMPOS, 41m², 1 dorm. c/ arms., wc completo, 1 vaga e etc. Px. Metrô São Joaquim. Venda **R$ 320 mil** + encargos. Cód. AP0561.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 suíte, closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churrasq, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jogos. **R$ 870mil.**
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

VILA CLEMENTINO AL. BONINAS, 73m², novo, andar alto, varanda gourmet, 2 dorms,1 vaga de garagem e etc. Próx. ao Metrô Praça da Arvore. **R$ 850mil.** Cód. IH927.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av. Faria Lima. **R$ 400 mil.** Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA AV. DR. CARDOSO DE MELO, c/69 m², todo remodelado com muito bom gosto, 2 dorms., sala, cozinha e 2 banheiros. **R$ 742mil.** Ref: AP0536.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JARDIM PAULISTA Amplo sbr. todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo., 1 suíte, edícula c/salão e lavanderia. Al. **R$ 17.000,00** + cond + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

SANTO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 sls, 5 vgs, área externa. Px. Metrô Borba Gato. Aluguel **R$ 5.500,00** + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CASAS VENDEM-SE

INDIANÓPOLIS AV. MIRURA, sobrado c/149 m² de área construída, vaga de garagem p/2 carros, junto ao Aeroporto e Moema. **R$ 690mil.** Ref: CA0188.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

JD. DAS VERTENTES RUA ESTADOS UNIDOS – Sobrado 242,00m² amplas salas, 4 dorms., 2 stes., sala com sacada, lavabo coz., vagas e piscina. **R$ 1.100.000,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JD. PAULISTA – Exc. Local! RUA ESTADOS UNIDOS – Sbr. 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd., copa, despensa, banhs, vagas. **R$ 8.000.000,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTANO RUA AGRÁRIO DE SOUZA, sobrado c/terreno c/280 m², 180 m² de ác, todo remodelado, 3 dorms. (1 suíte), 2 vagas. **R$ 5.500.000,00.** Ref: CA0198.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

PARAÍSO TRAV. UMBERTO BIGNARDI junto da RUA ABÍLIO SOARES, sobrado c/234 m² de ác, coml. ou residencial, garagem p/3 carros. **R$ 1.950.000,00.** Ref: CA0184.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

TABOÃO DA SERRA SP. Sobrado 2 dormitórios, 80m² úteis, 2 vagas, terreno 5m x 30m 150m², Jardim. América **R$ 350mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel **R$ 9.000,00.**
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ garagem. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00.** REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar condicionado central. Útil 689m². **R$ 59.000,00.** REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três cjtos de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

JARDINS RUA AUGUSTA. Cjto c/96 m² de área construída, junto da Alameda Lorena, 4 salas, copa e 3 banhs, atende a diversos serviços. **R$ 420mil.** Ref: CJ 0005.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS VENDE/ALUGA CJTO, andar interior, 9 banhs, 18 vagas, ar cond. central. Útil 310m². VENDA: **R$ 2.500.000,00.** LOCAÇÃO: **R$ 15.000,00.** REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: **R$ 2.200.000,00.** LOCAÇÃO: **R$ 12.000,00.** REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

CAMPO BELO AV. VER. JOSÉ DINIZ, conjunto com 3 salas, armários, 2 banheiros, ar condicionado, uma vaga, área útil, 60m². Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

CERQUEIRA CÉSAR R. PADRE JOÃO MANUEL, 70m², 2 sls, ar cond. central, 2 wcs, copa e 2 vgs. Px. Metrô Consolação. Aluguel **R$ 4.400,00** + encargos. Cód. CJ0288.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sl. c/30m², banh. privativo, ót. localização, conj. de fundos s/ barulho de tráfego. Alug: **R$ 1.100,00**+Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00.**
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

PERDIZES RUA CANDIDO ESPINHEIRA. Cjts de 57m² e 110m², ar condicionado, 2 ou 4 banhs, copa, 1 ou 2 vagas. Aluguel; **R$ 3.200,00** ou **R$ 1.600,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

ESCRITÓRIOS VENDEM-SE

ANDAR TODO - SÉ RUA QUINTINO BOCAIUVA, 95 m² 4 salas, 2 banheiros, cozinha e sacada. **R$ 390mil.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ITAIM BIBI RUA TABAPUÃ, PRÓXIMO BANDEIRA PAULISTA. Conjunto comercial, 36m² úteis, 2 wcs., com vaga. **R$ 330mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² área construída 345m². **R$ 3.300.000,00.** REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda **R$ 1.750.000,00** Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

TERRENO VENDE-SE

JABAQUARA RUA FARJALLA KORAICHO, 1095m² AT. e 854m² AC. Empreend. de uso residencial ou comercial. Px. Metrô Jabaquara. Venda **R$ 5.500.000,00** Cód. TE0008.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

NOSSA CASA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS — CRECI 4506 — 11 99912-7169 — adalto@nc.adm.br

A. SANTOS — CRECI 1675 — ☎ 11 3814-7301 — adirson@terra.com.br

LOUVRE IMÓVEIS — CRECI 6916-J — ☎ 11 3846-0377 — www.louvreimoveis.com.br

Adriano Silva imóveis — CRECI 20.280-J — ☎ 11 5053-1790 — www.adrianosilvaimoveis.com.br

LIV — CRECI 13.414-J — ☎ 11 3088-1711 — www.livimoveis.com.br

WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMOVEIS — CRECI 19.278 — 11 99998-0356 — a.e.imoveis.uol.com.br

AZEVEDO Negócios Imobiliários — CRECI 8434-J — ☎ 11 3258-7544 — francisco@azevedonegocios.com.br

Silver Imóveis e Administração Ltda — CRECI 8652-J — ☎ 11 3115-3399 — www.silverimoveis.com.br

PREDIAL RUGGIERO LTDA. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS — CRECI 388-J — ☎ 11 3111-2011 — info@predialruggiero.com.br

Harmonia — CRECI 83-J — ☎ 11 3056.1882 — www.imobiliariaharmonia.com.br

imóveis

Serviço ao leitor

Dicas para fazer um bom negócio

✓ Contatar a imobiliária responsável ou proprietário do imóvel para verificação da documentação de propriedade do bem antes de adiantar algum valor

✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida

✓ Fornecer seus dados apenas pessoalmente

✓ Evitar documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios

✓ Faça o negócio pessoalmente

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

VL ANASTÁCIO
Galpão ind. 5.711m²ac., 3453m²ár. fabril,2258m² ár. adm. Doneda Imóveis. Creci SP 25901J ☎(11)3742-0400/ 99184-6326

TERRENOS

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

GRANDE SÃO PAULO

TERRENOS

GUARAREMA
1035m² Residencial no asfalto, murado,doc ok.(11) 99265-4684

OSASCO

Vendo terreno área total 11.904 m² Próx. Autonomista. Tratar c/ Sergio ☎(11)97203-3225

LITORAL

TERRENOS

CUBATÃO
Área 10.000m², 300 mts de SP 055, 3 Km do Porto de Santos. Direto prop. ☎(16)99607-5455

RIO DE JANEIRO
Saco do Mamanguá. Entre Paraty e Laranjeiras. Área de 320ha, 585metros de frente para o mar. Tratar ☎(11)3197-9873/11-97516-8140 (Rose)

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

AUTOS

COROLLA XEI 2.0
R$130.000 20/21 Prata, compl. 37.800km. (11)99936-4868

CAMINHÕES

VW 24.280
R$220.000 12/12 CRM 6X2, ar cond., carroceria aberta, bom estado. Particular (11)96435-0736

OPORTUNIDADES

LEILÕES

CASA, SÃO PAULO/SP
572m² a.t., R. Afonso Vergueiro, 88, Vl. Maria. Inicial R$ 1.150.000,00 www.giordanoleiloes.com.br ☎0800-707-9339

LEILÃO DE ARTE
O Leiloeiro Oficial Aloisio Cravo, JUCESP 387, comunica que realizará Leilão de Arte, dia 14/03/23 às 20:30hs. Rua Groenlandia, 1897 São Paulo (11)3088-7142

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
A empresa Francisca V P da Silva Utilidades, portadora do CNPJ: 39.470.164/0001-18 solicita o comparecimento do Sr. Wallison Oliveira Ferreira portador da CTPS nº: 20386 Série: 00459 - SP no endereço Rua Dr Jose Augusto de Souza e Silva, 97 Jardim Parque Morumbi, São Paulo-SP, no prazo de até 3 dias úteis para tratar assunto de seu interesse. Conforme artigo 482 Alínea "I" da CLT.

AVISO DE COMPARECIMENTO
Conforme artigo 482 Letra I da CLT convocamos o Sr. Bruno Ribeiro de Souza CTPS nº: 85386 série 328-SP a retornar ao trabalho no prazo de 3 dias. O não comparecimento caracterizará Abandono de Emprego. Equipe Sinalização e Serviços Eireli ME

COMUNICADO À PRAÇA
Eu Dra. Ana Gabriela De Caro responsável pela Empresa Ideal Credito CNPJ 00.827.371/0001-** comunico que estão havendo ofertas de crédito por golpistas em nome da empresa em questão. Sendo assim nos isentamos de qualquer responsabilidade por esses atos fraudulentos.

COMUNICADO DE EXTRAVIO
Eu Elias Ferreira de Souza, portador do RG 25809221-X, comunico extravio do diploma Bacharel em Teologia, emitido pela Faculdade Faetel em 07/2015. Razão pela qual solicito a segunda via.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

CAPIT.GIRO E INVESTIMENTO
Temos linha crédito até 11 meses carência.Marcos(11)97022-0735

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

DROGARIA VENDO
Na região central SP! Tradicional, há 52anos no local, próximo Hospital Sírio Libanês e 9 de Julho. Valor R$600mil. Direto c/ propriet. Fone/Whats. ☎(11)94153-2103

EMPRESÁRIO VENDE DIVERSOS IMÓVEIS
2218-0332/2400-9949 Antonio

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

ACOMPANHANTE
As mais belas sádicas maz.e entendidas juntas ou separadas. Atend.24hrs ☎(11)91757-6161

EMPREGOS

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO
Contrata-se c/experiência em VRF e Chiller, CNH válida. Enviar CV para minhavaga.cv@outlook.com

MÉDICO (A) RECÉM FORMADO
** Consultas clínicas em empresas **
Plantões de 8 horas diárias, folgas sábados e domingos. Ótima remuneração.
Av. Paulista, 509, loja 36, SP
CV para: medicina@mestra.net

_ MECÂNICO MONTADOR DE _ REDUTORES DE VELOCIDADE
Empresa contrata com larga experiência em montagem de redutores de velocidade ortogonais, paralelo, planetários, sem fim coroa, motoredutores. Com disponibilidade para trabalhar em Contagem/MG. Enviar C.V. com pretensão salarial pelo Whats (31)98814-0771 ou e-mail rh@glusinagem.com

CIRCE BONATELLI, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT E TALITA NASCIMENTO/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Cronograma de duplicação da Rio-Santos é preservado apesar de desastre

Os estragos provocados pelas chuvas no litoral norte de São Paulo no carnaval não chegaram ao trecho federal da Rodovia Rio-Santos (BR-101), cujo projeto de duplicação segue inalterado, segundo a concessionária da via, a CCR. A empresa é a responsável por 270 quilômetros que vão de Ubatuba (SP) até o Rio de Janeiro. O trecho foi incluído no leilão da Rodovia Presidente Dutra realizado no fim de 2021, vencido pela CCR após bater a Ecorodovias com lance de R$ 1,7 bilhão. A CCR está na fase de desenvolvimento e aprovação dos projetos. Não há data para o início das obras. Já a conclusão e a entrega da duplicação deverão acontecer em etapas, que vão do 6º ao 9º ano da concessão, isto é, entre 2028 e 2031. O cronograma foi preservado.

Nasce banco para influenciadores

O Brasil é um dos países com o maior número de influenciadores digitais no mundo e há até um projeto de lei na Câmara para regulamentar essa profissão. De olho nesse público, o empreendedor e publicitário Ricardo Marques, que já foi sócio do jogador Ronaldo Fenômeno, resolveu criar o Influencers Bank.

Câmbio está entre serviços

A ideia é oferecer antecipação de valores a receber por serviços prestados nas redes, câmbio (muitos trabalham para empresas no exterior) e crédito para compra de equipamentos. A meta é chegar a 1 milhão de clientes e tentar ir à Nasdaq em três anos, algo que tem sido difícil para empresas brasileiras.

● **APPEAL.** O plano é fazer uma rodada inicial de captação ("seed capital") no terceiro trimestre deste ano, com o novo banco avaliado em US$ 57 milhões. Por ter atuação em um nicho muito específico – e apenas não mais um banco digital –, Marques diz ter recebido sinalização positiva de fundos de venture capital, aqueles que compram participação em empresas novas.

● **NOMES.** Já teria havido um primeiro aporte de investidores estratégicos mas, sem ter sido oficialmente fechado, nomes e valores não foram revelados. Para CEO do Influencers Bank, Marques trouxe Martius Haberfeld, com passagem pelo Banco Safra e Santander.

● **TODOS OS GOSTOS.** O número de influenciadores no País é estimado em 10,5 milhões pela Nielsen, que avaliou postagens do Instagram entre fim de 2021 e abril de 2022. Só perde para os EUA, com 13,5 milhões. Em 2022, esse mercado cresceu 19% e movimentou no mundo US$ 16,4 bilhões, diz o Influencer Marketing Hub.

OFERTA BILIONÁRIA

ASSAÍ ATACADISTA-31/8/2022

Com uma oferta de ações que pode chegar a R$ 3,5 bilhões, e o mercado praticamente fechado, Assaí testa apetite de investidores

● **EMPREENDEDORISMO.** No Brasil, Marques foi um dos fundadores da Elemídia, empresa precursora de mídia digital no começo dos anos 2000, vendida ao grupo Abril em 2010 e depois a um fundo de private equity. Marques então foi para os EUA buscar novos negócios e encontrou a Vevo, plataforma de vídeos que trouxe ao Brasil. Em paralelo, foi um dos fundadores da Spark, empresa de gestão da carreira de influenciadores, que tem o jogador Ronaldo entre os sócios.

● **RETOMADA.** Com uma oferta bilionária de ações, que pode chegar a R$ 3,5 bilhões, e o mercado praticamente fechado, o Assaí vai testar o apetite dos investidores – com a possibilidade de emplacar a primeira operação do tipo em 2023. Para isso, iniciou ontem conversas com estrangeiros e fundos locais, para colocar de pé a operação por meio da qual seu controlador, o francês Casino, quer levantar algum dinheiro. Dependendo do interesse, a operação pode ir a mercado em até duas semanas.

● **PORTENTOSA.** Se conseguir emplacar a operação, deve ser uma das maiores dos últimos anos no Brasil, só atrás das ofertas subsequentes (follow-on, no jargão do mercado) gigantes de BRF (R$ 5,2 bilhões), Eneva (R$ 4,2 bilhões) e das operações de Renner e Magazine Luiza em 2021, ambas na casa dos R$ 4 bilhões.

● **PRELIMINARES.** Inicialmente, os contatos são com os atuais sócios do exterior. Até que chegue efetivamente à bolsa, é preciso que o mercado não esteja em dias difíceis.

● **PÉ CÁ.** De toda forma, o Assaí é uma empresa que agrada ao mercado, sendo o melhor ativo que o Casino pode pôr à venda para fazer frente a compromissos com seus credores franceses. Fechado no fim de novembro, o primeiro follow-on que a companhia fez com o propósito de diminuir a participação do Casino movimentou R$ 2,7 bilhões, mas poderia ter chegado a R$ 3,6 bilhões. O Casino se limitou a vender o lote base porque o controlador queria buscar outras opções antes de se desfazer de mais fatias de um negócio saudável. A operação está sendo coordenada por BTG Pactual, Bradesco BBI, Itaú BBA e JPMorgan.

SOBE

Educação tem alta com notícias sobre Fies

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-8/1/2022

Ações do setor de educação subiram na B3 ontem impulsionadas pela criação, pelo MEC, de um grupo para avaliar a situação do Fies. Yduqs teve alta de 12,17%, a maior do Ibovespa. Cogna subiu 8,91%. Fora do Ibovespa, Anima avançou 13,15%. Para os analistas do Citi, Leandro Bastos e Renan Prata, a criação do grupo foi a primeira medida concreta que indica a intenção do governo de "reacender" o programa estudantil.

DESCE

Suzano tem queda moderada na B3

SUZANO-2/6/2021

Num dia de bom humor no mercado, diante da perspectiva do anúncio iminente de novas regras fiscais pelo governo, houve poucas baixas no Ibovespa. Uma delas foi a da Suzano, de papel e celulose, que caiu 0,65%. O otimismo aumentou o apetite por risco, levando à alta do real ante o dólar. Nesse cenário, a Suzano, que é exportadora, recuou, uma vez que tem parte das receitas na moeda americana.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 106.540,32 PTS. | Dia 2,22% | Mês 1,53% | Ano -2,91%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
YDUQS PART ON NM	7,56	12,17	18.562
LOCAWEB ON NM	5,32	11,76	12.101
ECORODOVIAS ON NM	4,50	9,76	14.576

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

SLC AGRICOLAON	47,81	-2,13	10.480
SUZANO S.A. ON NM	47,44	-0,65	17.557
TELEF BRASILON	39,04	-0,46	9.711

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

5/3 A 5/4	0,2114	1,0432	0,7125	0,5000
6/3 A 6/4	0,2388	1,0908	0,7400	0,5000
7/3 A 7/4	0,2381	1,0901	0,7393	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.798,40	-0,18	0,43	-1,05
FRANKFURT - DAX	15.631,87	0,46	1,74	12,27
LONDRES - FTSE	7.929,92	0,13	0,68	6,42
TÓQUIO - NIKKEI	28.444,19	0,48	3,21	9,00

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,12	2.813,48
	15/5/2035	6,41	1.907,58
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,23	4.010,87
PREFIXADO	1º/1/2026	12,65	714,90
	1º/1/2029	13,38	483,09
SELIC	1º/3/2026	0,08	12.896,13

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	-	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,21	0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	-	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	ABR/23	20,88	396.455	20,77	21,03	-0,67
CAFÉ NY*	MAI/23	177,35	80.093	175,75	183,05	-2,85
SOJA CBOT**	MAR/23	15,27	876.000	15,245	15,390	0,10
MILHO CBOT**	MAI/23	6,26	516.969	6,245	6,375	-1,38

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	161,20	-0,45	-20,68
BOI Cepea/esalq, R$/@	266,95	0,00	-23,80
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,03	0,22	-15,12
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.097,38	-3,23	-18,35

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1401	-1,02	-1,62	-2,65
DÓLAR TURISMO	5,3310	-1,30	-1,70	-2,75
EURO	5,4210	-1,08	-2,01	-3,83
OURO	298,200	-0,18	-1,91	-1,26
WTI US$/BARRIL	76,5000	-1,01	-0,46	-4,94
IBRENTUS$/BARRIL	82,3500	-0,73	-0,84	-4,18

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0543	1,1841	0,1947
EURO	0,949	1,0000	1,1231	0,1847
FRANCO SUÍÇO	0,942	0,9928	1,1150	0,1834
LIBRA ESTERLINA	0,845	0,8905	1,0000	0,1645
IENE	137,259	144,7140	162,5210	26,728

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

O que se come e como se vive em cinco lugares onde a vida é mais longa

Teatro *Estreia*

‘A Herança’ traz uma discussão de gerações sobre amor e preconceitos

Montagem premiada na Broadway com quatro Tonys chega nesta quinta a São Paulo dividida em duas partes

UBIRATAN BRASIL

Quando assistiram ao espetáculo *The Inheritance*, em Londres, em 2019, o ator Bruno Fagundes e o diretor Zé Henrique de Paula vivenciaram uma experiência de pura catarse. “A peça é longa e tem vários intervalos”, relembra Zé Henrique. “No primeiro, as pessoas só se olhavam. No segundo, havia cumprimentos; no último, desconhecidos se abraçavam, emocionados.” Empolgados, ator e diretor decidiram produzir uma montagem no Brasil e, assim, *A Herança* estreia nesta quinta, 9, no Teatro Vivo.

Escrita pelo americano de origem porto-riquenha Matthew Lopez, a peça traça um monumental painel a partir da relação entre amigos gays, que unem suas histórias geracionais, traçando um painel entre a experiência vivida pela humanidade nos anos 1980, quando surgiu o vírus da aids, até os dias atuais e as consequências daquele período sombrio e mortal. Detalhe: a montagem se divide em duas partes, cada uma com 2h30 de duração – enquanto a primeira estreia nesta quinta, a segunda entra em cartaz no dia 24 de março. E haverá dois dias (8 e 22 de abril) em que as duas partes serão exibidas seguidamente.

MARATONA. Não se deve, porém, desanimar diante de tal maratona – *A Herança* tornou-se, com o tempo, um dos principais espetáculos da Inglaterra e dos EUA, onde recebeu quatro prêmios Tony, o Oscar do teatro americano. A história é compulsivamente envolvente e acompanha Eric (Fagundes) que, prestes a ser despejado de seu apartamento, se aproxima de Walter (Marco Antônio Pâmio) e Henry (Reynaldo Gianecchini) na tentativa de se acertar, ao mesmo tempo que naufraga sua relação com o escritor Toby (Rafael Primot), cuja carreira começa a decolar. ●

LEIA MAIS SOBRE A MONTAGEM BRASILEIRA DE ‘A HERANÇA’ NA PÁG. C3

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Redes sociais

Comer e beber bem como hobby e segunda profissão

Comer bem já era uma paixão de Adriano Lopes, ou como é conhecido nas redes, Gordo Profissional, mas foi com a construção de uma adega em sua casa que o empresário se jogou no mundo dos vinhos e viu a paixão por comida e a recém-adquirida, por bebida, virarem uma segunda profissão, ou melhor, um hobby. “A arquiteta viu um espaço em casa e sugeriu fazermos uma adega. Começou menor e eu nunca achei que um dia eu conseguiria enchê-la”, conta ele sobre o espaço, que hoje abriga 1300 rótulos.

Com 228 mil seguidores no Instagram, Lopes dá dicas de restaurantes e vinhos para seus seguidores, mas não se considera enólogo. “Falo sobre coisas básicas, sobre como evitar pedir o segundo vinho mais barato da carta. Eu fazia isso e muita gente faz, mas é nesse tipo de rótulo em que os restaurantes conseguem o maior lucro em cima do cliente”, explica.

Empresário do ramo do e-commerce, ele conta que considera a ação como influencer um hobby porque evita fazer trabalhos pagos e não quer perder o prazer de ir a restaurantes. “Simplesmente vou comer e falo a minha opinião. Também não gosto de falar mal da comida, não sou um crítico. Só falo mal quando o serviço é muito ruim”, conta. O único lado ruim da tarefa de sair quase todos os dias para comer foi perder a companhia da mulher nas aventuras gastronômicas. “Nós íamos sempre juntos, mas ela cansou porque são muitos convites”, ri. ● MARCELA PAES

DANIEL TEIXEIRA / ESTADAO

O influencer Adriano Lopes, conhecido como Gordo Profissional, na adega de sua casa

Cinema novo

YAGO MOREIRA

Cine Marquise inaugura nova sala, a primeira da reforma que será finalizada em maio

O Cine Marquise, no Conjunto Nacional, está ficando de cara nova. O cinema entregou ontem a primeira sala de uma reforma de todo o espaço, que será finalizada em maio. Aberto em 1963 como Cine Rio, o conjunto de salas na Avenida Paulista mudou diversas vezes de nomes e até chegou a fechar as portas – reabriu em 2021 com a denominação atual. A nova sala tem 27 lugares, poltronas ergonômicas e um novo sistema de projeção a laser.

FOTOS DENISE ANDRADE

1. Antonia, Paula e Ariela Bergamin na abertura da exposição “Marília Kranz: Relevos e Pinturas”. 2. Cécilia Saint-Viteux. 3. Camila Yunes Guarita e Maria Antonia Ferraz. Terça-feira, na Galeria Galatea.

Bloco de Notas

● **SÓ DELAS.** Dez artistas plásticas terão seus painéis expostos na mostra gratuita *Grafite por Elas*, no Palácio dos Bandeirantes. A ação, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e a Casa Civil, começou ontem.

● **DO BEM.** A ONG Parceiros Voluntários lançou ontem o documentário *Só Juntos Dá Pra Mudar. É Só Começar* sobre três lideranças sociais que atuam em comunidades pobres.

● **ARTSY.** A Dan Galeria participa da 19ª edição da SP-Arte, que ocorre de 29 de março a 02 de abril, com um penetrável do artista plástico venezuelano Jesús Rafael Soto, morto em 2005.

Teatro Estreia

Peça debate os erros com a aids nos anos 1980

'A Herança', com 89 cenas, mostra o amargo legado que pessoas do século 21 carregam a partir de certas atitudes no início da doença

UBIRATAN BRASIL

Os ensaios da peça *A Herança* exigiram tempo e preparo psicológico do elenco. "O texto é muito bem estruturado em um total de 89 cenas e mantém a atenção ao mostrar uma herança amarga que nós, pessoas do século 21, carregamos a partir das omissões e das atitudes erradas tomadas nos anos 1980", comenta Bruno Fagundes. E o autor constrói essa estrutura a partir de sua interpretação do romance *Howards End*, de E.M. Forster (1879-1970), usando três gerações de homossexuais nova-iorquinos para explorar a classe, a comunidade e o legado do HIV.

"Ao escrever *A Herança*, eu queria tomar meu romance favorito e recontá-lo de uma forma que seu autor nunca se sentiu livre para fazer em vida", escreveu Matthew Lopez, em artigo ao *New York Times*.

"A peça, na verdade, nos coloca em estado de atenção e Walter, meu personagem, promove um elo entre as gerações", atesta Marco Antônio Pâmio. De fato, no auge da mortandade provocada pelo vírus da aids nos anos 1980, Walter (Reynaldo Gianecchini) transformou sua casa de campo em abrigo para os infectados, atitude humanitária quando a maioria das pessoas evitava o convívio. "Ele conta isso a Eric, que se torna seu herdeiro espiritual e também de posses, deixando para o rapaz a casa de campo."

Política
A eleição de Donald Trump é um ponto alto da peça, quando se fala sobre capitalismo

Se soluciona a questão da moradia (Eric está para ser despejado), a atitude provoca outro problema, pois a propriedade, de uma certa forma, também pertence a Henry, que foi companheiro de Walter. "É um personagem surpreendente, de atitudes inusitadas – basta notar que é um homossexual que apoia o Partido Republicano americano", comenta Gianecchini, que só entra em cena depois de vários minutos de peça. "A política é parte natural da narrativa, é como se falássemos do Brasil atual."

TRUMP. A eleição de Donald Trump, aliás, é um dos grandes momentos da peça, e logo torna evidente o tipo de capitalismo implacável praticado por Henry. *A Herança* traz personagens de uma teatralidade selvagem, mas a humanidade da performance do elenco confere à produção um brilho espiritual. "Há uma compreensão da natureza humana, com todas as suas falhas", diz Zé Henrique que, para o único papel feminino, convidou uma dama do teatro, Miriam Mehler. Ela transmite a comovente dor da mãe que transformou o fracasso em aceitar o filho gay quando ele mais precisava dela em um serviço para os outros. ●

FOTOS WERTHER SANTANA / ESTADÃO

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

1. Elenco permanece em cena mesmo quando não está atuando

2. Atores refletem sobre conflito de gerações

3. Miriam Mehler participa da parte 2

A Herança
Teatro Vivo. Av. Chucri Zaidan, 2.460. 5ª, 6ª e sáb., 20h. Dom., 18h (parte 1). Parte 2 estreia dia 24/3 e ocupará as sessões de sáb. (20h) e dom. (18h). R$ 100. **Estreia 9/3**

Música Temporada

Teatro São Pedro abre temporada com 'Dido e Enéas'

Nova produção da ópera de Purcell que estreia nesta quinta é um espetáculo em três tempos: do século 1.º ao 21

JOÃO LUIZ SAMPAIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Um espetáculo em três tempos. Assim o diretor William Pereira define a produção de *Dido e Enéas*, de Henry Purcell, que abre de hoje a domingo a temporada lírica do Teatro São Pedro – que terá onze títulos apresentados até dezembro.

"Eu sempre parto, ao dirigir óperas, da ideia do aggiornamento, da atualização, da trama, mesmo que seja para abandoná-la depois", explica o diretor. "E, neste caso, pareceu interessante trabalhar com três períodos que estão ligados à ópera."

O primeiro é o século 1, quando Virgílio escreveu *Eneida*, poema épico que gira em torno de Enéas, herói troiano que se salva do ataque dos gregos. O segundo, o século 17, quando o libretista Nahum Tate e o compositor Henry Purcell transformam em ópera um dos episódios do poema, sobre o amor entre Enéas e Dido, a Rainha de Cartago.

"E o terceiro é o século 21, com uma reflexão sobre como podemos recriar essa ópera do período barroco à luz do nosso tempo", diz Pereira. "Esse é um repertório que eu adoro, pelas liberdades que oferece. O barroco tem uma artificialidade e uma teatralidade que são muito interessantes para trabalhar, longe dos códigos da ópera romântica."

Ele escalou, então, a musicóloga Ligiana Costa, especialista em ópera barroca, como dramaturgista; e o coreógrafo Luís Fernando Bongiovanni ficou responsável por criar uma coreografia que retrabalhasse o gestual barroco de forma contemporânea.

HELOISA BORTZ

Cena da ópera de Henry Purcell: imagens ricas tiradas de 'Eneida'

MONTAGEM. Ao mesmo tempo, explica o diretor, o original de Virgílio ofereceu elementos importantes para a construção da montagem. "Há imagens muito ricas e fortes que vêm não da ópera, mas de *Eneida*. E que me permitiram fugir do retrato de Dido como uma mulher deprimida, tão comum e potencializado pelo *Lamento* que ela interpreta no final da ópera e que é a passagem mais célebre da partitura."

Dido será vivida pela soprano argentina Maria Cristina Kiehr, intérprete de exceção do repertório barroco, que faz aqui sua estreia no papel. O barítono Johnny França atua como Enéas; a soprano Marília Vargas, como Belinda; e o barítono Homero Velho, como a Feiticeira. A direção musical e a regência são de Luis Otávio Santos.

A temporada lírica do São Pedro segue em abril com *O Rapto do Serralho*, de Mozart, sob a direção de Jorge Takla. Em seguida, serão apresentadas as óperas *O Voo Através do Oceano* e *Aquele que Diz Sim*, de Kurt Weill e Bertolt Brecht; *Raposinha Astuta*, de Janácek; *Cinderela*, de Pauline Viardot; *O Machete*, de André Mehmari; e *Os Conspiradores*, de Schubert, além das três peças criadas no Ateliê de Criação Lírica. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

O valor do indivíduo
Data estelar: Lua míngua em Libra

Somos tão importantes quanto a importância que outorguemos às pessoas com que nos relacionamos, porque o valor de um ser humano não pode ser medido individualmente, nosso valor se mede pela influência que exercemos nas pessoas e pelo quanto somos influenciados por elas, nos integrando à realidade interconectada de distribuição de vida em que todos existimos, seja consciente ou inconscientemente.

As pessoas que amamos e as que odiamos, as que nos interessam e aquelas que nos são indiferentes, todas elas falam de nós mesmos, é elas que nos servem de referência, porque por sua vez, elas tampouco são os indivíduos que pretendem ser, elas representam correntes de vida com seus próprios e inerentes significados. O indivíduo que somos, por si só, não vale nada, nosso valor são os relacionamentos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Há coisas que não se podem resolver contando exclusivamente com seus recursos particulares, é preciso pedir ajuda para as pessoas que tenham competência e contatos à altura dos requerimentos da atualidade. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5
Agir ou continuar esperando, eis o dilema, que não se pode resolver com precipitação ou impulsividade, porque isso complicaria o cenário. Observe mais do que o normal, mantenha a lucidez, você saberá o que fazer.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Definitivamente, a vida merece ser experimentada com muita mais intensidade, algo que só a verdade é capaz de oferecer, porque enquanto se gasta tempo sendo alguém que não se é, você também perde a chance de viver.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Sempre haverá uma saída, nem tão honrosa quanto gostaríamos, mas saída mesmo assim. Portanto, não feche mentalmente as portas que se encontram disponíveis, continue apostando na dinâmica que faz tudo se transformar.

LEÃO 22-7 a 22-8
Os enigmas que se apresentam são um desafio para sua capacidade intelectual, propondo exercícios de investigação que estimulam a lucidez e a análise. Trabalhe como se sua alma estivesse diante de um caso a ser investigado.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Entre o desejo e a necessidade, dessa vez fique com a segunda opção, que é mais segura e além disso vai resultar em benefícios para todas as pessoas envolvidas. A necessidade é a verdadeira mãe do destino. É isso.

LIBRA 23-9 a 22-10
Não há tarefa necessária que seria melhor desprezar, porque se necessária for há uma razão maior para sua existência do que sua escala de valores que julga o que seja bom ou ruim. A necessidade é a mãe do destino.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Há encrencas que valem a pena e outras que seria melhor ver pelas costas. O impulso criativo do humano faz com que a encrenca seja inevitável, mas há também a capacidade de se antecipar e escolher as encrencas boas.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Apesar de todos os perrengues que certas pessoas produzem, mesmo assim elas são necessárias, porque, no mínimo, o que elas fazem serve de ponto de partida para reflexões que proporcionam amadurecimento a você.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
A mente ajuda, a mente atrapalha, tudo depende do estado de ânimo. Importante seria que todo dia fosse para você um exercício que lhe servisse para se apropriar de tão sofisticado equipamento, que é a mente.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Todo caminho que vale a pena inicia com uma imagem, um sonho, uma ideia que dá aquele estalo na alma. Porém, tudo fica por aí se a ideia não estimula você a começar a dar os passos concretos necessários à realização.

PEIXES 20-2 a 20-3
Nem sempre é possível manter a fleugma diante de acontecimentos que produzem reações emocionais muito intensas, porém, nesta parte do caminho essa contenção se faz necessária para sua alma evitar qualquer precipitação.

Fotografia **Realeza**

Mostra com Elizabeth II e seus corgis expõe seu afeto pelos cães

Os cachorros de patas curtas são inseparáveis da imagem da monarca, que teve 30 deles ao longo de sua vida

Seis meses após a morte da rainha Elizabeth II, Londres abriu ontem, quarta-feira, uma exposição dedicada aos cães corgis da monarca britânica, reunindo fotografias suas ao lado dos animais.

A exposição no museu Wallace Collection, intitulada The Queen and Her Corgis (A Rainha e Seus Corgis), exibirá nove fotografias tiradas ao longo da vida de Elizabeth II, cada uma capturando um período diferente e um vínculo único com os animais de estimação.

"É uma exposição muito pequena, mas realmente maravilhosa, que mostra nove fotos da rainha e seus corgis, passando por sua vida a cada dez anos", explica o curador da mostra, Xavier Bray.

Os cachorros de patas curtas, orelhas pontudas e costas longas são inseparáveis da imagem da monarca, que teve cerca de 30 deles ao longo de gerações, com preferência pela raça pembroke, mas também criou o "dorgi", um cruzamento entre o corgi e o dachshund.

As fotografias, selecionadas entre uma coleção de 5 mil imagens, retratam desde momentos espontâneos a retratos mais elaborados. A foto mais antiga data de julho de 1936 e mostra a ainda princesa Elizabeth, de 10 anos, brincando com dois de seus corgis, Jane e Dookie, em Londres.

Uma das imagens foi capturada em 19 de setembro de 2022. Nas escadarias do Castelo de Windsor, Muick e Sandy aguardavam, escoltados por dois guardas, o cortejo fúnebre que deixou Londres após o grande funeral da monarca para percorrer a longa avenida que leva ao castelo, onde Elizabeth II foi enterrada. ● / AFP

QUADRINHOS

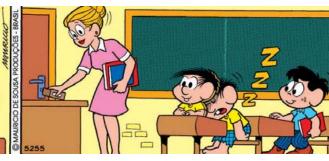
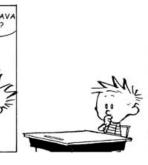
Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Honra é uma pedra preciosa: um defeito reduz o valor"* **Jacques Bossuet**

Por aí

Patrícia Ferraz ● *patriciacferraz@gmail.com*

Segredo bem guardado na Cantareira

A Quinta da Canta está fazendo 20 anos e, se você ainda não foi lá, está perdendo a chance de passar uma tarde agradável no campo, de saborear comida caseira da melhor qualidade, embalada por uma trilha sonora impecável, que vai de João Gilberto a Brigitte Bardot. E, de quebra, ver de perto a transformação da Serra da Cantareira, com bares, restaurantes, empórios de comida e bebida com direito a uma cervejaria local.

Duas décadas atrás, o prazer do casal de publicitários Teresa e Sérgio Lima de receber os amigos em casa nos fins de semana acabou se transformando em um negócio, tantos foram os pedidos. A Quinta da Canta funciona aos sábados e domingos no almoço. Vale a viagem.

PAISAGEM. É um lugar para comer sem pressa, desfrutando a paisagem e o acolhimento carinhoso. A comida é uma delícia – despretensiosa, mas cheia de cuidado, tudo feito em casa, boa parte no fogão a lenha; os vegetais orgânicos da própria horta são a base dos pratos.

O caldinho de boas-vindas faz parte da tradição. Nesta temporada, é um gazpacho de melancia, fresquinho e muito saboroso. O menu muda a cada estação, mas a festa sempre começa com uma cesta de pães quentinhos, artesanais, de cará e cebola, acompanhados de manteiga aromatizada com mostarda e uma versão local de pesto trapanese, com tomate seco e nozes.

TERESA CARVALHO LIMA

Lugar para comer sem pressa e apreciar a natureza

SALADA. Como entrada, minirraviólis recheados com cebola caramelizada e servidos com manteiga e alho negro. Um primor. A salada da horta vem em seguida, um prato colorido com vegetais vigorosos temperados com muita delicadeza.

Como principal, um brasato. No caso, paleta bovina, longamente cozida com vinho e temperos. Pode ser acompanhado por penne ou purê de mandioca. E, para finalizar, mousse de queijo com goiabada: a mousse é geladinha, a goiabada cascão vem quente...

Café? Moído na hora. A diferença está nos detalhes. O menu custa R$190 por pessoa e é preciso fazer a reserva. Há opções para vegetarianos e veganos. E tem menu para crianças.

Quinta da Canta

Alameda Bélgica, 325, Serra da Cantareira, reservas pelo WhatsApp (11) 91158-8800. ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3mp4vrJ**

- Papel de Wagner Moura no seriado "Narcos"
- Efeito instantâneo da participação em "reality show"
- Descerrar
- Mar, em inglês
- Autor (abrev.)
- Fator levado em conta na investigação sobre enriquecimento ilícito
- 401, em romanos
- Ler, em inglês
- Com o Amazonas, são os maiores produtores da castanha brasileira
- Tenho de
- Popular jogo de cassinos
- Protozoário parasito do intestino humano
- Animal símbolo da antiga URSS
- Moeda da Arábia Saudita
- Bário (símbolo)
- Chapéu-(?), item do vestuário inglês tradicional
- Sede do Governo argentino
- (?) Moscovis, ator
- Período histórico
- Terreiro de Candomblé
- Cópia de algo já inexistente (Filos.)
- Emanuelle Araújo, cantora
- Demais
- Início da viagem submarina
- Quadris
- Museu da Imagem e do som
- Tabique
- Correio Aéreo Nacional (sigla)
- Título dos antigos príncipes da Índia
- Designação do nitrato de prata
- Sobre, em francês
- Divisão da comarca
- Saliência no dorso do camelo
- Animal que matou Adônis (Mit.)
- Benévola
- Termina
- Choupo-branco
- Acolá
- Uva-(?), ingrediente do arroz à grega
- (?) de Cão, morro da Zona Sul carioca
- Carlos Nejar, poeta
- Grito de dor
- Categoria gramatical do grego clássico, refere-se ao que existe em pares
- Trecho cantado pelo solista, na ópera
- Coulomb (símbolo)
- Princípio ativo da maconha

S A L

BANCO 3/ilê — sea — sur. 4/read — rial. 5/álamo — assaz. 10/canabidiol.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Palavras de Carl Jung

ILUSTRAÇÃO: FERNANDO

MÉDICO e pensador **SUÍÇO**, Carl Jung (1875-1961) é considerado o pai da ~~PSICOLOGIA~~ Analítica. Jung estudou o inconsciente **HUMANO** e influenciou várias áreas do conhecimento com suas pesquisas.

- "**ERROS** são, no final das contas, fundamentos da **VERDADE**. Se um homem não sabe o que uma coisa é, já é um **AVANÇO** do conhecimento saber o que ela não é";
- "Onde o **AMOR** impera, não há **DESEJO** de poder; e onde o **PODER** predomina, há **FALTA** de amor. Um é a **SOMBRA** do outro";
- "Todos nós nascemos **ORIGINAIS** e morremos **CÓPIAS**";
- "O ego é dotado de um poder, de uma força **CRIATIVA**, conquista **TARDIA** da humanidade, a que chamamos **VONTADE**";
- "Tudo o que nos irrita nos **OUTROS** pode nos levar a uma **MELHOR** compreensão de nós mesmos";
- "Aquilo que na **VIDA** tem **SENTIDO**, mesmo sendo qualquer coisa de **MÍNIMO**, prima sobre algo de **GRANDE**, porém isento de sentido".

M	E	D	A	T	N	O	V	N	S	R
E	T	R	T	O	T	T	E	H	F	B
R	S	G	O	Ç	I	U	S	H	A	R
R	L	M	E	O	L	I	O	M	D	D
O	I	O	R	I	G	I	N	A	I	S
S	F	A	O	O	O	E	M	Y	V	M
B	Y	O	C	I	D	E	M	R	D	S
R	A	A	A	M	T	Y	R	B	T	R
P	S	I	C	O	L	O	G	I	A	G
C	O	M	N	O	N	D	R	R	R	I
O	R	G	R	A	N	D	E	M	D	N
T	T	L	E	T	I	F	B	M	I	O
T	U	T	D	T	I	I	R	N	A	O
T	O	I	O	Y	A	M	L	F	I	M
T	E	M	P	O	R	O	H	L	E	M
R	M	C	E	G	A	A	O	T	T	L
C	R	I	A	T	I	V	A	N	O	E
Y	N	Y	A	C	B	N	R	I	M	E
M	O	M	T	D	T	O	H	E	I	O
A	R	B	M	O	S	I	U	D	N	D
D	T	S	S	J	D	B	M	T	I	I
C	N	N	A	E	C	V	A	H	M	T
O	N	R	C	S	I	E	N	H	M	N
P	H	G	N	E	S	R	O	T	B	E
I	A	N	A	D	M	D	H	L	O	S
A	Y	T	A	M	R	A	T	R	Ç	B
S	Y	H	B	E	O	D	C	F	N	M
L	L	G	A	A	D	E	H	F	A	R
A	L	M	I	O	S	S	N	B	V	T
H	O	F	M	N	E	A	T	L	A	F
R	N	G	C	N	G	R	C	G	M	G

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3ZSl91g**

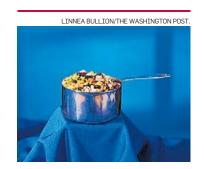
Nível Médio

			3		5			
3								7
2	7		9		6		8	1
		4				6		
				1				
		6				9		
1	9		8		2		6	5
5								3
			7		4			

SOLUÇÕES

Há quatro pontos que unem a alimentação em locais diversos de América, Europa e Ásia

Segredos da dieta dos centenários

LINNEA BULLION/THE WASHINGTON POST.

Zonas Azuis
Pesquisadores identificaram cinco lugares em todo o mundo onde as pessoas têm expectativas de vida excepcionalmente longas.

ANAHAD O'CONNOR
THE WASHINGTON POST

Não há como garantir que você vai viver até os cem anos. Mas podemos aprender muito estudando os hábitos alimentares dos centenários do mundo. Pesquisadores identificaram cinco lugares do mundo onde as pessoas têm expectativas de vida excepcionalmente longas. Chamadas de Zonas Azuis, são a Península de Nicoyan, na Costa Rica, a cidade de Loma Linda, na Califórnia, e as ilhas de Okinawa, no Japão, Sardenha, na Itália, e Icária, na Grécia.

À primeira vista, as dietas, estilos de vida e hábitos das pessoas dessas Zonas Azuis podem parecer bem diferentes uns dos outros. Muitas das pessoas longevas da Sardenha vivem em terreno montanhoso, onde caçam, pescam e colhem os próprios alimentos – como leite de cabra, queijo pecorino, cevada e hortaliças. As pessoas longevas de Loma Linda fazem parte de uma comunidade de adventista do sétimo dia que evita a cafeína e o álcool e segue uma dieta basicamente vegetariana. Já em Icária o vinho tinto é um alimento essencial e as pessoas comem uma dieta mediterrânea típica, com muitas frutas e vegetais e quantidades modestas de carne e frutos do mar. Os okinawanos historicamente consomem uma dieta de vegetais. Muitas das suas calorias vêm da batata-doce, do tofu e dos vegetais frescos que costumam colher dos próprios jardins. Eles também valorizam a carne de porco, que tradicionalmente guardam para ocasiões especiais. Enquanto isso, os centenários de Nicoyan tendem a seguir uma dieta tradicional da Mesoamérica, cheia de alimentos vegetais ricos em amido, como milho, feijão e abóbora.

HIPÓTESES. Vários fatores parecem influenciar a expectativa de vida. Algumas pesquisas sugerem que a genética responde por cerca de 25% do tempo

ANDREW KELLY / REUTERS–28/3/2022

Ampliar o consumo de vegetais na dieta diária está no centro das recomendações feitas por especialistas para ter uma vida mais saudável e longeva

de vida da pessoa, com dieta, ambiente, exercícios e outros fatores de estilo de vida compondo o restante. E estudos mostram que, mesmo que você só comece a fazer melhorias na dieta na meia-idade ou depois, ainda pode adicionar uma década ou mais à expectativa de vida.

A dieta por si só não é o único fator associado a altas expectativas de vida. As pesquisas mostraram que as pessoas que residem em comunidades onde a vida longeva é comum geralmente têm fortes conexões com amigos e familiares, um senso de propósito e uma visão positiva da vida. Elas se envolvem em altos níveis de atividade física e passam muito tempo fazendo jardinagem, trabalhando na terra ou socializando com outras pessoas da comunidade, diz Dan Buettner, autor do novo livro *The Blue Zones American Kitchen* (A Cozinha Americana das Zonas Azuis, em tradução livre).

Buettner passou anos explorando, pesquisando e escrevendo sobre as Zonas Azuis. Ele também analisou estudos científicos detalhados sobre suas dietas. E descobriu que, embora seus hábitos alimentares sejam diferentes em muitos aspectos, compartilham pelo menos quatro denominadores comuns. Você pode incorporar esses princípios a seguir.

COMA UMA XÍCARA DE FEIJÃO, ERVILHA OU LENTILHA TODOS OS DIAS. As leguminosas são especialmente populares entre as pessoas que vivem nas Zonas Azuis. A soja é uma parte importante da dieta tradicional em Okinawa, assim como as favas na Sardenha e o feijão preto em Nicoya. As pessoas das Zonas Azuis tendem a comer uma variedade de feijões e outros alimentos vegetais ricos em fibras.

Estudos descobriram que comer muitos alimentos ricos em fibras promove a saciedade e melhora os níveis de colesterol e açúcar no sangue. Também protege contra câncer e diabete e reduz o risco de morrer de doença cardíaca ou derrame, que são duas das principais causas de morte em todo o mundo.

Um estudo publicado no ano passado na *PLOS Medicine* descobriu que a pessoa média poderia ganhar anos de vida trocando uma dieta ocidental típica por uma dieta mais saudável – e que os alimentos que produziram os maiores ganhos na expectativa de vida eram feijões, grão-de-bico, lentilhas e outras leguminosas. "Descubra como incluir uma xícara de feijão em sua dieta todos os dias", diz Buettner. "Uma única xícara fornece metade de todas as fibras diárias de que você precisa."

Dica longeva

'Coma vegetais, tenha perspectiva positiva, seja gentil com as pessoas e sorria', diz morador de Okinawa

COMA UM PUNHADO DE NOZES DIARIAMENTE. As nozes são ricas em vitaminas, fibras e minerais. São um alimento básico para muitos habitantes da Zona Azul. As amêndoas, por exemplo, são populares na Icária e na Sardenha, onde são usadas em muitos pratos. Os nicoianos adoram pistache, diz Buettner.

Um estudo no *JAMA Internal Medicine* que acompanhou 31 mil adventistas do sétimo dia descobriu que aqueles que comiam nozes mais de quatro vezes por semana tinham 51% menos probabilidade de sofrer ataque cardíaco e 48% menos probabilidade de morrer de doença cardíaca do que seus pares que comiam nozes não mais do que uma vez por semana. Pegue um punhado de amêndoas, nozes, pistaches ou castanhas de caju. Para um café da manhã saudável, adicione manteiga de amêndoa a uma tigela de iogurte natural ou aveia. Ou polvilhe algumas nozes em cubos em cima de uma salada ou um refogado de legumes para o jantar.

TOME CAFÉ DA MANHÃ COMO UM REI, ALMOCE COMO UM PRÍNCIPE E JANTE POUCO. As pessoas das Zonas Azuis tendem a comer a maior parte de suas calorias no início do dia, e não mais tarde. Os okinawanos tradicionalmente comem um grande café da manhã e um almoço moderado. "Eles nem jantam", diz Buettner.

Os adventistas do sétimo dia que ele estudou tomavam um grande café da manhã às 10h e um almoço moderado às 16h. "E depois eles não comem mais nada", disse ele. Buettner observou uma coisa em todas as Zonas Azuis que estudou: quando as pessoas jantam, normalmente é no fim da tarde ou início da noite. "Eles não jantam tarde e não comem muito", afirmou.

Esse padrão se alinha com nossos relógios inatos de 24 horas, os chamados ritmos circadianos, que fazem com que nosso corpo seja mais eficiente em metabolizar as refeições pela manhã e no início da tarde. Estudos mostram que, quando as pessoas ingerem a maior parte de suas calorias no início do dia, elas perdem mais peso e apresentam maiores melhorias nos níveis de colesterol e açúcar no sangue e outros fatores de risco metabólicos em comparação com pessoas que ingerem a maior parte de suas calorias no fim do dia. Elas também queimam mais gordura e sentem menos fome.

FAÇA REFEIÇÕES COM A FAMÍLIA. Nas Zonas Azuis, é comum que as famílias comam pelo menos uma refeição diária juntas, normalmente a refeição do meio-dia ou a última refeição do dia. Embora seja compreensivelmente difícil para as famílias que levam vidas ocupadas jantarem juntas todos os dias, vale a pena tentar fazê-lo sempre que possível.

"Famílias que comem juntas tendem a comer de forma muito mais nutritiva e mais devagar. Há boas pesquisas mostrando que as crianças têm menos problemas com distúrbios alimentares quando comem socialmente", diz Buettner.

Pesquisadores descobriram que casais que priorizam as refeições em família relatam níveis mais altos de satisfação conjugal. Os pais e mães que rotineiramente fazem jantares caseiros com seus filhos consomem mais frutas e vegetais e seus filhos são menos propensos a desenvolver obesidade.

Embora você não possa mudar seus genes, fazer algumas mudanças na dieta e no estilo de vida aumentará as chances de você comemorar o 100.º aniversário. O segredo da longevidade, como Kamada Nakazato, um centenário de Okinawa, explicou a Buettner, é bem simples: "Coma vegetais, tenha uma perspectiva positiva, seja gentil com as pessoas e sorria." ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Saiba mais

Pesquisa sugere ampliar o ritmo para viver mais

● Na aceleração

Apresse-se para chegar ao ponto de ônibus. Apresse-se ao subir as escadas. Brinque de pega-pega com seus filhos. Brinque com o cachorro. Aspire a sala de estar com um toque extra. Aumentar o vigor e o entusiasmo de nossas atividades diárias pode ter um impacto substancial em nossa longevidade, de acordo com um estudo sobre intensidade de movimento e mortalidade divulgado no fim de 2022.

O estudo concluiu que apenas três minutos por dia de atividades diárias vigorosas estão associados a um risco 40% menor de morte prematura em adultos, mesmo quando eles não se exercitam regularmente. "É uma pesquisa fantástica", disse Ulrik Wisloff, diretor do K.G. Jebsen Center for Exercise in Medicine na Norwegian University of Science and Technology, em Trondheim. Ele estuda extensivamente a atividade e a longevidade, mas não esteve envolvido no novo estudo.

Comparando os padrões de atividade com os registros de morte por um período de cerca de sete anos depois que as pessoas ingressaram no Biobank, que inclui registros de saúde de centenas de milhares de homens e mulheres britânicos, os cientistas descobriram que quem praticava em média 4,4 minutos por dia do que os cientistas chamam de atividade física de estilo de vida intermitente vigorosa tinha cerca de 30% menos probabilidade de ter morrido nesses sete anos.

Música *Estreia*

Sesc Pompeia abre o palco para as dimensões da música preta

FERNANDA ASSIS

Festival Zunido, que começa hoje, traz o Jazz das Minas, Marcos Valle com a banda Azymuth e o grupo The Last Poets

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A cantora e compositora carioca Maíra Freitas fala com emoção de sua visita a Angola em 2019. No país africano, ela deparou com um imenso baobá no qual, diz a história, os escravizados davam uma volta antes de entrar nos navios que os apartavam de sua pátria.

Maíra havia ido ao país para fazer um show. Antes mesmo de embarcar – ou voltar, como ela diz – para o continente africano pela primeira vez, já sentiu que algo mudaria definitivamente em sua vida. Carregava uma filha na barriga e a história de sua família no coração. Maíra é filha do cantor e compositor Martinho da Vila, considerado um rei em Angola.

Maíra desmontou, então, a banda que a acompanhava e chamou só mulheres. Assim nasceu o sexteto Jazz das Minas, grupo com o qual ela se apresenta no Festival Zunido, que estreia nesta quinta-feira, 9, no Sesc Pompeia. O festival tem como missão destacar a música preta em diferentes dimensões, sobretudo a urbana.

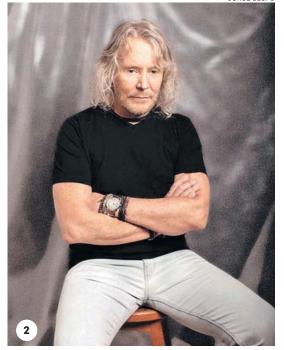
Além de Maíra, subirão ao palco o cantor e compositor Marcos Valle com a banda Azymuth, o grupo americano de hip hop The Last Poets, o DJ canadense Kid Coala acompanhado pela filha Lealani, o baterista Pupillo com o projeto Sonorado Apresenta Novelas e o beatmaker baiano Dr. Drumah em conexão com o rapper paulista Rodrigo Ogi.

"A música brasileira é fruto da diáspora. Ela só existe por conta da escravidão. É importante mostrar os artistas pretos que tocam essa música", avisa Maíra. Ela conta que, certa vez, um amigo da periferia carioca lhe disse que jazz era "coisa de branco".

"Quando só pessoas brancas começam a fazer a música preta, as pessoas se esquecem de onde tudo isso veio. Fica tudo meio confuso. Jazz é essencialmente preto. Não pode deixar de ser nosso. Temos que dar nomes aos bois", diz.

FEMINISMO. Para ocupar todos os espaços possíveis, Maíra e Jazz das Minas brincam com os gêneros musicais. No repertório, além de músicas autorais que falam sobre questões ligadas ao feminino, há canções como o samba *O Show tem que Continuar*, composição de Luiz Carlos da Vila, Sombrinha e Arlindo Cruz, tocado em jazz. *Ain't Got No/ I Got Life*, gravada por Nina Simone, leva arranjo de jongo.

"Se estamos falando de diáspora, vamos colocar todo mundo para ter uma conversa, né?", conclama Maíra. O Jazz das Minas está em estúdio gravando seu álbum de estreia. A previsão de lançamento é ainda para este primeiro semestre.

JORGE BISPO

1. Maíra Freitas (túnica amarela) com o Jazz Das Minas e

2. Marcos Valle, no Festival Zunido: 'Música brasileira só existe por conta da escravidão'

O Festival Zunido, que tem shows até o dia 19 de março, ocorrerá na choperia do Sesc Pompeia, endereço que tem uma espaçosa pista na qual o público pode assistir aos shows de pé e dançar.

"Africanidade tem que ter terreiro para dançar. Terreiro em uma celebração africana é primordial", adverte Rodrigo Brandão, curador do Zunido, sobre a escolha do local.

Brandão explica as conexões que estabeleceu entre os convidados para o festival, inclusive com a inclusão de um não preto no line-up, o músico Marcos Valle, com uma música que dialoga com o jazz e o funk soul.

"A música que faz diferença no mundo tem, de algum jeito, uma ligação à raiz africana, seja ela mais ou menos explícita", diz o curador.

Ele cita, com maior evidência, o grupo americano The Last Poets e, Marcos Valle, com as influências mais indiretas. Aliás, os ingressos para o show do músico brasileiro com a banda Azymuth foram os primeiros a se esgotar.

DO HARLEM. Embora veteranos, The Last Poets vêm ao festival para sua primeira apresentação no Brasil. Nascido no Harlem, em Nova York, o grupo lançou seus primeiros álbuns no início dos anos 1970 e é considerado um dos pioneiros do hip hop. Brandão diz que o grupo influenciou artistas como The Notorious B.I.G., Public Enemy e De La Soul.

Poeta e professor, Abiodun Oyewole, um dos fundadores do The Last Poets, diz que o rap e o hip hop trouxeram uma forma de criação amigável para os jovens, o que ele define como uma espécie de reduto cultural. "Você pode falar muito e não se preocupar em cantar", explica.

Abiodun diz não acompanhar a cena do hip hop brasileira, mas que não se surpreenderia se algum artista do Brasil já tivesse sampleado The Last Poets. "Como somos considerados a base do hip hop, muitas pessoas estão interessadas em nos ouvir. O que dissemos em muitos de nossos álbuns foi sampleado por rappers em todos os lugares. Montamos o palco para que a poesia com batida tivesse uma plataforma", conclui.

Africanismo
Para Brandão, curador do Zunido, a música que faz diferença tem sempre algo ligado à raiz africana

Sobre o racismo, questão que afeta tanto a sociedade americana quanto a brasileira –, e que, inevitavelmente, é debatida nas canções do grupo – Abiodun diz que uma das funções primordiais de um artista é apontar males da sociedade e propor saídas para eles. "Poemas, canções, peças de teatro, filmes e danças devem destacar as coisas boas que compartilhamos uns com os outros e expor as coisas ruins que fazemos uns aos outros. Devemos apontar o problema e oferecer uma solução", diz.

ANCESTRALIDADE. O músico ratifica uma percepção comentada por Maíra Freitas: a de que a ancestralidade cria laços inquebrantáveis, mesmo quando apagados pelo tempo ou sufocados pelas mãos de opressores. É possível reconhecê-la ao longe ou em suas variadas formas, sobretudo naquelas em que a abraça com respeito.

Uma prova: Abiodun conta que já esteve no Brasil e tem grande curiosidade a respeito do candomblé daqui. Ele também é amante da música de Tom Jobim. O maestro soberano, um dos pais da bossa nova, que é parente do jazz, também tem um toque de África em suas canções. Basta ouvir o recitativo que abre *Samba do Avião* ou os primeiros acordes de *Águas de Março*. ●

Festival Zunido
Sesc Pompeia
Rua Clélia, 93, Água Branca
5ª a sáb., 21h30, e dom., 18h30.
Ingressos: R$ 50 / R$ 25 / R$ 15.
Abre dia 9 e vai até 19/3.

RNI UMA EMPRESA RODOBENS

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

RNI Negócios Imobiliários encerra mais um ano evidenciando seus principais indicadores Operacionais e Financeiros em patamares históricos. A estratégia atual da Companhia continua demonstrando resiliência e crescimento em 2022, focada nas regiões voltadas para o agronegócio e fora dos grandes centros.

Esse ano de 2022 realizamos o lançamento de 8 empreendimentos chegando ao patamar de R$776 milhões de VGV lançado, esse valor é 2% superior do total lançado em 2021 e 33% superior do total lançado em 2020, deixando a RNI em uma posição satisfatória para continuar com o desenvolvimento de seu planejamento estratégico.

No que tange a monetização da carteira, encerramos o ano de 2022 com crescimento relevante em nossos repasses/financiamentos, totalizando R$524 milhões, 124% superior vs. 2021. Especificamente no 4T22 totalizamos R$145 milhões, 36% superior vs. 4T21.

No aspecto financeiro o volume de Receita Líquida em 2022 totalizou R$667 milhões, alcançando novo recorde e apresentando crescimento de 41% vs. 2021 e 111% vs. 2020. No 4T22 totalizou R$176 milhões, 4% superior vs. 4T21.

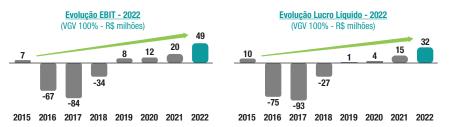
No quarto trimestre de 2022 realizamos o lançamento de 3 empreendimento, totalizando R$301 milhões de VGV lançado, 7% superior vs. o quarto trimestre de 2021. Em 2022 o VGV lançado % RNI totalizou R$729 milhões, 12% superior vs. 2021. A RNI registra ainda nesse final de ano mais de R$500 milhões de VGV de projetos aprovados e aptos para lançamento.

Em 2022 o volume de vendas Brutas totalizou R$1.047 Bi, 25% superior vs. 2021, já as vendas líquidas totalizaram R$740 milhões em 2022, 15% superior vs. 2021.

Ainda sobre o cenário de vendas a companhia registrou ganho de preço médio para os produtos voltados ao Programa Casa Verde e Amarela de 11% no final de 2022 vs. 2021, passando o valor de R$175k para R$194k.

Já o Lucro Bruto ajustado finaliza o ano de 2022 totalizando R$194 milhões, crescimento de 45% vs. 2021. Registramos ainda Margem Bruta Ajustada de 30,3% no 4T22, sendo 3.1p.p superior vs. 4T21.

O EBIT de 2022 totalizou R$49 milhões, outra marca histórica registrada no ano, ficando 150% superior vs. 2021. No 4T22 o EBIT totalizou R$21 milhões, 62% superior vs. 3T22 e 109% superior vs. 4T21.

Registramos ainda Lucro Líquido de R$32 milhões em 2022, 113% superior vs. 2021, **esse resultado já é superior a soma do lucro líquido de 2019, 2020 e 2021.**

Por fim, reiteramos nosso compromisso e foco em continuar o desenvolvimento do plano estratégico, seguindo orientados na geração de valor a longo prazo para nossos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.547	3.253	70.556	57.450
Créditos perante clientes	6	2.552	8.152	301.572	335.802
Contas a receber por alienação cotas	15	2.405	2.147	2.405	2.147
Contas a receber por venda de terrenos	7	2.295	5.253	5.094	6.302
Imóveis a comercializar	8	33.925	109.967	274.253	476.413
Créditos com terceiros	9	7.553	7.414	38.590	35.975
Despesas a repassar a SPEs		19.873	9.502	19.873	9.502
Despesas comerciais a apropriar		–	14	17.122	14.107
Despesas antecipadas		1.575	1.816	3.203	2.934
Outros créditos		1.295	3.281	12.898	8.676
Total do ativo circulante		77.020	150.799	745.566	949.308
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	1.286	3.543	4.202	3.638
Créditos perante clientes	6	7.521	10.748	527.216	331.696
Contas a receber por alienação cotas	15	72.336	52.681	72.336	52.681
Contas a receber por venda de terrenos	7	77.878	27.582	223.642	135.290
Imóveis a comercializar	8	279.783	273.666	512.570	348.347
Depósitos judiciais		1.363	1.357	13.258	13.425
Créditos com terceiros	9	13.101	7.545	6.168	5.953
Créditos com partes relacionadas	15	64.326	78.699	5.947	3.279
		517.594	455.821	1.365.339	894.309
Investimentos	10	774.792	638.299	76.113	69.003
Imobilizado	11	9.966	10.520	18.076	17.871
Intangível	12	6.679	6.399	6.679	6.399
Total do ativo não circulante		1.309.031	1.111.039	1.466.207	987.582
Total do ativo		1.386.051	1.261.838	2.211.773	1.936.890

Passivo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas		14.895	11.443	20.116	15.555
Fornecedores		2.649	1.761	51.019	48.476
Obrigações tributárias		443	792	5.504	5.781
Empréstimos e financiamentos	13	67.169	8.555	218.629	84.766
Cessão de recebíveis	6.1	1.016	–	24.350	–
Contas a pagar por aquisição de imóveis	14	1.353	69.546	55.719	221.134
Impostos diferidos	16	2.146	1.349	11.656	10.842
Provisões para garantias	17	–	–	8.458	6.147
Débitos com partes relacionadas	15	75.399	18.357	2.202	3.975
Provisões para perdas em investidas	10	5.520	5.304	2.071	2.074
Dividendos a pagar		5.090	2.010	5.090	2.010
Adiantamentos de clientes		8	516	40.624	48.450
Outras contas a pagar		3.193	2.237	25.853	18.766
Total do passivo circulante		178.881	121.870	471.291	467.976
Não circulante					
Impostos diferidos	16	1.861	779	33.855	26.416
Empréstimos e financiamentos	13	255.311	229.110	431.630	443.911
Cessão de recebíveis	6.1	1.950	–	64.164	–
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	297	40	6.785	6.980
Contas a pagar por aquisição de imóveis	14	307.763	285.929	542.850	353.483
Total do passivo não circulante		567.182	515.858	1.079.284	830.790
Total do passivo		746.063	637.728	1.550.575	1.298.766
Patrimônio líquido	19				
Atribuível aos acionistas da Controladora					
Capital social		512.438	512.438	512.438	512.438
Reserva legal		28.785	27.717	28.785	27.717
Reserva de retenção de lucros		114.641	99.831	114.641	99.831
Ações em tesouraria		(15.876)	(15.876)	(15.876)	(15.876)
		639.988	624.110	639.988	624.110
Participação dos não controladores em investidas		–	–	21.210	14.014
Total do patrimônio líquido		639.988	624.110	661.198	638.124
Total do passivo e patrimônio líquido		1.386.051	1.261.838	2.211.773	1.936.890

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - Básico e diluído)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita liquida dos empreendimentos vendidos	22	29.542	10.466	667.091	473.400
Custo dos empreendimentos vendidos	23	(23.742)	(14.225)	(501.394)	(355.530)
Lucro (prejuízo) bruto		5.800	(3.759)	165.697	117.870
Despesas operacionais					
Comerciais e vendas	23	(9.892)	(6.741)	(74.603)	(58.667)
Gerais e administrativas	23	(32.334)	(26.782)	(54.101)	(43.423)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		11.305	949	4.490	151
		(30.921)	(32.574)	(124.214)	(101.939)
Resultado de equivalência patrimonial	10	82.151	54.897	8.003	3.890
Lucro antes do resultado financeiro		57.030	18.564	49.486	19.821
Receita (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	9.916	4.338	13.777	12.114
Despesas financeiras	24	(46.111)	(15.613)	(74.569)	(35.910)
Variações monetárias, líquidas	24	517	1.176	61.740	32.718
		(35.678)	(10.099)	948	8.922
Lucro antes dos impostos		21.352	8.465	50.434	28.743
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	16	–	–	(14.928)	(9.491)
Diferidos	16	–	–	(3.818)	(4.365)
	16	–	–	(18.746)	(13.856)
Lucro líquido do período		21.352	8.465	31.688	14.887
Resultado atribuído para:					
Participação de controladores		21.352	8.465	21.352	8.465
Participação dos não controladores em investidas		–	–	10.336	6.422
Resultado por ação					
Básico e diluído (R$ por ação)	20	0,50594	0,20058	0,50594	0,20058

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	21.352	8.465	31.688	14.887
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	21.352	8.465	31.688	14.887
Resultado abrangente atribuído para:				
Participação de controladores	21.352	8.465	21.352	8.465
Participação de não controladores em investidas	–	–	10.336	6.422
	21.352	8.465	31.688	14.887

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		21.352	8.465	50.434	28.743
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao caixa líquido decorrente das atividades operacionais:					
Depreciação/amortização	11/12	1.783	1.797	4.404	5.234
Resultado de equivalência patrimonial	10	(82.151)	(54.897)	(8.003)	(3.890)
Provisão para perdas esperadas	6	(150)	365	4.125	5.529
Baixa de custo de investimento	10	19	166	19	166
Ganho na venda de investimento	10	(9.619)	–	–	–
Provisão de participação nos resultados		9.660	–	9.660	–
Ajuste a valor presente		–	–	725	3.555
Valor residual pela baixa de imobilizado	11	(1)	–	(1)	–
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	257	12	(195)	(1.087)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	25	43.893	20.891	83.005	39.808
Provisões para garantias	17	–	–	3.866	2.727
Variação nos ativos operacionais					
Créditos perante clientes	6	8.977	14.782	(166.140)	(138.715)
Contas a receber por venda de terrenos	7	(47.338)	3.884	(87.144)	(24.636)
Contas receber por alienação cotas		1.987	1.770	1.987	1.770
Imóveis a comercializar	8	69.925	(56.549)	37.937	(183.707)
Créditos com terceiros	9	(5.695)	(1.412)	(2.830)	(18.308)
Despesas a repassar a SPE’s		(10.371)	(3.825)	(10.371)	(3.825)
Despesas comerciais a apropriar		14	58	(3.015)	(6.292)
Despesas antecipadas		241	(42)	(269)	(14)
Outros créditos		1.986	(1.839)	(4.222)	(1.521)
Aplicações de partes relacionadas	15	(142.396)	(151.790)	(7.502)	(2.666)
Resgate de partes relacionadas	15	156.769	104.858	4.834	1.727
Depósitos judiciais		(6)	(199)	167	(6.491)
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores		888	(424)	2.543	22.795
Obrigações tributárias e sociais		(4.678)	5.244	(2.191)	9.642
Contas a pagar por aquisição de imóvel	14	(46.359)	75.462	23.952	175.849
Adiantamento de clientes		(508)	480	(7.826)	28.389
Provisão para garantia	17	–	–	(1.555)	(3.317)
Captações de partes relacionadas	15	113.221	37.411	10.974	3.054
Pagamento de partes relacionadas	15	(56.179)	(19.054)	(12.747)	(2.366)
Outras contas a pagar		956	(1.068)	7.087	3.734
Caixa gerado (aplicado nas) atividades operacionais		26.477	(15.454)	(68.292)	(64.113)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	25	(32.415)	(14.368)	(68.317)	(32.472)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		–	–	(13.678)	(8.451)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(5.938)	(29.822)	(150.287)	(105.036)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(1.508)	(2.156)	(4.888)	(6.966)
Aumento de investimentos	10	(128.285)	(86.890)	(4.480)	(1.738)
Recebimento de redução de capital e lucros de investimentos	10	61.759	82.966	(16.549)	8.309
Recebimento na venda de investimento	10	100	–	–	–
Aplicações financeiras	5	2.257	(262)	(564)	(338)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(65.677)	(6.342)	(26.481)	(733)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos e derivativos	25	(23.753)	(52.479)	(229.224)	(181.232)
Captação de empréstimos e financiamentos	25	97.090	60.000	336.118	280.650
Cessão de recebíveis	6.1	2.966	–	88.514	–
Dividendos pagos		(2.394)	(421)	(2.394)	(421)
Dos não controladores					
Aumento de capital social de não controladores	19 f.	–	–	2.299	587
Redução de capital social de não controladores	19 f.	–	–	(339)	(360)
Pagamento de dividendos para não controladores	19 f.	–	–	(5.100)	(382)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		73.909	7.100	189.874	98.842
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		2.294	(29.064)	13.106	(6.927)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.253	32.317	57.450	64.377
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	5.547	3.253	70.556	57.450
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		2.294	(29.064)	13.106	(6.927)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas	47.765	14.576	741.647	515.989
Receita de empreendimentos vendidos	31.901	11.535	682.284	484.667
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	150	(365)	(4.125)	(5.529)
Outras receitas	15.714	3.406	63.488	36.851
Insumos adquiridos de terceiros	(53.432)	(31.646)	(638.505)	(456.131)
Custos dos empreendimentos vendidos	(23.742)	(14.225)	(501.394)	(355.530)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.049)	(15.848)	(95.297)	(74.039)
Outras despesas	(10.641)	(1.573)	(41.814)	(26.562)
Valor distribuído bruto	(5.667)	(17.070)	103.142	59.858
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.783)	(1.797)	(4.404)	(5.234)
Valor adicionado (distribuído) líquido	(7.450)	(18.867)	98.738	54.624
Valor adicionado (distribuído) recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	82.151	54.897	8.003	3.890
Receita financeira	21.358	18.298	88.551	70.784
Valor adicionado a distribuir	96.059	54.328	195.292	129.298
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	19.020	14.760	19.693	15.110
Remuneração direta	14.565	11.511	15.037	11.746
Benefícios	3.499	2.596	3.699	2.711
F.G.T.S.	956	653	957	653
Impostos, Taxas e Contribuições	5.619	3.491	38.884	29.092
Federais	5.596	3.383	37.972	28.121
Estaduais	–	2	1	2
Municipais	23	106	911	969
Remuneração de capitais de terceiros	50.068	27.612	105.027	70.209
Juros	50.068	27.612	105.027	70.209
Remuneração de capitais próprios	21.352	8.465	31.688	14.887
Lucros retidos	16.281	6.455	16.281	6.455
Dividendos mínimos obrigatórios	5.071	2.010	5.071	2.010
Participação não controladores nos resultados	–	–	10.336	6.422
Valor distribuído	96.059	54.328	195.292	129.298

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

continua →★

★ continuação

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

		Atribuível aos acionistas controladores							
			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores em investidas	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		512.438	27.294	92.815	(15.876)	1.054	617.724	7.747	625.471
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	8.465	8.465	6.422	14.887
Proposta de destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal	19 b.	–	423	–	–	(423)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19 e.	–	–	–	–	(2.010)	(2.010)	–	(2.010)
Reserva de retenção de lucros	19 c.	–	–	7.017	–	(7.016)	1	–	1
Dividendos adicionais aprovados	19 e.	–	–	–	–	(70)	(70)	–	(70)
Mutações de patrimônio líquido na participação de não controladores em investidas:									
Aumento de participação de não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	587	587
Redução de participação de não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	(360)	(360)
Destinação do lucro líquido de não controladores:									
Lucros distribuídos a não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	(382)	(382)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		512.438	27.717	99.831	(15.876)	–	624.110	14.014	638.124
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	21.352	21.352	10.336	31.688
Proposta de destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal	19 b.	–	1.068	–	–	(1.068)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19 e.	–	–	–	–	(5.071)	(5.071)	–	(5.071)
Reserva de retenção de lucros	19 c.	–	–	15.213	–	(15.213)	–	–	–
Dividendos adicionais aprovados	19 e.	–	–	(403)	–	–	(403)	–	(403)
Mutações de patrimônio líquido na participação de não controladores em investidas:									
Aumento de participação de não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	2.299	2.299
Redução de participação de não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	(339)	(339)
Destinação do lucro líquido de não controladores:									
Lucros distribuídos a não controladores	19 f.	–	–	–	–	–	–	(5.100)	(5.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		512.438	28.785	114.641	(15.876)	–	639.988	21.210	661.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A RNI Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia") com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2.500, Higienópolis, 15085-485, tem como objeto social a compra e a venda de imóveis, o desmembramento ou o loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária e a construção de imóveis destinados à venda, a prestação de serviços a terceiros e a administração de carteira de recebíveis de financiamentos imobiliários de empreendimentos próprios ou de terceiros. Com capital aberto desde janeiro de 2007, registrada sob o código CVM 20451 com ações no novo mercado com código de negociação RDNI3, a Companhia faz parte das Empresas Rodobens e seus empreendimentos imobiliários são constituídos na forma de SPEs - Sociedades de Propósito Específico e podem contar com a parceria de sócios locais mediante participações diretas nas SPEs. A Companhia atua no segmento de **Incorporação** desenvolvendo um sólido portfólio de imóveis no padrão médio e imóveis enquadrados no programa casa verde e amarela (PCVA) que seguem o formato de condomínio fechado e oferecem soluções integradas de qualidade, lazer, segurança e serviços, e **Urbanismo**, que tem como foco o desenvolvimento de grandes áreas destinadas a loteamentos. As controladas e controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 8. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de março de 2023.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas. Vide detalhes na Nota explicativa nº 26. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***a. Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa n º 3 b.** - Reconhecimento de receita de acordo com a os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da diretoria da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15); e **• Nota explicativa nº 3 a.** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. ***b. Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas explicativas nº 3 b.** - custo orçado de empreendimentos utilizado para reconhecimento de receita pelo método de percentual de conclusão da obra: julgamento para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; **• Notas explicativas nº 6** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação dos percentuais de perda; **• Nota explicativa nº 17** - provisão para garantia; **• Nota explicativa nº 18** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***c. Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Na mensuração do valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: considerações sobre risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros. **2.6 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação:** ***(i) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participações de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle:*** Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***(v) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas conforme o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). • Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios: (i) As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, ao longo do tempo, conforme o cumprimento da obrigação de performance. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC", "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e dos custos ocorre à medida que a construção avança. O percentual de avanço físico do empreendimento é obtido utilizando a proporção do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas. (ii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como "créditos perante clientes", ou como "adiantamentos de clientes", em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. • Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. • As atualizações e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado, na rubrica de receita de empreendimentos vendidos, no período pré-chaves, e atualizações na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Para os casos em que os clientes não obtêm sucesso na contratação de crédito com instituição financeira ou perda da capacidade financeira, a Companhia analisa a viabilidade do crédito direto com o cliente e para os casos em que não há viabilidade de crédito direto com o cliente, ocorre o distrato da venda e o tratamento contábil adotado pela Companhia é o estorno do saldo devedor do cliente deduzindo as receitas registradas na demonstração do resultado do período na rubrica "Receita líquida dos empreendimentos vendidos" e em contrapartida é estornado também o custo desta unidade na rubrica "Custo dos empreendimentos vendidos" contra o estoque da Companhia. A Companhia constitui a provisão para distrato com base em seu histórico e expectativas de realizações dos seus recebíveis de acordo com o previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. **c. Tributação:** ***i. Impostos correntes:*** Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação Lucro Real Anual, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240 ao ano para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Determinadas sociedades efetuam apuração com base no regime de lucro real e outras com base no regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000. No regime do lucro real, as alíquotas do imposto de renda e da contribuição social são aplicadas sobre o resultado do período ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de imóveis e de 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. Quanto ao regime especial de tributação (RET) em 19 de julho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.844, que deu nova redação aos artigos 4º e 8º da Lei nº 10.931/04, instituindo que, para cada incorporação imobiliária submetida ao Regime Especial de Tributação - RET, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do Programa de Integração Social/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ***ii. Impostos com recolhimento diferido:*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são registrados no passivo não circulante e o PIS e a COFINS diferidos passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item c.1 anterior, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. **d. Imóveis a comercializar:** Representados por unidades construídas ou em construção ainda não comercializadas, bem como por terrenos para futuras incorporações. Esses estoques estão demonstrados ao custo, adicionados pelos custos incorridos com a evolução da obra e despesas estimadas para efetuar a venda. O valor líquido de realização, que é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda, é superior ao seu valor contábil. A Companhia periodicamente avalia a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distratos com clientes, e não tem identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras. A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. Os estoques de materiais estão avaliados pelo menor valor entre o custo médio de compras e os valores líquidos de realização. **e. Despesas a repassar a SPEs (controladas e operações em conjunto)** Representadas por gastos com empreendimentos em fase de pré-lançamento, os quais são repassados para as SPEs quando da constituição destas, sendo apropriados ao custo dos imóveis comercializados, adotando-se os mesmos procedimentos descritos no item "b" desta nota explicativa. **f. Despesas comerciais a apropriar:** Incluem os gastos com comissões diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, sendo apropriados ao resultado observando-se o critério de apropriação da receita, descrito no item "b" desta nota explicativa., exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados. **g. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %
Stand de vendas	30
Máquinas e ferramentas	10
Computadores e periféricos	20
Móveis e utensílios	10
Prédios	4
Instalações	10
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Ativos intangíveis:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente e substancialmente formados por direitos de uso de *software* e marcas e patentes, são registrados ao custo, deduzido da amortização. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **j. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros.* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR: • é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.* **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo

continua ★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros.* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas detêm um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **l. Capital social:** ***(i) Ações ordinárias:*** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12 (veja nota explicativa nº 19). **m. Redução a valor recuperável (*impairment*):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais.* A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • Com base em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia e suas controladas concluem que é muito improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para com a Companhia e suas controladas, sem ter que recorrer a ações judiciais; ou • Informações sobre pagamentos em atraso quando não for possível confiar em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Modelo de impairment de recebíveis para perdas esperadas:* Com base em dados históricos, a Companhia monitora a provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias e constituiu provisão com base no índice esperado de perdas em suas vendas. Esta abordagem simplificada está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Quando os referidos contratos que não apresentam a garantia real dos imóveis vendidos e os clientes com posse se tornam inadimplentes em linha com a metodologia da classificação de risco e análise individual por contrato, a Companhia constitui a provisão da totalidade dos saldos em aberto. No entanto, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas continuamente com ativos de cobrança e inclusão do cliente e avalista, conforme o caso, em órgãos de proteção ao crédito. A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada aos demais ativos, são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia possui processos judiciais e administrativos em andamento de natureza trabalhista, fiscal e cível. A política para constituição de provisão adotada pela Companhia tem relação com a fase processual das ações judiciais efetivamente ajuizadas pelos autores, de forma que a partir do conhecimento da sentença judicial, altera-se a probabilidade de perda de "possível" para "provável", ocasião em que o valor atribuído à condenação é provisionado. A Companhia constituiu provisão em montante suficiente para fazer face aos processos e às disputas que, no entender da diretoria e dos seus assessores legais, podem ter desfechos desfavoráveis. A provisão para garantia constituída aplicando-se o percentual entre 1% e 2% sobre o custo incorrido das unidades vendidas. Esse percentual foi determinado pela diretoria com base nas perdas históricas que a Companhia possui no reparo dos imóveis vendidos. A provisão para garantia é constituída com o objetivo de viabilizar correções de defeitos estruturais (até cinco anos) e de materiais e defeitos aparentes (até dois anos). **o. Resultado por ação básico e diluído:** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas entrará em vigor para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não se espera que as seguintes normas e interpretações alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: **a. Classificacão dos passivos como circulante e não circulante (alterações CPC 26/IAS1):** As alterações, emitadas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido a esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia e suas Controladas não podem determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia e suas Contoladas estão monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. **c. Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos (a)	5.547	1.237	34.845	32.636
Aplicações financeiras (b)	–	2.016	35.711	24.814
Total caixa e equivalentes de caixa	5.547	3.253	70.556	57.450
Aplicações financeiras compromissadas como garantias de ações judiciais	51	126	2.967	221
Títulos negociados no mercado	1.235	3.417	1.235	3.417
Total aplicações financeiras	1.286	3.543	4.202	3.638
Ativo circulante	5.547	3.253	70.556	57.450
Ativo não circulante	1.286	3.543	4.202	3.638

(a) O saldo mantido em bancos é remunerado pelos índices da poupança. (b) Essas aplicações financeiras são equivalentes de caixa por serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, com uma rentabilidade média de 100,49% (31/12/2021 - 98,11%) do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e de suas controladas.

6. Créditos perante clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos para contratação de financiamento (SFH) (a)	1.445	6.033	296.840	215.585
Créditos diretos com clientes (b)	5.673	10.599	335.998	377.778
Outros créditos pro-soluto (c)	9.411	8.874	232.981	107.041
(–) Provisão para perdas esperadas	(6.456)	(6.606)	(37.031)	(32.906)
Total	10.073	18.900	828.788	667.498
Ativo circulante	2.552	8.152	301.572	335.802
Ativo não circulante	7.521	10.748	527.216	331.696
Total	10.073	18.900	828.788	667.498

(a) Os créditos para contratação de financiamento com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) referem-se ao valor de amortização que se encontra em processo de análise perante o agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ou perante a incorporadora. (b) Créditos direto com cliente são créditos dos clientes que a Companhia mantém em carteira até o fim do fluxo de caixa contratado, tendo como garantia real o próprio imóvel comercializado. (c) Outros créditos pró-soluto são valores a receber residual de clientes onde tiveram as unidades imobiliárias alienação junto a instituição financeira. **Processo de repasse:** Quando a Companhia entrega seus empreendimentos, a maior parte dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel. Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá, conforme contrato, parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente. Os vencimentos dos valores em processo de repasse são referentes à data original que consta no contrato de compra e venda, sendo que a Companhia somente altera a data de vencimento no momento da efetiva renegociação com os clientes.

Provisão para perdas esperadas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2020	(6.241)	(27.377)
Provisão no exercício	(435)	(6.054)
Reversão no exercício	70	525
Saldo em 31 de dezembro 2021	(6.606)	(32.906)
Provisão no exercício	(398)	(8.769)
Reversão no exercício	548	4.644
Saldo em 31 de dezembro 2022	(6.456)	(37.031)

A provisão para perdas esperadas é realizada de acordo com o CPC 48, abordagem simplificada, quando existe uma evidência de que a Companhia não será capaz de realizar o fluxo de caixa esperado de acordo com os prazos de realização acordados. Os saldos dos clientes já estão líquidos da provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os saldos no ativo circulante estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Acima de 180 dias	434	190	32.769	54.077
121 a 180 dias	85	29	5.377	16.171
91 a 120 dias	43	1.331	30.563	5.792
61 a 90 dias	122	153	5.965	40.766
31 a 60 dias	58	312	8.199	7.187
Até 30 dias	110	938	11.098	23.733
Vencidos:	852	2.953	93.971	147.726

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Até 30 dias	162	2.066	27.562	46.471
31 a 60 dias	118	1.449	14.597	12.264
61 a 90 dias	118	131	10.795	10.508
91 a 120 dias	114	131	8.963	6.172
121 a 360 dias	1.188	1.422	145.684	112.661
A vencer:	1.700	5.199	207.601	188.076
Total	2.552	8.152	301.572	335.802

Os saldos do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ano de vencimento				
Vencidos (a)	2.517	3.310	35.081	26.481
2023	1.592	1.785	195.092	74.845
2024	1.245	1.705	72.663	49.591
2025	984	1.398	59.264	32.408
2026	799	1.167	43.176	27.799
Após 2027	384	1.383	121.940	120.572
Total	7.521	10.748	527.216	331.696

(a) Os valores vencidos registrados no não circulante referem-se a clientes em discussão judicial com garantia real do imóvel visando o recebimento integral ou a reintegração do imóvel. Os saldos de créditos perante clientes são atualizados conforme cláusulas contratuais, pelos seguintes índices: • Até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC; • Após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pela Taxa Referencial - TR; e • Para Urbanismo, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M desde o início do contrato. **a. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, ajustados a seu valor presente com base na taxa média de captação da Companhia deduzida do IPCA, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "receita de incorporação imobiliária" no período pré-chaves. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa utilizada pela Companhia para ajustar esses ativos e passivos a valor presente é de 6,64% a.a. (5,34% a.a. em 2021) que correspondem a sua taxa média de captação. Ajuste a valor presente calculado na carteira da Rodobens Urbanismo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico Contábil - CPC 12, é utilizado para fins de descapitalização à taxa divulgada pela NTN-B de 10 anos (Nota do Tesouro Nacional - Série B), considerada a taxa que melhor reflete o prazo médio da carteira. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuíam registradas em créditos perante clientes R$ 9.685 de ajuste a valor presente (R$ 8.960 em 31 de dezembro de 2021). **6.1 Cessão de recebíveis:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou junto a instituição financeira um convênio, para contratação de operações de cessão de créditos pró-soluto. A Companhia mantêm a administração sobre os recebíveis sendo assim foi constituído um passivo financeiro na rubrica "Cessão de recebíveis". O montante dessa operação nesta divulgação é de R$ 2.966 na controladora e R$ 88.514 no consolidado, nos seguintes vencimentos:

	Controladora					
31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Cessão de recebíveis	1.016	631	476	421	422	2.966
Passivo circulante						(1.016)
Passivo não circulante						(1.950)

	Consolidado					
31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Cessão de recebíveis	24.350	19.612	17.240	12.987	14.325	88.514
Passivo circulante						(24.350)
Passivo não circulante						(64.164)

7. Contas a receber por venda de terrenos: A Companhia e suas controladas efetuaram vendas de terrenos que estão segregadas conforme datas descritas nos respectivos contratos de compra e venda. Estas operações foram realizadas com os compromissos de pagamentos em moeda corrente, e Valor Geral de Vendas (VGV) com valor mínimo garantido.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total ativo circulante	2.295	5.253	5.094	6.302
Total ativo não circulante	77.878	27.582	223.642	135.290
Total	80.173	32.835	228.736	141.592
Valores a receber por dação de unidades	–	–	–	12.000
Valores a receber por VGV	80.173	32.835	228.736	129.592
Total	80.173	32.835	228.736	141.592

8. Imóveis a comercializar: Representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações, assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imóveis concluídos	156	853	3.083	4.092
Imóveis em construção	–	–	195.790	206.430
Terrenos para futuras incorporações	33.769	109.114	75.380	265.891
Total ativo circulante	33.925	109.967	274.253	476.413
Terrenos para futuras incorporações (*)	279.783	273.666	512.570	348.347
Total ativo não circulante	279.783	273.666	512.570	348.347

(*) Refere-se a terrenos com lançamentos previstos a partir de janeiro de 2024.

O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica "Imóveis em construção" quando o empreendimento é lançado. **Juros capitalizados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor de juros capitalizados é de R$ 32.781 (R$ 17.775 em 2021) no consolidado.

9. Créditos com terceiros:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a terceiros (a)	5.107	3.869	32.841	29.664
Devedores diversos (b)	13.101	7.545	6.168	5.953
Impostos a recuperar	2.446	3.545	5.749	6.311
	20.654	14.959	44.758	41.928
Ativo circulante	7.553	7.414	38.590	35.975
Ativo não circulante	13.101	7.545	6.168	5.953
	20.654	14.959	44.758	41.928

(a) Adiantamentos efetuados principalmente a fornecedores para aquisição de insumos e terrenos. (b) Representa saldos a receber de despesas e/ou custos pagos pela Controladora e controladas repassados aos empreendimentos e outros.

10. Investimentos: Nos termos do CPC 45/IFRS 12, a Companhia optou por agregar as informações das controladas e controladas em conjunto com saldo de investimentos inferior a R$ 5.000.

	2022									
	Participação		Ativo		Passivo		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/prejuízo líquido
Controladas em conjunto e coligadas:	%	Investimento	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	25%	29.428	21.216	104.968	649	7.856	12.962	117.680	3.425	5.930
Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda.	50%	11.484	80.001	(2.135)	42.801	10.051	1.694	23.014	58.796	12.225
Panamby I Ribeirão Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	15.199	31.275	(222)	508	152	28.760	30.394	209	(1.231)
SPEs (22)		10.462	54.169	(2.447)	34.220	1.665	16.837	20.011	27.725	4.625
Ágio na aquisição de controlada em conjunto		7.469	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas em conjunto e coligadas		**74.042**	**186.661**	**100.164**	**78.178**	**19.724**	**60.253**	**191.099**	**90.155**	**21.549**
Investimentos - Consolidado		**76.113**	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado		**(2.071)**	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas em conjunto e coligadas		**74.042**	–	–	–	–	–	–	–	–
Controladas:										
Rodobens Administradora 414 Ltda.	100%	54.145	1.812	54.341	1.375	633	49.935	54.145	9	1.764
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	11.628	14.685	6	902	2.161	11.658	11.628	–	(20)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	21.391	28.185	18.907	16.791	8.910	13.611	21.391	42.868	6.578
Rodobens Incorporadora Imobiliária 395 - SPE Ltda.	100%	20.611	80	22.000	803	666	9.423	20.611	–	3.736
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	100%	39.186	64.659	9.424	32.757	2.140	680	39.186	6.908	(4.450)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 408 - SPE Ltda.	100%	10.601	68	10.534	–	–	13.785	10.601	–	(29)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 411 - SPE Ltda.	100%	32.770	1	34.115	380	1.074	24.724	32.662	–	8.104
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	60%	10.220	56.406	2.416	10.731	31.057	1.416	17.033	41.726	9.688
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 - SPE Ltda.	100%	9.906	9.595	16.789	15.055	1.422	15	9.906	19.607	4.203
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	10.122	10.857	9	743	–	9.152	10.123	–	164
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	55%	5.258	31.103	22.766	30.558	13.752	1	9.559	52.253	9.948
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	100%	14.475	10.009	19.970	14.699	805	1.013	14.475	31.224	7.958
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	100%	9.734	18.387	17.457	18.428	7.682	786	9.734	56.409	7.825
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	11.398	11.458	–	61	–	10.174	11.398	–	90
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	100%	10.438	17.701	14.057	13.746	7.575	1.747	10.438	38.235	7.660
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	100%	5.690	16.715	11.307	18.844	3.488	2.334	5.690	23.951	3.982
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	100%	6.027	37.543	8.842	36.600	3.757	1.811	6.027	41.005	3.972
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	9.699	11.050	1	1.352	–	2.121	9.699	–	(90)
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	100%	28.546	60.346	90.041	30.170	91.671	1.272	28.546	95.449	20.916
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	234.598	45.480	243.714	37.436	17.160	166.689	234.598	385	24.475
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Feira de Santana VI SPE Ltda.	100%	7.033	4.522	7.158	4.554	92	5.931	7.033	2.873	(747)
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	12.738	15.632	15.733	15.445	3.182	6.935	12.738	31.975	4.564
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda.	100%	23.578	18	23.764	174	30	26.376	23.578	–	(32)
SPEs (177)		94.859	290.722	275.233	205.134	255.430	186.903	105.391	152.673	(35.300)
Ágio na aquisição de controladas		579	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas		**695.230**	**757.034**	**918.584**	**506.738**	**452.687**	**548.492**	**716.190**	**637.550**	**84.959**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**769.272**	**943.695**	**1.018.748**	**584.916**	**472.411**	**608.745**	**907.289**	**727.705**	**106.508**
Investimentos - Individual		**774.792**	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual		**(5.520)**	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**769.272**	–	–	–	–	–	–	–	–

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021									
	Participação		Ativo		Passivo					
	%	Investimento	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/prejuízo líquido
Controladas em conjunto e coligadas:										
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda	25%	30.673	21.552	110.197	818	8.237	12.962	122.693	2.678	(3.165)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda.	50%	2.074	31.118	(598)	18.035	8.408	1.694	4.077	12.620	1.403
Panamby I Ribeirão Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	16.319	33.666	(202)	607	221	28.760	32.636	307	415
SPEs (22)		10.375	53.532	(2.196)	34.557	1.710	17.659	10.429	29.392	7.189
Ágio na aquisição de controlada em conjunto		7.488	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas em conjunto e coligadas		**66.929**	**139.868**	**107.201**	**54.017**	**18.576**	**61.075**	**169.835**	**44.997**	**5.842**
Investimentos - Consolidado		**69.003**	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado		**(2.074)**	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas em conjunto e coligadas		**66.929**	–	–	–	–	–	–	–	–
Controladas:										
Rodobens Administradora 414 Ltda.	100%	21.303	1.877	22.425	1.565	1.435	15.345	21.303	(6)	2.357
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	10.239	13.107	–	2.868	–	9.784	10.239	–	(2)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	14.813	27.472	2.702	10.196	5.165	13.611	14.813	20.556	1.044
Rodobens Incorporadora Imobiliária 395 - SPE Ltda.	100%	16.799	9	18.000	661	548	9.197	16.799	17.343	7.381
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	100%	39.258	106.929	1.314	35.384	33.602	680	39.258	60.071	18.705
Rodobens Incorporadora Imobiliária 408 - SPE Ltda.	100%	10.539	69	10.475	5	–	11.250	10.539	–	(1)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 411 - SPE Ltda.	100%	26.160	78	27.000	80	837	24.648	26.160	–	1.638
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	60%	4.408	11.560	23.205	14.638	12.781	1.416	7.345	29.182	4.792
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 - SPE Ltda.	100%	5.703	33.109	4.746	13.484	18.668	15	5.703	43.197	5.882
Rodobens Incorporadora Imobiliária 434 - SPE Ltda.	55%	10.378	43.453	8.429	20.502	12.511	278	18.869	34.027	10.069
RNI Incorporadora Imobiliária 310 Ltda.	100%	7.129	5.695	5.694	4.260	–	7.623	7.129	–	(231)
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	9.199	9.233	–	34	–	8.721	9.199	–	71
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	100%	6.517	23.016	13.438	19.202	10.736	1.012	6.517	36.164	5.815
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	100%	1.909	32.773	5.803	18.778	17.890	786	1.909	22.615	1.563
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	10.148	10.155	–	7	–	9.780	10.148	–	(2)
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	100%	2.777	17.786	1.404	10.965	5.448	1.747	2.777	17.744	1.179
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	9.531	9.540	–	9	–	593	9.531	–	–
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	219.160	152	220.637	1.391	238	156.137	219.160	–	14.586
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Feira de Santana VI SPE Ltda.	100%	9.771	20.532	6.849	11.813	5.798	8.176	9.771	18.510	1.972
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	8.174	27.437	6.888	14.785	11.365	6.935	8.174	23.428	2.112
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda.	100%	22.910	18	22.912	19	1	25.365	22.910	–	(23)
SPEs (169)		98.662	377.760	130.700	271.364	131.191	157.342	105.899	135.581	(21.648)
Ágio na aquisição de controladas		579	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas		**566.066**	**771.760**	**532.621**	**452.010**	**268.214**	**470.441**	**584.152**	**458.412**	**57.259**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**632.995**	**911.628**	**639.822**	**506.027**	**286.790**	**531.516**	**753.987**	**503.409**	**63.101**
Investimentos - Controladora		**638.299**	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo a descoberto - Investimentos - Controladora		**(5.304)**	–	–	–	–	–	–	–	–
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**632.995**	–	–	–	–	–	–	–	–

	2022			2021		
	Participação	Resultado do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação	Resultado do período	Resultado de equivalência patrimonial
Controladas em conjunto e coligadas:						
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda	25%	5.930	1.482	25%	(3.165)	(791)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda.	50%	12.225	6.216	50%	1.403	753
Panamby I Ribeirão Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	(1.231)	(676)	50%	415	228
SPEs (22)		550	981		7.188	3.700
Total das controladas em conjunto e coligadas		17.474	8.003		5.841	3.890
Eliminação de participações indiretas		–	–		–	–
Total das controladas em conjunto e coligadas		**17.474**	**8.003**		**5.841**	**3.890**
Controladas:						
Rodobens Administradora 414 Ltda.	100%	1.764	1.764	100%	2.357	2.357
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	(20)	(20)	100%	(2)	(2)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	6.578	6.578	100%	1.044	1.044
Rodobens Incorporadora Imobiliária 395 - SPE Ltda.	100%	3.736	3.736	100%	7.381	7.381
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	100%	(4.450)	(4.450)	100%	18.705	18.705
Rodobens Incorporadora Imobiliária 408 - SPE Ltda.	100%	(29)	(29)	100%	(1)	(1)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 411 - SPE Ltda.	100%	8.104	8.104	100%	1.638	1.638
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	60%	9.688	5.813	60%	4.792	2.875
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 - SPE Ltda.	100%	4.203	4.203	100%	5.882	5.882
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	164	164	55%	71	71
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	55%	9.948	5.471	100%	(389)	(214)
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	100%	7.958	7.958	100%	5.815	5.815
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	100%	7.825	7.825	100%	1.563	1.563
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	90	90	100%	(2)	(2)
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	100%	7.660	7.660	100%	1.179	1.179
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	100%	3.982	3.982	100%	(616)	(616)
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	100%	3.972	3.972	100%	266	266
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	(90)	(90)	100%	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	100%	20.916	20.916	100%	1.854	1.854
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	24.475	24.475	100%	14.586	14.586
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Feira De Santana VI SPE Ltda.	100%	(747)	(747)	100%	1.972	1.972
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	4.564	4.564	100%	2.112	2.112
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda.	100%	(32)	(32)		(23)	(23)
SPEs (177)		(35.299)	(37.759)		(12.928)	(17.435)
Total das controladas		84.960	74.148		57.256	51.007
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**102.434**	**82.151**		**63.097**	**54.897**

	2021	2022					
	Saldo inicial	Aumento de capital	AFAC	Redução de capital e distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de custo de investimento	Saldo final
Controladas:							
Rodobens Administradora 414 Ltda.	21.302	–	35.268	(4.189)	1.764	–	54.145
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	10.239	–	1.409	–	(20)	–	11.628
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	14.813	–	–	–	6.578	–	21.391
Rodobens Incorporadora Imobiliária 395 - SPE Ltda.	16.800	–	76	–	3.736	–	20.612
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda	39.258	–	4.379	–	(4.450)	–	39.187
Rodobens Incorporadora Imobiliária 408 - SPE Ltda	10.539	–	92	–	(29)	–	10.602
Rodobens Incorporadora Imobiliária 411 - SPE Ltda.	26.160	–	69	(1.563)	8.104	–	32.770
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda	4.408	–	–	–	5.813	–	10.221
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 - SPE Ltda	5.703	–	–	–	4.203	–	9.906
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	9.199	–	760	–	164	–	10.123
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	(214)	–	–	–	5.471	–	5.257
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	6.517	–	–	–	7.958	–	14.475
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	1.909	–	–	–	7.825	–	9.734
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	10.147	–	1.160	–	90	–	11.397
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	2.777	–	–	–	7.660	–	10.437
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	1.705	–	–	–	3.982	–	5.687
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	2.055	–	–	–	3.972	–	6.027
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	9.531	–	258	–	(90)	–	9.699
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	3.126	–	4.505	–	20.916	–	28.547
Rodobens Urbanismo Ltda.	219.160	–	12.484	(21.521)	24.475	–	234.598
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Feira De Santana VI SPE Ltda.	9.770	–	920	(2.910)	(747)	–	7.033
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	8.174	–	–	–	4.564	–	12.738
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda.	22.910	–	700	–	(32)	–	23.578
SPEs (179)	109.499	63	61.662	(26.225)	(37.759)	(12.381)	94.859
Ágio na aquisição de controladas	579	–	–	–	–	–	579
Total das controladas	**566.066**	**63**	**123.742**	**(56.408)**	**74.148**	**(12.381)**	**695.230**
Controladas em conjunto e coligadas:							
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda	30.674	–	–	(2.728)	1.482	–	29.428
Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda.	2.074	–	4.192	(998)	6.216	–	11.484
Panamby I Ribeirão Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16.319	–	–	(445)	(695)	–	15.179
SPEs (22)	10.374	–	288	(1.180)	1.000	–	10.482
Ágio na aquisição de controlada em conjunto	7.488	–	–	–	–	(19)	7.469
Total das controladas em conjunto e coligadas	**66.929**	**–**	**4.480**	**(5.351)**	**8.003**	**(19)**	**74.042**
Total das controladas em conjunto e coligadas - Consolidado	69.003	–	4.324	(5.351)	8.156	(19)	76.113
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	(2.074)	–	156	–	(153)	–	(2.071)
Total das controladas em conjunto e coligadas	**66.929**	**–**	**4.480**	**(5.351)**	**8.003**	**(19)**	**74.042**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**632.995**	**63**	**128.222**	**(61.759)**	**82.151**	**(12.400)**	**769.272**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas - Individual	638.299	(1.660)	110.626	(61.759)	101.686	(12.400)	**774.792**
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(5.304)	1.723	17.596	–	(19.535)	–	**(5.520)**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**632.995**	**63**	**128.222**	**(61.759)**	**82.151**	**(12.400)**	**769.272**

	2020	2021					
	Saldo inicial	Aumento de capital	AFAC	Redução de capital e distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de custo de investimento	Saldo final
Controladas:							
Rodobens Administradora 414 Ltda.	15.835	–	3.600	(490)	2.357	–	21.302
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	9.776	–	465	–	(2)	–	10.239
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	13.769	–	–	–	1.044	–	14.813
Rodobens Incorporadora Imobiliária 395 - SPE Ltda.	9.192	–	227	–	7.381	–	16.800
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	20.553	–	–	–	18.705	–	39.258
Rodobens Incorporadora Imobiliária 408 - SPE Ltda.	7.777	–	2.763	–	(1)	–	10.539
Rodobens Incorporadora Imobiliária 411 - SPE Ltda.	24.440	8	74	–	1.638	–	26.160
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	2.099	–	–	(566)	2.875	–	4.408
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 - SPE Ltda.	(179)	–	–	–	5.882	–	5.703
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	8.710	–	418	–	71	–	9.199
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	–	–	–	–	(214)		(214)
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	701	–	1	–	5.815	–	6.517
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	346	–	–	–	1.563	–	1.909
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	9.770	–	379	–	(2)	–	10.147
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	1.599	–	–	–	1.178	–	2.777
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	812	–	1.512	–	(619)		1.705
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	1.789	–	–	–	266		2.055
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	583	–	8.948	–	–	–	9.531
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	1	–	1.271	–	1.854	–	3.126
Rodobens Urbanismo Ltda.	215.817	–	10.858	(22.101)	14.586	–	219.160
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Feira De Santana VI SPE Ltda.	7.798	–	–	–	1.972	–	9.770
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	6.062	–	–	–	2.112	–	8.174
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda.	21.941	–	992	–	(23)	–	22.910
SPEs (179)	124.704	404	53.232	(51.500)	(17.342)	–	109.498
Ágio na aquisição de controladas	668	–	–	–	–	(89)	579
Total das controladas	**504.563**	**412**	**84.740**	**(74.657)**	**51.096**	**(89)**	**566.065**
Controladas em conjunto e coligadas:							
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda	33.326	–	–	(1.861)	(791)	–	30.674
Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda.	1.322	–	–	–	752	–	2.074
Panamby I Ribeirão Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16.341	–	–	(250)	228	–	16.319
SPEs (22)	11.222	–	1.738	(6.198)	3.612	–	10.374
Ágio na aquisição de controlada em conjunto	7.565	–	–	–	–	(77)	7.488
Total das controladas em conjunto e coligadas	**69.776**	**–**	**1.738**	**(8.309)**	**3.801**	**(77)**	**66.929**
Total das controladas em conjunto e coligadas - Consolidado	71.741	–	1.858	(8.309)	3.790	(77)	69.003
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	(1.965)	–	(120)	–	11	–	(2.074)
Total das controladas em conjunto e coligadas	**69.776**	**–**	**1.738**	**(8.309)**	**3.801**	**(77)**	**66.929**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**574.339**	**412**	**86.478**	**(82.966)**	**54.897**	**(166)**	**632.994**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas - Individual	581.001	412	69.812	(81.858)	69.097	(166)	**638.298**
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(6.662)	–	16.666	(1.108)	(14.200)	–	**(5.304)**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**574.339**	**412**	**86.478**	**(82.966)**	**54.897**	**(166)**	**632.994**

Em 28 de setembro de 2020 a Companhia concluiu a alienação de 25% das cotas sociais da participação societária Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Goiânia I SPE Ltda. pelo montante de R$ 56.630. Os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa nº 15. Em 25 de novembro de 2022 a Companhia alienou 100% das cotas sociais da participação societária na RNI Incorporadora Imobiliária 310 Ltda. pelo montante de R$ 22.000, que estava registrado a custo pelo valor de R$ 12.381, tanto a receita quanto a baixa do custo foram registrados na rubrica de "outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício. Para fins de fluxo de caixa, houve um ganho na alienação no montante de R$ 9.619. Em 31 de dezembro de 2022, havia valores a receber registrados na rubrica de "Contas a receber por alienação cotas", no montante de R$ 21.900 que não afetaram a Demonstração do fluxo de caixa. A RNI Incorporadora Imobiliária 310 Ltda. tinha como principal ativo um imóvel na cidade de Rio Verde - GO no valor de R$ 12.380.

11. Imobilizado:

	Controladora								
	2020	Adições	Depreciação	2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2022
Máquinas e ferramentas	8.399	–	(356)	8.043	–	–	(356)	–	7.687
Computadores e periféricos	2	38	(2)	38	11	–	(9)	–	40
Móveis e utensílios	538	42	(177)	403	6	1	(165)	–	245
Prédios	2.167	–	(150)	2.017	–	–	(150)	–	1.867
Instalações	28	–	(9)	19	–	–	(14)	122	127
Total	11.134	80	(694)	10.520	17	1	(694)	122	9.966

	Consolidado							
	2020	Adições	Depreciação	2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Stand de Vendas	5.893	4.810	(3.384)	7.319	3.380	–	(2.594)	8.105
Máquinas e ferramentas	8.402	–	(358)	8.044	–	–	(356)	7.688
Computadores e periféricos	3	38	(2)	39	11	–	(9)	41
Móveis e utensílios	604	42	(219)	427	6	1	(188)	246
Prédios	2.167	–	(150)	2.017	–	–	(150)	1.867
Instalações	43	–	(18)	25	122	–	(18)	129
Total	17.112	4.890	(4.131)	17.871	3.519	1	(3.315)	18.076

12. Intangível:

	Controladora e Consolidado							
	2020	Adições	Amortização	2021	Adições	Transferências	Amortização	2022
Direitos de uso de software	4.336	2.076	(971)	5.441	1.491	(122)	(957)	5.853
Marcas e patentes	1.090	–	(132)	958	–	–	(132)	826
Total	5.426	2.076	(1.103)	6.399	1.491	(122)	(1.089)	6.679

13. Empréstimos e financiamentos: a. Composição dos empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo circulante:				
Dívida corporativa	64.567	5.828	95.965	5.981
Dívida de produção	2.602	2.727	122.664	78.785
	67.169	8.555	218.629	84.766
Passivo não circulante:				
Dívida corporativa	87.186	112.553	87.187	143.888
Dívida de produção	168.125	116.557	344.443	300.023
Total	255.311	229.110	431.630	443.911
Dívida corporativa	151.753	118.381	183.152	149.869
Dívida de produção	170.727	119.284	467.107	378.808
	322.480	237.665	650.259	528.677

Dívida corporativa - controladora

	Controladora			
			Saldo devedor	
Dívida corporativa	Taxa de juros	Vencimento final	2022	2021
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,88%	mar/23	50.433	50.003
Nota Promissória	CDI+ 3,10%	mai/24	66.787	62.699
Nota Promissória	CDI+ 2,90%	jan/25	28.244	–
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 3,00%	abr/23	6.289	5.680
			151.753	**118.382**

Dívida corporativa - consolidado

	Consolidado			
			Saldo devedor	
Dívida corporativa	Taxa de juros	Vencimento final	2022	2021
Cédula de Crédito Bancário	180% CDI	fev/22	–	50
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,88%	mar/23	50.433	50.003
Nota Promissória (i)	CDI+ 3,10%	mai/24	66.788	62.699
Nota Promissória (ii)	CDI+ 2,90%	jan/25	28.244	–
Certificado de Recebíveis Imobiliários (iii)	CDI+ 3,00%	abr/23	37.687	37.117
			183.152	**149.869**

(i) Em 7 de maio de 2021 a Companhia efetuou a contratação da 3º emissão de notas promissórias no montante de R$ 60.000, com amortização em 14 de maio de 2022 de R$ 5.000, em 14 de maio 2023 de R$ 5.000 e em 14 de maio de 2024 de R$ 50.000, com a taxa contratada de 100% (cem por cento) do CDI adicionado 3,10% a.a. (ii) Em 19 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a contratação da 4° emissão de notas promissórias no montante de R$ 25.000, com amortização em 19 de janeiro de 2023 de R$ 2.000, em 19 de janeiro 2024 de R$ 2.000 e em 19 de janeiro de 2025 de R$ 21.000, com a taxa contratada de 100% (cem por cento) do CDI adicionado 2,90% a.a. (iii) O contrato de Certificado de Recebíveis Imobiliários possui obrigações contratuais relacionados a covenants financeiros, conforme abaixo:

Descrição	Índice
Dívida liquida/Patrimônio Líquido	< 0,9

Dívida de produção - controladora

	Controladora			
			Saldo devedor	
Dívida produção	Taxa de juros	Vencimento final	2022	2021
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	abr/28	103.086	41.233
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 1,40%	fev/29	67.641	78.051
			170.727	**119.284**

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida de produção - consolidado

	Consolidado			
			Saldo devedor	
Divida produção	**Taxa de juros**	**Vencimento final**	**2022**	**2021**
Plano Empresário	8,30%+ TR	mai/26	21.353	84.414
Plano Empresário	8,90%+ TR	ago/23	18.091	32.236
Plano Empresário	9,00%+ TR	dez/27	766	–
Plano Empresário	9,30%+ TR	nov/27	22.818	21.328
Plano Empresário	3,5% + 100% do CDI	out/25	101.390	11.490
Plano Empresário	182% do CDI	jun/22	–	1.218
Plano Empresário	4,52% + rendimento poupança	dez/27	4.825	–
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 2,00%	abr/28	103.086	41.233
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	fev/29	67.641	78.051
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 1,40%	mai/22	–	3.765
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,31%	dez/23	13.988	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,48%	ago/24	7.581	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,55%	nov/24	14.067	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,57%	out/22	–	14.023
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,40%	mai/24	11.692	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,67%	nov/23	13.525	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,70%	abr/24	14.771	–
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,92%	mar/23	11.430	20.170
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,41%	mai/22	–	11.103
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,75%	dez/22	–	6.006
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,81%	dez/23	6.000	13.523
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,99%	abr/23	1.002	2.003
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,00%	jul/23	5.015	5.008
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,13%	jul/23	2.011	2.008
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,10%	ago/23	4.005	4.002
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,90%	jan/22	–	5.198
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,07%	out/23	6.018	6.010
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,05%	nov/23	6.052	6.002
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,08%	dez/23	9.980	10.017
			467.107	**378.808**

Em 20 de junho de 2022 a Companhia contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 72.090 com vencimento em 25 de junho de 2027, sendo que a remuneração é de 100% do CDI acrescidos de 2,00% ao ano. Em 21 de dezembro de 2022, a Companhia contratou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no montante de R$ 14.000 com vencimento em 20 de dezembro de 2023, sendo a remuneração é de 100% do CDI acrescidos de 2,31% ao ano. Os empréstimos são garantidos por, dependendo do tipo de operação:

Tipo de operação	**Garantia prestada**
Dívida corporativa:	
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios controladores
Nota Promissória	Aval dos sócios controladores
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Garantia dos recebíveis e aval dos sócios
Dívida de produção:	
Plano Empresário	Fração ideal dos terrenos e unidades concluídas, carteira de recebíveis e aval dos sócios.
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Garantia dos recebíveis e aval dos sócios
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios

Obrigações contratuais - não financeiros: A Companhia e suas controladas, possuem certas obrigações contratuais para os contratos de empréstimos e financiamentos a serem cumpridas enquanto perdurarem as dívidas, tais como: • Cumprir os pagamentos previstos em contrato; itens relacionados à continuidade das atividades, falência, insolvência; recuperação judicial ou extrajudicial, itens relacionados a qualquer medida judicial que possa afetar as garantias dadas em contratos, não realizar cessão ou transferência de direitos e obrigações dos contratos assim como fusão, cisão ou incorporação (neste caso, salvo se incorporada pela RNI) sem anuência do agente financeiro; garantir a contratação dos devidos seguros obrigatórios dos projetos ou bens; garantir a integridade dos dados e veracidade das declarações fornecidas aos agentes financeiros; não ter alterações significativas na composição societária, sem a observância das respectivas leis, e no controle acionário; não redução de capital social da Emissora e/ou da Avalista, exceto se decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados ou se previamente aprovado pelos titulares, comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; obedecer ao projeto, às especificações e restrições aprovadas pelos agentes financeiros ressalvado o disposto em cláusulas pré-estabelecidas para alterações; prestar informações nos prazos solicitados nos contratos; não ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emitente, caso a Emitente esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observar as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, bem como não seja movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que possa afetar os direitos do agente financeiro desde de que não sejam reparadas ou justificadas pela Companhia; não ultrapassar valor máximo estipulado em contrato de títulos protestados; garantir a manutenção da capacidade de honrar com as garantias apresentadas nos contratos; manter válidas as licenças pertinentes ao funcionamento do negócio; expropriação, nacionalização, desapropriação ou afins de ativos ou ações, por qualquer autoridade governamental; não conclusão da obra dentro do prazo contratual, retardamento, paralisação da mesma, ou delegar a execução das obras e serviços correlatos sem a devida justificativa aceita pelo agente financeiro; vender, hipotecar, obras de demolição, alteração ou acréscimo de modo a comprometer a manutenção ou realização da garantia dada, ou deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sem prévio e expresso consentimento do agente financeiro; dentre outras. • A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos.

Cronograma de vencimento da dívida

	Controladora						
Período findo em:	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**após 2026**	**Total**
31 de dezembro de 2022	–	67.169	75.362	66.085	41.966	71.898	322.480
31 de dezembro de 2021	8.555	73.716	70.226	18.507	18.507	48.154	237.665

	Consolidado						
Período findo em:	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**após 2026**	**Total**
31 de dezembro de 2022	–	218.629	147.434	153.636	54.952	75.608	650.259
31 de dezembro de 2021	84.767	219.571	118.422	38.072	19.691	48.154	528.677

14. Contas a pagar por aquisição de imóveis: São compromissos assumidos na compra de terrenos registrado na conta de Imóveis a comercializar para a incorporação de empreendimentos imobiliários, os montantes totais e a forma de liquidação estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Passivo circulante	1.353	69.546	55.719	221.134
Passivo não circulante	307.763	285.929	542.850	353.483
Total	309.116	355.475	598.569	574.617
Valor a ser pago por moeda corrente	1.200	1.200	7.715	7.715
Valor a ser pago por dação de unidades	33.525	22.082	39.825	28.382
Valor a ser pago por VGV	274.391	332.193	551.029	538.520
	309.116	355.475	598.569	574.617

Na modalidade de pagamento por VGV a atualização do saldo a pagar é efetuada com base nas mesmas condições dos contratos de compra e venda das unidades ou pelo valor mínimo atualizado.

15. Partes relacionadas: A Companhia, os acionistas controladores, as controladas e controladas em conjunto realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem a disponibilização de recursos para os empreendimentos, contratos de prestação de serviços, garantias dos acionistas controladores em contratos de financiamento e venda de carteira de crédito e de unidades residenciais a prazo.

		Controladora					
		2022			2021		
		Ativo	**Passivo**	**Demonstração do resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Demonstração do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa		–	–	427	2.083	–	222
Aplicações financeiras		51	–	–	112	–	–
Créditos (débitos) com partes relacionadas	(a)	64.326	75.399	4.508	78.699	18.357	2.767
Contas a receber por alienação cotas	(d)	52.841	–	19.913	54.828	–	(1.770)
Investimentos		774.792	5.520	82.151	638.299	5.304	54.897
Fornecedores		–	261	(3.952)	–	164	(3.177)
Empréstimos e financiamentos	(b)	–	–	–	–	–	(80)
Remuneração dos Administradores	15.1	–	–	(4.778)	–	–	(3.284)
Total		**892.010**	**81.180**	**98.269**	**774.021**	**23.825**	**49.575**

		Consolidado					
		2022			2021		
		Ativo	**Passivo**	**Demonstração do resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Demonstração do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa		750	–	1.267	14.064	–	634
Aplicações financeiras		124	–	–	199	–	–
Créditos (débitos) com partes relacionadas	(a)	5.947	2.202	18	3.279	3.975	(30)
Contas a receber por venda de terrenos	(c)	2.341	–	225	2.533	–	2.533
Contas receber por alienação cotas	(d)	58.841	–	19.913	54.828	–	(1.770)
Investimentos		76.113	2.071	8.003	69.003	2.074	3.890
Fornecedores		–	942	(5.990)	–	227	(3.970)
Empréstimos e financiamentos	(b)	–	36.108	(5.211)	–	33.552	(1.989)
Contas a pagar por aquisição de imóveis		–	1.433	–	–	1.526	–
Remuneração dos Administradores	15.1	–	–	(4.778)	–	–	(3.284)
Total		**138.116**	**42.756**	**13.447**	**143.906**	**41.354**	**(3.986)**

(a) Os saldos registrados de créditos (débitos) com partes relacionadas refletem, basicamente, as operações de contratos de mútuo da Controladora com as suas controladas e controladas em conjunto, que são remunerados a 100% CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os mútuos ativos e passivos mais representativos são conforme segue:

Mútuos ativos	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	17.313	11.393	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 470 Ltda.	10.884	–	–	–
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliaria	5.122	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliaria 469 Ltda.	4.921	–	–	–
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Ourinhos I - SPE Ltda.	4.721	6.555	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 440 - SPE Ltda.	4.306	8.480	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	4.276	–	–	–
VEGA Construtora e Incorporadora	3.884	503	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 448	1.564	8.211	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	1.088	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 459 Ltda.	843	–	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliaria 310 - SPE Ltda.	–	4.204	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	–	6.885	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 SPE Ltda.	–	15.293	–	–
Terra Nova Rodobens Inc. Imob. F Santana VI SPE L	–	8.416	–	–
Outras	5.404	8.759	5.947	3.279
	64.326	78.699	5.947	3.279

Mútuos passivos	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
RNI Incorporadora Imobiliária 482 Ltda.	12.745	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 452 Ltda.	11.323	3.735	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 Ltda.	10.291	–	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 413 Ltda.	7.191	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	7.055	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 481 Ltda.	6.241	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	6.203	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 457 Ltda.	5.609	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 464 Ltda.	4.692	–	–	–
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412	2.180	1.754	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	1.364	4.497	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	505	–	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 469 Ltda.	–	4.485	–	–
RNI Incorporadora Imobiliária 470 Ltda.	–	1.382	–	–
Outras	–	2.504	2.202	3.975
	75.399	18.357	2.202	3.975

(b) São contratações de CCB (Cédula de Crédito Bancário) da Companhia através de suas controladas junto ao Banco Rodobens S.A. com taxas a partir de CDI + 2,67 a.a. até CDI + 3,13 a.a., com vencimento entre abril de 2023 até abril de 2024. (c) Em 08 de novembro de 2019 a RNI Administração e Incorporação Imobiliária 444 Ltda. alienou à Cipreste Residencial Incorporadora Ltda. um terreno em Ribeirão Preto - SP, o valor a receber é de 10,01% da receita líquida auferida pela venda de cada uma das unidades autônomas do empreendimento a ser construído no imóvel objeto de venda. (d) A Companhia alienou 25% das cotas sociais da participação societária no Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Goiânia I SPE Ltda. à Rodobens Corporativa, empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R$ 56.530. O recebimento será em parcelas anuais iniciando em 31 de dezembro de 2021 e limitado a quitação até 31 de dezembro de 2039, corrigidas por 25% do CDI ao ano. **15.1 Remuneração dos Administradores:** A política de remuneração para diretores estatutários e membros do Conselho de Administração tem o objetivo de atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores. Os membros da Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa e a uma remuneração variável. A remuneração fixa e variável adotada é aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada na Assembleia Geral Ordinária. A Companhia oferece aos seus diretores um plano de participação nos resultados atrelados ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais. Os membros independentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa mensal, independentemente do número de convocações. Os membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas controladores não fazem jus a remuneração. A Companhia registrou benefícios de curto prazo a administradores, tais como despesa com remuneração de seus administradores o montante:

Número de participantes	**2022**	**2021**
Diretores Estatutários	2	2
Conselho Administração	7	7
Conselho Fiscal	3	3
Comitê Auditoria	3	3
Total	15	15
Remuneração		
Fixo	2.329	2.164
Variável	1.570	443
Encargos	879	677
Total	4.778	3.284

16. Impostos correntes e diferidos: a. Impostos passivos com recolhimento diferido: O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente (recebidas). O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Companhia. A base de apuração para os exercícios, de acordo com a legislação fiscal vigente, é como segue:

	Consolidado	
	2022	**2021**
Passivo		
Receitas reconhecidas pela evolução e não realizadas financeiramente	1.057.524	809.090
PIS com recolhimento diferido	2.057	1.956
COFINS com recolhimento diferido	9.599	8.886
Passivo circulante	11.656	10.842
Imposto de renda com recolhimento diferido	15.347	12.974
Contribuição social com recolhimento diferido	7.940	6.741
PIS com recolhimento diferido	1.867	1.150
COFINS com recolhimento diferido	8.701	5.551
Passivo não circulante	33.855	26.416
Resultado		
Imposto de renda com recolhimento diferido	(2.578)	(2.932)
Contribuição social com recolhimento diferido	(1.240)	(1.433)
	(3.818)	(4.365)

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.352	8.465	50.434	28.743
Imposto de renda calculado a alíquota nominal - 34%	(7.260)	(2.878)	(17.148)	(9.773)
Exclusão do resultado de equivalência patrimonial	27.931	18.665	2.721	1.323
Outras adições e exclusões permanentes	(8.834)	(5.859)	(8.664)	(5.859)
Efeito líquido das empresas tributadas pelo lucro presumido e RET	–	–	16.182	10.381
Efeito da não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(11.837)	(9.928)	(11.837)	(9.928)
Imposto de renda e contribuição social no período	–	–	(18.746)	(13.856)
Parcela corrente	–	–	(14.928)	(9.491)
Parcela diferida	–	–	(3.818)	(4.365)
	–	–	(18.746)	(13.856)
Alíquota efetiva	0%	0%	37%	48%

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. O total dos prejuízos fiscais não reconhecidos do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados em 31 de dezembro de 2022 na controladora e consolidado é de R$ 245.316 e R$ 245.680, respectivamente (R$ 214.973 e R$ 215.337 em 2021, respectivamente).

17. Provisão para garantia: A movimentação da provisão para garantia está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.737
Provisionado no exercício	2.727
Consumido no exercício	(3.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.147
Provisionado no exercício	3.866
Consumido no exercício	(1.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.458**

18. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou garantia equivalente. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pelo departamento jurídico da Companhia e de suas controladas, que conduz substancialmente as ações, e, eventualmente, amparada por seus assessores legais externos quando necessário. A seguir, a movimentação dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Cível/fiscal	297	40	4.867	5.148
Trabalhista	–	–	1.918	1.832
	297	**40**	**6.785**	**6.980**

Contingências trabalhistas tem relação principalmente a disputas por montantes em reclamação de empregados relativos a horas extras e encargos. Contingências cíveis, os pedidos são substancialmente relacionados a danos materiais e morais (rescisão contratual, atraso na entrega das unidades e vícios construtivos).

	Controladora			Consolidado		
	Cível	**Trabalhista**	**Total**	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28	–	28	6.282	1.785	8.067
Provisionado no exercício	44	–	44	2.811	137	2.948
Revertido no exercício	(32)	–	(32)	(3.945)	(90)	(4.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40	–	40	5.148	1.832	6.980
Provisionado no exercício	352	–	352	3.567	322	3.889
Revertido no exercício	(95)	–	(95)	(3.848)	(236)	4.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**297**	**–**	**297**	**4.867**	**1.918**	**6.785**

Adicionalmente, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, existem outros processos de natureza cível, trabalhista e com grau de risco possível:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Cível/fiscal	3.363	3.796	40.167	36.612
Trabalhista	73	–	1.115	215
	3.436	3.796	41.282	36.827

A diretoria da Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras.

19. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 512.438, dividido em 43.769.808 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado apurado no fim de cada exercício, que não excederá 20% do capital social. **c. Reservas de retenção de lucros:** A parcela remanescente do lucro líquido, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da reserva para efetivação de novos investimentos, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia. O limite máximo dessa reserva será de 100% do capital social. Esse saldo fica registrado na rubrica reserva de retenção de lucros. **d. Ações em tesouraria:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, em tesouraria, 1.566.757 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no mercado pelo montante de R$ 15.876 para futura alienação ou cancelamento. O valor de mercado nesta data corresponde a R$ 10.795 (R$ 6,89 por unidade de ação). **e. Distribuição de dividendos:** A parcela correspondente a, no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 II e III da Lei das sociedades por ações, será distribuída aos acionistas como dividendos mínimos obrigatórios. Os lucros apurados no exercício, após a compensação de prejuízos acumulados e das destinações do resultado previstas no estatuto social e na legislação societária vigente, são colocados à disposição da Administração para reinvestimento ou destinação aos acionistas, como dividendos, na proporção de participação no capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ao final do exercício social, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição de reserva legal e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo inicial do ano	2.010	351	2.010	351
Provisão de dividendos mínimos obrigatórios	5.071	2.010	5.071	2.010
Dividendos adicionais aprovados	403	70	403	70
Dividendos pagos	(2.394)	(421)	(2.394)	(421)
Saldo final do ano	**5.090**	**2.010**	**5.090**	**2.010**

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Participações não controladores: A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

	Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	Rodobens Incorporadora Imobiliária 450 - SPE Ltda.	Outras controladas imateriais	Total
Percentual dos não controladores	40%	45%		
Ativo circulante	56.406	31.103	51.466	**138.975**
Ativo não circulante	2.416	22.766	49.368	**74.550**
Passivo circulante	(10.731)	(30.558)	(46.445)	**(87.734)**
Passivo não circulante	(31.057)	(13.752)	(29.347)	**(74.156)**
Ativos líquidos	**17.033**	**9.559**	**25.042**	**51.634**
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	6.813	4.302	10.204	**21.319**
Receita	41.726	52.253	46.546	**140.524**
Resultado	9.688	9.948	5.019	**24.654**
Outros resultados abrangentes - ORA	–	–	–	**–**
Total resultado abrangente	9.688	9.948	5.019	**24.654**
Resultado alocado para os não controladores	3.875	4.476	1.985	**10.336**
ORA alocado para os não controladores	–	–	–	**–**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(17.642)	(6.138)	(5.715)	**(29.495)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	–	–	2.069	**2.069**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	18.304	10.427	4.408	**33.138**
(dividendos para não controladores)	–		(5.100)	**(5.100)**
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	**662**	**4.289**	**(4.338)**	**613**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as alterações de participações societárias da Companhia em controladas geraram um aumento de acionistas não controladores de R$ 2.299 (R$ 587 em 31 de dezembro de 2021, uma redução de acionistas não controladores de R$ 399 (R$ 360 em 31 de dezembro de 2021) e recebimento de dividendos de R$ 5.100 (R$ 382 em 31 de dezembro de 2021) registradas diretamente no patrimônio líquido.

20. Lucro por ação: A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído:

	Controladora	
	2022	2021
Lucro do exercício - operações continuadas	21.352	8.465
Número de ações durante o ano (mil)	42.203	42.203
Lucro por ação em reais - básico e diluído	0,50594	0,20058

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não tinha potencial para a diluição de ações ordinárias, conforme demonstrado anteriormente. Assim o lucro por ação básico e diluído é equivalente.

21. Instrumentos financeiros: Gestão de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos, dividido pelo seu capital social mais reservas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A dívida líquida financeira tal como definido e utilizado pela Companhia corresponde ao endividamento bancário, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Índice de endividamento	Consolidado	
	2022	2021
Endividamento bancário	650.259	528.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(74.758)	(61.088)
(=) Dívida líquida (A)	575.501	467.589
Patrimônio líquido (B)	661.198	638.124
Índice de endividamento líquido (A)/(B)	0,870	0,733

O valor de endividamento é composto por empréstimos e financiamentos.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias: Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			
	2022		2021	
Ativo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras (a)	1.286	1.286	3.543	3.543
Ativos financeiros ao valor justo	**1.286**	**1.286**	**3.543**	**3.543**
Caixa e equivalentes de caixa	5.547	5.547	3.253	3.253
Créditos perante clientes	10.073	10.073	18.900	18.900
Contas receber por alienação cotas	74.741	74.741	54.828	54.828
Contas a receber por venda de terrenos	80.173	80.173	32.835	32.835
Créditos com terceiros	20.654	20.654	14.959	14.959
Outros créditos	1.295	1.295	3.281	3.281
Créditos com partes relacionadas	64.326	64.326	78.699	78.699
Ativos financeiros ao custo amortizado	**256.809**	**256.809**	**206.755**	**206.755**
Total ativo	**258.095**	**258.095**	**210.298**	**210.298**
Passivo				
Fornecedores	2.649	2.649	1.761	1.761
Empréstimos e financiamentos	322.480	347.501	237.665	256.678
Cessão de recebíveis	2.966	2.966	–	–
Contas a pagar por aquisição de imóveis	309.116	309.116	355.475	355.475
Débitos com partes relacionadas	75.399	75.399	18.357	18.357
Outras contas a pagar	3.193	3.193	.237	2.237
Passivos financeiros ao custo amortizado	**715.803**	**740.824**	**615.495**	**634.508**
Total passivo	**715.803**	**740.824**	**615.495**	**634.508**

	Consolidado			
	2022		2021	
Ativo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras (a)	4.202	4.202	3.638	3.638
Ativos financeiros ao valor justo	**4.202**	**4.202**	**3.638**	**3.638**
Caixa e equivalentes de caixa	70.556	70.556	57.450	57.450
Créditos perante clientes	828.788	828.788	667.498	667.498
Contas receber por alienação cotas	74.741	74.741	54.828	54.828
Contas a receber por venda de terrenos	228.736	228.736	141.592	141.592
Créditos com terceiros	44.758	44.758	41.928	41.928
Outros créditos	12.898	12.898	8.676	8.676
Créditos com partes relacionadas	5.947	5.947	3.279	3.279
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.266.424**	**1.266.424**	**975.251**	**975.251**
Total ativo	**1.270.626**	**1.270.626**	**978.889**	**978.889**
Passivo				
Fornecedores	51.019	51.019	48.476	48.476
Empréstimos e financiamentos	650.259	686.723	528.677	556.750
Cessão de recebíveis	88.514	88.514	–	–
Contas a pagar por aquisição de imóveis	598.569	598.569	574.617	574.617
Débitos com partes relacionadas	2.202	2.202	3.975	3.975
Outras contas a pagar	25.853	25.853	18.766	18.766
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.416.416**	**1.452.880**	**1.174.511**	**1.202.584**
Total passivo	**1.416.416**	**1.452.880**	**1.174.511**	**1.202.584**

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensuração do valor justo: O valor justo das contas a receber de clientes e demais contas a receber é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das demonstrações financeiras que correspondem aos valores contábeis. Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** ***(i) Estrutura de gerenciamento de risco:*** A diretoria da Companhia e suas controladas adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. ***(ii) Riscos de crédito:*** A Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas com uma análise e avaliação dos clientes sobre a capacidade de sua capacidade de cumprir seu compromisso mitigando os riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes. *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram:

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.547	3.253	70.556	57.450
Aplicações financeiras	5	1.286	3.543	4.202	3.638
Créditos perante clientes	6	10.073	18.900	828.788	667.498
Contas receber por alienação cotas	15	74.741	54.828	74.741	54.828
Contas a receber por venda de terrenos	7	80.173	32.835	228.736	141.592
Créditos com terceiros	9	20.654	14.959	44.758	41.928
Outros créditos		1.295	3.281	12.898	8.676
Créditos com partes relacionadas	15	64.326	78.699	5.947	3.279
		258.095	**210.298**	**1.270.626**	**978.889**
Circulante		21.647	29.500	431.115	446.352
Não circulante		236.448	180.798	839.511	532.437

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Nas controladas, esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo a estrutura de capital sustentada por ativos financeiros, recebíveis imobiliários e estoque de unidades, o que permite um elevado grau de alavancagem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e fornecedores são conforme segue:

Controladora — 31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Empréstimos e financiamentos	93.716	111.410	92.626	54.301	80.652	432.705
Cessão de recebíveis	1.016	631	476	421	422	2.966
Débitos com partes relacionadas	75.399	–	–	–	–	75.399
Contas a pagar por aquisição de imóveis	1.353	92.329	92.329	61.553	61.553	309.116
Outras contas a pagar	3.193	–	–	–	–	3.193
Fornecedores	2.649	–	–	–	–	2.649
	177.326	204.370	185.431	116.275	142.627	826.028

Consolidado — 31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Empréstimos e financiamentos	281.086	204.558	192.807	67.839	84.405	830.695
Cessão de recebíveis	24.350	19.612	17.240	12.987	14.325	88.514
Débitos com partes relacionadas	2.202	–	–	–	–	2.202
Contas a pagar por aquisição de imóveis	55.719	162.855	162.855	108.570	108.570	598.569
Outras contas a pagar	25.853	–	–	–	–	25.853
Fornecedores	51.019	–	–	–	–	51.019
	440.229	387.025	372.902	189.396	207.300	1.596.852

Controladora — 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Empréstimos e financiamentos	17.847	81.417	76.786	23.422	21.657	50.373	271.502
Débitos com partes relacionadas	18.357	–	–	–	–	–	18.357
Contas a pagar por aquisição de imóveis	69.546	85.779	85.779	57.186	28.593	28.592	355.475
Outras contas a pagar	2.237	–	–	–	–	–	2.237
Fornecedores	1.761	–	–	–	–	–	1.761
	109.748	167.196	162.565	80.608	50.250	78.965	649.332

Consolidado — 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Empréstimos e financiamentos	91.882	242.992	131.497	46.054	32.026	52.663	597.114
Débitos com partes relacionadas	3.975	–	–	–	–	–	3.975
Contas a pagar por aquisição de imóveis	221.134	106.045	106.045	70.697	35.348	35.348	574.617
Outras contas a pagar	18.766	–	–	–	–	–	18.766
Fornecedores	48.476	–	–	–	–	–	48.476
	384.233	349.037	237.542	116.751	67.374	88.011	1.242.948

(iv) Risco de mercado: R isco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia e suas controladas, principalmente em Reais. Isso proporciona uma proteção econômica fazendo com que a contabilidade de *hedge* não seja aplicada nessas circunstâncias. A Companhia e suas controladas contratou instrumentos financeiros derivativos não especulativos ("*swap*") visando trocar a variação cambial, para um empréstimo denominado em reais, com a mesma exposição e datas de vencimento, bem como *Swap* sobre empréstimos. Esses instrumentos foram liquidados em 28 de junho de 2021. *Risco cambial:* Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma exposição cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía operações de cambio referentes contratos de empréstimos e financiamentos (operação 4131), que foram liquidadas em junho de 2021. *Risco de taxas de juros:* A Companhia e suas controladas estão exposta a taxas de juros flutuantes, sendo substancialmente: • Variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras. • Carteira de clientes e custos a incorrer, atualizados pelo INCC. • Carteira de clientes atualizada pelo IGPM ou pela TR, após a entrega das chaves. • A remuneração sobre os mútuos a receber contratados à taxa de 100% CDI a.a. • Empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas estão expostos as taxas conforme escrito na nota explicativa nº 13. De acordo com os riscos de taxas de juros acima, os saldos expostos estão demonstrados da seguinte forma:

Ativos financeiros	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	**5**	–	2.016	35.711	24.814
Aplicações financeiras	**5**	1.286	3.543	4.202	3.638
Créditos perante clientes	**6**	10.073	18.900	828.788	667.498
Contas receber por alienação cotas	**15**	74.741	54.828	74.741	54.828
Contas a receber por venda de terrenos	**7**	80.173	32.835	228.736	141.592
Créditos com partes relacionadas	**15**	64.326	78.699	5.947	3.279
Total		230.599	190.821	1.178.125	895.649

(a) Considerando somente as aplicações financeiras que estão classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa", conforme Nota explicativa nº 5.

Passivos financeiros	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Empréstimos e financiamentos	13	322.480	237.665	650.259	528.677
Débitos com partes relacionadas	15	75.399	18.357	2.202	3.975
Total		397.879	256.022	652.461	532.652

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela diretoria da Companhia e o efeito das operações:

	Cenário de perda		Cenário	Cenário de ganho	
	Queda 50%	Queda 25%	provável	Aumento 25%	Aumento 50%
IGP-M	2,76%	4,13%	5,51%	6,89%	8,27%
INCC	4,70%	7,05%	9,40%	11,75%	14,10%
CDI	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%

	Efeito		Resultado esperado	Efeito	
Ativos (passivos) líquidos	Perda 25%	Perda 50%	com índice provável	Aumento 25%	Aumento 50%
CDI	(34.901)	(52.351)	(69.801)	(87.252)	(104.702)
INCC	7.788	11.682	15.576	19.469	23.363
IGP-M	7.580	11.369	15.159	18.949	22.739
	(19.533)	(29.300)	(39.066)	(48.834)	(58.600)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**19.533**	**9.766**		**(9.768)**	**(19.534)**

Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra orçado; (ii) de obras, sendo que contamos com engenheiros alocados em todos os projetos para fiscalizar os serviços prestados por mão de obra terceirizada contratada (qualidade e cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos. **Sistema de controle de risco:** Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia e suas controladas exercem o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, o que possibilita, por exemplo, diminuir o ciclo construtivo dos projetos, a fim de reduzir sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos. Tal redução ocorre geralmente mediante o desenvolvimento de novas tecnologias construtivas, aprimoramento e treinamento das equipes produtivas, utilização de insumos e materiais pré-processados etc. O controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de nosso portfólio de investimentos. No modelo, são calculadas as perdas potenciais em um cenário de *stress* para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio. **Controle do risco de perdas:** O risco de um novo empreendimento é calculado considerando o quanto poderá perder caso, em condições limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco. O risco total da Companhia e suas controladas é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da alienação das unidades. A Companhia e suas controladas buscam o máximo de eficiência para seu capital e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório do risco dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível. **Controle da exposição máxima de caixa:** O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados em nosso portfólio, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. Esta projeção auxilia na definição de sua estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos devem ser incluídos no seu portfólio. **Atuação em mercado com liquidez:** Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia e suas controladas conseguem determinar a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta de absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço. A Companhia e suas controladas não pretendem atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita-se reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos, e por se associar a parceiros locais.

22. Receita líquida dos empreendimentos vendidos:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita da incorporação imobiliária	33.899	19.671	896.959	633.742
Devoluções da receita bruta	(1.998)	(8.136)	(214.675)	(149.075)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.359)	(1.069)	(15.193)	(11.267)
Receita operacional líquida	29.542	10.466	667.091	473.400

22.1 Informações sobre obras em andamento: O resultado das vendas imobiliárias, que engloba as receitas de vendas, os custos de terreno e de construção e os gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária é apropriado ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado contratado para o empreendimento, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 47. Os valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de unidades em construção, são apresentados em razão do mesmo percentual de conclusão, sendo os recebimentos superiores a esses créditos a receber registrados no passivo circulante como "Adiantamento de clientes". Em decorrência do reconhecimento contábil descrito anteriormente, os saldos de receita bruta não contabilizada de transações de vendas de imóveis já contratadas, incluindo a respectiva receita financeira, e os respectivos custos a incorrer (ou compromissos de construção) não refletidos nas demonstrações financeiras pelas condições descritas acima, conforme aplicável, referentes a imóveis não concluídos, são como segue:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Empreendimentos em construção		
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas		
Empreendimentos em construção:		
(a) Receita de vendas contratadas	1.672.115	1.229.695
Receita de vendas apropriadas:		
Receita de vendas apropriadas	1.412.382	923.278
Distratos - receitas estornadas	(238.246)	(125.646)
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	1.174.136	797.632
Receita de vendas a apropriar (a-b)	497.979	432.063
(ii) Receita de indenização por distratos	9.683	3.665
(iii) Custo orçado a apropriar das unidades vendidas (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	1.152.523	896.028
Custo incorrido:		
Custos de construção	(958.723)	(662.885)
Distratos - Custos de construção	149.116	78.524
(b) Custo incorrido líquido	(809.607)	(584.361)
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)	342.916	311.667

continua→★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2022	2021
(iv) Custo orçado a apropriar das unidades em estoque (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	589.936	556.756
(b) Custo incorrido	(172.921)	(175.941)
Custo a incorrer das unidades em estoque (a+b)	417.015	380.815
Resultado na venda de imóveis a apropriar (i - iii)	*155.063*	*120.396*
Margem bruta estimada das vendas a apropriar	*31,1%*	*27,9%*

(*) Não considera encargos financeiros.

23. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado: A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas operacionais baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos empreendimentos vendidos				
Mão-de-obra	(9.497)	(5.690)	(200.558)	(142.212)
Insumos	(14.245)	(8.535)	(272.621)	(197.496)
Custo financeiro	–	–	(28.215)	(15.822)
Total	(23.742)	(14.225)	(501.394)	(355.530)
Despesas por natureza:				
Comissões	(1.188)	(1.021)	(40.451)	(31.167)
Marketing e propaganda	(8.704)	(5.720)	(31.558)	(24.115)
Depreciação stand de vendas	–	–	(2.594)	(3.385)
Despesas com pessoal	(21.998)	(16.809)	(22.679)	(17.162)
Outros impostos e taxas	(302)	(352)	(1.979)	(1.897)
Serviços profissionais contratados	(3.271)	(2.919)	(4.932)	(4.047)
Viagens	(370)	(332)	(370)	(330)
Uso e consumo	(5.491)	(5.316)	(23.220)	(18.896)
Depreciação/amortização	(902)	(1.054)	(921)	(1.091)
Total	(42.226)	(33.523)	(128.704)	(102.090)
Classificadas como:				
Comerciais e vendas	(9.892)	(6.741)	(74.603)	(58.667)
Gerais e administrativas	(32.334)	(26.782)	(54.101)	(43.423)
Total	(42.226)	(33.523)	(128.704)	(102.090)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros recebidos de clientes	734	701	12.473	11.057
Receita financeira sobre contrato de mútuo	9.482	3.130	635	145
Rendimentos de aplicações financeiras	729	787	3.132	1.812
Impostos sobre receitas financeiras	(1.036)	(280)	(2.487)	(956)
Outras receitas financeiras	7	–	24	56
Receitas financeiras	9.916	4.338	13.777	12.114
Juros/encargos sobre captações	(45.522)	(15.240)	(62.528)	(25.431)
Descontos concedidos	(287)	(273)	(5.983)	(5.978)
Outras despesas financeiras	(302)	(100)	(6.058)	(4.501)
Despesas financeiras	(46.111)	(15.613)	(74.569)	(35.910)
Variações monetárias ativas	11.442	5.353	74.774	50.063
Variação operações swap	–	(1.711)	–	(1.711)
Variação cambial	–	1.719	–	1.719
Variações monetárias passiva	(10.925)	(4.185)	(13.034)	(17.353)
Variações monetárias, líquidas	517	1.176	61.740	32.718

25. Reconciliação da dívida líquida

Controladora	Dívida Corporativa	Dívida Produção	Total da dívida	Instrumentos financeiros derivativo	Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras	Dívida líquida
Em 31 de dezembro de 2020	**90.215**	**142.344**	**232.559**	**(8.938)**	**(35.598)**	**188.023**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	–	–	–	6.143	25.647	31.790
Captação de empréstimos	60.000		60.000	–	–	60.000
Pagamento de empréstimos	(34.690)	(23.932)	(58.622)	–	–	(58.622)
Pagamento de juros	(6.764)	(7.604)	(14.368)	–	–	(14.368)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais/juros	9.620	8.476	18.096	2.795	(786)	20.105
Em 31 de dezembro de 2021	**118.381**	**119.284**	**237.665**	**–**	**(6.796)**	**230.869**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	–	–	–	–	692	692
Captação de empréstimos	25.000	72.090	97.090	–	–	97.090
Pagamento de empréstimos	(5.012)	(18.741)	(23.753)	–	–	(23.753)
Pagamento de juros	(9.273)	(23.142)	(32.415)	–	–	(32.415)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais/juros	22.657	21.236	43.893	–	(729)	43.164
Em 31 de dezembro de 2022	**151.753**	**170.727**	**322.480**	**–**	**(6.833)**	**315.647**

Consolidado	Dívida Corporativa	Dívida Produção	Total da dívida	Instrumentos financeiros derivativo	Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras	Dívida líquida
Em 31 de dezembro de 2020	**122.008**	**308.853**	**430.861**	**(8.938)**	**(67.677)**	**354.246**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	–	–	–	6.143	23.846	29.989
Captação de empréstimos	60.000	220.650	280.650	–	–	280.650
Pagamento de empréstimos	(35.032)	(152.343)	(187.375)	–	–	(187.375)
Pagamento de juros	(9.016)	(23.456)	(32.472)	–	–	(32.472)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais/juros	60.000	220.650	280.650	–	–	280.650
Em 31 de dezembro de 2021	**149.869**	**378.808**	**528.677**	**–**	**(61.088)**	**467.589**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	–	–	–	–	(10.538)	(10.539)
Captação de empréstimos	25.000	311.118	336.118	–	–	336.118
Pagamento de empréstimos	(5.117)	(224.107)	(229.224)	–	–	(229.224)
Pagamento de juros	(13.860)	(54.457)	(68.317)	–	–	(68.317)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais/juros	27.260	55.745	83.005	–	(3.132)	79.873
Em 31 de dezembro de 2022	**183.152**	**467.107**	**650.259**	**–**	**(74.758)**	**575.500**

26. Informações por segmento: A Companhia entende que suas atividades são separadas atualmente em incorporação (Incorporação) e loteamento (Urbanismo), dessa forma, segue informações por segmentos operacionais:

	2022			2021		
	Urbanismo	Incorporação	Total	Urbanismo	Incorporação	Total
Receita liquida dos empreendimentos vendidos	385	666.706	667.091	4.526	468.874	473.400
Custo dos empreendimentos vendidos	416	(501.810)	(501.394)	(606)	(354.924)	(355.530)
Lucro bruto	801	164.896	165.697	3.920	113.950	117.870
(Despesas) Receitas operacionais	(3.226)	(112.985)	(116.211)	(5.429)	(92.620)	(98.049)
Lucro/(Prejuízo) bruto antes do resultado financeiro	(2.425)	51.911	49.486	(1.509)	21.330	19.821
Receita (despesas) financeiras líquidas	27.974	(27.026)	948	17.132	(8.210)	8.922
Resultado antes dos impostos	25.549	24.885	50.434	15.623	13.120	28.743
Imposto de renda e contribuição social	(1.074)	(17.672)	(18.746)	(1.037)	(12.819)	(13.856)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24.475	7.213	31.688	14.586	301	14.887
Ativo total	289.194	1.922.579	2.211.773	274.354	1.662.536	1.936.890
Passivo total	54.596	1.495.979	1.550.575	55.194	1.243.572	1.298.766
Patrimonio líquido	234.598	426.600	661.198	219.160	418.964	638.124

Informações sobre os principais clientes: Em função da atividade imobiliária residencial e loteamento, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

27. Cobertura de seguros:

Itens	Tipo de Cobertura	Cobertura
Seguro de Construção (risco engenharia)	Garante durante o período de construção da obra, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como : incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local do risco.	909.562
Seguro de Construção (risco engenharia)	Garante a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para os processos de licenciamento dos empreendimentos em construção.	87.942
Responsabilidade Civil (obras em construção)	Garante indenizar até o limite máximo da importância segurada, as quantias pelas quais a Companhia vier a ser responsável civilmente relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros.	–
Seguro Garantia do Construtor	Garante ao agente financiador do empreendimento a conclusão da construção em caso de indisponibilidade técnica e financeira da Companhia.	112.830
Seguro garantia pós-entrega	Garante a manutenção e resolução de problemas em obras entregue por até 5 anos, sobre os danos previstos no Código do Consumidor.	15.958
Seguro Habitacional - DFI - Danos Físicos ao Imóvel	Garante após conclusão do empreendimento, indenização decorrente de danos causados como incêndio, queda de raio, vendaval, desmoronamento, destelhamento, inundação ou alagamento, ainda que decorrente da chuva.	73.143
Seguro garantia para obras de infraestrutura	Garante a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para os processos de licenciamento dos empreendimentos em construção.	19.717
Seguro Garantia Judicial	Garante ao beneficiário da apólice o pagamento do valor total do débito em discussão, referente a ação distribuída ou a ser distribuída perante uma das Varas Judiciais. Garantia contratada em substituição ao depósito judicial.	44.465
Seguro Residencial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis residenciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio,vendaval e etc.	13.050
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O).	30.000
Seguro de automóvel	Garante indenizar à Companhia quantias decorrentes de danos aos veículos cobertos, tais como roubo, colisão, danos materiais e corporais aos passageiros.	1.116
		1.307.783

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Waldemar Verdi Júnior
Anthonny Dias dos Santos
Milton Jorge de Miranda Hage
Alcides Lopes Tápias
Mailson Ferreira da Nóbrega
Roberto de Oliveira Lima
Giuliano Finimundi Verdi

CONSELHO FISCAL

Marco Antônio Bacchi da Silva **Roberto Lopes de Souza Junior** **Gustavo Adolfo Traub**

COMITÊ DE AUDITORIA

Flávio Leme Ferreira Filho **Ricardo Pando** **Raymundo de Souza Neto**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Bianconi **Clóvis Antônio Sant'anna Filho**

CONTADOR

Bruno Azevedo da Silva - CRC - 1SP287956-O/5

CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou: **(i)** o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da RNI Negócios Imobiliários S.A. relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** o orçamento de capital previsto para o exercício de 2023; e **(iii)** a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., os Srs. Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos itens supracitados, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária."

COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da RNI Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia"), abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame: **(i)** das Demonstrações Financeiras da Companhia; **(ii)** do relatório da Administração; **(iii)** da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2023; e **(iv)** da proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, concluíram que os documentos/itens mencionados acima, em todos os seus aspectos relevantes, representam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia. Dessa forma, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 25 de abril de 2023.

PARECER DOS DIRETORES

DECLARAÇÃO: PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO nº 480/09. Declaramos, na qualidade de diretores da RNI Negócios Imobiliários S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José do Rio Preto, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, CEP 15085-485, inscrita no CNPJ/MF nº 67.010.660/0001-24 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES da Companhia; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da RNI Negócios Imobiliários S.A. *São José do Rio Preto - São Paulo.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RNI Negócios Imobiliários S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RNI Negócios Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Receita de incorporação imobiliária:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita ("POC"):** Veja notas explicativas nº 2.5 (a e b), nº 3 (b) e nº 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** De acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) e com o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP/n°02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), o reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas requer a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo. Tal mensuração requer o exercício de julgamento significativo pela Administração para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação dos insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance e ao impacto que eventuais mudanças nessa estimativa teria sobre as demonstrações financeiras individuais, inclusive em função dos efeitos via equivalência patrimonial, e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:- Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de determinação do estágio de conclusão das respectivas unidades imobiliárias e da determinação das estimativas de custos; - Inspecionamos, por meio de amostragem, as formalizações das aprovações dos orçamentos das obras em andamento, com as respectivas aprovações internas; - Confrontamos, por meio de amostragem, os custos incorridos, unidades vendidas e o valor dos contratos de venda utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte; - Por meio de recálculo realizados na base completa da receita de incorporação imobiliária consolidada, avaliamos a natureza de mudanças significativas ocorridas na margem dos empreendimentos e no valor dos orçamentos dos custos a incorrer, assim como exceções identificadas na análise de variação do percentual de conclusão da obra ocorrida no período; - Confrontamos, por amostragem, os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer, com os respectivos índices de mercado; - Com o apoio dos nossos especialistas em avaliação patrimonial, analisamos o estágio de execução de determinada obra; - Recalculamos o reconhecimento de receita para todos os empreendimentos da Companhia e suas controladas na data-base das demonstrações financeiras considerando os relatórios gerenciais conciliados com os saldos contábeis; e - Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 09 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

continua →★

→★ continuação

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 08 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

www.rni.com.br / ri.rni.com.br